

Coleção FAC - Editorial Eletrônica

**ÀS MARGENS DA
ESTRADA DO FUTURO**

Comunicações, políticas e tecnologia

Murilo César Ramos

Brasília, janeiro de 2000

SUMÁRIO

Nota Introdutória	i
I. Do Planeta dos Macacos às Comunidades Virtuais	1
II. O Papel dos Meios de Comunicação na Abertura Política: da sístole à diástole, os limites da democracia	11
III. As Políticas Nacionais de Comunicação e a Crise dos Paradigmas	28
IV. Estatismo: doença senil do esquerdismo 40	
V. Os Meios de Comunicação de Massa na Construção da Cidadania	47
VI. Rádio e Televisão no Brasil: Comunicações e Políticas Públicas	55
VII. Saúde, Novas Tecnologias e Políticas Públicas de Comunicações 66	
VIII. Comunicação, Comunicações e Transição Pós-Moderna	77
IX. Brasil, Mídia, Futuro e o Futuro da Política	95
X. O Brasil e as Rodovias da Informação: Comunicações e Convergência Tecnológica	111
XI. TV por Assinatura: a segunda onda de globalização da televisão brasileira	119
XII. A TV por Assinatura no Brasil: conceito, origens, análise e perspectivas 139	
XIII. Uma nova Legislação para as Comunicações Brasileiras: o paradoxo da radiodifusão	169
XIV. Às Margens da Estrada do Futuro	180

I.

Do planeta dos macacos às comunidades virtuais

O ponto de partida deste livro é uma definição, muito simples, para o fenômeno social da *comunicação*:

"A troca de sentidos, por meio da fala, entre seres humanos".¹

Ao empregar esta definição, o que em geral me vem à mente são seres humanos primitivos, vivendo em comunidades rudimentares, e que há pouco cruzaram a fronteira mágica da evolução das espécies.

Que sensação maravilhosa deve ter sido aquela, da primeira troca de sentidos por meio da fala, da possibilidade do *diálogo*, que poderia vir como substituto da força na nova relação de poder que então se estabelecia no seio daquela espécie superior. Espécie fadada a exercer por milênios seu domínio sobre a vida na Terra.

Vou buscar no cinema, essa forma de comunicação precursora da civilização das imagens dos dias de hoje, dois exemplos capazes de ilustrar com invulgar clareza, acredito, a habilidade da fala como a marca definitiva da nossa humanidade.

Na seqüência inicial do filme 2001 - Uma Odisséia no Espaço,² realizado a partir da imaginação criadora de Arthur C. Clarke, uma comunidade de símios experimenta pela primeira vez os prenúncios da humanidade que se avizinhava quando dois de seus membros engajam-se em uma luta, entrecortada por grunhidos e golpes, até o desfecho dramático em que um deles se apossa de uma tíbia descarnada jogada no chão e, com ela, desfecha golpes mortais em seu adversário. A imagem da tíbia atirada ao ar pelo símio vitorioso, girando suave e sendo substituída na tela pelo giro portentoso da estação espacial, ao som da valsa Danúbio

¹ A definição foi desenvolvida para este texto, utilizado pelo autor como sua aula inicial da disciplina *Comunicação Comparada*, no Curso de Comunicação da Universidade de Brasília.

² 2001 - Uma Odisséia no Espaço (1968). Direção: Stanley Kubrick. Baseado no conto *The Sentinel*, de Arthur C. Clarke. Roteiro de Arthur C. Clarke e Stanley Kubrick.

Azul, é talvez a síntese mais perfeita já feita pela arte do salto descomunal dado pelo homem na direção do desconhecido.

Mas, se no gesto instintivo do símio que destrói o inimigo com a primeira arma criada na história está a gênese, talvez, das conquistas do homem sobre a natureza, é pelo uso absurdo das armas que, em outra obra antológica do cinema de ficção científica, O Planeta dos Macacos,³ o homem perde a sua humanidade ao ser privado justamente da fala. Ele é, então, remetido ao futuro, como besta sem alma, agora escravo de símios pacíficos e dotados de fala, metáfora poderosa que tenta repor o discurso da razão humanística como o único móvel capaz de assegurar a nossa existência em paz sobre a Terra.

A fala é, portanto, a projeção primeira da razão como faculdade fundamental da criatura humana, o alimento perene de todas as **energias utópicas**, aquelas que entendo como as únicas capazes de levar o homem a enfrentar sem temor as ironias da história.

A fala, porém, acabaria por somar-se à força como instrumento de dominação do homem pelo homem. A fala dos mais velhos, a fala dos mais sábios, a fala dos mais brutos, a fala sutil do mais moço e mais fraco que aprendeu a contrapor a esperteza à sabedoria e à força bruta.

A essa fala, que se movia com o vento, somou-se depois outra: a fala dos signos perenes, as representações que dariam sentido gráfico à vida, nas paredes das cavernas, sobre as pedras, no couro dos animais, assumindo progressivamente a forma cada vez mais sofisticada da fala escrita.

Assim, a cada passo que dava o homem em sua história, lá estava a comunicação como elemento determinante da sua essência mais vital.

Dos gregos, por exemplo, herdamos a *dialética*, e os diálogos socráticos eternizados pela escrita de Platão; dos gregos veio também a retórica, a arte da fala para as multidões, arma fundamental para a vida na pólis e para o exercício da então recém-descoberta *política*.

³ O Planeta dos Macacos (1968). Direção de Franklin J. Schaffner. Baseado em romance do Pierre Boulle. Roteiro de Michael Wilson e Rod Serling.

Da idade média nos vêm as imagens dos arautos, cujas trombetas antecipavam as notícias da época; época também das poesias e das trovas, da mitologia do bom ladrão, a tirar dos ricos para dar aos pobres, Robin Hood utópico que encontra eco, ainda que distorcido, nos dias de hoje, na vida dos bandidos que fazem a lei nas favelas dos morros cariocas, versões modernas, e cruéis, da Floresta de Sherwood.

Umberto Eco, um dos estudiosos da comunicação na contemporaneidade, incrustou no coração do seu hoje já clássico romance, **O Nome da Rosa**, uma biblioteca em forma de labirinto, a simbolizar ali o enorme poder revestido sobre aqueles a quem o destino reserva a capacidade de controlar o fluxo da informação nas sociedades.⁴

O mundo, porém, tanto da idade antiga quanto da idade média, era, para os homens e as mulheres daqueles tempos, um mundo pequeno, circunscrito quase que exclusivamente a suas experiências sensoriais imediatas: *'Só reconheço o que vejo com esses meus olhos, o que posso tocar com minhas mãos, o que ouço com meus próprios ouvidos'*.

Aquele mundo era um mundo quase sem mediações, sem os meios que fizessem chegar às pessoas sensações que não aquelas vividas na sua própria aldeia, ou burgo, ou vila, ou comunidade, não importa como denominemos hoje os aglomerados humanos de então.

Esse mundo, entretanto, logo se alargaria, movido por uma força que começava a brotar no homem, de estender para horizontes cada vez mais distantes as suas possibilidades de *comerciar*, esse modo novo de relação econômica, política e cultural que se estabelecia entre os homens e as mulheres da época; os novos mercados, de burgueses, passavam já a não mais caber nos limites estreitos do mundo conhecido daqueles tempos de então.

Do século XIII ao XVI, ocorreu o auge da expansão do novo modo de produção capitalista, que ia, na sua fase chamada de *mercantil*, ampliando de forma extraordinária as fronteiras de um mundo que desatava a flertar com o que viria a ser chamado de *Modernidade*. Esta foi a época do "ciclo

⁴ Umberto Eco, **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

das navegações"; cujo feito maior completou no ano de 1492 o seu quinto centenário - a chegada de Cristóvão Colombo ao novo mundo, que ficaria conhecido como América. Novo mundo a que se incorporaria, alguns anos depois, em 22 de abril de 1500, a terra encontrada por Pedro Álvares Cabral e seus marinheiros portugueses, a que receberia depois o nome de Brasil.

É nesse período que a comunicação começa a passar por uma inflexão decisiva para o seu desenvolvimento futuro, que iria redundar, num primeiro momento, no surgimento do que hoje chamamos de *imprensa*, a primeira manifestação histórica dos modernos meios de comunicação de massa.

Antes de seguir, porém, na direção do surgimento histórico e posterior desenvolvimento da imprensa, abre-se aqui espaço para uma breve digressão, para se destacar que, usualmente, nos livros de história, a "invenção" da imprensa é atribuída a Johann Gutenberg. O criativo tipógrafo alemão foi, entretanto, na realidade, apenas o inventor da prensa de tipos móveis, por volta de 1440, a qual possibilitaria a partir daí o aparecimento de uma literatura de "massa", ou seja, a produção em um número cada vez maior, para um público cada vez maior, de obras impressas, a primeira delas sendo uma edição histórica da Bíblia, possivelmente em 1450.

Verdade é que desde a Idade Média os chineses já davam notável contribuição para as técnicas e a arte da impressão, eles próprios tendo inventado o papel no século primeiro de nossa era. Em 868 D.C., Wang Chieh publicou um livro impresso a partir de gravação em blocos de pedra, cópias dele sobrevivendo até hoje como o livro mais antigo da história da humanidade. O primeiro uso conhecido de tipos móveis vem também de um chinês, Pi Sheng, ao redor de 1045; já a gazeta da corte de Pequim estabeleceu um recorde para publicação contínua, circulando por mais de 1000 anos, para desaparecer em 1911.

Em outras palavras, o ocidente tende a se ver sempre no centro do mundo, e dependendo de descobertas geniais de indivíduos isolados, quando, na realidade, a história é um processo muito mais complexo, levado a cabo por seres humanos individualmente e como membros de

classes, numa fascinante mistura entre sul e norte, ocidente e oriente, aqui a China aparecendo sempre como um dos mais fascinantes exemplos de civilização e cultura milenares.

Mas, feita a digressão, retoma-se o caminho do ciclo das navegações para assinalar, nele, o surgimento do primeiro grande meio de comunicação de base técnica; a imprensa.

Aquele mundo em expansão, entre os séculos XIII e XVI, trouxe consigo a necessidade de uma grande circulação de informações, acompanhando a própria circulação das mercadorias entre o velho e os novos mundos que surgiam. Eram informações relativas a portos, sua localização e calagem, por exemplo; ou relativas a preços de especiarias, além de outros assuntos do interesse corporativo daqueles que mercadejavam celeremente naquela época. Informações que viriam a se constituir, então, em *sistemas de correspondência* aos quais, pouco a pouco, foram sendo acrescentadas curiosidades sobre terras distantes, sobre acidentes climáticos, sobre a vida nas cortes, essas cartas tornando-se os embriões daquilo que viriam a ser os primeiros jornais periódicos que o ocidente conheceria a partir do século XVII.

Esses periódicos assumiriam inicialmente a forma de uma *imprensa literária*, por meio da qual a burguesia em ascensão revolucionária daria vazão, primeiro, à sua subjetividade enquanto classe de indivíduos capazes de amar, de odiar, de exprimir os mais diversos sentimentos, para em seguida manifestar a subjetividade política de indivíduos sequiosos de decidir seus próprios destinos, donos de opiniões claras sobre a liberdade e a igualdade, que contrapunham às verdades secularmente estabelecidas das aristocracias em processo de cada vez mais visível decadência existencial e política. Esses burgueses agora assumidamente revolucionários encontrariam seus canais preferenciais de expressão nos salões, nos cafés, nas sociedades de comensais, principalmente na França e na Inglaterra, neles configurando uma *esfera pública política* capaz de dar guarida ao mais amplo debate possível à época, em oposição à intransparência que caracterizava o espaço dos monarcas, seus nobres e funcionários que dominavam então os aparelhos do Estado absolutista.⁵

⁵ Sobre a emergência da esfera pública, seus antecedentes e conseqüências, ver a obra clássica de Jürgen Habermas, **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1985.

Na medida em que essa esfera pública política se ampliava, as idéias que circulavam entre os cafés e salões, olho no olho, em contatos interpessoais, passaram a circular também, e preferencialmente, numa imprensa literária transformada em *imprensa de opinião*, formada pelos mais diversos periódicos e panfletos, cada qual refletindo os anseios de uma determinada facção.

A fala, pela imprensa, a fala política das idéias iluministas foi o fermento decisivo das revoluções burguesas que impuseram ao mundo no século XVIII o domínio de uma nova classe, estampado nas novas instituições democráticas que iriam substituir progressivamente o poder absoluto dos reis: a república, os parlamentos eleitos, os judiciários independentes, o presidencialismo convivendo com monarquias de fachada da Europa à América do Norte.

Estados Unidos, França, Inglaterra - impunham-se definitivamente essas sociedades em estado frenético de modernização, já começando a experimentar os efeitos de uma nova revolução, não mais apenas de idéias, mas impregnada dos efeitos técnicos, econômicos, políticos e culturais decorrentes da consolidação do capitalismo como o sucessor definitivo da economia feudal: a revolução industrial do século XIX.

Sobre a imprensa, os efeitos dessa revolução não poderiam ter sido mais radicais. De um lado, os avanços da técnica permitiam que as velhas prensas manuais fossem sendo substituídas por prensas mecânicas a vapor, capazes de imprimir os exemplares dos jornais, em quantidades maiores a velocidades cada vez maiores. Do outro, o crescimento rápido dos mercados acelerava o correspondente processo de urbanização, as cidades do centro do capitalismo crescendo em número de habitantes, consumidores potenciais das mercadorias postas à sua disposição pelas manufaturas e pelo comércio: remédios, roupas, implementos agrícolas, utensílios domésticos.

É dessa dialética social que emerge, então, a partir dos anos 30 do século XIX um novo tipo de imprensa, movida por uma lógica muito diversa daquela que movia a imprensa política da burguesia revolucionária. O marco dessa grande transformação da imprensa, que já ia lhe dar os contornos de uma nascente indústria cultural, foi um jornal chamado **The**

New York Sun, que circulou pela primeira vez nas ruas da grande cidade norte-americana em 3 de setembro de 1833. A marca desse jornal era o seu preço: 1 penny, ou seja, 1 centavo de dólar, contra os 10 ou 15 centavos que habitualmente custavam aos leitores, ou assinantes, os jornais da imprensa de opinião.

The New York Sun foi, assim, a ponta de lança do que ficou conhecido como a revolução da *penny press*, cuja lógica era a mais simples possível. A sociedade democrática de mercado se consolidava, particularmente nos Estados Unidos, e o público leitor estava agora atrás de um novo tipo de informação; uma informação mais próxima do seu cotidiano, que contasse os dramas do cidadão comum, as ocorrências nos distritos policiais, o dia a dia nos parlamentos. Mais importante ainda, surgia um novo tipo de informação, a publicitária. Industriais e comerciantes tinham naquele veículo o meio ideal para aumentar os possíveis compradores de seus produtos. Assim, ao dono do jornal era mais negócio vender leitores para os seus anunciantes, do que velhas opiniões para os seus leitores. E ele agora dispunha dos meios técnicos para aumentar consideravelmente as suas tiragens, atraindo com elas os anunciantes, o que barateava os custos da impressão do jornal, que podia ser vendido por apenas 1 penny, o que fazia aumentar as suas tiragens, o que atraía mais anunciantes, e assim por diante. Nascia a comunicação de massa.

De centenas de exemplares iniciais, o **Sun** passou para 5.000 exemplares diários em 1834, e para 15.000 exemplares em 1836, no que foi acompanhado por dezenas de outros jornais nas principais cidades norte-americanas, desenvolvimento semelhantes ocorrendo nos países centrais da Europa. Nos Estados Unidos, em 1896, pouco mais de 50 anos do início da *penny press*, o jornal **The World**, de Nova Iorque, criado pelo magnata William Randolph Hearst - inspirador do personagem Cidadão Kane do filme genial de Orson Welles -, e o **New York Journal**, do imigrante húngaro feito milionário, Joseph Pulitzer, disputaram uma emocionante guerra de tiragens, à base do noticiário mais sensacionalista, o primeiro chegando a 600.000 exemplares diários, contra 430.000 do jornal de Pulitzer.⁶

⁶ Ver Emery, Edwin e Emery, Michael. **The Press and America - An interpretative history of the Mass Media**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc., 1978 (4th edition).

A *penny press* foi, enfim, a primeira grande amplificação da fala do homem na história, resultando na imprensa de massa do fim do século XIX.

Mas, essa amplificação veio acompanhada de outros desenvolvimentos técnicos consideráveis no campo das comunicações. Em 1844 ecoava na Inglaterra, como resultado dos trabalhos científicos de Samuel Morse e Sir Charles Wheatstone, a primeira mensagem telegráfica pública. É mais ou menos dessa época a invenção, por Thomas Edison, do gramofone, a possibilidade de reprodutibilidade técnica da voz. Antes, em 1839, um francês, de nome Daguerre, inventara a reprodutibilidade técnica da imagem, pela fotogravura, ou fotografia. Já em 1857 circulavam mensagens entre a Europa e a América pelo primeiro cabo telegráfico submarino. Pouco depois, em 1876, Graham Bell emitia a primeira mensagem telefônica por fio; 19 anos depois, em 1895, Marconi e Popoff propagavam mensagens telefônicas sem fio.

Mas, é a partir de 1895, com o surgimento do cinema, da imagem em movimento; e de 1906, quando Fessender difunde a voz humana pelas ondas radio-elétricas, que a fala do homem iria passar talvez pela sua mais radical inflexão desde a invenção da escrita. O cinema e o rádio foram marcas determinantes dos primeiros 30 anos do século XX, assumindo, a partir dos Estados Unidos, a forma progressiva da mais penetrante indústria da nossa era - a indústria cultural, de bens simbólicos cada vez mais influentes e sofisticados, responsável por uma nova sociabilidade, causando profundas transformações nas noções contemporâneas de tempo e espaço, alterando as relações humanas entre indivíduos, as relações entre indivíduos na família, mudando as formas clássicas de se fazer política, influenciando nas ações nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial; transformando a comunicação, enfim, no mais incisivo fenômeno cultural, político e econômico do mundo contemporâneo.

Essas enormes transformações iriam encontrar o seu meio síntese a partir de 1923, com a invenção de um novo aparelho, nem bem rádio, nem bem cinema, mas potencializando os defeitos e as virtudes de ambas essas invenções. O surgimento da televisão, que começaria a ganhar os lares

norte-americanos em 1947, é o grande momento de amplificação da fala humana no século XX.

Depois dela, mais do que em outras passagens da história, a humanidade nunca mais seria a mesma.

O entretenimento mais saboroso, na sala da própria casa. O folhetim eletrônico, na forma das *soap-operas*, das óperas de sabão, ou novelas vindas do rádio e assim chamadas por serem invariavelmente patrocinadas por fabricantes de sabão ou sabonete, e que iriam encontrar, paradoxalmente, na segunda metade do século, a sua forma mais bem acabada nas telenovelas brasileiras. A informação instantânea do rádio ganharia, literalmente, a vivacidade das imagens, em tempo real, nos anos 60, depois que o homem pôs no ar o primeiro satélite de comunicações, o Early Bird, o Pássaro Madrugador. Graças a ele, parte considerável da humanidade experimentaria a emoção, quase, indescritível da transmissão ao vivo, em 1969, da chegada do homem na lua, desvirginando e desmitificando nosso satélite natural, inspiração milenar dos poetas e dos amantes.

Comunicação, telecomunicações, comunicações - a capacidade sempre maior da humanidade superar tecnicamente as distâncias. A esta capacidade começaria a se juntar, nas décadas de 40 e 50, um outro fenômeno eletrônico, a computação, a possibilidade, primeiro, de realizarmos cálculos complicados em tempos extremamente curtos, e, segundo, a possibilidade de armazenarmos incríveis quantidades de informação, capazes de retornar a nós em frações de segundos. O homem criava o primeiro "cérebro eletrônico", uma poderosa extensão das suas faculdade mais vitais. O computador, tal como o próprio rádio e a televisão, experimental, dos anos 60 em diante, enormes saltos tecnológicos, em intervalos de tempo cada vez menores, por conta de um outro tipo de revolução, a da microeletrônica, que permitiria a miniaturização de circuitos, peças e componentes, cuja primeira manifestação foram os minúsculos rádios de pilha japoneses e entre cujas manifestações atuais mais significativas estão os microcomputadores pessoais, como os desktops e laptops com a ajuda dos quais foi escrito este livro.

Com o computador, a digitalização progressiva de todos os tipos de informação, inicialmente para limpar ruídos e corrigir erros, melhorando a qualidade das transmissões; depois para melhor processar e distribuir as informações, juntando voz, dados, sons, imagens e textos em seqüências numéricas, alternando 0s e 1s, consolidando uma nova e poderosa forma de comunicação.

A humanidade chega, enfim, ao limiar do século XXI, experimentando amostras do que convencionou chamar de *revolução das comunicações*, fundada na convergência dessas três plataformas tecnológicas, suas aplicações e conteúdos: as telecomunicações, os meios de comunicação de massa, e a informática.

Internet, World Wide Web, correio eletrônico, sites e home pages, televisão digital, DVDs, áudio e vídeo digais de alta definição. Mercados eletrônicos, dinheiros imateriais, consumidores concretos de realidades virtuais. Redes digitais de banda larga - de fibras ópticas, pelo espectro radioelétrico, na atmosfera - transportando sinais de multimídia - imagens, sons, voz, textos e dados - para terminais domésticos que são um pouco computador, um pouco televisão, um pouco máquina copiadora, um pouco telefonia, cada pouco desse potencializando a extensão da capacidade humana de trocar sentidos por meio da fala, agora também uma fala sentidamente eletrônica.

Essa fala eletronicamente amplificada, para limites nunca antes imaginados, não tem, entretanto, contribuído significativamente para a constituição de uma aldeia global sentidamente mais democrática. Vivemos ainda sob as influências das revoluções burguesas, as idéias que transitam pelo mundo da política e da economia são ainda idéias gestadas em meio à luta contra o absolutismo, alimentadas pela fé iluminista, circunscritas aos limites da razão moderna. No entanto, ou talvez por isso, a troca de sentidos, por meio da fala, entre seres humanos, é ainda regida, em grande parte, pela lógica do símio que destrói o adversário com a força da arma.

Aprofundar a democracia, aprofundando a liberdade da comunicação, e das comunicações, é o fio que conduz, afasta e aproxima, os textos que

vêm a seguir. E que começam por nos lembrar dos tempos ainda não muito distantes da ditadura militar.

II.

O papel dos meios de comunicação na abertura política: da sístole à diástole, os limites da democracia *

1. Introdução

A discussão sobre qual teria sido o papel dos meios de comunicação brasileiros nos tempos relativamente recentes da abertura política começa necessariamente pela discussão de seu papel durante a ditadura.

Todos os que já acompanharam de perto a história dos golpes militares em países da América Latina, nos anos 50 e 60, devem lembrar que uma das preocupações primeiras dos golpistas - muitas vezes a primeira - era a ocupação das estações de rádio e televisão da capital. Mais recentemente, no Leste Europeu, na década de 80, durante a revolta popular que pôs fim à ditadura de Nicolau Ceausescu, os revoltosos asseguraram sua vitória instalando um governo paralelo que despachava diretamente com a população via a estação de televisão estatal de Bucareste.

Se uma tal ação, de um lado, pode ilustrar o exercício da censura pura e simples, por outro ela é também reveladora do poder investido contemporaneamente sobre o rádio e, principalmente, a televisão. Esses meios de comunicação aparecem nos exemplos acima como elementos vitais para acesso e eventual controle dos corações e mentes das populações.

Mas, voltando à proposta inicial deste artigo, ela está balizada pela relação meios de comunicação/abertura política e nos remete ao tempo da história contemporânea brasileira coincidente com a chegada ao poder, em 1974, do quarto presidente militar, general Ernesto Geisel. Tempo que avança até os estertores daquele regime, dez anos depois, no período do general João Figueiredo. Antes porém de chegarmos a 74, vamos retroceder uma década, até março de 1964, quando do início do golpe que assentou as bases do regime técnico-burocrático militar que iria vigir no país durante 25 anos.

* Texto originalmente apresentado durante o VII Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, realizado em São Paulo, de 2 a 7 de setembro de 1984, promovido pela *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)*. Publicado in **Comunicação e Transição Democrática**. Por José Marques de Melo (Org.), p. 246-263. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Da mesma forma como é impossível entender a abertura política, iniciada por Geisel, sem situá-la no contexto do fechamento político da década anterior, não é possível falarmos sobre o papel dos meios de comunicação na abertura sem mencionar seu papel no período mais brutal da ditadura.

A hipótese que sustentará nossa argumentação é a de que ambos os papéis, na abertura e na ditadura, não diferem na sua essência de mecanismo vital de controle social, a serviço dos segmentos de classe detentores do poder de Estado. São papéis que marginalizam os segmentos populares, e segmentos médios da população, excluídos de qualquer possibilidade de intervenção estatal. Dessa forma, contradições que emergem em períodos de ditadura e abertura entre os detentores do poder estatal não passam de divergência acessórias, destinadas a produzir ajustes nos mecanismos de poder do que mudanças nas estruturas políticas e econômicas da sociedade.

2. Sístole¹

A tomada do poder pelos militares em 1964, como hoje todos reconhecem, não foi apenas mais um golpe de Estado em um país latino-americano, patrocinado por capitais multinacionais, sob os auspícios do governo norte-americano. O golpe foi isto e muito mais, pois ele veio na esteira de uma bem planejada articulação tecno-empresarial-burocrático-militar² e seus líderes principais, para surpresa de importantes personalidades políticas apontadas como “chefes civis” do movimento militar, traziam consigo um projeto bem definido de ocupação permanente do poder.

Não vamos tentar aqui uma análise política desse período, o que aliás já gerou vasta e competente bibliografia por estudiosos dos mais diferentes matizes. Queremos apenas nos ocupar de um aspecto particular do período; aquele que compreende a atuação dos meios de comunicação no contexto do regime autoritário que então se instalava.

Foi relativamente comum fazer a abordagem desse período sob a ótica exclusiva da censura à imprensa. De fato, a partir de 1964 e,

¹ Os conceitos de sístole e diástole utilizados neste artigo foram extraídos de uma conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 1980, pelo general Golbery do Couto e Silva. Para a íntegra da conferência, ver Golbery do Couto e Silva, **Conjuntura Nacional - o Poder Executivo e geopolítica do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1981, p. 5-37.

² A propósito desses conceitos, ver Renê Armand Dreifuss, **1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, 3ª edição.

principalmente, a partir de 1968, instalou-se no país um férreo regime censório que sufocou a imprensa: jornais, revistas, rádio e televisão.³ Mas, a censura política não esgota a questão da relação entre o fechamento político de após 64 e os meios de comunicação. Isto porque, se de um lado foi preciso em determinado momento fazer calar a boca até mesmo daquele setor da imprensa que fora não só colaboradora, mas inclusive artífice do golpe⁴, por outro estava em andamento uma delicada operação de atrelamento voluntário de um vital setor da indústria da comunicação ao projeto desenvolvimentista, socialmente excludente, que começava a ser posto em prática pelos militares e sua tecnoburocracia então no poder. Aqui nos referimos especificamente à televisão.

Enquanto a imprensa em sentido estrito - jornais e revistas - sofria alguns duros baques políticos e econômicos durante a ditadura, a televisão passava por um processo de rápida consolidação e crescimento, apoiado por iniciativas governamentais. Só que esse apoio viria não para o setor televisivo como um todo, mas para um grupo específico: aquele comandado pelo empresário Roberto Marinho que, desde o início da década de 60, se preparava para entrar de rijo no setor da televisão, tendo firmado inclusive acordo operacional e financeiro com o grupo Time-Life, norte-americano. Acordo questionado por outros grupos de comunicação e por políticos no Congresso, que gerou inclusive uma rumorosa Comissão Parlamentar de Inquérito.⁵

O Brasil foi o 5º país do mundo a ter televisão, sendo o 1º da América Latina, com a inauguração da TV Tupi de São Paulo em 1950. O crescimento do setor até meados da década de 60 foi apenas vegetativo, refletindo a falta das condições básicas para seu deslanche: não havia infraestrutura adequada de telecomunicações, a indústria eletro-eletrônica era incipiente e o país carecia de um mercado consumidor capaz de sustentar publicitariamente o novo meio.

A partir de 1964 essas condições básicas vão sendo progressivamente oferecidas. Cria-se uma dinâmica indústria eletro-eletrônica, estabelecem-se mecanismos de crédito direto ao consumidor e, sobretudo, implanta-se uma moderna infra-estrutura de telecomunicações. Quase que simultaneamente, beneficiada pelo golpe militar, que abafa o escândalo provocado pela CPI do acordo Time-Life, e valendo-se sobretudo dos

³ Ver Paulo Marconi, **A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978**. São Paulo: Global, 1980.

⁴ A censura imposta a **O Estado de S.Paulo** e **Jornal da Tarde** ilustra bem esse ponto: a família Mesquita, proprietária do jornal, tinha entre seus membros alguns dos principais *líderes civis* do golpe militar.

⁵ Para o mais bem documentado relato do affair Globo/Time-Life, ver Daniel Herz, **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1984.

recursos materiais e humanos que já lhe haviam chegado pelo acordo, a emergente Rede Globo de Televisão vai aos poucos deslocando para as margens do mercado aquela que seria a sua única rival de fato, a Rede Tupi, do empresário Assis Chateaubriand, preparando-se para se constituir na virtual monopolizadora da comunicação eletrônica de massa no Brasil.⁶

Aliada fiel do regime de exceção incrustado no poder de Estado, a Rede Globo desempenharia papel fundamental na consolidação do autoritarismo no Brasil. Entre 1965 e 1982, o grupo de Roberto Marinho passou de detentor de uma única concessão de televisão, no Rio de Janeiro, à condição de quarta maior rede de TV do mundo - atrás apenas das três grandes norte-americanas (ABC, CBS e NBC), com seis emissoras geradoras, 36 afiliadas e cinco repetidoras, totalizando 47 estações, cobrindo 3.505 dos 4.063 municípios brasileiros, significando 93% da população do país e 99% dos 15,8 milhões de domicílios com seja; ou seja, 74 milhões de telespectadores potenciais.⁷

De monopolizadora virtual de audiência, a Rede Globo passou naturalmente à condição de formidável concentradora de verbas publicitárias, o que, numa economia de mercado, acaba por inviabilizar qualquer concorrência significativa. Mais ainda, a Globo inevitavelmente expandiu-se para outros setores da indústria cultural e da atividade econômico-financeira, constituindo-se em um conglomerado típico do capitalismo da segunda metade do século XX.

A consolidação desse monopólio por uma só indústria cultural se deu paralelamente à consolidação no Brasil de um modelo econômico excludente, levado a termo por um regime centralizador e autoritário, do qual a Rede Globo foi importante parceira. Do ponto de vista econômico, foi fundamental o seu papel na integração de um país de dimensões continentais, via integração do seu, ainda que reduzido, mercado consumidor. Do ponto de vista político, a programação da Globo - e este é um ponto central ao argumento desenvolvido neste artigo - foi indispensável como veículo de uma mensagem nacional de otimismo desenvolvimentista, fundamental para a sustentação e legitimação do autoritarismo.

⁶ A breve análise que se segue sobre o desenvolvimento da Rede Globo está baseada no trabalho de Murilo César Ramos e Venício Arthur de Lima, *Televisão no Brasil - desinformação e democracia*, in **Da distensão à abertura política: as eleições de 1982**, p. 215-233. Por David Fleischer (Org.). Brasília: Editora da UnB, 1988.

⁷ O autor optou por manter os números de 1985, quando o artigo foi originalmente escrito. A mudança mais significativa neles ocorrida em pouco mais de uma década está no número de domicílios de TV que, em 1998, atingia a marca aproximada de 35 milhões.

A expressão máxima da programação *otimista* da Rede Globo, que atendia aos ditames do regime, foi o chamado *padrão globo de qualidade*, consolidado com a chegada da televisão a cores em 1972 e predominante até hoje: a opulência visual, a sanitização da imagem, a expulsão dos fatos importantes para a vida do país das telas da televisão. Para a Globo dos anos 70, espelho fiel do regime, não existiam conflitos sociais, repressão ou pobreza.

Assim, apoiado por essa aliança de interesses imediatos com a Rede Globo de Televisão, o regime autoritário acumulou forças para impor seu modelo político e econômico a uma nação manietada.

Restava, porém, nessa complexa equação política - como já assinalado acima - uma outra importante variável: a imprensa. Sabemos que ela era, em grande parte, mantida sob censura, mas isto não é suficiente para se entender o seu papel naquele momento autoritário.

Abordemos inicialmente a imprensa liberal, nos moldes clássicos; a grande imprensa dos jornais burgueses. Com raras exceções, sendo o **Correio da Manhã**⁸ a mais notórias delas, essa grande imprensa rendeu-se logo ao fechamento político, seduzida pelo canto da restauração democrática prometida pelos militares. Aos poucos, porém, na medida em que o regime ia endurecendo, foi acontecendo uma ruptura parcial entre a imprensa e o regime que culminou, em 1968, em um golpe dentro do golpe: tinha início a era do AI-5, um dos períodos mais cruéis da história brasileira, durante o qual a nação viveu o auge da doutrina da segurança nacional imposta pelo regime militar.

Foi a época dos bilhetinhos às redações de jornais, revistas, rádio e televisão. Época da censura descarada, cuja ação mais notória foi, talvez, a presença de censores nas redações de **O Estado de S.Paulo** e **Jornal da Tarde**. Propriedades da família Mesquita, que teve em Júlio de Mesquita Filho um dos principais articuladores civis do golpe de 1964, os dois jornais - conhecidos por seu conservadorismo - estiveram, em determinada fase daquele período autoritário, entre as principais vítimas jornalísticas do regime militar.

Nesse mesmo período, entre fins de 1968 e o início dos anos 80, um outro ator emergiu na arena jornalística.⁹ Foi a imprensa alternativa, ou *nanica*, geralmente jornais tablóides de circulação quinzenal ou mensal,

⁸ Tendo apoiado no início o golpe, o **Correio da Manhã** romperia em seguida com ele, logo que ficou explícita a intenção militar de não restaurar tão cedo qualquer poder civil.

⁹ Marconi, op. cit., Capítulo II, *A Censura à Imprensa*, p. 37-112.

que se opunham de forma mais estrutural ao regime. **O Pasquim** surgiu primeiro, em 1969. Semanário de humor, ao mesmo tempo fustigava o regime e promovia uma verdadeira revolução na linguagem jornalística da época, fazendo-a mais pessoal, direta, coloquial. Outros exemplo de publicações alternativas são **O Bondinho**, **EX**, **Extra - Realidade Brasileira**, **Politika** e **Mais Um**. Porém, com impacto semelhante a **O Pasquim** devem ser lembrados os seminários **Opinião** e **Movimento**.

Opinião circulou entre 1973 e 1977. Foram 231 edições de luta contra a censura: da presença de censores em sua redação, no Rio de Janeiro, à necessidade de enviar matérias para serem censuradas em Brasília, o jornal enfrentou toda espécie de pressão, sofrendo até mesmo um atentado à bomba em 1976. **Movimento**, por seu lado, foi colocado sob censura até mesmo de circular a primeira edição, em julho de 1975, e não teve destino diferente de **Opinião**, de cuja redação, aliás, tinham saído os jornalistas que possibilitaram a sua criação.

A censura política à imprensa no período, exercida de modo brutal sobre jornais e revistas, era facilitada, no caso do rádio e da televisão, pela cooperação quase voluntária de seus proprietários, já que se tratava aí de outorgas estatais concedidas em caráter precário à exploração por empresas privadas. Vale mencionar ainda o controle censório exercido sobre a revista **Veja**, a de maior circulação no país, e sobre o jornal **O São Paulo**, editado pela Arquidiocese paulista.

Fechado assim o cerco de cooptação e controle sobre os meios de comunicação, o Estado usurpado pelo sistema técnico-empresarial-burocrático-militar pôde exercer um domínio próximo do absoluto sobre a sociedade, implantando sem maiores dificuldades um modelo discricionário de crescimento econômico, fundado na dependência cada vez maior de capitais internacionais e caracterizado por uma concentração de renda que só faria aumentar os já significativos desníveis sociais existentes no país.

No início dos anos 70, então, para alguns, o Brasil parecia ter encontrado o seu destino manifesto: o PNB crescia ao redor dos 10% ao ano; a inflação parecia sob controle, baixando à taxa dos 15% anuais; as exportações cresciam. Vivia-se o chamado *milagre econômico brasileiro*, que a imprensa internacional chegou a comparar ao *milagre japonês* e alemão do pós-guerra. Foi a época do *Brasil Grande*, do *Pra Frente Brasil*, cenário reforçado simbolicamente pela conquista do tricampeonato mundial de futebol, no México, em 1970.

3. Diástole

Em 1973, no entanto, o chamado milagre brasileiro, já dava sinais de exaustão. A concentração de renda dava os primeiros sinais de que se tornaria insuportável. Havia a repressão política, com suas prisões ilegais, tortura e mortes. O endividamento externo era uma bomba-relógio que poderia explodir a qualquer momento, agravado pela primeira grande crise do petróleo de 1974, que aguçaria ainda mais a dependência do nosso modelo econômico.

Foi, então, na esteira dessa crise que assumiu o poder, em 15 de março de 1974, o quarto general ungido pela ditadura militar: Ernesto Geisel. Inicialmente, o general Geisel surpreenderia a nação, logo em seu primeiro pronunciamento como “candidato”, impondo um tom nacionalista às suas palavras e tecendo não tão veladas críticas a empresas multinacionais.¹⁰ Mais ainda: por ocasião da primeira reunião ministerial, Ernesto Geisel afirmaria o desejo de pôr fim aos instrumentos de exceção de que estava armado o governo e apelava à “imaginação criadora” dos políticos para que fôssem concretizado este objetivo.¹¹

Estava dado o primeiro passo para o que viria a ficar conhecido como o projeto da “distensão lenta, segura e gradual”¹² rumo à abertura política dos anos 80, cujos pontos altos seriam: a extinção do AI-5, ao final do período Geisel, em março de 1979; a lei da anistia, promulgada já no período de João Figueiredo, em 1980; as eleições diretas para governador, em novembro de 1982; e, finalmente, um governo civil sucedendo Figueiredo, cujo mandato, que havia sido prolongado para seis anos, acabaria em março de 1985.

Para esse projeto de distensão/abertura política fora reservado um importante papel aos meios de comunicação de massa; à imprensa, jornais e revistas, em particular.

Entre os principais - talvez mesmo o principal - artífices da estratégia da distensão, ou abertura - que é como a estamos tratando aqui -, política estava o general Golbery do Couto e Silva. Em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 1980, o criador do Serviço Nacional de Informações e ex-chefe da Casa Civil dos generais Geisel e Figueiredo discorreu sobre o projeto da distensão política, ocasião em que empregou a

¹⁰ Discurso perante a Convenção Nacional da ARENA. Brasília, 15 de setembro de 1973. In Geisel, Ernesto. **Discursos**, v. I, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1974, p. 19.

¹¹ *Ibid.*, p. 46.

¹² *Geisel anuncia distensão gradativa e segura*. **O Globo**, 30 de agosto de 1974, p. 5.

analogia, aqui lembrada, com o coração humano, falando de “sístoles e diástoles na vida dos Estados” para descrever os movimentos, que considerava inevitáveis, de fechamento e abertura, de centralização e descentralização.¹³

Para os propósitos deste artigo, são destacados dois trechos da conferência do general Golbery:

“Não é de admirar-se que o esforço descentralizador, conscientizado, do Governo viesse a assumir o figurino de uma abertura política democratizante, desencadeada justamente através da liberação progressiva dos controles de censura, nem tampouco, que esse estágio inaugural do processo exigisse, para que não escapasse a qualquer controle, prazo bastante e vigilância ativa. É que se impunha conter, desde logo, inevitáveis excessos, balizando-se limites mais ou menos definidos à permissibilidade. E, por outro lado, ganhar, a despeito das inevitáveis recidivas do poder coercitivo, suficientes graus de credibilidade quanto às intenções próprias e, pois, ao futuro de todo o processo liberalizante”.¹⁴

Mais adiante, disse o general:

“As cartas estavam lançadas, porém, a descentralização, mediante liberalização da censura à imprensa - primeiro passo - e da abertura democrática ainda não completada hoje, e que se lhe seguiria quase inevitável, viria a instituir-se na área política e de maneira decisiva, renunciando seu extravasamento, mais cedo ou mais tarde, aos demais campos onde se manifestavam resistências ainda bastante fortes, sobretudo no setor crítico da economia”.¹⁵

Foram diversas as explicações a que chegaram os especialistas para os motivos que levaram os setores mais brandos do regime a promover essa abertura política: como fruto da crise econômica, como fruto da complexidade econômica, como busca de legitimidade para o sistema, como um ato de vontade do general Geisel, e como fruto de uma crise de autoridade.¹⁶

Fruto de uma destas possíveis explicações, ou de uma mais complexa mistura delas, fato é que a abertura política constituiu-se em um sofisticado

¹³ Couto e Silva, op. cit, p. 5.

¹⁴ Ibid., p. 24-25.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Marcus Faria Figueiredo e José Antônio Borges Cehibub. *A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o que, quando - inventário de um debate*. In **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 14, 2º semestre de 1982, p. 29-61.

mecanismo de controle sócio-político, por meio do qual o estabelecimento militar, e seus aliados no exercício do poder de Estado, pretendiam institucionalizar solidamente esse poder.

E, mais especificamente quanto aos meios de comunicação, legitimar esse poder era o aspecto mais fundamental da abertura. Só que essa legitimação não poderia jamais acontecer em um ambiente de cerceamento ostensivo da imprensa, jornais e revistas principalmente. A busca da legitimidade teria que passar necessariamente pela recomposição das alianças entre os detentores do poder de Estado e a chamada grande imprensa, agastada pelas freqüentes humilhações que a censura lhe impunha. A isto o general Golbery chamava de “primeiro passo” em direção à diástole, desencadeada justamente “através da liberalização progressiva dos controles da censura”.

Mas, que risco correria o regime militar ao liberar assim de seu controle aquele decisivo segmento da sociedade que, na tradição liberal, julgava-se um *quarto poder*, guardião das instituições públicas contra as possíveis iniquidades dos governos, e dos governantes? Sobre esse risco, pronunciou-se o próprio general Golbery, ao comentar ainda em 1973 o levantamento da censura imposta a **O Estado de S.Paulo** (o que somente iria se materializar em 1975):

“Tirando-se a censura do **Estado de S.Paulo**, não vai emergir um jornal de esquerda, nem hostil ao regime. Sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador do que eu. Hoje, no lugar dos textos censurados, o **Estado** publica versos de Camões e os leitores pensam que lá havia uma importante denúncia. Nem sempre há”.¹⁷

Em suma, o risco seria, como foi, mínimo, tendo em vista a identidade de interesses que havia entre os segmentos dominantes, simpáticos ao regime, malgrado alguns desvios políticos ocorridos ao longo do caminho. Assim, a censura foi aos poucos sendo afrouxada, onde ela remanesca. Para os já acomodados à auto-censura, deve ter valido o simples alívio do fim dos bilhetinhos e telefonemas da Polícia Federal. Para os mais resistentes, como **O Estado de S.Paulo**, o alívio veio na debandada dos censores residentes em sua redação. Mas, como sinal de alerta aos menos avisados, jornais como **O São Paulo** e **Tribuna da Imprensa** ficavam ainda submetidos ao controle censório. Quanto à imprensa alternativa, sobre ela continuariam as pressões formais do regime, a que se somariam atentados políticos, alguns à bomba, que a levariam à virtual extinção.

¹⁷ Citado por **Veja**, em 19 de março de 1980, n. 602, p. 28.

Finalmente, no caso do rádio e da televisão, desta principalmente, havia o poder dissuasório do sistema de concessões, dependente do Estado, além de sua natural inclinação a ser sempre solidária com o sistema dominante.¹⁸

4. Em três episódios, alguns limites da nossa democracia

A discussão sobre o papel dos meios de comunicação na abertura política está necessariamente ligada à questão maior da democratização da sociedade brasileira. Antes, porém, de se passar para esta questão mais ampla, um pouco mais de atenção será dada à ação dos meios de comunicação durante a abertura política. Isto será feito examinando-se o comportamento de setores representativos desses meios em três episódios importantes ocorridos durante a abertura: as greves do ABC paulista, em 1978; as eleições de 1982 e a apuração dos votos no Rio de Janeiro; e a campanha pelas eleições diretas para presidente da República em 1984.

4.1. Um casamento de conveniência

Em maio de 1978, depois de um período de silêncio que durara quase dez anos, os trabalhadores brasileiros da região do ABC, em São Paulo, romperam com o imobilismo que lhes havia sido imposto pelo autoritarismo e promoveram as primeiras grandes greves desde Osasco e Contagem, em 1968. Mais do que um movimento grevista, no entanto, a mobilização dos metalúrgicos paulistas marcava o início de uma radical transformação no movimento sindical brasileiro, com o surgimento de lideranças independentes - como Luiz Inácio da Silva, conhecido como Lula - , sequiosas de desatrelar os seus sindicatos do controle do Estado, herança maior do populismo getulista.

Pesquisa que realizamos na ocasião, tomando como objeto a relação trabalhador/grande imprensa, a partir do estudo sistemático da cobertura ao movimento operário em **O Estado de São Paulo** e **Jornal do Brasil**, revelou uma, de certa forma, surpreendente identidade de interesse entre o que pretendiam os trabalhadores e o que pensavam dessas pretensões aqueles dois jornais burgueses. Essa identidade era traduzida numa cobertura extremamente simpática às reivindicações sindicais, com o tratamento dado à greve distanciando-se muito do que a literatura previa, com base em estudos semelhantes realizados em outros contextos sociais.¹⁹

¹⁸ Esse tema da docilidade da televisão foi explorado, na época, por Murilo César Ramos e Venício Artur de Lima, em dois artigos para a **Folha de S.Paulo**: *Do direito de ser informado*, Tendências/Debates, p.3, 16 de fevereiro de 1984, e *A Globo é nossa?*, Tendências/Debates, p. 3, 9 de março de 1984.

¹⁹ Ver Murilo Cesar Ramos, *“News, Class and Ideology. A Study of Labor Coverage in Two Brazilian Elite Newspapers”*. Tese de Doutorado, Universidade de Missouri-Columbia, EUA, 1982.

Ocorre que, naquele determinado momento histórico, o movimento sindical trazia como bandeiras principais a livre negociação de salários e o direito à greve. Aquele era também o momento, por parte dos segmentos das classes dominantes aliados do poder de Estado, de questionamento da forma como estava sendo conduzida a política econômica. O empresariado paulista, em particular, assumia postura de aparente desafio ao regime em controle do Estado, reivindicando sua participação mais efetiva no direcionamento da economia.

Estabeleceu-se então uma espécie de aliança temporária - que chamamos de *casamento de conveniência* entre capital e trabalho -, de oposição ao regime militar, que passou de súbito a ser ameaçado em seu controle sobre o Estado. Esse casamento ecoou, então, favoravelmente na grande imprensa, que até editoriais laudatórios produziu em louvor a Lula, o metalúrgico.

Bastou, porém, que os trabalhadores ousassem a avançar em sua ação reivindicatória, constituindo, por exemplo, um forte lobby popular para pressionar o Congresso quando da votação das reformas políticas propostas pelo Governo Geisel, para que a grande imprensa mudasse nitidamente o tom da cobertura.

Vejam os este trecho de um editorial de **O Estado de São Paulo**:

Que as greves tenham tido, ou de fato tenham hoje, cunho econômico evidente, ninguém negará. No instante, porém, em que prosseguem, apesar do endurecimento do governo, e em que lideranças sindicais estabelecem condições para fazer a campanha do candidato presidencial da oposição, e afirmam esperar que o candidato da situação os procure e adira aos seus princípios (muitos dos quais, como o fim da subordinação dos sindicatos ao Estado, são legítimos), cabe pensar que o espontaneísmo dos movimentos já não existe e que alguém deseja tirar proveito deles. O importante - e aí voltamos à preocupação a que nos referíamos no início - é saber a quem aproveita essa crise, que se avoluma a galope.²⁰

Em suma, reivindicar pode, desde que as reivindicações permaneçam restritas ao âmbito trabalhista, com o trabalhador não ousando avançar além dos limites das suas fábricas. Em outras palavras, a arena da

²⁰ “A Crise Avoluma-se a Galope”, **O Estado de S. Paulo**, 1o. de setembro de 1978, p.3.

sociedade civil - como, naturalmente, a do Estado - seria privativa das classes dominantes.

4.2. O cerco a Brizola

Nas eleições de 1982, as atenções maiores se voltaram para o Rio de Janeiro, onde era candidato a governador o mais controvertido dos banidos em 64, beneficiado pela anistia de 80: Leonel Brizola. Dado como favorito nas últimas pesquisas anteriores ao pleito, depois de um crescimento espantoso durante a campanha, Brizola viu-se apanhado em um complexo esquema de fraude durante a apuração, que quase lhe rouba a vitória.

Como parte central desse esquema, aparecia a firma encarregada de computar os votos - a Proconsult -, cujo principal programador era um oficial da reserva do Exército. A Proconsult desenvolvera um programa capaz de subtrair votos de Brizola, adicionando-se ao total do candidato do PDS, Wellington Moreira Franco. Como o esquema oficial de apuração, ao contrário das vezes anteriores, previa a contagem em primeiro lugar dos votos do interior, onde Brizola levava desvantagem, e como a Rede Globo de Televisão, líder de audiência, se limitava a acompanhar a apuração oficial, estava armado o cenário perfeito para se impedir a eleição de Brizola. Isto porque a Rede Globo emprestaria credibilidade aos resultados fraudulentos.

Acontece que o **Jornal do Brasil**, representando interesses em conflito com o sistema Globo, desenvolvera um esquema próprio de apuração, a partir dos boletins emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral. Com isso, começou a apresentar resultados parciais diferentes da Rede Globo, com Brizola à frente de Moreira Franco. Alertado para a possibilidade de fraude, o candidato do PDT autorizou seu partido a desenvolver trabalho paralelo de apuração. Essas providências contribuíram para a descoberta da trama, denunciada depois por vários outros órgãos de imprensa.

O envolvimento direto da Rede Globo na tentativa de fraude foi, por sua vez, denunciado por um categorizado ex-colaborador da empresa, Homero Sánchez, que dela afastou-se durante um longo tempo exatamente em decorrência desse episódio.

Em entrevista de ampla repercussão, Sánchez esmiuçou o problema. Vale destacar o seguinte trecho:

O Brizola perguntou o que eu achava. Eu disse: ‘Está parecendo fraude’. (Pergunta do Brizola) ‘O que tu achas que devo fazer?’ (Resposta) ‘Bota a boca no mundo. Essa é a atitude que eu tomaria se fosse você, como candidato. Bota a boca no mundo’. Brizola inclusive me perguntou se deveria ir na TV Globo. Nesse momento eu disse para ele: ‘Não te convém ir na TV Globo, porque lá neste momento toda questão da apuração está sob as ordens do Roberto Irineu. E ele acredita que pode eleger à força o Moreira Franco. Eu não te aconselharia a fazer isso’. Então ele foi nesta noite de quarta-feira à TV Bandeirantes.²¹

4.3. Diretas já

O ano de 1984 marcou a maior mobilização popular que o país já conheceu, com a campanha nacional pelas eleições diretas, que foi do primeiro grande comício realizado em Curitiba, no dia 12 de janeiro, à votação da Emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril, em Brasília. Foram pouco mais de três meses de uma mobilização crescente, que levou milhões de pessoas às ruas das cidades brasileiras, em comícios gigantescos, para pedir a realização de eleições diretas para Presidente da República ainda em 1984.

Do ponto de vista dos meios de comunicação de massa são dois os aspectos a merecerem destaque no contexto deste trabalho: 1) o papel da Rede Globo de Televisão, que foi do boicote ao quase engajamento; e 2) o ceticismo da maior parte da imprensa escrita, que se manteve no que descreveremos aqui com uma posição de excessivo realismo.

No que concerne ao engajamento da **Folha de S. Paulo**, vamos nos esquivar aqui de uma análise do seu papel na campanha das diretas, principalmente das razões que levaram àquele engajamento. Trata-se de pesquisa complexa que não realizamos, mas que ainda está a merecer um estudo aprofundado, notadamente por força de seu comportamento posterior, no desdobramento do problema sucessório.²² Vamos nos fixar, assim, principalmente no papel da Rede Globo, produtora de um drama que tinha o povo como personagem principal, mas que durante muito tempo insistiu em manter esse personagem decisivo artificialmente afastado das telas de televisão.

²¹ **Playboy**, maio de 1983, Entrevista.

²² Ver Frias Filho, Otávio. “*Por um Jornalismo Apartidário*”. **Folha de S. Paulo**, 1o. de setembro de 1984, p.4.

O drama começou a 12 de janeiro. Nesse dia, 50 mil pessoas ocuparam o centro de Curitiba para pedir as diretas-já. Era a maior multidão já reunida em torno de um evento político na capital paranaense, além de se constituir no lançamento de uma campanha que dizia respeito a todos os brasileiros. Pois o comício de Curitiba foi totalmente ignorado pela Rede Globo, que sequer o mencionou em seu *Jornal Nacional*, o noticioso de maior audiência na televisão brasileira, assistido diariamente por uma média superior a 60 milhões de telespectadores, segundo dados da própria emissora.

Quanto aos grandes jornais, com exceção feita à **Folha**, apenas o **Estado de S.Paulo** registrou o comício em sua primeira página, mas mesmo assim de forma discretíssima, sob o título “Acaba em show comício no Paraná”. O **Jornal do Brasil** e o **Globo** jogaram o comício para as suas páginas internas, sem maior destaque.²³ Esse comportamento sofreria modificações à medida que a campanha avançou, notadamente por parte dos jornais, valendo aqui ressaltar o papel das revistas semanais **Veja**, **Isto É** e **Senhor**, que desde o primeiro momento entraram fortes na cobertura. Mas se o **Estado** (e principalmente seu co-irmão, **Jornal da Tarde**), o **Globo** e o **Jornal do Brasil** acabaram se rendendo logo à evidência dos fatos - mesmo assim sem o engajamento aberto da **Folha** -, a Rede Globo levaria quase às últimas conseqüências sua tentativa de boicote à campanha.

Se a Globo alterou sua cobertura por força da competição com a Rede Manchete, por pressão de telespectadores e/ou anunciantes, por pressão de seus próprios profissionais ou por “dedicação” à notícia, essas são explicações que já não mais nos interessam agora.²⁴

Os três episódios que acabamos de relatar, porém, podem nos ajudar a avançar algumas conclusões sobre o tema que nos foi proposto, do papel dos meios de comunicação de massa na abertura política, ao qual acrescentamos por nossa conta o corolário: *da sístole à diástole, os limites da democracia*.

5. Conclusão

A conseqüência esperada da abertura política seria a democracia. O que vimos, no entanto, não poderia nos deixar muito otimistas. Do fechamento à distensão, e desta à abertura “diastólica”, na conceituação do general Golbery, os espaços foram sendo ocupados pelas forças

²³ Ver Ramos, Murilo Cesar. “*Espelho, Espelho Meu!*” in **Folha de S. Paulo**, Tendências/Debates, 17/1/84, p.3.

²⁴ Tentativa de explicação foi avançada por Lima e Ramos, op. cit.

hegemônicas das classes dominantes, fosse através do controle do Estado via um golpe tecno-burocrático-militar, fosse através da hegemonia disputada no seio da própria sociedade civil.

A transição, portanto, continuou a ser processada pelo alto, de cima para baixo, sem a participação efetiva das camadas populares. E os meios de comunicação de massa, organismos poderosos da sociedade civil, foram instrumentais para a manutenção dessa transição controlada e excludente, garantindo-lhe a legitimidade buscada pelos artífices do processo. Ao assegurar à imprensa, em particular, “a liberação progressiva dos controles de censura”, para assim “ganhar, a despeito de inevitáveis recidivas do poder coercitivo, suficiente grau de credibilidade quanto às intenções próprias e, pois, ao futuro de todo o processo liberalizante”, o sistema desnudava sua intenção de perenizar-se no poder. E as possíveis fraturas existentes no seio da sociedade civil não foram suficientes para provocar uma nova correlação de forças, que levasse a uma transição mais profunda e radical, ampliando a atuação de novos sujeitos políticos até então excluídos do processo de transição, como comunidades de base, associações de moradores, comissões de fábricas, sindicatos, e assim por diante.

Em outras palavras, a democracia possível não é a democracia desejada, e isto se evidencia na ação dos próprios meios de comunicação de massa, caudatários do Estado no seu projeto de manutenção da ordem estabelecida.

Em um determinado momento histórico, quando são os trabalhadores que se mobilizam e tentam um avanço concreto na sua prática política, lutando por posições na arena da sociedade civil, a própria imprensa se encarrega de colocar obstáculos a esse avanço, mesmo que para isto tenha que recompor uma aliança com o Estado que, até aquele momento, vinha combatendo. Da mesma forma, ela é capaz de alinhar-se com o Estado numa apuração fraudulenta, contra a vontade expressa de um eleitorado soberano e disposto a demonstrar pelo voto seu despreço o regime. Igualmente, no caso da mobilização popular pelas eleições diretas, parcelas preponderantes da indústria cultural sentiram-se à vontade para tentar burlar a vontade da nação mobilizada, criando uma não-notícia onde existia uma notícia que interessava diretamente à esmagadora maioria do povo brasileiro.

A questão da democracia, portanto, está dialeticamente ligada à democratização da indústria cultural. Só que a democratização dos meios de comunicação é uma questão que ainda não ganhou peso no âmbito da

sociedade civil, até mesmo porque os industriais da cultura em geral, e da informação, em particular, consideram-se eles próprios os guardiães da democracia, uma espécie de “quarto poder”, defesa maior da sociedade civil contra os excessos do Estado. Por conseguinte, não veêm sentido em lutar por um valor que será parte integral da sua própria essência.

Essa falsa consciência mascara evidentemente o seu papel de legitimador da ordem estabelecida, mas não nos impede de desnudá-la sempre que possível, como procuramos fazer nesta análise. Os meios de comunicação, da forma como estão estruturados, agem mais como apêndices do Estado, instrumentos das classes dominantes que são. E as classes dominantes não divergem no fundamental: a permanência do liberalismo político e econômico como lógica do sistema, ainda que seus caminhos nem sempre coincidam, como no caso do estabelecimento da censura à imprensa.

De qualquer forma, a democracia pode avançar, mesmo através de uma abertura outorgada e controlada, desde que nos seja possível explorar as contradições do próprio sistema, por meio de uma “guerra de posições”, como teorizou Antonio Gramsci, e que é, em nosso entendimento, ainda a estratégia mais adequada à busca da hegemonia pelas camadas médias e populares numa sociedade já tão imersa na lógica capitalista, como é o caso da nossa.

Se um novo sindicalismo foi capaz de emergir do bojo do autoritarismo mais cruel, ao ponto dos trabalhadores avançarem daí para a construção de um partido político; se a fraude nas apurações de 82 no Rio de Janeiro foi abortada com a ajuda de setores da própria classe dominante, ainda que por razões possivelmente comerciais (vide a ação do **Jornal do Brasil** no processo), e se a abertura de gênese lenta, segura e gradual chegou a ser ameaçada pelo povo nas ruas, pedindo as diretas-já, com o engajamento assumido de representantes poderosos da própria imprensa burguesa, é porque à diástole não se segue uma necessariamente uma nova sístole. Em outras palavras, os limites da democracia não precisam ser necessariamente aqueles previstos pelas classes dominantes.

No tocante aos meios de comunicação, há que se tentar ampliar a presença neles dos setores democráticos da sociedade civil, levando a “guerra de posições” até essa cidadela semi-inexpugnável das classes dominantes. No caso da radiodifusão, há toda uma luta pela revisão do sistema de concessões, passando pela elaboração de um novo Código Brasileiro de Telecomunicações. No campo da imprensa, há a necessidade urgente de, em primeiro lugar, ampliar a capacidade decisória dos

profissionais que nela militam e, em segundo lugar, abrir canais de auscultamento dos interesses populares, nela hoje escassamente representados. São indicativos de ação ainda tímidos, é forçoso reconhecer, mas que apontam na direção que acreditamos a mais adequada para esse momento de transição, em que a ruptura radical não está em nosso horizonte.²⁵

Afinal, na expressão feliz de Carlos Nelson Coutinho, em seminal ensaio sobre a *democracia como valor universal*, “a progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para avanços que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos”.²⁶

²⁵ Ver: *Proposta de Luta por Políticas de Comunicação para o Brasil*. In: **Boletim do IV Encontro de Faculdades de Comunicação Social e VII Congresso da Abepec**, 1983, p. 4-6. Ver principalmente o documento recente, elaborado pela Federação Nacional de Jornalistas, *Bases para um programa democrático para a comunicação no Brasil*. Brasília, 1995.

²⁶ Coutinho, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 9 (1978), p.33-47.

III.

As políticas nacionais de comunicação e a crise dos paradigmas*

I. Introdução

Dos anos 50 aos anos 70, boa parte das discussões acadêmicas e políticas sobre comunicação girou em torno da sua relação com os processos de desenvolvimento em países do Terceiro Mundo. Dos estudos hoje clássicos de Daniel Lerner e Wilbur Schramm, passando pela forte corrente difusionista até chegarmos às propostas críticas fundadas na rejeição dos modelos de integração ao capitalismo, marcadas pela teoria da dependência, preponderantemente latino-americana e com claras influências marxistas e anti-imperialistas, a comunicação passou por um fértil período de reflexões teóricas e ações políticas.

Durante essas décadas, a comunicação esteve imersa nas certezas bipolares proporcionadas pelo clima geopolítico internacional da época, o da Guerra Fria. Esquerda de um lado, direita do outro lutavam para impor em todos os confins do planeta suas visões do mundo, em campos de batalha reais e simbólicos: da divisão da Europa no pós-Segunda Guerra à divisão da Coreia e do Vietnã, das invasões da Hungria e Checoslováquia às intervenções militares na América Latina. Em todas essas batalhas era vital o domínio da comunicação pelos Estados. Corações e mentes de todos os povos: esses eram os alvos que generais, fardados ou não, buscavam atingir.

É, pois, nesse contexto que emerge o conceito de *políticas nacionais de comunicação*.¹ Ele emerge no âmbito da Unesco, o braço das Nações Unidas para questões de educação, ciência e cultura, como decorrência do

* Texto originalmente apresentado em reunião do *GT Mídia e Política*, do *Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA)*, em Salvador, de 20 a 22 de outubro de 1991. Publicado, sob o título "*Les Politiques Nationales de Communication e la Crise des Paradigmes*", in *L'Amérique et les Amériques*. Por Jacques Zylberberg e François Deméris (Orgs.), pp. 136-149. Saint-Foy (Québec): Les Presses de L'Université Laval, 1992

¹ A primeira referência de que se tem nota sobre a necessidade de políticas nacionais de comunicação ocorreu na Conferência Geral da Unesco de 1970, quando o diretor-geral foi autorizado a ajudar os Estados-membros a formular suas políticas relativas aos meios de comunicação de massa e outros processos de produção e difusão de informações na sociedade.

debate desenvolvimentista que dominou aquela organização durante quase três décadas. E, quando emerge, vem já tingido pelas cores da crítica ao capitalismo, inclusive, e principalmente, pela mudança que fora progressivamente ocorrendo na Unesco no período. Órgão de deliberação no qual inexistia poder formal de veto, a Unesco, com a descolonização havida no pós-Segunda Guerra, passara a contar com uma maioria expressiva de países recém-filiados, com suas representações naturalmente anti-imperialistas e com governos tendendo a formas socialistas de organização, ou, então, formas capitalistas não-alinhadas aos países centrais da América do Norte e Europa. Países até então hegemônicos na Unesco, à qual tinham imposto, desde os anos 50, a linha política liberal do *livre-fluxo da informação*, consistente com os princípios econômicos de livre-mercado. Agora, no entanto, naquele final de década de 60, era desenvolvida na Unesco uma linha política para a comunicação que previa, para o desenvolvimento da imprensa, do rádio e da televisão, dos satélites e outras novas tecnologias de comunicação, uma intervenção explícita dos Estado nacionais, direta e indireta, fosse pela exploração de meios estatais de comunicação, fosse por regulamentos e normas diversas que ajustassem os eventuais meios privados aos programas, objetivos e metas que compunham o planejamento governamental para toda a sociedade.

Objeto de diversos estudos e projetos nacionais, financiados, no todo ou em parte, pela própria Unesco², o conceito de *políticas nacionais de comunicação* foi, assim, ganhando corpo teórico e, principalmente, político, constituindo-se em um dos fulcros do amplo debate em torno da chamada *Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação*, o equivalente comunicativo do debate internacional sobre uma 'nova ordem econômica mundial'. A intensidade do debate e sua inevitável polarização ideológica chagaram a um tal ponto nos anos 70 que obrigaram a Unesco a buscar uma solução de conciliação, criando em 1976 uma comissão de alto nível, integrada por notórios especialistas internacionais do campo da cultura e da comunicação, de diversos matizes político-ideológicos, chamando para presidi-la ninguém menos do que um ganhador dos

² São exemplos desses estudos e projetos as publicações que a Unesco organizou nos anos 70 e que cobriram, entre outros, os seguintes países: Brasil, Irlanda, Suécia, Hungria, República Federativa da Alemanha, Costa Rica, Iugoslávia, República da Coreia, Índia e Peru. Também, desde 1978, a Unesco passou a manter um programa especial de apoio a pesquisas e projetos de comunicação - o *Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC)*.

prêmios Nobel e Lênin da Paz, o jornalista, político e jurista irlandês, Sean MacBride.³

II. Relatório MacBride

Sean MacBride, à frente de sua Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, apresentou, em maio de 1980, o seu relatório final⁴, um alentado volume, ambicioso em seu escopo - "estudar a totalidade dos problemas da comunicação nas sociedades modernas"⁵ -; impreciso e ambíguo em seus resultados - consequência quase natural do caráter e composição da comissão que o gerou -; mas muito provavelmente o mais completo e instigante trabalho já produzido sobre a problemática da comunicação no mundo contemporâneo, referência obrigatória para todos os interessados na questão.

Aguardado como a solução para o impasse político ideológico em que o tema da *Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação* se metera, juntamente com o debate sobre as *políticas nacionais de comunicação*, o *Relatório MacBride* terminou por sucumbir ao dito impasse.

Os anos 80, desde os seus primórdios, foram marcados de forma indelével pelas presenças de Ronald Wilson Reagan e Margareth Hilda Thatcher à frente, respectivamente, dos governos dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha; e por suas políticas neoliberais de desregulamentações e privatizações, tão bem sintetizadas na frase-símbolo do dublê de grande comunicador e presidente da maior potência industrial-militar do planeta: "*To take the government off the back of the people*".

"*Tirar o governo das costas do povo*" - assim Ronald Reagan repôs com maestria o mercado como o ente soberano regulador das trocas simbólicas e materiais, na melhor tradição do *laissez-faire* liberal.

³ Chamada *Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação*, ela era integrada por: Elie Abel (EUA), Hubert Beuve-Méry (França), Eleke Ma Ekonzó (Zaire), Gabriel García Marquez (Colômbia), Sergei Losev (União Soviética), Mochtar Lubis (Indonésia), Mustapha Masmoudi (Tunísia), Michio Nagai (Japão), Fred Isaac Akporuano Omu (Nigéria), Bogdan Osolnik (Iugoslávia), Gamal El-Oteifi (Egito), Johannes Pieter Pronk (Holanda), Juan Somavía (Chile), Boobli George Verghese (Índia), e Betty Zimmerman (Canadá).

⁴ Publicado em português sob o título **Um Mundo e Muitas Vozes - Comunicação e Informação em nossa Época**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

⁵ *Ibid.*, p. xi.

Escudado pela britânica Thatcher, Reagan abriu todas as baterias contra as redes de proteção do moderadíssimo Estado do bem-estar social norte-americano.

Visceralmente moldado pela indústria cultural, Reagan não poderia deixar de assestar as baterias também contra o debate posto pela Unesco em torno da nova ordem mundial da comunicação e da informação e das políticas nacionais de comunicação. Enxergando no debate, não sem uma certa acuidade ótica, a presença dominante de idéias marxistas, o presidente norte-americano liderou o movimento de esvaziamento da Unesco como foro privilegiado de debate e elaboração de propostas de mudanças nos cenários internacionais da comunicação. E o fez da maneira mais eficaz possível, começando por reduzir drasticamente os aportes financeiros com que os Estados Unidos, e seus principais aliados, sustentavam o orçamento daquela organização supranacional, até chegar ao ponto de retirar formalmente o seu país da Unesco, no que seria acompanhado, em seguida, pela Grã-Bretanha e pelo Japão.⁶

Assim, sufocado financeiramente, o debate das políticas nacionais de comunicação foi virtualmente varrido dos cenários acadêmicos e políticos, nos anos 80, pela onda neoliberal.

Mas, não foi só o neoliberalismo da Thatcher e Reagan que pôs em cheque o debate mundial sobre as políticas nacionais de comunicação e sobre uma nova ordem mundial da informação e da comunicação.

Em 17 de maio de 1979, em conferência proferida em Nova Iorque sobre "A Natureza da União Soviética e seu Papel no Mundo Hoje", o renomado economista e pensador marxista Paul M. Sweezy recorreu ao físico, historiador e filósofo da ciência Thomas S. Kuhn para abordar um tema até então não muito transparente: a crise do Estado soviético e o futuro do socialismo.⁷

⁶ Por conta destas ações, os anos 80 foram de considerável crise financeira para a Unesco, o que obrigou a organização a reduzir seus auxílios e a reorientar suas prioridades, eliminando progressivamente de sua agenda os chamados temas progressistas, de orientação terceiro-mundista.

⁷ Paul M. Sweezy, "A Crisis in Marxian Theory", *Monthly Review*, v.31, 2, June 1979, pp. 20-24.

Referenciando-se na obra clássica de Kuhn, **A Estrutura das Revoluções Científicas**,⁸ Sweezy lembrou que, para o físico, historiador e filósofo, o conhecimento científico não se desenvolve por meio de um processo gradual de acréscimos, "com um elenco de teóricos e pesquisadores erguendo o edifício científico tijolo a tijolo e sempre com base nas realizações de seus predecessores".⁹ Para Kuhn, a ciência avança por meio de revoluções, cada qual rejeitando muito do que fora feito e recomeçando sobre novas fundações.

"Seu conceito chave é aquele de 'paradigma', que significa toscamente um modo de se olhar a realidade - ou aquela parte da realidade que se abriga nos limites de uma dada ciência. Tomemos o exemplo melhor conhecido, o paradigma geocêntrico do cosmos, que dominou o pensamento humano por milhares de anos: estabelecia ele que todos os corpos celestes moviam-se ao redor de uma Terra fixa em seu centro. A astronomia baseada nesse paradigma foi desenvolvida e codificada no sistema ptolomaico e sustentou o campo até a revolução de Copérnico, que abandonou o paradigma geocêntrico pelo heliocêntrico".¹⁰

Sweezy sugeriu, então, que o marxismo, entendido como uma ciência da história e da sociedade, tinha em certos aspectos importantes atingido um estado de crise no sentido dado por Thomas S. Kuhn, isto é, na medida em que os Estados socialistas se desenvolviam nas décadas finais do século XX, mais e mais eles se afastavam, em suas práticas culturais, políticas e econômicas, das generosas expectativas levantadas pela teoria que lhes dera forma.

"Para Marx, o socialismo seria a sociedade de transição do capitalismo para o comunismo. Embora ele tenha deliberadamente evitado desenhar modelos, não há dúvida sobre o que Marx considerava como as mais fundamentais características do comunismo: ele seria uma sociedade sem classes, uma sociedade sem estado, e uma sociedade *de autêntica, e não meramente formal e legal, igualdade entre as nacionalidades, sexos e indivíduos*".¹¹

⁸ Thomas S. Kuhn, **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 3a. ed., 1995.

⁹ Sweezy, op.cit., p. 20.

¹⁰ Ibid., pp. 20-21.

¹¹ Ibid., p. 22.

Assim, como nenhuma das sociedades ditas socialistas se comportava como Marx e a maioria dos marxistas pensavam que elas se comportariam - as classes não tinham sido eliminadas, o Estado não só não desaparecera, como se tornara a mais central e dominante estrutura na sociedade -, Sweezy concluiu que o resultado era uma "profunda crise na teoria marxiana"¹², ou no paradigma marxiano de construção das sociedades.

A crise paradigmática tão bem posta por Sweezy no final dos anos 70 acabaria por provocar drásticas conseqüências no final dos anos 80, a partir do vertiginoso processo de mudanças desencadeado pela ascensão de Mikhail Gorbachev ao posto de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética - com suas políticas de transparência (*glasnost*) no plano cultural e simbólico, e de reestruturação econômica (*perestroika*) no plano da economia -, que culminaria com a queda sucessiva dos governos comunistas na Europa do Leste, nos dramáticos eventos políticos de 1989, cujos traços mais marcantes foram a derrubada do Muro de Berlim e o fuzilamento de Nicolau e Elena Ceascescu, na Romênia.

A "Revolução Retificadora" - assim Jürgen Habermas caracterizou o fim do "socialismo de Estado" na Alemanha Oriental, Hungria, Checoslováquia, Polônia, Romênia, Bulgária, além da própria União Soviética;¹³ uma revolução que aponta para um retorno às formas de democracia constitucional e a uma conexão com o mercado, mas que se caracteriza também por uma total falta de idéias que sejam inovadoras ou orientadas para o futuro,¹⁴ ao ponto de muitos dos seus mais entusiasmados adeptos ocidentais terem dela a visão simples de uma adesão incondicional à democracia representativa burguesa e, especialmente, à economia de mercado, marcas determinantes do paradigma liberal da construção das sociedades.

Revolucionárias ou não, as transformações na estrutura do socialismo de Estado, filho legítimo da revolução bolchevique, apresentaram desde o início uma radical inflexão nas políticas de comunicação postas em prática pelos governos comunistas desde que Lênin estatizou todas as formas de

¹² Ibid., p. 23.

¹³ Jürgen Habermas, "What does socialism mean today? The rectifying revolution and the need for new thinking on the left". *New Left Review*, n.183, September/October 1990, pp. 3-21.

¹⁴ Ibid, p. 5.

imprensa na jovem União Soviética, à luz do seu hoje clássico mote sobre o papel estratégico da comunicação no socialismo: agitar, organizar, fazer propaganda.¹⁵

Não foi sem propósito que os arquitetos da *perestroika* fizeram-na nascer acompanhada de um outro processo, tão ou mais importante do que ela em seu início, mas que foi sendo relegado às sombras na medida em que a questão econômica, o surgimento do mercado no socialismo, ia ganhando precedência. Tratava-se da *glasnost*, ou transparência, o braço simbólico da tentativa de Gorbachev de retificar a revolução bolchevique. O alvo da *glasnost* foi a consciência das pessoas, a ser progressivamente atingida por uma revisão profunda de conceitos, de práticas políticas, da própria história da União Soviética, por meio de informações mais livres dos controles estatais a que eram submetidas.

A *glasnost* era a crise do paradigma marxista projetada sobre os meios de comunicação, uma tentativa de revolução cultural pelo alto, mediada por uma imprensa, um rádio e uma televisão de informação que se aproximavam, às vezes celereamente, do modelo ocidental da reportagem dita independente.¹⁶

A *glasnost* abalou também as bases conceituais sobre as quais tinham se erguido os edifícios críticos da nova ordem mundial da informação e da comunicação e das políticas nacionais de comunicação, que reservavam ao Estado e às estruturas estatais papéis determinantes na formulação, implementação, acompanhamento e fiscalização dessas políticas.

III. Criticando as políticas

Em julho de 1976, em conferência sobre as "Perspectivas da Comunicação no Brasil", proferida durante o III Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC), realizado em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, dois professores e pesquisadores do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, Luiz Gonzaga Motta e Ubirajara da Silva, questionaram a validade das políticas nacionais

¹⁵ Sobre as idéias de Lênin a respeito da imprensa, ver Lênin, V.I., **A cerca de la prensa y la literatura**. Buenos Aires: Editorial Anteo, 1965.

¹⁶ Ver Igor Fesunenko, "A *perestroika* na imprensa soviética". In **Conferência&Debates**, v.2, pp. 135-153. Rio de Janeiro: IBM do Brasil, 1989.

de comunicação para países como o Brasil, e outros da América Latina, onde uma estatização crescente da economia se associara a formas autoritárias, ditatoriais, de governo. Publicada sob o significativo título "Crítica das Políticas de Comunicação: entre o Estado, a Empresa e o Povo",¹⁷ a conferência de Motta e da Silva antecipava, de certa forma, a crise paradigmática que seria, três anos depois, posta por Sweezy, e que iria explodir, com visto, com fogos, luzes e alguma violência no final dos anos 80.

Admitindo que a proposta da Unesco, de se lutar pela implantação de políticas nacionais de comunicação no Terceiro Mundo, inscrevia-se, ainda que moderadamente, na tradição crítica de reação ao liberalismo, e que, por isto, era defendida por setores de esquerda e progressistas, Motta e da Silva, mesmo assim, indagavam:

"A questão que se coloca para as forças progressistas é a seguinte: com quem ficar? Apoiar a estatização autoritária, que envolveria também a comunicação social (com todos os riscos que isto poderia acarretar), ou permanecer ao lado dos que defendem a comunicação liberal, e com ela a preservação dos meios de comunicação como porta-vozes da liberdade de expressão burguesa?"¹⁸

Os dois pesquisadores da UnB, ao tentar responder essas questões, colocavam como central a questão do Estado:

"A intenção da Unesco ... foi a de apresentar a sua proposta de implantação de 'políticas nacionais de comunicação' com uma forma aparentemente neutra. Entretanto, nenhuma política, nenhum planejamento pode ser politicamente neutro. Por trás de cada planejamento há sempre um Estado, e este planejamento reflete, necessariamente, a ideologia desse Estado. As condições, portanto, para a implantação de políticas de comunicação variam conforme variam as orientações político-ideológicas do Estado que pretende implantá-las".¹⁹

¹⁷ Luiz Gonzaga Motta e Ubirajara da Silva. *Crítica das políticas de comunicação: entre o Estado, a empresa e o povo*. In **Comunicação de Massa: o impasse brasileiro**, pp. 183-206. Por R.A. Amaral Vieira (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

¹⁸ Ibid., p. 187.

¹⁹ Ibid.

Motta e da Silva, na tentativa de resolver o impasse decorrente da questão do Estado, colocaram na posição de buscar, teoricamente, uma saída diversa daquela posta pelo debate entre estatização autoritária e democracia liberal. Eles sugeriram, então, a participação independente de setores e interesses populares no debate entre estatização e privatização dos meios e mensagens de comunicação, e propuseram um "retorno à cultura brasileira" como uma "terceira opção" para os profissionais e teóricos da comunicação:

"Mas o termo 'cultura brasileira' não é tomado como conceito abstrato ou elitista, nem se confunde com o conceito falsamente integrador da cultura brasileira que, por muito tempo, mascarou a existência de diferentes expressões culturais correspondentes a classes sociais antagônicas. Nem se refere apenas à cultura-folclore. O compromisso de profissionais e teóricos da comunicação deve ser com a cultura brasileira que emana de baixo para cima, aquela que corresponde às classes que historicamente sempre estiveram subjugadas".²⁰

Em conclusão, escreveram Motta e da Silva:

"É pois a partir da cultura brasileira que se deve repensar a comunicação no Brasil. Não se trata apenas de uma substituição de conteúdos. É preciso impregnar a legislação, a organização do trabalho, a formação profissional, a crítica, e até mesmo adequar a tecnologia profissional de comunicação às especificidades da cultura brasileira e às lições de resistência da cultura popular".²¹

Se Motta e da Silva foram à época inespecíficos em suas proposições de alternativas ao então vigente conceito de políticas nacionais de comunicação, substituindo a especificidade por um discurso de acentuada coloração retórica, seu diagnóstico era preciso e o remédio que indicavam apresentava-se como o mais adequado: o desafio era, então, como o é ainda hoje, marcadamente teórico.

No momento mesmo em que este texto foi originalmente escrito, entre agosto e setembro de 1991, a ainda existente União Soviética sacudia mais uma vez o cenário político internacional, com uma tentativa de golpe contra Mikhail Gorbatchev, quando, por três vertiginosos dias, o mundo

²⁰ Ibid., p. 188.

²¹ Ibid., p. 206.

foi levado de volta a uma ameaça real de retorno à Guerra Fria, assistindo as imagens do povo russo erguendo-se contra tanques e carros blindados, e testemunhando, graças à sempre mágica instantaneidade da televisão, o retorno ao poder de um combalido Gorbatchev, sua figura alquebrada literal e metaforicamente dominada pela corpulência, naquela momento ainda mais saliente, de um vitorioso Boris Yeltsin, feito de súbito líder da 'revolução retificadora' que, finalmente, parecia se consumir, do povo para cima, no coração do que fora um dia o palco central da revolução bolchevique, esperança de dias melhores para uma parcela significativa da humanidade.

Do susto provocado pela derrubada de estátuas, até mesmo de Lênin, em vários pontos da, ainda, União Soviética, o mundo passou ao susto muito maior da suspensão das atividades do Partido Comunista soviético, enquanto ela própria, a União, era abalada, de forma definitiva, pela independência unilateral da maioria de suas repúblicas.²²

Assim, o que fazer? Voltar à teoria é a resposta que me aparece como a mais imediata, antes de que sejamos todos convencidos de que chegou mesmo o fim da história, e de que nada mais nos cabe fazer agora do que passivamente testemunhar o triunfo da positividade, a afirmação da ordem e do progresso sobre a crítica, sobre a dúvida como o móvel da prática que impulsiona as mudanças na condição humana.²³ Voltar à teoria é, então, o que proponho adiante, de uma forma incipiente, mas que, espero, contribua para iluminar algumas questões de cujas respostas estamos carentes, nesses tempos, paradoxais, de férteis perplexidades diante do desafio da construção de novos paradigmas.

IV. A questão do Estado

O Estado é a categoria explicativa da realidade hoje mais profundamente em crise. Do Estado do bem-estar social das democracias constitucionais ao Estado autoritário do socialismo real que sobreviveu ao fim da União Soviética, por exemplo, na China e em Cuba, é profunda a crise de legitimidade do poder estatal convencional. Em seu lugar, impera o mercado como o mais capaz regulador das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

²² **Time - Special Report.** "The Russian Revolution", August 1991, n.35, September 2, 1991, p. 29.

²³ Ver Perry Anderson, **O Fim da História - de Hegel a Fukuyama.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

O fim do Estado sempre foi, porém, e paradoxalmente, um traço de união entre os pensamentos utópicos radicais - o anarquista, o libertário e o comunista. O fim do Estado permanece, pois, como um objetivo último a ser atingido, ainda que sejam opacos os caminhos que se abrem nesses tempos de aparente esgotamento das energias utópicas tradicionais.

Todos aqueles, no entanto, que, mesmo diante da opacidade, da intransparência dos tempos atuais,²⁴ não abrem mão da crença na democracia social, com justiça e solidariedade, sabem que não estão no mercado, na ideologia do consumo, as chaves da liberdade.

Assim, às categorias dominantes de *Estado* e *mercado* como reguladoras da condição humana contraponho aqui uma categoria renovada de *esfera pública*,²⁵ que se confunde com a de *sociedade civil*, como o lugar privilegiado das contradições, dos conflitos, das disputas por hegemonia nos diversos planos sociais: na cultura, na política, na economia.

Se opto pela categoria esfera pública é porque entendo ser ela a que se ajusta melhor ao tema deste texto sobre as políticas nacionais de comunicação e a crise dos paradigmas; crise que não é apenas, destaque-se, exclusiva do paradigma da sociedade comunista, mas que atinge também o paradigma das sociedades de mercado, na forma de um conceito de progresso²⁶ que faz multiplicar no centro e na periferia capitalistas populações pobres, marginalizadas dos benefícios de um desenvolvimento progressivamente desigual.

As políticas nacionais de comunicação foram originalmente configuradas como instrumentos de Estado para assegurar, juntamente com outras políticas estatais, o desenvolvimento homogêneo e pleno das nações e seus povos. As políticas de comunicação devem ser hoje pensadas como **políticas efetivamente públicas**, formuladas não a partir de um centro incrustado no coração do Estado, mas sim a partir do embate de posições antagônicas no âmbito da esfera pública e transportadas daí para a prática do que vou chamar aqui, ainda que a título de provocação política e

²⁴ Ver Jürgen Habermas, "A nova intransparência - a crise do Estado do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas". *Novos Estudos Cebrap*, n.18, Setembro 1987, pp. 103-114.

²⁵ Ver Jürgen Habermas, **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

²⁶ Ver Boaventura Sousa Santos, "A crise do paradigma". In **Direito Achado na Rua**, pp. 65-78. Por José Geraldo de Sousa Jr. (org.). Brasília: Editora da UnB, 1987.

intelectual, de **Estado mínimo sob máximo controle público**, ou seja, um Estado permanentemente em cheque pelas forças adversárias na sociedade.

Uma esfera pública assim concebida é a exacerbação da comunicação, na forma do mais radical debate democrático, que hoje se torna, potencialmente, cada vez mais possível graças ao desenvolvimento acelerado das tecnologias e processos constituintes de novos meios de comunicação. É esse desenvolvimento que traz consigo o referido potencial de re-constituição de uma esfera pública significativamente mais democrática do que se tem hoje, a partir da qual a sociedade poderá exercer, publicamente, o máximo controle sobre as instituições estatais.

Em suma, o tema das políticas de comunicação, uma vez compreendidos seus antigos componentes *nacional-estatais*, permanece atual e relevante, desde que saibamos - aqueles comprometidos com seu estudo e sua prática - tirar o máximo proveito da crise paradigmática em que estamos metidos, porque é justamente pela consciência dessa crise que poderemos fazer fluir de novo, pelas veias, e teias, de nossas sociedades, o sangue e a energia vital das sempre vivas, e indispensáveis, utopias.

IV.

Estatismo: doença senil do esquerdismo*

1. Introdução: sobre o estatismo

O tema do estatismo, o lugar do Estado na contemporaneidade, surge como um dos mais estimulantes neste momento da crise paradigmática, posta no capítulo anterior, dedicado às políticas nacionais de comunicação. Este tema é aqui repisado, inspirado pela proposta de governo do Partido dos Trabalhadores para a comunicação social, na eleição presidencial de 1994, e abordado a partir de dois modos diversos, mas complementares, de enfocar a transição por que passava o Brasil naquela metade de década:

a) o primeiro modo está centrado na transição estrutural de longo alcance que está a se processar no campo das comunicações, e que nele começa a produzir profundas transformações políticas, de mercado, culturais e tecnológicas. Tais transformações já começam a dar forma em todo o mundo, inclusive no Brasil, a importantes grupos empresariais com características 'multimídia' - isto é, grupos que são um tanto comunicação de massa, um tanto telecomunicações e um tanto informática -, resultantes de algumas das maiores transações financeiras de toda a história do capitalismo;

b) o segundo modo é o que vê a transição enquanto continuidade do processo político que o Brasil está a viver, de construção democrática, notadamente a partir do Congresso Constituinte de 1988, e que teve mais um momento de decisão na eleição presidencial de 3 de outubro de 1994.

O momento contemporâneo, no qual se processam essas duas transições, é um momento muito singular na história da humanidade, só comparável àquele das transições do modo de produção feudal para o capitalismo mercantil; da produção pequeno-burguesa artesanal para a produção industrial fabril; do absolutismo político para a democracia liberal; da expressão cultural preponderantemente escrita para a expansão do audiovisual, nas formas iniciais da fotografia, do rádio-sinal, do cinematógrafo, evoluindo em poucas décadas para a forma dominante da televisão.

* Capítulo baseado no texto apresentado no painel "A disputa da Comunicação de Massa na Transição do Brasil em 94", durante o Seminário *A Sedução da Mídia*, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco, em Recife, nos dias 18 e 19 de março de 1994.

Isto se dá não só porque estamos com um pé no século XXI, conforme a metáfora que hoje a todos envolve e empolga, pois de certo modo o século XXI já começou. E começou em 1985, quando Mikhail Gorbatchev assumiu o cargo de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. Na verdade, começou até mesmo um pouco antes, no fim dos anos 70, mais precisamente em junho de 1979, quando, na conferência mencionada no capítulo anterior, Paul M. Sweezy já admitia claramente a falência do modelo econômico e político do chamado “socialismo real”; conferência que, de certo modo, anteviu os esforços desesperados de Gorbatchev e sua equipe - todos assumidamente marxistas-leninistas - de salvar, em meados da década de 80, a revolução liderada por Lênin em outubro de 1917 e a união socialista que dela resultara.

Baldados os esforços do último líder soviético, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, consumado em 1992, pode ter sido exatamente o que faltava para a salvação do socialismo enquanto ideologia e projetos políticos. E isto é *dialética*, a boa dialética clássica, que Marx buscou em Hegel para, depois, invertê-la. A dialética que tinha sido engessada pelo socialismo real, auto-intitulado comunismo; comunismo este que, por sua vez, inventara, antes de Francis Fukuyama, o fim da história, embora com o sinal trocado.

Hoje, a esquerda democrática em todo mundo está novamente livre para pensar, para criar, sem amarras, sem dogmas e fundamentalismos, sem o medo de ser flagrada em pecado por professar uma religião que, paradoxalmente, não admitia a existência de um Deus. Mas, a esquerda ainda tem, e é natural que isto ocorra, dificuldades para entender esta nova realidade, e prefere, por isto, a segurança dos dogmas do passado do que a incerteza, dialética, da construção do futuro.

2. O Programa de 1994: confusões conceituais

As dificuldades acima referidas podiam ser encontradas no programa preliminar de governo do Partido dos Trabalhadores, escrito para as eleições presidenciais de 1994.

A primeira proposta do programa do PT para a “ democratização da comunicação social” estava toda voltada para o que ali era chamado de “sistema estatal”. Este viés marcadamente estatista da proposta em questão refletia, além de conservadorismo, uma falta de confiança de determinados setores da esquerda na capacidade de auto-determinação da sociedade.

O que ia ali descrito como “sistema estatal” referia-se, parece, ao que então estava concentrado nas mãos da Fundação Roquete Pinto, constituindo o sistema de rádios e televisões ditas educativas, espalhadas por todo o país, mais as emissoras existentes nas mãos da Radiobrás, a Empresa Brasileira de Comunicação, cujo poder de radiodifusão esteve sempre voltado principalmente para as regiões Norte e Centro-Oeste, controlando ainda uma agência de notícias de âmbito nacional.

Entretanto, o que estava proposto no programa como “sistema estatal” deveria, entendo, constituir a base de um *sistema público de comunicação* para o Brasil. Jamais, enfatizo, a base de um sistema estatal. Ao Estado, mesmo na democracia que esteja idealmente transitando para o socialismo, não cabe controlar, ser proprietário de meios de comunicação. Ao Estado, definido restritivamente como o conjunto das instituições executivas, legislativas e judiciárias, de governo, cabe dispor, isto sim, de uma eficiente, democrática, transparente estrutura de assessorias de comunicação social, de relações com a sociedade. Estrutura à qual caberá interagir com os meios de comunicação públicos e privados, embora não exclusivamente, já que a interação terá que se dar também com outras instâncias organizadas da sociedade.

O público é, portanto, diverso do estatal.

O público somos nós, a sociedade civil organizada em suas associações profissionais, seus sindicatos, suas instâncias comunitárias. Público que inclui também as entidades empresariais assemelhadas. Todos juntos constituímos uma esfera pública política, na qual se dá o embate pela hegemonia sobre as instituições estatais.

Mas, um sistema público de comunicação, mesmo no capitalismo, deve ser sempre associativo, cooperado, sem fins lucrativos, sempre descentralizado, jamais regido pelo mercado exclusivamente. Se estamos todos numa esfera pública disputando o poder de Estado, lutamos, socialistas e liberais, pela construção de instituições sociais diferentes. Um sistema público, não estatal, de comunicação, no capitalismo, não tem donos que não sejam cooperados, e não tem cooperados que operem pelos lucros. Um sistema público, não estatal, no capitalismo, não opera pelas regras da propaganda; ele não faz do anúncio comercial o seu meio exclusivo de financiamento. Mas ele pode veicular o anúncio institucional, e ele deve ter financiamentos estatais, por conta de taxas especiais ou fundos dedicados. E ele pode, e deve, sempre que possível, estabelecer

uma relação de contrapartida financeira com o seu público, na forma de doações e assinaturas. Ele só não pode ter um dono, seja a burocracia estatal, seja o capitalista privado.

Só que o programa preliminar de governo do Partido dos Trabalhadores, para 1994, em outra passagem, confundia mais ainda o leitor, pois trazia, em suas formulações, a proposta de criação de um “sistema público de comunicação”, que, no entanto, era definido como tendo “formas estatais e sociais de propriedade”. Mas, afinal, o que, efetivamente, se propunha nessa passagem? Aparentemente, o mesmo “sistema estatal” que, não sem razão, abria o programa. Não obstante, a confusão conceitual era ainda agravada pela proposta de existência de uma “forma social de propriedade”, difícil, se não impossível, de ser identificada em nosso direito administrativo.

Mais adiante, lia-se no programa:

“O sistema público de rádio e televisão [que assim definido não tinha surgido até então] de **propriedade da União** (ênfase minha) (...)”.

Aqui, agravava-se a confusão conceitual. Mas, esta não era, acredito, fortuita, acidental. Ela decorria da dificuldade enorme que a esquerda ainda hoje tem de libertar-se da “estatolatria” de origem leninista, decorrente por sua vez de um livro marcadamente conjuntural - **O Estado e a Revolução**. Dificuldade enorme para absorver a dura realidade de que o avanço político hoje para o socialismo - a sociedade da solidariedade econômica, da propriedade cooperada e associativa, da democracia política mista, direta e representativa, dos mercados regulados por políticas amplamente debatidas e formuladas na esfera pública - passa necessariamente pelo diálogo, teórico e no concreto, com o liberalismo.

Liberalismo que, ele próprio, vive também a sua própria transição na contemporaneidade.

3. Crise e capitalismo

No dia 19 de março de 1994, jornais brasileiros publicaram relatos sobre a passagem pelo Brasil da ex-primeira ministra da Inglaterra, Margareth Hilda Thatcher. Junto com esses relatos, os jornais publicavam também, como sua principal notícia política, a morte iminente da revisão constitucional. Paradoxalmente, a viagem da sra. Thatcher, ou Lady Thatcher, pois ela é hoje baronesa desta coisa estranha, exótica, por vezes

escandalosa, que é a Coroa Britânica, tinha sido paga regiamente, programada para aquela exata época pelo baronato da indústria brasileira, destinada a causar impacto fulminante na revisão constitucional. A baronesa Thatcher chegaria aqui como musa do neoliberalismo, enquanto seu colega de doutrina neo-liberal, o ex-ator e ex-presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Wilson Reagan, permanecia na Califórnia, como “stand by”.

Só que tanto a musa Thatcher quanto o ex-galã Reagan já estavam, como estão, muito envelhecidos. Não possuíam mais o mesmo charme do início dos anos 80, do mesmo modo que a revisão constitucional brasileira apresentava, naquele início de 94, visíveis sinais de envelhecimento, de perda precoce de charme.

No ano de 1993, em matéria de capa, a revista norte-americana **Time** trouxe como manchete a afirmação contundente: “*A Ilha do Desespero*”. Não se tratava, porém, de uma reportagem dura sobre a crise do socialismo e a derrubada iminente do ditador Fidel Castro em Cuba. Tratava-se, ao contrário, de uma dura reportagem sobre o desastre social provocado pelo chamado “thatcherismo” na Inglaterra.

Desemprego estrutural como jamais visto, desindustrialização, indicadores sociais declinantes, e assim por diante. E quem se desse ao trabalho de acompanhar, então, o noticiário político-econômico do chamado Primeiro Mundo iria encontrar um número expressivo de matérias semelhantes sobre os mais diversos países, inclusive Japão e Alemanha. Bill Clinton não tornou-se presidente dos Estados Unidos, em 92, por acaso, ou porque George Bush era um adversário fraco, sem carisma. A vitória dos democratas naquela eleição presidencial significou uma mudança, ainda não muito visível, na agenda capitalista mundial. Mudanças que sinalizavam um enfraquecimento da onda neoliberal e um retorno, ainda que discreto, a políticas sociais-democratas com maior presença estatal.¹

4. Capitalismo e novas tecnologias

¹ À vitória do democrata Bill Clinton, para um primeiro mandato, nos Estados Unidos, em 1994, seguir-se-iam, nos anos seguintes, vitórias de governos social-democratas na França e na Inglaterra, em 97, bem como na Alemanha, em 98, todas colocando, em maior ou menor grau, pontos de divergência com a agenda neoliberal, ainda que de longe do rompimento com ela.

Esta mais nova crise do capitalismo é, em grande parte, a crise das chamadas novas tecnologias, particularmente as novas tecnologias de comunicações.²

E os jornalistas, como também todos os profissionais das comunicações, estão no meio, no coração mesmo desta crise.

A transição tecnológica que estamos vivendo - que começou, na forma atual, com a invenção do microchip; que passou pelo maior erro estratégico já cometido pela IBM; erro para seus próprios interesses, benefício para boa parte das sociedades, o de fazer aberta a arquitetura do seu computador pessoal; que chegou à invenção da fibra óptica, canal natural para a impulsão a laser do sinal digital; que desembocou na hipótese hoje se tornando realidade de um mundo ligado por estradas eletrônicas - esta transição é a grande disputa de poder que estava diante de nós, em 1994, no Brasil, como continua diante de nós, agora.

Paradoxalmente, essa importante questão surgia apenas de forma acessória no programa preliminar do PT, no que tangia à questão da democratização da comunicação social. Lá a ênfase maior, no embate proposto com o “sistema privado” de comunicação, estava no projeto da “Lei da Informação Democrática”, a LID, um bem intencionado esforço de regulamentar o atual capítulo de Comunicação Social da Constituição, mas que vinha revestida de um tríplice equívoco: conceitual, por tratar sob uma mesma lei questões muito diversas; político, por reunir contra você, ao mesmo tempo, todos os potenciais inimigos; e estratégico, por não estar embasada claramente num referencial de política pública.³

No Brasil dos anos 90, já tínhamos uma das mais sofisticadas infra-estruturas mundiais de telecomunicações; no Brasil dos anos 90, já dispúnhamos de um considerável parque instalado de informática, contendo uma agressiva indústria de software; no Brasil dos anos 90 já tínhamos uma mídia tão sofisticada quanto pouco democrática. Mas, no Brasil da metade dos anos 90, ainda tratávamos estas questões como se pertencessem a mundos diferentes. Só que estes mundos já estavam se

² Crise que atingiria seu ponto máximo no segundo semestre de 1998, depois dos debacles sucessivos das bolsas asiáticas, de Hong Kong, Malásia, Indonésia e Japão, atingindo também, com grande intensidade, o Brasil.

³ A proposta da Lei da Informação Democrática não sobreviveu à agenda vencedora do candidato eleito, em 94, Fernando Henrique Cardoso, para as comunicações. Dela resta hoje, de concreto, apenas o projeto de uma nova lei de imprensa. Mas, grande parte das questões levantadas na LID deverão ressurgir quando do envio, pelo Executivo, no início de 99, conforme prometido, do seu ante-projeto da Lei da Comunicação Eletrônica de Massa.

digitalizando de um tal modo que muitas pessoas, ainda que de classe média, já conseguia ter em casa um computador que não se sabia muito bem se era máquina de escrever, se era banco de dados, se era fax ou um aparelho de som. Ou, ainda, se era uma máquina copidora ou uma televisão, ou ainda um correio particular, porque na realidade ele era um pouco disto tudo.

Esta realidade das chamadas novas tecnologias era, então, como é hoje cade vez mais, uma parte importante da nossa realidade brasileira. E para enfrentá-la não se tratava, como estava no documento do PT de 1994, de se buscar um “equilíbrio na instalação de equipamentos de alta sofisticação e serviços básicos que beneficiarão milhões de brasileiros” - numa separação absurda entra alta tecnologia e tecnologia popular, como se tivéssemos que reservar os telefones públicos, digitais, a cartão, desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, para os ricos, e os velhos orelhões de fichas para os pobres dos subúrbios e das periferias.

A opticalização e digitalização das redes públicas de telecomunicações no Brasil haviam sido iniciadas na década de 80, e foram aceleradas desde então. O surgimento dos serviços de televisão a cabo precisa ser estimulado, para resultar em redes complementares, únicas e públicas, levando o benefício das “estradas eletrônicas” ao número maior possível de pessoas, do Leblon à Rocinha, para exemplificar, ao invés de consagrá-las como privilégio exclusivo de quem pode pagar até 60 reais por uma assinatura mensal de um serviço de televisão por assinatura. E a sociedade tem que estar pronta para fazer valer os benefícios das centenas de canais de acesso público e de interesse público que já estão disponíveis nas redes de TV a Cabo.

*Redes interativas de alta capacidade e velocidade, comutação indiscriminada, serviços de vídeo-conferência - isso tudo beneficiando escolas, universidades, hospitais e bibliotecas. Acesso quase universal a bancos de dados, particularmente aqueles contendo informações de natureza pública. Aí está, enfim, uma visão daquilo que é o cenário da disputa na comunicação de massa na transição do Brasil em 1994.*⁴

⁴ Quando este artigo foi escrito, no início de 1994, a Internet era apenas uma rede acadêmica, que parecia longe de se tornar o fenômeno social, econômico, cultural e político que viria a ser desde então. O autor manteve, aqui, a forma original deste parágrafo, como modo de assinalar a velocidade e a imprevisibilidade que marcaram a presença da rede mundial de computadores no cenário das comunicações em todo o mundo a partir de 1995, com a explosão do World Wide Web e do seu primeiro navegador amigável, de massa, o Netscape.

A verdadeira sedução da mídia - tema principal do Seminário que originou este texto - é, para os profissionais da comunicação, o seu potencial democrático. E os jornalistas devem estar preparados para intervir nesta disputa, ao lado de outras categorias profissionais, forçando o esgarçamento da democracia nas comunicações brasileiras. Mas que o façam finalmente livres do que foi aqui chamado de “estatismo, doença senil do esquerdismo”.

V.

Os meios de comunicação de massa na construção da cidadania *

É um privilégio muito grande comparecer, como painalista, a esse evento de instalação do Conselho Municipal de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre.

Registro, porém, minha decepção por não ver nesta mesa sequer um representante dos proprietários dos meios de comunicação do estado do Rio Grande do Sul. Como discutir, em sua inteireza, o papel dos meios de comunicação de massa na construção da cidadania, sem ouvir o que pensam aqueles que detêm o direito, em muitos casos quase exclusivo, de informar e formar a cidadania nas sociedades contemporâneas?

Minha decepção é maior ainda porque, entre os anos de 1991 e 1994, tive o privilégio de participar daquela que é a mais importante experiência de debate e consecução de uma política pública de comunicações no Brasil, e sua correspondente legislação: a experiência da legislação que orientou a implantação da televisão a cabo em nosso país.

Durante aqueles três anos vi, por exemplo, sindicalistas se defrontarem com empresários, e com técnicos da então Secretaria Nacional de Comunicações, do extinto Ministério da Infra-estrutura, numa pioneira audiência pública, em 2 de julho de 1991, cada uma das partes sem saber muito o que fazer com a outra naquela insólita, porque inédita, situação. Mas vi também, passada a estupefação inicial, sindicalistas, empresários e autoridades governamentais vencerem progressivamente seus preconceitos originais, pondo de lado rugas passadas e estereótipos de décadas, engajando-se num processo de negociação, não apenas por conta de algum elevado sentido de interesse público das partes envolvidas, é preciso dizer, mas por conta da certeza de que na democracia será cada vez mais difícil para alguém entrar - que me seja perdoada a metáfora vulgar - “chutando a porta do Ministério”, para arrancar de lá a portaria, o decreto, ou o que for, do seu interesse particular.

Na democracia, é necessário o debate, a busca do consenso, antes do embate normativo final, seja no âmbito do executivo, do legislativo, ou do

* Texto apresentado durante a solenidade de instalação do Conselho Municipal de Comunicação, em Porto Alegre, no dia 31 de agosto de 1994.

judiciário.

Foi este, aliás, o espírito que presidiu, em julho de 1994, a realização em Brasília do Seminário *O Jornal em Tempo de Transição Técnica e Política*, organizado, de forma inédita, e histórica, pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Durante dois dias, na capital da República, patrões e empregados abandonaram as discussões corporativas tradicionais, centradas nas pautas trabalhistas, principalmente salariais, para debater conceitos jornalísticos fundamentais, da ética à tecnologia, passando pela questão vital da formação da cidadania.

Não me cabe, porém, ir além do que já fui no registro da ausência neste painel dos proprietários dos meios de comunicação. Sou um convidado e a um convidado compete a fina educação de não se envolver, mais do que já me envolvi, nos assuntos dos meus anfitriões. Fica, porém, o registro. E sigo adiante.

Em primeiro lugar, quero enfatizar que vejo a criação deste Conselho Municipal de Comunicação como tendo uma importância muito maior do que aquela que se circunscreve aos seus objetivos específicos, a seguir registrados:

- *exercer um papel de vigilância cívica em relação ao cumprimento das disposições constitucionais sobre a matéria no âmbito do município;*

- *debater o impacto cultural, político e econômico das novas tecnologias de comunicação no município, notadamente a TV a cabo e a implantação das “estradas eletrônicas”;*

- *analisar a qualidade do que é veiculado nos Meios de Comunicação de Massa com destaque para a programação das emissoras de rádio e televisão, e suas adequações às demandas porto-alegrenses;*

- *estimular o debate político sobre as questões suscitadas pelos Meios de Comunicação de Massa na contemporaneidade.*

Esse tempo histórico que foi acima chamado de *contemporaneidade*, mas que eu prefiro chamar de *transição pós-moderna*, tem como uma de suas características mais fundamentais a crise de legitimidade por que passam as democracias representativas de massa. Crise marcada, mesmo nos sistemas parlamentaristas distritais puros, pelo crescente

distanciamento entre eleitores e eleitos, que tem seu efeito mais perverso no baixo índice de comparecimento às urnas naqueles países, desenvolvidos, onde o voto não é obrigatório. A democracia da eleição periódica de massa como forma quase exclusiva de manifestação popular sobre o controle democrático do Estado é uma instituição em estágio, acredito, pré-falimentar.

Eu direi até um pouco mais: ela é apenas uma outra demonstração da falência progressiva do projeto sócio-cultural da modernidade como um todo, juntamente com o descontrole ético da ciência positiva; dos graves déficits sociais estruturais refletidos na Biafra da minha infância à Ruanda da adolescência das minhas filhas; sem falar no totalitarismo estatal que destruiu a mais libertária das utopias iluministas, o comunismo sem Estado; e assim por diante.

Benditas, porém, sejam as crises tão profundas como estas, porque elas não nos deixam outras chances que não a de enfrentá-las sem temor, na busca de soluções radicais. Soluções, porém, que, se nunca passaram pelo incrementalismo alienante dos liberais, também já não mais podem passar pelo messianismo igualmente alienante das correntes de esquerda que, de tanto repetir as mesmas respostas, esqueceram-se que *a maior virtude da dialética é nos obrigar a fazer perguntas*.

A re-invenção da democracia enquanto valor universal passa - e este é o meu argumento principal - pela re-invenção da esfera pública, aquela categoria política com que os burgueses arrombaram as portas e os muros das cortes absolutistas, e que também podemos chamar de sociedade civil enquanto na transição pós-moderna, reconhecendo que a luta democrática é um processo enraizado em nosso cotidiano, na relação homem/mulher, pai/filho, humanidade/natureza, homo/heterossexual, negro/branco, católico/protestante, e não apenas, como era costume pensar, na relação patrão/empregado. Uma esfera verdadeiramente democrática é aquela que resulta, portanto, da politização mais radical da vida. Politização que somente terá lugar naquelas sociedades capazes de se organizarem do modo mais extenso possível, em sindicatos, associações de pais, grupos de consumidores, uniões estudantis, movimentos sociais variados, entidades profissionais, comitês contra a fome e a miséria, prefeituras de bairro, organizações não-governamentais, ou o que mais nossa imaginação criadora permitir.

Esta transição pós-moderna, prelúdio do que chamarei aqui, na falta de um melhor nome, de *Futuridade* - o novo enquanto processo

permanente de mudança, e não o novo funcional tendente à cristalização como ocorre no que foi chamado de modernidade - é, portanto, a etapa durante a qual deveremos buscar a descentração mais absoluta, modo contemporâneo de submeter o Estado ao máximo possível de controles públicos. E os conselhos, tais como este ora instalado, estão entre os instrumentos mais eficazes dessa descentração, como formas democráticas que aproximam a sociedade das instâncias decisivas do poder. Os conselhos, de que são também exemplos as câmaras setoriais em nível federal, têm que ter, pois, o seu papel reforçado cada vez mais em nossos projetos democráticos, como instâncias intermediárias entre a democracia direta ideal e a democracia de massa meramente representativa, hoje virtualmente falida.

Sociedade democrática é sociedade organizada; sociedade democrática é sociedade participativa.

Prefiro, porém, o conceito de esfera pública ao de sociedade civil para denotar essa sociedade organizada e participativa, decorrente do que chamei de politização radical da vida, porque esfera pública qualifica melhor historicamente a presença da comunicação na política e, conseqüentemente, na formação da cidadania.

Justifico ainda essa preferência, tomando a liberdade de lançar aqui mão de parte das reflexões que fiz em Brasília, durante o Seminário organizado pela ANJ e pela FENAJ, já que tanto lá quanto aqui a questão fundamental sobre a qual me coube discorrer foi justamente a relação meios de comunicação e cidadania. Ainda que no Seminário de Brasília a relação estivesse restrita quase que exclusivamente ao meio de comunicação que chamamos de *jornalismo*.

Lembrava-me eu, em Brasília, de que, quando comecei no jornalismo, em Curitiba, repórter primeiro da **Tribuna do Paraná**, setorista de futebol, e depois na reportagem geral de **O Estado do Paraná**, sempre me assustou o privilégio que tinha, munido no máximo de uma credencial assinada pelo chefe de redação, de usar toda a minha agressividade nas perguntas feitas aos dirigentes dos clubes, e aos atletas, ou, então, de entrar sem muita cerimônia na sala de visita da casa de um vereador, há poucas horas assassinado, para perguntar à viúva “como ela se sentia depois daquela tragédia”, nos termos da pauta feita às pressas pelo chefe de reportagem.

Aos poucos fui descobrindo, jornalista forjado na prática, embora

também estudante do que ainda não se chamava Comunicação - e esta é uma reflexão que compartilho permanentemente com meus alunos até hoje -, que aquele privilégio que eu exercia não vinha de graça. Ele era, na realidade, equivalente a um **mandato** que a sociedade me outorgava para, em seu nome, informá-la sobre temas relevantes capazes de equipá-la, enquanto conjunto de vontades individuais, a exercer seu direito de **cidadania**.

Imensa responsabilidade, pois, esta que o liberalismo legou para o jornalismo: a de **informar para formar a cidadania**.

Jürgen Habermas, filósofo contemporâneo, talvez o maior pensador a se debruçar hoje sobre os temas da razão e da modernidade, tem na sua tese de livre-docência, **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, de 1961, a principal obra já escrita sobre as origens da imprensa moderna no ápice das revoluções burguesas, instância definitiva para que os burgueses e seus homens de letras, sujeitos das discussões políticas dos cafés, salões e círculos de comensais, arrombassem também com o poder da palavra as muralhas da intransparência autoritária das cortes absolutistas.

Nessa mesma época, os pais fundadores da república norte-americana se degladiavam entre o desejo de uma confederação, que desse o máximo de autonomia política e econômica às antigas colônias inglesas, e uma ordem federativa, que defendida por homens como Benjamin Franklin, George Washington e Alexander Hamilton, encontrava o contraponto no receio de Thomas Jefferson de excessiva concentração de poder no estado centralizado. Vencedores os federalistas, eles concordaram, no entanto, em inscrever na Constituição de 1789 uma *Carta de Direitos*, promulgada em 1791, voltada à proteção do indivíduo contra os eventuais abusos de um poder central, composta por dez emendas. Importante é chamar a atenção aqui para a Primeira Emenda da constituição norte-americana, o First Ammendment, por meio da qual ficou estabelecido que o Congresso do recém-nascido país, os Estados Unidos da América, “*não faria leis restringindo a liberdade de expressão, ou de imprensa*”. E caberia a Jefferson exacerbar esse papel formador da cidadania reservado à imprensa no liberalismo, ao afirmar um dia que “se lhe fosse dado escolher entre ter governo e não ter imprensa, ou ter imprensa e não ter governo”, ele não hesitaria em fazer a segunda opção.

Não é minha intenção, porém, prosseguir nesta arqueologia filosófica da imprensa liberal. O que eu quero afirmar é que, na sua condição inequívoca de herdeira do jornalismo na modernidade, a

comunicação de massa dos dias atuais estabelece coma sociedade uma **relação pública**. Nem mesmo o jornal, ao contrário do que se quer fazer parecer - e muito menos os meios eletrônicos de comunicação, inclusive aqueles nascidos sob a condição particular de, por exemplo, televisão paga - não são instituições privadas no sentido clássico das economias de mercado. Isto porque a sua principal mercadoria não são os bens tangíveis destinados à subsistência material das pessoas, supérfluos ou não. A mercadoria principal dos meios de comunicação é a informação, a educação e a cultura no seu sentido mais lato, bens intangíveis destinados ao imaginário social, ideologia na expressão mais nobre do termo, que hoje compete e, em geral, se sobrepõe às ideologias oriundas da família, da escola, das religiões. Que não se iludam, portanto, os jornalistas, ou quaisquer outros profissionais de rádio e televisão, dos velhos e dos novos meios audiovisuais, empregados ou patrões. Que não nos iludamos todos quanto ao nosso papel na sociedade chamada contemporânea, pois ele continua a ser similar àquele de homens como Camille Demoullins, cuja pena era também, além da sua própria, instrumento para a voz de Danton, ambos guilhotinados pelo terror jacobino de Robespierre: o papel de formar o cidadão e não, como corremos o risco de cada vez mais ver acontecer nestes dias de hoje, o de informar o consumidor sobre produtos e serviços mais, ou menos, banais, do carro popular à programação dos cinemas e da televisão; das viagens encantadas ao mundo da Disneyworld às viagens ao mundo dos preços aterradores dos magazines, lojas de departamentos e supermercados. Em outras palavras: jornalismo não é apenas suporte para a venda de um Atlas, nem novela de televisão existe como obra supostamente aberta para, através desta dita abertura, o merchandising, inclusive político-ideológico, invadir nossas mentes e corações.

Nosso mandato público de formador de cidadãos, pela via da comunicação de massa, traz, porém, a necessidade de contrapartidas, hoje cada vez menos claras, por parte principalmente dos proprietários dos meios de comunicação. Contrapartidas cuja falta de clareza pode se dever, e aqui vai o meu benefício da dúvida, à confusão contemporânea que se faz entre o *público* e o *privado*. Nem o público pode derivar toda a sua legitimidade da relação direta com o poder das instituições estatais, nem o privado consegue derivar legitimidade semelhante da liberdade resultante do que se convencionou chamar de “leis” de mercado. O público somos todos nós enquanto esfera de cidadãos potencialmente capazes de determinar nossos próprio destinos, engajados no debate ético que constrói a felicidade. Esfera que, para o cumprimento dos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, tem necessariamente que ser

progressivamente includente, e não radicalmente excludente como se apresenta hoje.

A comunicação é, sem sombra de dúvida, decisiva para a *re-constituição* desta esfera pública democrática, capaz de incluir um dia todos os homens e mulheres, plenamente cidadãos e cidadãs, deixando de ser, como parece ser hoje o seu destino, um produto descartável voltado para o egoísmo do consumo que se esgota no dia-a-dia.

As desigualdades, as injustiças, a ausência da ética nas relações sociais, não são destino inevitável para o homem enquanto transcendência de uma história que não tem fim. O argumento cômodo da imperfeição ética do homem só é válido para os medíocres que não conseguem ver além do seu breve tempo de vida sobre a Terra. Se vivemos muito pouco diante de um tempo de extensões muito além da nossa imaginação, o mínimo que podemos legar aos nossos pósteros é este esforço de busca da perfeição. Das utopias, enfim, para quem gosta de chamá-las assim.

É, pois, sem constrangimentos que me atrevo a trazer para debate, provocado pela decisão pioneira de instalação deste Conselho Municipal de Comunicação algumas propostas singelas, excessivamente modestas se comparadas à grandiosidade do projeto que acabei de sucintamente descrever, adaptadas da minha fala original de Brasília, mas capazes de contribuir, no meu modo de entender, para a melhoria da relação presente entre meios de comunicação e sociedade, podendo representar, conforme sugerido pelo subtítulo dado a este painel, possibilidades de ação para uma experiência municipal.

A principal delas é, como já destacado, assegurar o reconhecimento do **caráter essencialmente público de todos os meios de comunicação, inclusive do jornalismo**, fazendo deste reconhecimento o principal argumento de interlocução política entre o Conselho Municipal de Comunicação, os proprietários e os trabalhadores dos meios de comunicação locais. Esta é, para mim, a base sobre a qual poderão se erguer as novas relações entre meios de comunicação e sociedade, que eu gostaria de ver já estar sendo praticadas em âmbito nacional no Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição Federal, criado e regulamentado por lei, mas que só não entra em funcionamento por inteira responsabilidade do Senado Federal.

Em segundo lugar, mais do que um órgão de “vigilância cívica”, de acompanhamento de conteúdo dos meios de comunicação no plano

municipal, que este conselho nasça sob a égide do debate democrático, do enfrentamento franco das diferenças, do rompimento com os estereótipos, do fim das frases feitas, dos slogans cujo impacto retórico inviabiliza a discussão racional.

Que este conselho rompa ainda os limites do corporativismo estreito da comunicação, e motive outras entidades da esfera pública, dos movimentos dos sem-terra à FIERGS, a engajar-se no debate sobre os impactos culturais, políticos e econômicos das novas tecnologias; sobre a importância dos modelos alternativos de programação; sobre a possibilidade estratégica de conselhos editoriais nos jornais com representação da comunidade; sobre a criação de ouvidorias em todos os veículos de comunicação; sobre a abertura de capital das empresas jornalísticas; sobre programação infantil de qualidade; sobre o uso de tecnologias como a da TV a Cabo para, interagindo com universidades, fomentar com conhecimentos avançados as escolas públicas de 1o. e 2o. graus; sobre a criação de disciplinas escolares voltadas ao que é chamado de *educação para a mídia*; sobre o uso desta mesma mídia como partido político. A agenda será imensa, porque imensa é a necessidade de, finalmente, darmos à comunicação o tratamento democrático de política pública, ainda que nos limites relativamente estreitos de uma experiência municipal.

O que estou querendo dizer, em suma, é que, mesmo aqueles de nós mais excluídos, mais ausentes das páginas dos jornais, das ondas dos rádios, das telas da televisão, não façamos deste nascente Conselho Municipal de Comunicação uma espécie de “muro das lamentações contemporâneo”, um simulacro de tribunal para prestações de contas presentes e passadas. Nosso gesto deve ser o da construção. Orgulhosos da nossa condição de democratas, ainda que feridos pela exclusão e pelas injustiças centenárias, mesmo que ressentidos pela nossa estrutural falta de poder econômico, quando comparado ao poder econômico de nossos adversários de classe.

Nosso poder é de outra ordem. Nosso poder é o da ética.

E é no exercício da relação ética mais absoluta na convivência com nossos contrários, no respeito mais pleno possível à alteridade, que poderemos - desculpem-me o uso talvez indevido da primeira pessoa do plural - fazer desta experiência municipal de um conselho de comunicação, aqui nesta ponta meridional do país, um exemplo a ser espalhado, como diríamos na catarinense Lages, onde nasci, por tantos outros pagos deste

imenso Brasil. A ética, acredito, é a chave do que chamei aqui, um pouco arbitrariamente, de **Futuridade**. A chave para a superação da modernidade irremediavelmente deficitária, valor último que poderá nos fazer chegar à sociedade da liberdade, da igualdade, da solidariedade plenas, justamente as dívidas que a modernidade nos ficou a dever, mas cujo resgate eu, pelo menos, acredito, será possível, no futuro, um dia, realizar sob o nome pouco original, mas ainda movido por inesgotável energia utópica, de **socialismo**.

VI.

Rádio e televisão no Brasil: comunicações e políticas públicas*

Início esta exposição por uma nota de caráter histórico, inspirada pelo que vou chamar aqui de **poder da fala**. Inspiração que busco no pensamento liberal francês dos séculos XVII e XVIII, dos enciclopedistas como Montesquieu, D'Alembert e Targot, cuja fala, perenizada em livros e opúsculos, foi encontrada entre os pertences do cônego Luis Vieira da Silva, talvez o mais culto dos Inconfidentes brasileiros. Já Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira, teria traduzido para o Português - em seu esforço por incutir aqui os ideais revolucionários burgueses do seu tempo - a fala dos pais fundadores da república dos Estados Unidos da América, incorporada nos Artigos originais da Confederação e, depois, na Constituição federativa e sua Carta de Direitos.¹

O Enciclopedismo iluminista foi, na História, um dos grandes momentos de manifestação transformadora da fala, na sua forma escrita; transformações que, séculos antes, por meio da fala predominantemente oral, tinham sido gestadas, e difundidas, pelos filósofos da Grécia Antiga.

Democracia, política, liberdade, cidadania.

Estão aí quatro conceitos sobre cuja importância para a humanidade pode-se afirmar que existe, hoje, certamente, consenso universal, ainda que, na passagem dos conceitos para a prática, divergências existam, como sempre existiram, cujas soluções muitas vezes foram buscadas ao custo de perdas irreparáveis de vidas humanas.

Entre nós, a vida de Tiradentes constitui-se no símbolo maior do sacrifício de uma vida pelos ideais democráticos da liberdade; liberdade que, ao nos assegurar o exercício cotidiano da política, nos asseguraria em

* Depoimento prestado à Comissão do Senado Federal, criada para *Analisar a Programação de Rádio e Televisão*, por iniciativa do senador Pedro Simon. Brasília, 26 de setembro de 1995. Publicado em *Cadernos da Comissão de Rádio e TV*, p. 93-110. Brasília: Senado Federal, 1997.

¹ Ver Emilia Viotti da Costa. **Da Monarquia à República - momentos decisivos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 4a. edição, 1987.

decorrência o exercício pleno da cidadania.

Refiro-me, porém, a um símbolo esmaecido, porque, de Tiradentes, sequer sabemos quais foram exatamente os contornos de sua feição. Aquela que conhecemos parece ser resultado de uma versão idealizada de seu martírio, que fez do alferes brasileiro uma caricatura patricia de Jesus Cristo.

Nós, brasileiros, tendemos a cuidar muito mal de nossa memória, conhecemos muito pouco a nossa própria fala histórica. Mas, o que dela, a custo, conhecemos pouco tem que possa nos deixar minimamente felizes.

Clientelismo e patronagem.

Ética de favores. Compadrio.

A sistemática apropriação privada dos bens públicos, coletivos.

O patrimonialismo.

A república dos coronéis, sustentada, em grande parte, pelo servilismo dos bacharéis.

As oligarquias.

O liberalismo burguês, herança política maior do Iluminismo, da Ilustração, apesar dos esforços dos Inconfidentes, e de outros heróis, largamente anônimos de movimentos como a Conjura baiana e a Revolução pernambucana - para ficar com exemplos próximos ao período mais notável de ascensão revolucionária da burguesia no mundo - jamais prosperou em terras brasileiras. Eram, como diria, muitos anos depois, um renomado intelectual, nosso contemporâneo, *idéias fora de lugar*.²

Se faço esta breve remissão história, na abertura desta minha exposição, intitulada *Televisão e Rádio no Brasil - democratização e políticas públicas*, é porque julgo ser, talvez, o objetivo maior da Comissão Especial do Senado Federal criada para analisar a Programação de Rádio e Televisão, o esforço de *pôr no lugar* determinados aspectos do ideário liberal, no campo da comunicação, aproximando o Brasil, ao máximo, do que já fazem outros países, do que nós, mais desenvolvidos.

² Ver Roberto Schwarz, **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades: 1977.

Edição recente da revista **Carta Capital**, insuspeito periódico voltado para a elite empresarial e política brasileira, traz em sua capa chamada para ampla matéria jornalística, intitulada *Os Novos Donos do Poder - a oligarquia à brasileira e a reforma impossível*, destacando nessa matéria, como um dos traços determinantes do atual poder oligárquico nacional, a posse de estações de rádio e de televisão, sob o rótulo, muito adequado, aliás, de *poder eletrônico*.³ Assim, debaixo de uma nova, e elegante, roupagem, a revista chama a atenção para aquilo que uma jovem pesquisadora gaúcha, alguns anos atrás, qualificou de *coronelismo eletrônico*.⁴ Ou seja, o compadrio, a patronagem, o clientelismo, o patrimonialismo - em geral associados a uma estrutura social e política arcaica, rural, anti-moderna - ganharam no Brasil do final do século XX a companhia dos mais sofisticados meios de extensão do poder da fala até então inventados pelo homem: o rádio e a televisão. Como poucos outros países, de seu porte e importância, potencial, política, econômica e cultural, em todo o mundo, o Brasil desenvolveu um retrógrado sistema de comunicação, com destaque especial para a televisão, por sua inegável centralidade nas sociedades contemporâneas. Sociedades que, na academia, costumamos chamar de *mediáticas*, para ilustrar o fato, incontestável, de que, nelas, a nossa relação com os fatos e os processos do, assim chamado, mundo real, se dá primordialmente através dos meios de comunicação - imprensa, rádio e televisão.

A realidade mediaticamente construída. É assim que, abusando um pouco do jargão acadêmico, podemos identificar as sociedades contemporâneas. Ou, para empregar uma linguagem mais própria do senso comum, podemos dizer: *se não deu na televisão, não aconteceu*.

Aliás, não precisamos ir muito longe para ilustrar melhor o que acabo de dizer. Esta Comissão, que vem se reunindo já há várias semanas no Senado Federal, é, por ora, uma comissão mais virtual do que real. Ela não existe para os meios de comunicação, exceto como registro eventual desta ou daquela presença neste plenário. Mas sem qualquer debate razoável sobre os propósitos e os conteúdos da Comissão.

³ **Carta Capital**, no.13, Agosto 1995, pp. 15-59.

⁴ Ver Célia Stadnik, *A hipótese do fenômeno do Coronelismo Eletrônico e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil*. Porto Alegre, Curso de Jornalismo, PUC/RS, mimeo, 1991.

Está aí, talvez, a maior tirania que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade: a omissão deliberada de qualquer discussão significativa sobre seus interesses, suas virtudes e, muito menos, sobre suas mazelas. Com exceção de um programa recente, produzido pela TV Educativa do Rio de Janeiro, chamado *Quarto Poder*, não se conhece qualquer outra iniciativa de pôr a comunicação ao alcance do grande público. No Brasil, praticamente desconhecemos o sentido de um conceito bastante popular em cenários liberais mais desenvolvidos - o conceito de *media criticism*, ou *crítica da mídia, dos meios de comunicação*.⁵

Exemplifico: dias atrás, no canal da CNN (Cable News Network), disponível para quem tem acesso à Televisão por Assinatura, num programa chamado *Fireline (Linha de Fogo)*, o assunto era as repercussões sociais e políticas da, naquele momento ainda hipotética, compra da Turner Broadcasting System pela Time-Warner. Um dos entrevistados era o representante da procuradoria de defesa do consumidor do Estado de Nova Iorque. Ele, e outro entrevistado, faziam críticas ao que viam como efeitos negativos da oligopolização crescente dos meios de comunicação para a democracia e o exercício da cidadania. O que quero destacar aqui é que a CNN pertence à Turner, mas nem por isto os produtores do programa deixaram de abrir o debate, permitindo críticas à sua empresa-mãe.

Entre nós, quem consegue imaginar um *Globo Repórter*, na noite de sexta-feira, dedicado ao atual ciclo de associações da própria Globo com a News Corporation, do empresário australiano-americano Rupert Murdoch, para fazer televisão direta por satélite; ou da Globo, para a área de telefonia celular, com a maior empresa de telecomunicações do mundo, a AT&T; ou ainda a associação do Grupo Abril, na área de televisão por assinatura, com as empresas americanas Hearst, Falcon Cable e ABC Capital, esta última ora sendo adquirida pela Walt Disney Company?

Os nossos empresários liberais da comunicação são, que me sejam

⁵ Depois que este depoimento foi proferido no Senado Federal, o jornalista Alberto Dines, pioneiro do *media criticism* entre nós, com o seu *Jornal dos Jornais*, publicado na **Folha de S.Paulo**, na década de 80, até ser suspenso pela direção, implantou e fez funcionar o Observatório da Imprensa, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Voltado para o acompanhamento do cenário dos meios de comunicação brasileiros, e sua crítica, o Observatório está também na Internet e na televisão, levado ar ar semanalmente, em rede, pela TV Educativa, do Rio de Janeiro.

perdoadas aqui eventuais injustiças, além da expressão despida de qualquer solenidade parlamentar, 'liberais, pero no mucho'! Liberais, em geral, para consumo externo; autoritários, arcaicos em sua relação com o "público interno", ou seja, nós, a grande maioria da sociedade brasileira. Em outras palavras, hoje ainda, tal qual no século XIX, nosso liberalismo estabelece um limite claro para seu avanço democrático: o limite da escravidão. Lá, o povo era privado da sua liberdade no sentido mais absoluto; aqui, a privação, ainda que mais relativa, pode ser quase tão cruel, pois um homem privado da informação continua a ser, de algum modo, escravo, pois escravo é todo aquele que não pode se apresentar diante de outro como verdadeiro cidadão. E cidadania não há sem acesso à informação. Inclusive, e principalmente, informação sobre os interesses e o funcionamento dos meios de comunicação. Pois eles, constituidores principais da esfera pública contemporânea, têm o dever de estar, juntamente com as organizações estatais, entre as mais públicas, as mais transparentes, de todas as instituições sociais.

Mas, se este é o diagnóstico que trago hoje para debate nesta Comissão, ele não chega a ser tão original, que prescindia de uma complementação, na forma de um tratamento, de um elenco de medidas que não precisem ser, como muitas têm sido até hoje, apenas paliativas.

Estudioso de políticas públicas de comunicação, ou de *comunicações*, no plural, que é como prefiro definir a minha área de atuação hoje, quero deixar para esta Comissão, em meu nome e em nome de nossa equipe de pesquisa da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, um roteiro de medidas que possam, eventualmente, vir a ser mais amplamente debatidas com a sociedade e implementadas pelo parlamento brasileiro.

- Em primeiro lugar, precisamos ter a consciência mais plena - e esta é uma questão já levantada em outros depoimentos ouvidos por esta Comissão - que vivemos um daqueles momentos singulares, que só vez por outra ocorrem, na história dos meios de comunicação. Vivemos o momento da *convergência entre os meios de comunicação - informação e entretenimento -*, *as telecomunicações - até então vistas apenas como redes e serviços de telefonia e transmissão de dados -*, *e a informática, ainda por muitos vista como o uso do computador para armazenamento e*

*processamento de informação.*⁶ É por conta dessa convergência que passei a usar, talvez sem muita criatividade, mas com bons resultados práticos, o conceito de comunicações, ao invés de somente comunicação, social ou de massa.

- Em função dessa convergência, então, o que ora vem sendo tratado nesta Comissão, enquanto análise de programação de rádio e televisão, está intimamente ligado ao que o Congresso como um todo terá que tratar, neste e no próximo semestre legislativo: a re-regulamentação das comunicações brasileiras, a partir da flexibilização, já aprovada, do monopólio da Telebrás para os serviços públicos de telecomunicações.

- Temos hoje que reescrever toda a legislação básica de comunicações deste país, adequando-a finalmente ao que chamei aqui de cenário da convergência entre meios de comunicação de massa, telecomunicações e informática. Particularmente, por lei ordinária, teremos que refazer a Lei no. 4.117, de 27 de agosto de 1962, mais conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações, dentro do qual está toda a regulamentação do rádio e da televisão, dos quais trata especificamente esta Comissão.⁷

- Simultaneamente à revisão de toda a legislação básica de comunicações, conforme previsto na emenda constitucional, será necessária a criação de um novo órgão regulador para as comunicações no Brasil. E este é, possivelmente, o maior desafio que esta Casa, juntamente com a sociedade brasileira, têm pela frente. Aqui será necessário fugir da armadilha fácil de simplesmente 'maquiar' o atual Ministério das Comunicações, dotando-o de algum apêndice inócuo, que servirá tão somente para legitimar decisões de gabinete, em promíscuas relações de interesses estatais e privados, como, aliás, tem sido a história daquele

⁶ Ver Nicholas Negroponte, **Vida Digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷ Nos dois anos seguintes a este depoimento, no Senado Federal, ocorreu, de fato, a re-regulamentação das comunicações brasileiras, em tudo aquilo que tocava às telecomunicações, com a aprovação pelo Congresso Nacional, em junho de 1996, da Lei nº 9.295, a chamada lei específica, ou lei mínima, que abriu para o setor privado a exploração dos serviços de telefonia móvel celular, os serviços limitados e os serviços de transporte de sinais de satélite; bem como da Lei nº 9.472, em julho de 1997, a Lei Geral das Telecomunicações, que permitiu, enfim, a privatização total das empresas do Sistema Telebrás, e criou o novo órgão regulador, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). No entanto, por imposição constitucional, o rádio e a televisão ficaram de fora dessa primeira etapa da re-regulamentação. Para um tratamento mais detalhado sobre esse inesperada separação constitucional entre telecomunicações e radiodifusão, ver o Capítulo XIII, adiante.

Ministério. O *órgão regulador* que, entendo, deverá ser *colegiado e autônomo* - como seus congêneres norte-americano, francês, inglês, português, espanhol, só para ficar com esses exemplos - constitui-se na pedra de toque para uma reforma, como jamais feita na estrutura executiva e regulatória das comunicações brasileiras.⁸

Mas, se estas medidas, mais amplas, que se misturam, inclusive, com a questão muito complexa, de reforma do Sistema Telebrás, e de abertura à iniciativa privada de um elenco significativo de novos serviços de comunicações, demandarão um tempo mais longo de debate e implementação, outras há, mais especificamente ligadas aos objetivos desta Comissão, que merecem ações de mais curto prazo:

- A primeira destas é a **instalação imediata do Conselho de Comunicação Social, órgão previsto na Constituição Federal, regulamentado por lei, mas que até hoje não foi instalado pelo Congresso Nacional**. Sua instalação depende ainda tão somente da vontade política desta Casa, pois existem soluções técnico-legislativas para que isto ocorra em prazo muito curto.

- Mais ainda, o Conselho de Comunicação Social - que não se confunde de modo algum com o órgão regulador previsto na emenda da flexibilização do monopólio da Telebrás - pode ser um foro privilegiado, por reunir, dentro do Parlamento, uma representação importante da sociedade civil, para debate das mais importantes questões que hoje impedem o desenvolvimento democrático das comunicações em nosso país, contribuindo para a busca de soluções para os impasses tão frequentes.⁹

⁸ A ANATEL foi efetivamente criada, e está em funcionamento desde o final de 1997, dotada de uma significativa autonomia política e administrativo-financeira, tal como se propunha aqui. No entanto, sua criação não implicou a imediata extinção do Ministério das Comunicações, no qual sobreviveu a Secretaria de Radiodifusão, tendo em vista o disposto na nota acima. Até o final de 1998, o Governo Federal prometia o envio ao Congresso Nacional de um ante-projeto do que seria uma nova Lei Geral da Comunicação Eletrônica de Massa. Mas restavam dúvidas se essa nova legislação iria submeter, como previsto, a radiodifusão à ANATEL, uma agência mais moderna e profissionalizada, ou se iria manter o rádio e a televisão, como desejavam seus proprietários, fora do alcance daquele órgão regulador, continuando, portanto, a mercê dos seus interesses particulares.

⁹ Inexplicavelmente, até o final de 1998 o Senado Federal, a quem cabe por lei a iniciativa, recusava-se a instalar o Conselho de Comunicação Social, sem que houve qualquer sinal significativo de que isto poderia ocorrer em futuro próximo.

- Dentre essas questões, prosseguindo com o roteiro de medidas que julguei adequado trazer para esta Comissão, está a reforma, que se faz mais do que urgente, da Empresa Brasileira de Comunicação, a Radiobrás, e da Fundação Roquete Pinto, que coordena nosso fracassado sistema de televisões e rádio educativas. O Brasil está mais de 30 anos atrasado, em relação, por exemplo, aos Estados Unidos, quanto à reforma de seu sistema estatal de comunicação. Já é hora de dar um fim à balbúrdia jurídica e mau uso político da Radiobrás e das TVs Educativas, agregando esse conjunto de emissoras de rádio e televisão em um sistema descentralizado, desestatizado, porém público, de radiodifusão. Como aliás pede nossa Constituição em seu artigo 223.¹⁰

- Outra questão relevante, a ser tratada política e legislativamente, diz respeito à descentralização da produção audiovisual brasileira, com estímulo a produções independentes. Aqui, mais importante talvez do que nos prendermos, como sugere a Constituição, à discussão de percentuais de programação nas redes de televisão convencionais (em oposição às emergentes redes de televisão por assinatura), é, baseando-nos no que foi discutido durante a elaboração da Lei do Serviço de TV a Cabo,¹¹ estabelecer critérios amplos de acesso a todas as redes de distribuição de programação, tanto de modo público quanto comercial, com ênfase especial para o mercado emergente de televisão por assinatura, mas sem negligenciar a televisão, aberta, de massa. Isto tudo levando-se em conta a possibilidade estratégica da realização de parcerias entre produtores independentes, operadores de televisão convencional e por assinatura, e programadores, visando o estabelecimento de mecanismos, com a participação e, principalmente, mediação, estatal, para financiamento de produções, tanto para os mercados nacional quanto internacional.

- Remetendo-nos ainda à Constituição, atenção especial deve ser dada à questão da monopolização e oligopolização das comunicações brasileiras. Esta questão, que se já era premente, mais premente torna-se hoje por conta do fenômeno acima observado da convergência. No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos - nossa referência inevitável, tendo em

¹⁰ No final de 1998, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, finalmente começava a dar os primeiros passos na direção de associar, em uma rede de moldes essencialmente públicos, as emissoras da Radiobrás e as emissoras educativas.

¹¹ Ver Capítulo XII, adiante.

vista a similaridade dos modelos de exploração de emissoras de rádio e televisão -, nunca fomos capazes de desenvolver mecanismos eficientes de preservação do interesse público, fomentando emissoras e redes locais e regionais, restringindo a propriedade cruzada dos meios de comunicação, e exercendo uma fiscalização eficiente quanto aos conteúdos de programação, valorizando a informação jornalística, os documentários, a programação infanto-juvenil, principalmente. Nos dias de hoje, o que se vê, mesmo nos Estados Unidos, é uma tendência a se levantar muitas das restrições postas em prática há 60 anos, desde o número de emissoras de rádio e televisão que um mesmo grupo empresarial pode ter, passando pelo fim das restrições de propriedade cruzada, bem como o fim de medidas incentivadoras de programação local e regional de interesse público. Essa tendência seria decorrente daquele processo de convergência, que estaria eliminando as diferenças entre rádio, jornal e televisão, tornando sem sentido a tentativa de impedir que um mesmo grupo controlasse esses veículos em um mesmo mercado. Na realidade, o processo de fusões de grandes grupos de comunicação nos Estados Unidos é muito mais em função de uma estratégia de globalização, ou seja, de avanço acelerado sobre mercados externos, já em grande parte dominados pelos conteúdos norte-americanos, do que propriamente uma estratégia doméstica de conquista de novos mercados. Isto porque os Estados Unidos construíram uma tal diversidade de conteúdos ao longo desses 60 anos de regulamentação de rádio e televisão, que não será possível uma homogeneização de sua programação em curto espaço de tempo. E quase certamente aquele país jamais virá a conhecer um sistema de comunicação de massa tão centralizado, e verticalizado, como o brasileiro, erigido em pouco mais de 20 anos, em torno da Rede Globo de Televisão. Assim, é fundamental que esta Casa, respaldada pela sociedade, examine com toda a atenção as propostas de normas que começam a ser difundidas pelo Ministério das Comunicações, com destaque para os pretendidos novos critérios de outorgas de serviços comerciais, que vieram acompanhados de uma nova política de repartição de frequências, pela qual será possível multiplicar as frequências hoje ainda disponíveis. Isto para não falar nos inúmeros novos serviços de comunicações que estão surgindo, graças ao rápidos desenvolvimentos tecnológicos, entre os quais se destaca a crescente digitalização dos sinais, e sua compressão, o que permitirá, em futuro próximo, inclusive, transformar em multi-canais os canais hoje únicos das televisões convencionais. Mencione-se ainda a multiplicação de

canais que hoje já ocorre, por conta da compressão digital de sinais, nas diferentes modalidades de televisão por assinatura, em especial a televisão direta por satélite.

- Quanto ao problema, sempre recorrente, dos conteúdos das programações de televisão (*o rádio, embora veículo importante, tão importante que é o de maior penetração na sociedade, não vem sendo tratado especificamente nesta exposição, por economia de tempo e porque sua importância econômica, política e cultural não se nivela a da televisão*), este é, e será sempre, um assunto polêmico, e delicado, por resvalar, mesmo contra nossa vontade, no problema da censura, ou auto-censura, levantando o espectro do controle estatal da informação. Mesmo assim, não há como se fugir desse debate, partindo-se, inclusive, da constatação, de que a programação de nossa televisão é, salvo exceções, medíocre, devorada pela tirania dos índices de audiência, que sacrificam sempre a qualidade e o bom gosto pelo mínimo denominador comum em termos do chamado 'gosto popular'. Se, como diz a Constituição, as finalidades do televisão, e do rádio, são informativas, educativas e culturais, não é preciso ser radical para perceber que tais finalidades passam longe de nossas programações. Mas, se este é um problema que não pode ser resolvido por leis, ou outra norma qualquer, sua solução passa pelo diálogo intenso entre Congresso, Poder Executivo, empresas de rádio e televisão, e organizações da sociedade, para a definição de padrões de programação que tornem a televisão, em primeiro lugar, e o rádio - este menos culpado do que aquela pela prática do mau gosto -, instrumentos efetivamente civilizatórios, e não esses instrumentos de escassa qualidade e péssimo gosto que hoje de fato são, em que pese fortes opiniões em contrário, geralmente respaldadas por exemplos que, como diz o senso comum, não passam de exceções a confirmar a regra.

- Por último, mas não menos importante, chamo a atenção para a necessidade de transparência no uso das verbas estatais de publicidade, bem como dos espaços, dito gratuitos, postos à disposição dos órgãos governamentais. Está ainda por ser feita uma auditoria rigorosa, sem preconceitos, nos critérios e modos de uso da publicidade governamental, inclusive, e principalmente, daquela oriunda das empresas estatais. Uma revisão desses modos e critérios poderá muito bem resultar em possibilidades reais de fomento a um rádio e televisão públicos, bem como em utilização mais responsável da rádio e da televisão para campanhas

cívicas e de esclarecimento público.¹²

Em suma, o que por ora alinharei é apenas o esboço de uma agenda que, se levada para além dos limites desta Comissão, em debates sucessivos com os mais diversos segmentos da sociedade organizada, ganhará em qualidade e densidade, com toda a certeza. Não tenho, e nem poderia ter, o dom da onisciência sobre os problemas que afligem as comunicações brasileiras. Sou apenas, enquanto integrante de um grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília, do qual me faço hoje, aqui, seu consentido porta-voz, um cidadão interessado na democratização progressiva de nossas comunicações, por meio de políticas efetivamente públicas, porque resultantes de debates freqüentes com a sociedade, dos quais resultem práticas e normas que nos façam orgulhosos de nossa televisão, de nosso rádio, de nossa imprensa, e dos futuros meios e serviços de comunicações que estarão, cada vez mais, à disposição desta e de todas as sociedades.

¹² Ver Luiz Martins da Silva, *Estado, Publicidade e Sociedade*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, 1995.

VII.

Saúde, novas tecnologias e políticas públicas de comunicações*

1. Introdução

Meu propósito neste artigo é chamar a atenção para o processo de formulação e implementação de políticas públicas de comunicações no Brasil, mostrando como isto tem se dado sem uma preocupação, da parte dos governos, de fazer acompanhar esse processo por um debate minimamente adequado, em decorrência de uma história de autoritarismo e de uso patrimonialista e fisiológico do setor. Despreocupação agravada por uma incapacidade relativa da sociedade civil de compreender o processo em toda a sua extensão, o que a tem impedido de exercer pressões significativas sobre as instâncias responsáveis de governo. Pretendo demonstrar ainda como a construção da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, a Lei do Serviço de TV a Cabo, pode ter representado o início de uma mudança importante de atitude da sociedade civil em relação às políticas de comunicações. Finalmente, a partir de conceitos desenvolvidos na Lei de TV a Cabo, vou levantar algumas possibilidades potenciais de uso dessas chamadas novas tecnologias em políticas integradas de comunicações e saúde.

Inicialmente, desejo clarificar os principais conceitos que serão usados neste artigo, a começar pelo de *comunicações*, diferente do conceito geralmente empregado de *comunicação social*, ou de *massa*. *Comunicações* vai aqui, portanto, conceituado como:

*O processo contemporâneo de convergência da comunicação de massa, das telecomunicações e das redes de computadores, sugerindo a emergência de um novo cenário comunicativo cujas características fundamentais parecem ser: os custos crescentes das infra-estruturas de transporte e circulação da informação, os custos decrescentes dos meios de acesso, a descentralização potencial da posse desses meios, a segmentação do uso, e a interatividade.*¹

* Texto escrito para o livro **Saúde & Comunicação - visibilidades e silêncios**. Por Áurea Maria Rocha Pitta (org.), p. 67-80. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1995.

¹ Definição desenvolvida pelo autor no desenrolar de seu trabalho de ensino e pesquisa, em cursos de graduação e pós-graduação na Universidade de Brasília.

Em outras palavras, tomo como ponto de partida, para empregar termos mais ligados ao senso comum, a convergência entre a televisão, o telefone e o computador, para caracterizar esse processo por meio do qual, aparentemente, um número cada vez maior de pessoas, em todo o mundo, terá acesso a sofisticados recursos de comunicação e acesso à informação. A melhor ilustração desse cenário é a atenção hoje dada, no mundo todo, inclusive no Brasil, à rede Internet de computadores,² sendo que, no caso brasileiro, essa atenção é dividida com a entrada em cena das redes de Televisão por Assinatura, via cabos, micro-ondas e satélite.³

Novas tecnologias de comunicações, portanto, são conceituadas como esse complexo convergente que tem como atributos essenciais as redes de comunicações e seus terminais. Redes que se tornam cada vez mais rápidas e de maior capacidade, pelo uso principalmente das fibras óticas em seus novos segmentos físicos; pela digitalização que permite aumentar a capacidade das antigas redes físicas convencionais - como a de telefonia -, e mesmo das redes de radiofrequência, pelo espectro, para comunicações móveis e para televisão; e pelos satélites de alta potência que evoluem das antenas parabólicas fixas de quase dois metros de diâmetros para pequenas antenas portáteis com menos de 50 centímetros de diâmetro.

Neste trabalho não empregarei o conceito de *Estado*, sempre tão complexo, a exigir consideráveis esforços teóricos para caracterizá-lo, preferindo o conceito mais operacional de *governo*, instância concreta de formulação e implementação de políticas públicas.⁴ Quanto à *sociedade civil*, ela é empregada no sentido gramsciano de sociedade política, excluindo, pois, o mercado e seus agentes econômicos.⁵

2. O Brasil e as políticas de comunicações

Desde os anos 70, por força de uma política agressiva levada a cabo pelos governos militares, o Brasil é um país que conta com uma, ainda hoje, sofisticada infra-estrutura de comunicações, notadamente no que diz respeito às redes e serviços públicos de telecomunicações - transmissão de

² Entre os primeiros trabalhos jornalísticos sérios sobre a Internet e seu potencial, ver: *The Internet: the accidental superhighway*, suplemento especial da revista **The Economist**, v.336, n.7921, July 1st, 1995.

³ Ver Murilo César Ramos. *A Introdução da Televisão a Cabo no Brasil: seu potencial cultural e educativo*. Universidade de Brasília, mimeo, Julho de 1995.

⁴ Aqui o autor se vale da tradição mais pragmática da sociologia política norte-americana, que emprega correntemente o conceito de governo no lugar do conceito de Estado, de uso mais largamente europeu.

⁵ Cf. Francisco de Oliveira. *Neoliberalismo à brasileira*. In **Pós-Liberalismo - as políticas sociais e o estado democrático**. Por Atílio Borón e Emir Sader (Orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 25.

dados e telefonia - e às redes de rádio e televisão. No caso das telecomunicações, o modelo adotado pelos militares foi o de estabelecimento de um monopólio estatal, inspirado, em grande parte, no modelo europeu vigente desde o início do século. Já no caso do rádio e da televisão - a imprensa, vale lembrar, desenvolveu-se desde seus primórdios de acordo com os preceitos liberais de livre-iniciativa -, o modelo adotado foi o norte-americano que, diferente do europeu, permitia a outorga de concessões ao setor privado para exploração dos serviços.⁶ Por circunstâncias empresariais, e políticas, a televisão brasileira desembocaria em um monopólio virtual de audiência, concentrado na Rede Globo de Televisão, controlada pelo empresário Roberto Marinho.⁷

Mas a política militar para as comunicações seguiria um padrão de implementação que, é forçoso reconhecer, pouco diferia do que se fizera até então, desde particularmente os primórdios do rádio, na década de 20, e, principalmente, desde o desenvolvimento maior da radiodifusão e da telefonia desde a revolução de 30 até os anos 60: pouco, ou quase nenhum, debate público, com as decisões todas centralizadas no Poder Executivo. Com exceção, vale lembrar, do processo de discussão e aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 4.117, de 23 de agosto de 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações - vigente até os dias de hoje, para a radiodifusão -, que passou pelo Congresso Nacional, apoiado num emergente mas já forte lobby de empresários de radiodifusão; tão forte que conseguiu, num fato até hoje inédito na história política brasileira, derrubar um a um os 52 vetos que o então presidente João Goulart impusera ao projeto aprovado no legislativo.⁸

A ação desse lobby, no entanto - que deu origem, vale lembrar, à Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), hoje uma das instituições mais poderosas do mundo empresarial brasileiro -, permaneceria única até a década de 90 enquanto ação política levada a termo no cenário sempre mais transparente do parlamento. Com o golpe militar de 1964, todas as políticas para as comunicações passaram a se formar e a surtir efeito em decisões tomadas nos gabinetes fechados do

⁶ Para uma descrição detalhada do desenvolvimento dos dois modelos, ver Armand Mattelart. **Comunicação Mundo - história das idéias e das estratégias** (Capítulos 1 a 3, pp. 15-89). Petrópolis: Vozes, 1995.

⁷ Monopólio virtual porque a Rede Globo sempre enfrentou outras emissoras concorrentes. As razões políticas que podem ter originado este monopólio estão em Daniel Herz. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1985. Quanto às razões empresariais e econômicas, elas ainda estão a merecer estudos mais aprofundados.

⁸ Um relato consistente sobre esses eventos, com discussão da natureza dos itens vetados, pode ser encontrado em Maria Regina de Paula Motta. *TV Pública: a democracia no ar*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

Executivo. Desses gabinetes, então, saíram decisões estratégicas como a criação, por decreto, do Ministério das Comunicações (Minicom) em 1967, que assumiria as atribuições do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) - o órgão colegiado criado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, emulado, ainda que frouxamente, na Federal Communications Commission (FCC) norte-americana. CONTEL que iria ser esvaziado progressivamente até sua extinção total nos anos 70, substituído de fato e de direito por um Ministério altamente centralizador e concentrador de poder.

Assim, nas décadas de 60 e 70, outras decisões estratégicas seriam tomadas pelo Minicom, como a criação da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), em 1972, que, além de passar a controlar a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) - companhia estatal responsável, desde 1965, pelos serviços de longa distância, depois de ter implantado uma moderna infra-estrutura de redes físicas e de microondas -, assumiria também a gestão, após processos sucessivos de encampações de companhias privadas locais e regionais, das empresas estaduais de telecomunicações, à custa de pesados investimentos estatais.

Embratel, Ministério das Comunicações, Sistema Telebrás: em tempo recorde o Brasil receberia um sofisticado complexo de gestão e de implantação de redes e serviços, sem o qual teria sido impossível o desenvolvimento, também em tempo recorde, do sistema nacional de radiodifusão, à frente do qual estaria, como ainda está, a Rede Globo de Televisão. Beneficiária maior, talvez até por razões circunstanciais, dos pesados investimentos estatais em infra-estrutura de telecomunicações, a Rede Globo viria a simbolizar desde então o poder político que, no Brasil, assumiriam os empresários de emissoras de rádio e televisão, numa dimensão que só iria encontrar precedente no mundo na década de 90, na figura do empresário Silvio Berlusconi, na Itália.⁹

O poder político da radiodifusão no Brasil, e o uso absurdamente privado de uma política pública, mostraria a sua face mais agressiva em três momentos recentes da história brasileira: nas eleições diretas para

⁹ Berlusconi, empresário originário do setor financeiro, foi o grande beneficiário da política de privatização da radiodifusão italiana a partir da década de 80, à frente do Grupo Fininvest. Dono de três redes nacionais de televisão (*Rete Quattro*, *Canale 5* e *Italia Uno*), Berlusconi ganhou tal poder político que, com a crise da democracia cristã no escândalo de seus envolvimento com a Máfia, criou seu próprio partido político, a Forza Italia, e, à frente de uma coligação de direita, ocupou durante 9 meses, de abril a dezembro de 1994, o cargo de Primeiro Ministro. Não por coincidência, foi Berlusconi o principal responsável pelo fracasso da tentativa das Organizações Globo de estabelecer-se na Europa, com a TV Montecarlo, cujo principal mercado-alvo era justamente a Itália.

governadores de Estado, em 1982; no movimento popular das Diretas Já, em 1984, e durante o Congresso Constituinte, em 1987 e 1988. Nos dois primeiros casos, foi a manipulação pura e simples da opinião pública: primeiro para tentar impedir a eleição de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro; segundo, para esconder da opinião pública nacional o maior movimento espontâneo de massa da vida brasileira. No Congresso Constituinte, as concessões de rádio e televisão tornaram-se uma decisiva moeda de troca de favores políticos, cujo momento mais fisiológico deu-se quando da votação do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney.¹⁰

Assim, seja pela origem autoritária do Ministério das Comunicações e suas políticas de gabinete para a infra-estrutura e serviços de telecomunicações em geral, ou seja pela manipulação fisiológica das concessões de rádio e televisão, o fato é que o Brasil jamais conheceu minimamente o que poderia ser uma política pública do setor, nos moldes mesmo de países capitalistas centrais.¹¹ Este fato se torna tanto mais grave hoje quanto o mundo todo passa pelo processo acima definido de convergência da comunicação de massa com as telecomunicações e a informática. Mais grave ainda é o fato para nós, no Brasil, quando estamos envolvidos simultaneamente com uma reforma constitucional que, no momento em que este artigo é escrito, indica mudanças profundas no cenário normativo das comunicações, com a quebra do monopólio estatal de exploração, pela Telebrás, dos serviços públicos de telecomunicações.

Fazer a sociedade compreender um processo mundial, e nacional, de tal envergadura, engajando-a na disputa por políticas públicas democráticas para o setor, é um desafio imenso e acima das possibilidades de resultados muito imediatos. Mas, a introdução das novas tecnologias de comunicações no Brasil, se olhadas, como assinalado acima, a partir do que ocorreu com a disputa em torno da Lei do Serviço de TV a Cabo, traz um vislumbre de expectativa de que o quadro autoritário originário da década de 70 possa estar começando a ser quebrado.

3. Lei do Serviço de TV a Cabo: a participação da sociedade¹²

¹⁰ Relatos circunstanciados sobre esses episódios podem ser encontrados em Venício A. de Lima e Murilo César Ramos. *A Televisão no Brasil: desinformação e democracia*. **Revista de Cultura Vozes**, Ano 78, n.9, Novembro 1984, pp. 33-48, e em Paulino Motter. *O uso político das concessões de rádio e TV no Governo Sarney*. **Comunicação & Política**, n.s., Vol.1, nº 1, 1994, pp.89-116.

¹¹ Ver, para uma análise comparada de políticas públicas de radiodifusão, André Mendes de Almeida. **Mídia Eletrônica: seu controle nos EUA e no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

¹² Esta parte do artigo está desenvolvida mais extensamente no Capítulo XII, abaixo.

No final do governo de José Sarney, em 13 de dezembro de 1989, com publicação no Diário Oficial da União do dia 15, da Portaria nº 250/89, foi regulamentada a *Distribuição de Sinais de Televisão (DISTV)* por meios físicos a usuários, pelo então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Cerca de dois anos antes, o Ministério das Comunicações, por meio do Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, publicado no DOU do dia 24, regulamentara o *Serviço Especial de Televisão por Assinatura*. Nessas duas decisões estavam contidas as bases iniciais da política para a constituição no Brasil do até então adiado mercado da *televisão paga*, cuja origem está no surgimento da TV a Cabo, nos Estados Unidos, na década de 40. Televisão paga que, a exemplo do mundo todo, assume a forma de três serviços principais: TV a Cabo, MMDS (distribuição de sinais por microondas) e DBS/DTH (distribuição de sinais diretamente de satélites).

Mais adiante, o breve e malfadado governo de Fernando Collor de Mello produziu a primeira grande mudança na estrutura formal, normativa, das comunicações brasileiras desde a ditadura, ao extinguir o Ministério das Comunicações, incorporando-o, na forma de uma Secretaria Nacional das Comunicações, a um hipertrofiado Ministério da Infra-estrutura, que agregava ainda os Ministérios dos Transportes e das Minas e Energia.

Nos espaços das contradições que caracterizariam aquele governo, do discurso ambíguo da campanha eleitoral ao melancólico fim pela renúncia do Chefe do Executivo, fugindo ao processo de impeachment, a Secretaria Nacional das Comunicações (SNC), em sua nova estrutura, incorporou a figura da *audiência pública*, instrumento de política pública muito comum em países como os Estados Unidos, Canadá, França e Inglaterra, e que consiste num chamamento à sociedade para opinar sobre determinados itens de regulamentação em discussão e elaboração nos órgãos regulatórios correspondentes. Assim, em junho de 1991, o Diário Oficial da União publicou minuta de portaria da SNC re-regulamentando a *DISTV*, transformando-a em *Serviço Especial de TV a Cabo*, e convidando os interessados a encaminhar por escrito suas sugestões, ou mesmo levá-las para discussão no momento da audiência.

Coube ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - instância da sociedade civil originária da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, que existira nos anos 70 e 80 - intervir na audiência pública, realizada em 2 de julho de 1991, no Auditório do Ministério da Infra-estrutura, em Brasília, ao lado de

empresários, representantes de entidades empresariais e, naturalmente, da equipe técnica da SNC que coordenava a inédita reunião. O impacto imediato das intervenções dos representantes do Fórum foi expressivo. A principal resultante política das intervenções foi um chamamento pela SNC para uma reunião com o Fórum na manhã do dia seguinte à audiência quando, pela primeira vez na história das comunicações brasileiras, entidades sindicais, profissionais e acadêmicas foram reconhecidas como interlocutoras formais num processo de definição de política pública na área que fora sempre impermeável a esse tipo de diálogo.

De um movimento clássico de oposição, e de marcação de posições diante do poder estabelecido, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação viu-se subitamente diante da pergunta colocada pela SNC: ‘Mas, afinal, o que exatamente vocês querem?’ Em suma, não se tratava mais de colocar teses genéricas, ainda que corretas no essencial, como aquelas levadas à audiência pública. Era preciso traduzi-las em princípios capazes de resultar em uma política e conseqüentes normas, passíveis de serem confrontadas com as proposições da SNC e do empresariado disposto a investir no mercado nascente de televisão a cabo. Mercado que, na prática, ainda que de forma incipiente, já começava a tomar forma, com o cabeamento de áreas afluentes em cidades como Curitiba, Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre, Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo, sem regulamentação adequada e sem uma visão estratégica de longo prazo que a situação certamente requeria. Eram 101 as autorizações de DISTV concedidas, em geral a empresários independentes, muitos vindo de fora da área da radiodifusão, com expressivo interesse de investidores argentinos e, naturalmente, de fornecedores norte-americanos de equipamentos e infra-estrutura. A posição dos grupos dominantes do mercado audiovisual brasileiro, das organizações Roberto Marinho, em particular, parecia ser a de expectativa, muito embora a sua afiliada, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), do Grupo Sirotsky, estivesse ativa na área da DISTV.

Desde o início, as formulações políticas do Fórum enfatizaram esse caráter estratégico, já mencionado, da TV a Cabo, enxergando-a não como apenas mais um serviço complementar à televisão convencional, destinado a um reduzido mercado consumidor, de alto poder aquisitivo, disposto a pagar entre US\$ 300 e US\$ 500 pelo direito à assinatura e entre US\$ 30 e US\$ 50 pela assinatura mensal. TV a Cabo era apenas a face mais visível da *cabodifusão*, ou seja, a distribuição de sinais de telecomunicações por uma rede de cabos, coaxiais ou de fibra ótica, cujo potencial de uso ia muito além do mercado audiovisual que se anunciava. Desde este primeiro

momento, as formulações do Fórum apontavam para *redes digitais de serviços integrados*, as *RDSIs de banda larga*, cujos usos poderiam ir da telefonia e transmissão de dados ao transporte de sinais de áudio e/ou vídeo, ou seja, as formas que estamos caracterizando aqui como *novas tecnologias*.

A questão central, porém, era encontrar os princípios básicos que, nos limites de uma negociação pragmática que se reivindicava, assegurassem a implantação mais democrática possível daquela nova tecnologia. Depois de longas discussões no âmbito do Fórum, traduzidas inicialmente em projeto de lei firmado pelo deputado Tilden Santiago (PT-MG), e, depois, em vários substitutos negociados entre o Fórum e representantes do Sistema Telebrás, começaram a ser desenvolvidos os conceitos de *rede única*, *rede pública* e *participação da sociedade* como os pilares da nova política a ser implantada, que viesse a assegurar ao novo serviço, e suas redes, o máximo de controle público. Redes que seriam *únicas*, mas não no sentido convencional de uma só infra-estrutura, de uma mesma tecnologia e de apenas um proprietário; *únicas*, sim, mas no sentido da sua conectividade, da capacidade de formar uma imensa teia de comunicações, uma rede de redes, capaz de cobrir o mais amplo território possível, mesclando tecnologias, das fibras óticas e cabos coaxiais aos satélites. Redes que seriam *públicas* no sentido atribuído aos *common carriers*, isto é, aquelas pessoas jurídicas privadas do direito administrativo que, explorando transporte de sinais de telecomunicações, como as operadoras de telefonia norte-americanas, não podem discriminar o acesso de ninguém a suas redes. Em outras palavras, a democratização do acesso não estaria necessariamente condicionada à propriedade estatal das redes. Quanto à *participação da sociedade*, ela se materializaria na manutenção de dispositivos como consultas e audiências públicas, de um lado, e, principalmente, na existência do Conselho de Comunicação Social - na época já criado em lei, mas ainda não implantado - como instância política de debate das políticas públicas para a TV a Cabo e, eventualmente, das demais novas tecnologias.

Em 1994, o relator Koyu Iha apresentou à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática o seu substitutivo, que seria aprovado, na Câmara e no Senado, por acordos de liderança apoiados pelo Fórum e demais entidades participantes do processo de negociação na sociedade, sendo transformado em lei em 6 de janeiro de 1995.

Enquadrada como *serviço de telecomunicações*, a TV a Cabo ganhou, assim, no substitutivo, estatuto próprio compatível com a amplitude de sua

importância cultural, política e econômica (Artigo 2º). Além do mais, sua implantação deverá ser norteada *"por uma política que desenvolva o potencial de integração ao Sistema Nacional de Telecomunicações, valorizando a participação do poder executivo, do setor privado e da sociedade, em regime de complementação e complementaridade"* (Artigo 4º). A formulação desta política será orientada pelas noções de *"rede única, rede pública e participação da sociedade, operação privada e coexistência entre as redes privadas e as das concessionárias de telecomunicações"* (Artigo 4º, § 1º). Já *"as normas e regulamentações cuja regulamentação é atribuída por esta lei ao poder executivo só serão baixadas após serem ouvidos os respectivos pareceres do Conselho de Comunicação Social, que deverá pronunciar-se no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da consulta, sob pena de decurso de prazo"* (Artigo 4º, § 2º).

Quanto aos canais, eles estão divididos em *básicos, destinados à prestação eventual de serviço, destinados à prestação permanente do serviço*, e de *livre programação da operadora* (Artigo 5º, IX, X, XI e XII). Os *canais básicos* são destinados à transmissão dos sinais das emissoras geradoras locais de TV em circuito aberto, e pelos canais legislativos, universitário e educativo cultural (Artigo 23, I, a, b, c, d, e, f), todos sem codificação e, portanto, oferecidos sem custo aos assinantes do serviço. Os *canais de prestação eventual de serviço* são reservados, mediante prévia contratação remunerada, mas sem discriminação de conteúdo, para a transmissão de eventos, palestras, congressos e similares. Os *canais destinados à prestação permanente do serviço* formam o conjunto fixo da programação contratada pelo assinante, que se somam aos de livre programação, por meio dos quais a operadora pode firmar contratos adicionais com os assinantes. Trinta por cento desses canais serão, no entanto, reservados para programação de pessoas jurídicas não afiliadas ou não coligadas à operadora de TV a Cabo.

As concessões serão outorgadas por 15 (quinze) anos, podendo ser renovadas por períodos sucessivos e iguais, dadas exclusivamente a pessoas jurídicas de direito privado que tenham como atividade principal a prestação de serviço de TV a Cabo (Artigo 7º), podendo ser outorgadas mais de uma concessão por área de prestação do serviço.

Assim, nesse conjunto, restrito, de artigos, parágrafos, letras e incisos, extraídos do corpo mais amplo do substitutivo, estão contidos os princípios básicos que nortearam toda a negociação para a implantação da TV a Cabo no Brasil, na concepção do Fórum, desde a intervenção das entidades da

sociedade civil por ele agregadas, na audiência pública da Secretaria Nacional das Comunicações, em 2 de julho de 1991, a saber: 1) regulamentação por lei, amplamente discutida pela sociedade, por intermédio das suas instâncias mais diretamente envolvidas com a questão. Essa *participação da sociedade* estendida ainda à confirmação do Conselho de Comunicação Social como a esfera política de debate e aprovação de todas as normas emanadas do Poder Executivo; 2) consolidação do caráter *público* da rede de TV a Cabo, tanto em sua extensão estatal quanto em sua, ainda que restrita, extensão privada, por meio da garantia legal de que toda ela se norteará, em qualquer instância, pelo princípio normativo do *common carriage*, isto é, seus proprietários, estatais ou privados, não poderão discriminar que conteúdos poderão ter acesso a ela; 3) garantia da existência de uma *rede única*, no sentido de padronização e conectividade, em consonância com as políticas públicas a serem desenvolvidas para as telecomunicações no Brasil.

4) Conclusão: Políticas integradas para as comunicações e a saúde

O ponto a destacar, nesta parte do artigo, além do processo democrático do qual resultou a Lei do Serviço de TV a Cabo - processo incipiente, mas cujos contornos institucionais e políticos podem servir de parâmetros para futuras negociações no setor¹³ -, é a existência dos canais chamados de acesso público - legislativos, educativo-culturais, universitários e comunitários -, além dos canais de prestação eventual do serviço.

O primeiro conjunto de canais foi tratado pelo Fórum, durante o processo de elaboração e negociação da lei, como **janelas para a democracia**. A idéia era, assegurar em lei a obrigatoriedade de os operadores tornarem disponíveis canais para uso pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, pelas Câmaras de Vereadores, pelas Secretarias estaduais e municipais de educação, pelas universidades públicas e privadas das regiões onde existissem as concessões, e por entidades comunitárias sem fins lucrativos. Já o segundo conjunto - dois canais por operação de TV a Cabo - são destinados, como o nome diz, para locação eventual, isto é, para a transmissão de eventos, como conferências, aulas,

¹³ No momento em que este artigo foi originalmente escrito, o Congresso Nacional estava aprovando a emenda constitucional que quebraria o monopólio estatal das telecomunicações, dando fim à exclusividade de prestação de serviços públicos por empresa sob controle acionário estatal.

palestras, e assim por diante. Isto a preços não discriminatórios e iguais para todos.

Vale mencionar, ainda, a obrigatoriedade de cada operador reservar 30 por cento da capacidade de sua rede (24 canais, numa rede de 80, por exemplo) para entidades comerciais, mas que não tenham com ele qualquer vínculo de sociedade ou afiliação.

Essa variedade de canais exemplifica o que, tendo no caso como referência a TV a Cabo, deverá ser o cenário das comunicações em nossas sociedades: da escassez de canais de distribuição de informações para uma abundância derivada das notáveis possibilidades tecnológicas da atualidade. Abundância que, neste exemplo da legislação aqui analisada, resultou em potenciais avanços de ocupação de espaços de programação nesse novo, para nós, meio de comunicação. Mas que não necessariamente significará outros avanços similares, caso não esteja a sociedade civil informada e preparada para intervir nesse cenário, seja ocupando os espaços com informações de seu interesse, seja envolvendo-se, por meio de suas entidades organizadas, nos processos de formulação de políticas e elaboração de normas e legislações.

É nesse sentido que proponho a integração de políticas públicas no campo das comunicações e da saúde. Integração que começa pelo retorno à definição que abriu este artigo: comunicações como muito mais do que comunicação social, ou de massa. Comunicações como processo de apropriação das potencialidades técnicas e políticas das chamadas novas tecnologias, suas redes e serviços, indo muito além da noção elementar, que ainda permeia corporações privadas e, principalmente, o serviço público, de comunicação como assessoria de imprensa, de propaganda e relações públicas.

Uma das características mais fundamentais do nosso tempo, talvez mesmo a mais fundamental, seja a habilidade já mencionada de se produzir, processar e disseminar informações, na forma digital, por redes cada vez mais rápidas e de mais alta capacidade. Isto nesse nosso tempo em que o rádio e o cinema, primeiro, e, em seguida, a televisão tornaram-se os principais instrumentos de educação - aqui empregada no seu sentido lato - dos indivíduos e das coletividades.

Os meios de comunicações portanto - do velho telefone ao moderno computador - não podem ser vistos como restritos à imprensa, ao rádio e à televisão. E não podem, pela mesma razão, estarem reservados ao uso

quase exclusivo de profissionais especializados, sem uma abertura ampla para todos os campos do conhecimento e de aplicações na sociedade. Fazer política de comunicações é, pois, atributo também do profissional da saúde, entendida esta em sua concepção vital de educação e prevenção, que depende sempre e cada vez mais do uso dos instrumentos mais variados de disseminação e troca de informação. Das comunicações, enfim.

Libertar-se, pois, de antigos modos de ver a 'comunicação' e apropriar-se dos modos novos de usar as comunicações para o pleno desenvolvimento social, cultural, político e econômico dos indivíduos e das coletividades, é condição essencial para a integração das políticas públicas de comunicações e saúde, ponto de partida deste artigo. Receita previamente aviada - e que seja a metáfora, apesar de óbvia, adequada - para isto não existe. O que precisa existir, no entanto, é a vontade política das áreas profissionais e acadêmicas de comunicações e saúde de abrirem-se para o diálogo intenso e permanente, os olhos voltados para as possibilidades abertas pelas novas tecnologias e, acima de tudo, para o imperativo da participação direta, e agressiva, na definição das políticas que irão nortear entre nós o uso social dessas tecnologias.

VIII.

Comunicação, Comunicações e Transição Pós-Moderna*

No capítulo que abre este livro, apresentei minha definição mais simples de comunicação, que complementei, depois, por outra, mais complexa, por ser decorrente de um processo sócio-cultural que, inspirado por um importante pensador contemporâneo, estou chamando aqui de *transição pós-moderna*.¹ Antes, porém, de voltar à definição mencionada, e a outras que a precedem, algumas reflexões se fazem necessárias.

Vivemos hoje uma época de grandes transformações, em face do que se tem chamado de revolução da informação, base de uma emergente sociedade do conhecimento. Mas, se esta época de grandes transformações é uma época de otimistas expectativas na visão de seus observadores, estudiosos e profetas liberais, ela é para muitos um tempo de frustrações, de sonhos interrompidos, de falência, quem sabe definitiva, daquela energia que tem movido o mundo por mais de cinco séculos; a energia utópica, descrita pela primeira vez em 1516 por Thomas More, em sua obra clássica **Utopia**, e que atingiu sua expressão contemporânea mais bem acabada no comunismo das sociedades socialistas estatais, hoje, quase todas, em pedaços mundo a fora.

Esta é a época em que, talvez, a tese mais discutida nas ciências humanas e sociais é a tese do *fim da história*, fruto da imaginação não propriamente de um grande filósofo nos moldes clássicos, acadêmicos, mas de Francis Fukuyama, um pragmático analista vinculado ao complexo industrial-militar norte-americano; tese que consagra a democracia capitalista como a forma perfeita forjada pelo homem para se organizar política e economicamente, nada mais nos restando, a partir de agora, do que gozar as delícias desse inevitável, ainda que eventualmente injusto, modelo de desenvolvimento.

Na realidade, nem chegamos ao paraíso, nem estamos condenados definitivamente ao fogo do inferno.

* Texto originalmente apresentado durante o Congresso Latino-Americano sobre *Educação, Cidadania e Identidade Cultural*, promovido pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Cascavel, 1992. Publicado in **Comunicação e Cultura Contemporâneas**, p. 95-114. Por Carlos Alberto Messeder Pereira e Antônio Fausto Neto (orgs.). Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

¹ Ver Boaventura Sousa Santos, "*O social e o político na transição pós-moderna*". In **Pela Mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade**, pp. 75-114.. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Como em toda transição, não sabemos muito bem onde estamos, e menos ainda para onde vamos; a transição, porém, é momento de grandes desafios, de chamamento à criatividade, e jamais de submissão, ou rendição aos arautos do conformismo e da passividade.

Essa transição, de que nos fala Boaventura de Souza Santos, seria caracterizada fundamentalmente pelo esgotamento do “projeto sócio-cultural da modernidade”, marca maior deste século que se encerra e expectativa para o novo século que se abre.

Assim, de um lado, o projeto sócio-cultural da modernidade cumpre-se, e cumpriu-se em excesso, realizado algumas das generosas expectativas iluministas de auto-afirmação e liberdade, como visto em parcelas expressivas das sociedades que convencionamos chamar de “primeiro mundo”. Esse excesso verifica-se, sobremaneira no plano do consumo e das relações de mercado, como também no plano das ciências e da produção do conhecimento.

Mas, da mesma forma como gerou seus excessos, a modernidade resultou também em déficits, como o atestam as enormes desigualdades existentes entre as nações, e entre os homens, entre um “primeiro”, um “segundo” e, até, um “terceiro” mundo, ao ponto de, em pleno final de século, irromperem violentos conflitos étnicos e sociais no coração da maior nação industrializada do planeta, os Estados Unidos da América, e de, em nossa terra brasileira, testemunharmos o extermínio sistemático de gerações por conta do fenômeno hoje mundialmente conhecido como “meninos de rua”.

Como conciliar, então, nesse final de século - símbolo maior da transição que estamos vivendo -, o otimismo desenfreado dos que vêem na revolução da comunicação e da informação a concretização dos ideais maiores de realização humana, e o pessimismo dos que acreditam que os déficits do projeto sócio-cultural da modernidade se tornaram irremovíveis depois que a história acabou, com a vitória do capitalismo sobre a utopia comunista?

A chave para esse dilema está, acredito, na consciência cada vez maior da nossa imersão na transição aqui discutida, à luz de um conceito hoje já gasto, mas nem por isso menos relevante - o conceito de *crise dos paradigmas*.

Crise do Paradigma

Uma das marcas mais indeléveis deste século XX foram as certezas que nos ampararam na política, nas ciências e na técnica, no direito e na ética, ainda que essas certezas fossem freqüentemente bipolares, e ainda que contássemos com as artes para desequilibrar freqüentemente nossas demonstrações de segurança teórica e existencial.

Filhos da Ilustração, como seus sempre seguros irmãos liberais, mas desejando ir além das aspirações e práticas da burguesia, os socialistas alimentavam também as suas certezas, embaladas pelo sonho das revoluções igualitárias e solidárias que fariam do operariado a última classe universal; aquela, após, a qual nada mais restaria que não o comunismo, a sociedade em que tudo pertenceria a todos, sem a exploração desigual da propriedade particular.

Essa polarização, centrada primordialmente na política, na ética e no direito, projetava-se também sobre as ciências, nos embates entre o positivismo e a dialética, cada qual apreendendo e explicando, à sua maneira, a natureza e a razão.

O paradigma liberal, das economias de mercado, viveu sempre saltando de crise em crise, de forma cíclica, seus detratores comemorando a cada momento a derrocada definitiva, só para vê-lo assumir sempre formas novas que oscilaram, neste século, das intervenções decididas dos estados de bem estar social às fugas mais ou menos radicais dos controles estatais, típicas das recentes formações neoliberais.

Já o paradigma socialista, materialista histórico, no seu período áureo no início do século, com a vitória bolchevique na Rússia, levou ao surgimento do primeiro estado formalmente socialista, em transição para o comunismo: a União Soviética. Esperança dos povos que viviam subjugados ao capitalismo imperial, ou dele diretamente dependente, o socialismo jamais deixou de viver também as suas crises que, ao contrário das de seu adversário liberal, pareciam ser muito mais que políticas, do que propriamente econômicas e financeiras. O estalinismo, já nos anos 50, aparecia a muitos militantes e simpatizantes do socialismo como a negação da energia utópica que alimentavam de construção de uma sociedade acima de tudo igualitária, de indivíduos livres e solidários.

Mas, mesmo os críticos mais radicais de um determinado modelo de socialismo, identificado com o termo estalinista, jamais poderiam imaginar o que sucederia apenas três décadas depois das primeiras denúncias públicas da falta de liberdade básicas na União Soviética: *o fim do mundo bipolar, sucedido freneticamente pelo fim do socialismo em todo o Leste europeu, até o fim dramático da própria União Soviética.*

O resultado das crises desses paradigmas parece ser a confirmação definitiva da vitória de um sobre o outro, as crises cíclicas do paradigma liberal tendo servido apenas para confirmar a sua invencibilidade, ele ressurgindo sempre mais forte e poderoso após cada uma delas.

Difícil é, porém, aceitarmos passivamente a tese dessa vitória, não por teimosia, ou por qualquer laivo de inútil nostalgia ideológica, mas porque as evidências não são ainda suficientes para que sejam proclamados, sem qualquer margem para dúvida, o “fim da história” e a emergência do “último homem”, nas expressões polêmicas de Fukuyama.

Para o professor e ex-reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque, a “Terra é um grande Terceiro Mundo”. De fato, se adotamos uma perspectiva global, como se víssemos do espaço distante o nosso pequeno planeta, constatamos que nele predominam, como no terceiro mundo propriamente dito, as injustiças, as profundas desigualdades traduzidas na concentração da riqueza nas mãos de uma parcela ínfima da humanidade, encontrada em um número muito reduzido de países.

O raciocínio de Fukuyama, visando demonstrar a vitória do que ele chama de “democracia liberal”, está muito mais voltado para o retorno, de muitos países a formas menos autoritárias de organização política - que é o caso, particularmente, da América Latina -, do que à expansão mundial de sociedades nas quais predomine o bem estar social de suas populações. Daí porque, inclusive, um dos pontos de estrangulamento da tese do filósofo político norte-americano é a possibilidade freqüente do encontro das economias prósperas de mercado com formas autocráticas e autoritárias de governo, a exemplo de Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul, Malásia - os chamados Tigres Asiáticos. Em outras palavras, o fim da história pode estar ainda muito distante, a não ser que nos conformemos definitivamente com os aspectos meramente formais da democracia: *a igualdade apenas formal perante a lei e a tirania excludente do mercado*, que continua a gerar mais a miséria e menos a opulência.

Retornando a Boaventura Sousa Santos, no esforço de prosseguir a

busca de respostas para todos esses enigmas sociais contemporâneos, o verdadeiro paradigma que está em crise não é nem o do capitalismo tão somente, como nem tão somente o do socialismo realmente existente. Para Boaventura, a crise é a do *paradigma do progresso*, rebento mais expressivo do projeto sócio-cultural da modernidade neste nosso século, adotado tanto pelos planejadores estatais do leste quanto pelos mercadológicos mais radicais do ocidente: crise caracterizada pelos traços marcantes que agora procurei descrever:

- no *plano econômico*, a crise do *paradigma do progresso* pode ser constatada pela prevalência do *princípio do crescimento econômico infinito*, e a conseqüente prevalência das forças produtivas, sobre as relações de produção - ou seja, das fábricas, escritórios, e suas máquinas sobre o bem estar do ser humano e sua realização como cidadão;

- no *plano político*, temos o *princípio da democracia de massa*, fundado na nivelção horizontal dos cidadão perante o estado centralizado e forte, com o conseqüente desenvolvimento de grandes aparelhos burocráticos, tanto públicos quanto privados, diante dos quais desaparece qualquer possibilidade de autonomia do cidadão;

- finalmente, no *plano ideológico*, encontramos o *princípio da ciência neutra e objetiva* como instrumento privilegiado da superação das diferenças ideológicas e a conseqüente concentração em políticas de consenso assentes na transformação dos problemas políticos em problemas supostamente técnicos.

Para exemplificar melhor essa sua crítica ao chamado paradigma do progresso, Boaventura Sousa Santos lança mão de uma série de perguntas, que reproduzo aqui, na tentativa de orientar melhor o raciocínio que irá se seguir:

- Por que a roda do desenvolvimento produz simultaneamente a riqueza e a miséria?

- Por que as mais nobres lutas contra a opressão e as concepções oligarquias do poder desembocaram em soluções políticas autoritárias, com forte dinâmica de exclusão?

- Por que o progresso científico está cada vez mais intimamente ligado aos aparelhos militares e aos projetos bélicos, portanto, a uma política de destruição?

- Por que sabemos cada vez mais a respeito do que nos é supérfluo e cada vez menos a respeito do que é estritamente necessário à nossa sobrevivência?

- Por que gastamos cada vez mais tempo na gestão da falta de tempo

do que à gestão do tempo propriamente dito?

- Por que perdemos mais tempo nos transportes quanto mais rápidos eles são?

- Por que as possibilidades de estar doente aumentam na proporção direta do aumento dos profissionais de saúde ao nosso dispor?

- Por que poluir um rio é criminalmente menos grave do que matar um homem?

- Por que escovamos os dentes depois das refeições e não limpamos a mata depois do piquenique?

- Por que a industrialização do turismo e do tempo livre faz com que preenchamos o nosso lazer subordinados a ritmos, controles, programações e incômodos estruturalmente semelhantes aos que esmagam na fábrica ou no escritório?

As respostas a essas perguntas, extraídas do mais absoluto senso comum, só poderão ser obtidas na medida em que compreendermos a dimensão paradigmática da crise em que hoje estamos metidos, nos dispondo a ir buscá-las não mais nos limites aprofundando os questionamentos que recuperem em nós a energia utópica sufocada tanto pelo drama do fim do comunismo, quanto pelo drama maior ainda do suposto fim da história.

O Paradigma da Totalidade

Não é por acaso que o autor que tem me guiado neste texto, o já tão citado Boaventura de Sousa Santos, dedica uma atenção especial ao controle ideológico que, no paradigma do progresso, é exercido pelo *princípio da ciência neutra e objetiva*.

A fragmentação do conhecimento e a idéia de que somos capazes de estabelecer cortes radicais entre sujeito e objeto, corpo e espírito, entre homem e natureza, têm sido responsáveis vitais para naturalização do domínio do homem sobre o homem.

Assim, antes de prosseguir na busca do nexos do tema que elegi para a conferência, da qual originou-se este texto - as relações entre *educação, comunicação e cultura da informação* -, quero me deter por momentos na questão vital do conhecimento, aqui entendido como a convergência da ciência e da técnica com o senso comum, na perspectiva não da fragmentação e de artificiais cortes epistemológicos, mas na perspectiva da *multi* e da *transdisciplinaridade*, compondo o que chamarei aqui, provisoriamente, de “paradigma da totalidade”.

Nenhuma das perguntas postas acima pode receber uma resposta, no mínimo, aceitável, caso as aproximemos de forma fragmentária, seja como sociólogos, educadores, engenheiros, estatísticos, sanitaristas, psicólogos, médicos, ambientalistas, comunicólogos, e assim por diante.

Fragmentar tanto a realidade, quanto o conhecimento dela decorrente significa, de um lado, abrir mão da possibilidade de efetivamente conhecê-la, e, do outro, a possibilidade de exercer um férreo controle sobre ela.

Nada ilustra melhor essas condições do que a natureza do conhecimento e do estudo da realidade praticados hoje em nossas instituições de ensino superior no Brasil, e em todo mundo. Subjugada tanto pelo conceito de “socialismo científico”, derivado de Engels, quanto pela noção de “contradição não antagônica” inventada pela sociologia soviética, a dialética, um corte sobre a realidade de caráter totalizante, soube enfrentar duros embates científicos com o positivismo, notadamente nas ciências humanas e sociais, mas foi muito prejudicada, na prática política, por suas vinculações indesejáveis com modelos de sociedade derivados do marxismo-leninismo. A ciência positiva acabou, assim, predominando, caracterizada, fundamentalmente pela visão indutiva, particularizada, e pela cada vez mais radical divisão disciplinar.

Não quero aqui, porém, sugerir o prolongamento dessa batalha científico-ideológica que foi por muito tempo, e de certa forma ainda é, uma marca das academias no mundo todo.

Quero apenas, a partir de uma preferência epistemológica, e ontológica, pela dialética, chamar a atenção para a importância de pensarmos hoje um novo paradigma para o conhecimento, fundado na perspectiva totalizante, holística, e me valho para isto de uma importante declaração - *A Declaração de Veneza* -, assinada em março de 1986, por cerca de 20 dos mais expressivos expoentes da comunidade científica internacional, inclusive do Brasil, durante o encontro intitulado “A ciência face aos confins do conhecimento: o prólogo do nosso passado cultural”, patrocinado pela Unesco.

Partindo do reconhecimento de que testemunhamos hoje uma importantíssima revolução no domínio da ciência, os cientistas signatários da declaração reconhecem, porém, “a existência de um importante distanciamento entre a nova visão do mundo que emerge do estudo dos sistemas naturais e os valores que predominam ainda em filosofia. Na

ciência do homem - da vida da sociedade moderna”. E os cientistas assinalam, então, com a ênfase devida: “Porquanto estes valores são fundados numa larga medida sobre o determinismo mecanicista, o positivismo e o niilismo, nós sentimos este distanciamento como fortemente nocivo e portador de pesadas ameaças de destruição de nossa espécie”.

A declaração segue adiante, para assinalar, e eu transcrevo na íntegra, dada a força e o caráter transformador das formulações:

“O conhecimento científico, através do seu próprio movimento interno, chegou aos confins onde ele pode começar o diálogo com outras formas de conhecimento. Neste sentido, *reconhecendo-se as diferenças fundamentais entre a ciência e a tradição, nós constatamos não sua posição mas sua complementaridade*”. O reencontro inesperado e enriquecedor entre a ciência e as diferentes tradições do mundo permite pensar a aparição de um novo racionalismo, que poderá conduzir a uma nova perspectiva metafísica”.

“Recusando-se todo projeto globalizante, todo o sistema fechado de pensamento, toda nova utopia, reconhecemos ao mesmo tempo a urgência de uma *pesquisa verdadeiramente transdisciplinar*, numa mudança dinâmica entre as ciências ‘exatas’, as ciências ‘humanas’, a arte e a tradição. Neste sentido, esta abordagem transdisciplinar está inscrita em nosso cérebro pela interação dinâmica entre seus dois hemisférios. O estudo conjunto da natureza e o imaginário, do universo e do homem, poderá assim melhor nos aproximar do real e nos permitir melhor fazer face aos diferentes desafios de nossa época”.

“O ensino convencional da ciência por uma apresentação linear dos conhecimentos dissimula à ruptura entre a ciência contemporânea e as visões ultrapassadas do mundo. Nós reconhecemos a urgência da pesquisa de novos métodos de educação, que tenham em conta os avanços da ciência que se harmonizam agora com as grandes tradições culturais, onde a preservação e o estudo aprofundado parecem fundamentais. A Unesco seria a organização apropriada para promover tais idéias.”

“Os desafios de nossa época - o desafio da autodestruição de nossa espécie, o desafio da informática, o desafio genético, etc. - elucidam de uma maneira nova a responsabilidade social dos cientistas, ao mesmo tempo na iniciativa e na aplicação da pesquisa. Se os cientistas não podem decidir sobre a aplicação de suas próprias descobertas, eles não devem

assistir passivamente à aplicação irrefletida destas descobertas. Em nossa opinião, a amplitude dos desafios contemporâneos requer, de uma parte, *a informação rigorosa e permanente da opinião pública*, e, de outra parte, a criação de órgãos de orientação, e mesmo de decisão, de natureza pluri e transdisciplinar”. [ênfases minhas]

Comunicação e Cultura da Informação

É meu convencimento que nenhuma outra prática social ilustra melhor a questão paradigmática a que me referi, inclusive na sua dimensão transdisciplinar e totalizante, do que aquela que comumente chamamos de *comunicação*.

Um conceito tradicional de comunicação, tal como praticado na vida social e na academia, é aquele que a identifica com as mídias de informação e entretenimento: a imprensa, a televisão, o rádio, o cinema, e assim por diante.

Naturalmente, comunicação também é entendida em seu sentido mais elementar dos processos de interação, por meio da fala e das linguagens, entre os homens em sociedade.

Para discutir a comunicação aqui, hoje, quero abordá-la a partir de seu componente básico, a informação, aquela unidade - um gesto, um signo, um gemido, um suspiro, um poema, um filme, uma notícia de jornal, um show de TV, uma música no rádio, uma aula, um tratado de filosofia -, a partir da qual se estabelece todo o processo comunicativo, seja pela via dos meios de comunicação, também ditos de *massa*, seja pela comunicação direta, *interpessoal*.

Escrevi, acima, que vivemos hoje uma época de grandes e extraordinárias transformações, em face do advento que está sendo chamado de *sociedade da comunicação e da informação*, base de uma nova *sociedade do conhecimento*. Este é, de fato, mais um momento de notável inflexão na história da sociedade, na qual se dá a democratização mais radical, fundada nas possibilidades infinitas da comunicação, de troca instantânea de comunicação entre os homens, mesmo entre aqueles afastados uns dos outros por distâncias até bem pouco tempo inimagináveis.

Esta é, para mim, a marca mais significativa do que chamei, tomando

emprestada a formulação de Sousa Santos, de “transição pós-moderna”.

Vamos, porém, por partes.

Meu ponto de partida aqui é a noção, explicitada acima, de esgotamento do projeto sócio-cultural da modernidade, pressuposto do imperativo de criarmos um novo projeto, imperfeitamente chamado de “pós-moderno”; projeto este que, por sua vez, parte da negação da tese do fim da história e da permanência da energia utópica que alimenta a busca da sociedade justa, igualitária e solidária, que continuaremos a chamar de socialismo. Mas, se permanece a força dessa energia, inclusive na preservação do cerne da teoria marxiana, que é sua crítica radical do capitalismo, dá-se o rompimento definitivo com qualquer sistema fechado de pensamento que signifique a negação do caráter contraditório, e perenemente aberto, da dialética como força condutora de todo pensamento radical e crítico.

Em segundo lugar, é vital o reconhecimento da comunicação como categoria central para a apreensão desse novo projeto sócio-cultural, pelo reconhecimento puro e simples de que, mais do que em qualquer outra época da história, e menos, e cada vez menos, do que nas épocas sucessivas no futuro, as sociedades serão formadas e conformadas pelos meios de comunicação e informação, tanto no plano clássico dos processos simbólicos tanto no plano dos processos propriamente produtivos, isto é, da acumulação e reprodução dos capitais necessários ao desenvolvimento.

Assim, se a ânsia vital do ser humano continuar a ser, como certamente acontecerá, a ânsia da liberdade, traduzida nas sociedades radicalmente democráticas, a organização e o controle dos meios de comunicação e informação serão cada vez mais decisivos para a existência da democracia neste planeta.

A comunicação ainda é, porém, uma das vítimas mais expressivas da camisa de força metodológica imposta pelo princípio da ciência neutra e objetiva, com sua epistemologia fortemente fundada na perspectiva meramente disciplinar.

Campo transdisciplinar por excelência, pois para ela convergem nas sociedades midiáticas do presente a política, a sociologia, a pedagogia, a psicologia, a antropologia, a ética e o direito, e assim por diante, a comunicação ainda está fortemente ancorada na visão ultrapassada de formação profissional para a prática do jornalismo, da produção artística

para o cinema, o rádio, a TV e o vídeo; pior ainda, tanto profissional, quanto academicamente, a comunicação ainda está longe dos sistemas de informação, da informática e das telecomunicações que já são no presente, até mesmo no Brasil, as principais marcas conformadoras da sociedade do futuro, ou “pós-modernas”, como queiram.

Eu entendo, pois, que a comunicação, como campo específico do conhecimento, constitui-se um dos *locus* ideais para a prática do *paradigma da totalidade* como um novo método de apreensão e transformação do real, pois é a comunicação, mais do que em qualquer outro momento na história, a chave para a construção das sociedades democráticas do futuro.

Isto pode, e deve, feito a partir do espraiamento do conceito de “cultura da informação” como base de uma ampla e radical reforma educacional que altere não apenas nossas práticas pedagógicas, como também, e principalmente, nossas formas tradicionais de pensar e agir sobre o mundo.

Educação e Cultura da Informação

Nossas escolas, no Brasil e no mundo, de modo geral, são hoje instituições ortodoxas, ultrapassadas, aferradas a uma organização epistemológica e práticas pedagógicas inteiramente fora de compasso com as brutas transformações porque passam as sociedades contemporâneas, por força das crises paradigmáticas que antecipam, à sua maneira, o advento da nova “sociedade do conhecimento”.

Não é mais possível pensarmos a escola hoje apenas como locais, ainda que dotados dos mais sofisticados recursos humanos e materiais, de ensino, em todos os níveis, e pesquisa, nos níveis mais avançados, com caráter essencialmente *presencial*.

A escola está colocada hoje diante do desafio de, absorvendo e promovendo o uso mais intensivo possível dos novos meios de comunicação e informação, iniciar uma radical democratização do conhecimento, universalizando a educação e, portanto, a cidadania, que forma a base da radical democratização das sociedades.

Não é mais possível fecharmos hoje os olhos ao potencial incomensurável, para a educação e a cidadania, dos meios de comunicação, das telecomunicações, e da informática. Não é mais possível aceitarmos

com a passividade de costume a apropriação desses meios, de forma extensiva e quase exclusiva, por exemplo, pelo sistema financeiro internacional, como se somente aos bancos e bolsas de valores interessasse o que os especialistas chamam de “informação on-line e em tempo real”, ou mesmo as trocas de informações a partir dos mais variados bancos de dados, públicos ou privados.

Uma pergunta, no entanto, deve ser colocada neste momento: qual a razão, ou as razões da lentidão na adoção das tecnologias de comunicação e informação na educação?

Mesmo em um país aparentemente tão avançado no uso dessas tecnologias, como os Estados Unidos, esta pergunta é costumeiramente feita, aparecendo como respostas razões não estranhas à nossa própria realidade.

Uma primeira razão pode estar no conservadorismo dos sistemas escolares, aferrados ao modelo disciplinar há pouco referido, pouco afeitos a experimentos capazes de alterar profundamente sua forma de encarar e explicar a realidade. Outra razão freqüente é a falta de treinamento adequado para os professores no uso dessas novas tecnologias: além do mais, boa parte dos conteúdos - sejam audiovisuais, sejam os programas de computador mais recentes - tendem a ser mal projetados, sendo de pouco proveito para seus usuários. O marketing excessivo dos fornecedores, aliado a um freqüente exagero na difusão das novidades, por seu turno quase sempre conduzem a uma superestimação dos benefícios das novas tecnologias, também frustrando no final os usuários.

Por último, e não menos importante, os planejadores, os formuladores de políticas públicas para o setor, costumam adotar a retórica da inovação, mas sem aprofundar as medidas que levem efetivamente a inovação ao coração dos sistemas educacionais.

É chegada, porém, a hora de, no caso brasileiro, fazer com que a “cultura da informação” deixe de ser um privilégio restrito quase que exclusivamente aos meios clássicos de comunicação - a imprensa, o rádio, a televisão -, que muito mais deformam do que formam; e esta é uma tarefa que transcende completamente o âmbito dos profissionais e acadêmicos desse campo clássico da comunicação para se tornar uma tarefa de todos os responsáveis pelos sistemas educacionais, como o recomenda, aliás, a perspectiva holística e transdisciplinar aqui defendida.

Comunicação e Cidadania

Da crítica ao paradigma do progresso, feita acima, já destaquei o caráter de controle ideológico decorrente do princípio da ciência neutra e objetiva; o propósito agora é, no plano político, abordar a questão vital da democracia de massa, um dos pilares da democracia representativa que caracteriza os países de economia de mercado.

É o cidadão, em tese, o destinatário último da democracia, pois é dele que decorre o poder outorgado aos seus representantes executivos, legislativo e no poder judiciário; a representação, por seu lado, surge como o mecanismo possível de participação democrática, em todos os níveis, nas sociedades complexas, onde já não pode mais existir, em princípio instrumentos de democracia direta.

A *democracia de massa*, porém, como já afirmado, nivela o cidadão de uma forma tal diante das burocracias ditas públicas e privadas, retirando dele qualquer possibilidade real de participação autônoma. Mais ainda, nas chamadas democracias de massa, os cidadãos sofrem uma dependência aguda dos meios de comunicação para o recebimento das informações necessárias à sua participação na política e nos demais assuntos de seu interesse na sociedade.

Esse nivelamento e essa dependência estão na raiz da crise de legitimidade por que passam hoje, em todo o mundo, as democracias de massa, traduzidas nos baixos comparecimentos eleitorais mesmo nos países mais avançados, na descrença generalizada quanto à lealdade dos representantes aos seus representados, no surgimento de movimentos de caráter fascista, como os nacionalismos radicais encontrados principalmente em países da Europa Ocidental.

A relação cidadão/democracia somente poderá ser restabelecida em sua plenitude no momento em que conseguirmos recuperar mecanismos de democracia direta, ou de base, aproximando os indivíduos das decisões econômicas, políticas e culturais que lhes digam respeito, quando não sendo eles próprios os responsáveis por sua tomada. A representação, que distancia naturalmente o cidadão dos poderes decisórios, não pode mais responder sozinha pelo avanço da democracia no mundo. A democracia direta, ou democracia de base, desnivelará os cidadãos diante da burocracia, fazendo com que eles ajam sempre menos como massa do que como indivíduos capazes de decisões autônomas.

A democracia direta não se constitui, porém, em um sonho

inatingível, eu acredito, mesmo nos dias de hoje, quanto mais na sociedade de comunicação e da informação que se aproxima.

Sem querer servir como apologista acrítico dos novos meios de comunicação e informação que se avizinham, praticando, como tantos outros no presente e no passado, o determinismo da boa tecnologia como panacéia para a humanidade - e aí está o importante, porém totalmente acrítico e integrado Alvin Toffler, para não me deixar mentir - eu quero sustentar a hipótese de que cada vez mais a comunicação será a chave para a radicalização dos processos democráticos nas sociedades em transição para o que tenho chamado aqui, com restrições, mas com ênfase, de pós-modernidade.

Não faz muito tempo, a televisão, por exemplo, era uma mídia extremamente complexa, onerosa, e pesada; uma transmissão de rua exigia a movimentação de complicados caminhões de externa, equipados com câmeras e outros equipamentos pesados e muito caros. Havia, além do mais, a escassez de canais para transmissão pelo ar, sempre em mãos dos poderosos do dia, e de sempre.

Hoje, fazer televisão tornou-se um processo extremamente mais simples, e muito mais barato, por conta da miniaturização dos componentes e circuitos, fazendo com que a tecnologia esteja, em princípio acessível, senão a uma maioria dos chamados cidadãos comuns, pelo menos a um número expressivo de organizações sindicais e populares.

Atualmente, pelo menos nas principais capitais brasileiras, sindicatos e outras organizações similares já fazem uso significativo da publicidade sindical, contratando agências e criando mensagens de forte apelo político e social, abandonando a linguagem dura e zangada que só conseguia sensibilizar os militantes e simpatizantes tradicionais.

Embora a decisão política de democratização da distribuição das frequências esteja por enquanto muito distante, o fato é que a escassez torna-se hoje um dado virtualmente irrelevante, em face das possibilidades, seja pela baixa potência, seja pelos satélites, seja pela cabodifusão, de uma multiplicação enorme de canais de rádio e televisão.

Mais ainda: a micro-eletrônica, encarnada na proliferação pelo mundo todo dos computadores pessoais, está também tornando disponíveis a um número cada vez maior de pessoas e organizações de recursos da computação - da edição e editoração eletrônica à gestão dos processos

burocráticos e administrativos, passando pela utilização crescente das redes alternativas de computador, além do emprego dos instrumentos de acesso aos mais variados bancos de dados.

É preciso que exploremos, teórica e praticamente, todas as possibilidades de uso dessas, e outras tecnologias, para a expansão conseqüente dos mecanismos de informação do cidadão, fundamentais para inibir o controle dos monopólios e oligopólios de comunicação, e que abrem, além do mais, instigantes, ainda que assustadoras possibilidades de fomento à democracia direta. Tele-assembléias, consultas plebiscitárias por computador são exemplos de tais possibilidades que, eu entendo, não devemos descartar antes do exame aprofundado de sua viabilidade e conseqüências para a mobilização e organização popular.

Essa autonomização do cidadão, por conta de mecanismos crescentes de democracia de base, ou direta, amparada por simples, mas poderosos, instrumentos de comunicação e informação, é pressuposto para a construção de um amplo espaço de discussão e tomada de decisões, que chamo de *esfera pública*, inspirado pela notável arqueologia feita por Jürgen Habermas, herdeiro contemporâneo da tradição, mas não do pessimismo apocalíptico, da Escola de Frankfurt, que soube nos contar de forma esplêndida o percurso histórico dessa importante categoria oriunda das relações burguesas.

A esfera pública burguesa, nascida no anseio do indivíduo burguês de expor publicamente sua subjetividade, primeiro pela narrativa romanceada de seus sentimentos afetivos, e, em seguida, pela necessidade de, em seus salões, nos salões e nos cafés da Inglaterra, França e Alemanha, discutir e emitir opinião sobre os negócios de estado até então privativos dos reis e suas cortes, é conceito emblemático da força da comunicação e da informação na produção de duradouras transformações revolucionárias.

É claro que não tenciono aqui, embalado por românticas lembranças do passado revolucionário da burguesia, propor que a opinião pública, constitutiva da esfera acima mencionada, seja força suficiente para provocar as mudanças estruturais que o mundo está a exigir nessa transição pós-moderna.

Minha intenção é tão-somente enfatizar, em mais uma oportunidade que tenho, a importância do conceito de *público*, como alternativa ao impasse em que nos encontramos, nesse momento de crise paradigmática, diante do aparente enfraquecimento do estado como instância capaz de

aglutinar as energias necessárias às transformações que precisam ser produzidas nas estruturas das sociedades contemporâneas, tanto as que professam a fé mais absoluta nos receituários da economia de mercado, quanto aquelas que, perdidas na falência do socialismo realmente existente, andam à procura do seu próprio receituário.

O *público*, na forma de uma estrutura que dê ossatura às sociedades civis tais como as conhecemos hoje, inorgânicas, gelatinosas; um *público* que faça o uso mais radical das possibilidades dos meios de comunicação e informação, pode muito bem emergir como contraponto ao estatal, e em antagonismo plural às iniciativas meramente privadas, constituindo-se naquilo que Nancy Fraser chamou de “público forte” - capaz ele próprio de tomar e dar consequência a decisões de ordem política, e econômica, reunindo em torno de conselhos populares, de cooperativas e outros empreendimentos nos quais predominem formas de autogestão.

Por uma “agenda pós-moderna”

Concluo, então, este trabalho, tentando dar ordem aos temas que aqui levantei, propondo para nossas reflexões e nossas práticas o que chamarei de “*agenda pós-moderna*”.

a) O primeiro ponto desta agenda é a admissão do esgotamento do projeto sócio-cultural da modernidade, com seus êxitos e seus fracassos, e que caminhamos assim para um novo tempo que, a exemplo de meu autor favorito, Boaventura de Sousa Santos, denominei, ainda que imperfeitamente, de “transição pós-moderna”;

b) a segunda admissão é a que nos leva a concluir pela existência de uma crise de paradigmas, mas não apenas a crise que levou ao virtual extermínio do comunismo pelo mundo - e aí permanecem a China e Cuba para, senão invalidar, pelo menos pôr em questão, a polêmica tese do fim da história -, ou a crise eterna de um capitalismo que teima em sobreviver, aparentemente cada vez mais forte, mas a crise do “paradigma do progresso”, que sempre foi compartilhado pelos desenvolvimentistas do leste e do oeste, do norte e do sul;

c) o terceiro ponto é a constatação que, para responder as perguntas postas hoje pela crise do paradigma, precisamos substituir o princípio da ciência neutra e objetiva por um novo princípio, que preferi chamar de *paradigma da totalidade*, fundado na transdisciplinaridade mais radical, que rompa as fronteiras entre as chamadas ciências exatas, naturais,

humanas e sociais, e que, mais ainda, rompa a fronteira aparentemente inexpugnável entre *ciência* e *tradição*, ou, como prefiro, entre *ciência* e *senso comum*;

d) o quarto ponto desta agenda consiste em fazer da comunicação o campo da convergência transdisciplinar por excelência, um campo específico do conhecimento, e não mais apenas o espaço da formação profissional de jornalistas, produtores de rádio e televisão, cineastas, relações públicas, além desta ou mais aquela habilitação. Na sociedade do conhecimento que se avizinha a comunicação, o estudo das mídias, poderá vir a ser o campo mais vital de estudo e pesquisa para a apreensão e transformação da realidade;

e) em quinto lugar, se a sociedade do conhecimento será o resultado inevitável do que hoje chamamos de “cultura da informação”, então, a partir inclusive do rompimento das barreiras disciplinares tradicionais, devemos incorporar os avanços tecnológicos na comunicação, telecomunicações e informática, aos nossos sistemas e processos educacionais, transformando, principalmente, o que hoje conhecemos como “meios de comunicação” em verdadeiros “meios de educação”;

f) em sexto lugar, temos que explorar ao máximo, nessa transição pós-moderna, o potencial libertador das tecnologias de comunicação e informação, criando as condições para que elas sejam cada vez mais apropriadas pelos movimentos sociais e populares, esgarçando assim as possibilidades de exercício da cidadania, e proporcionando maiores facilidades para a implantação de processos e instrumentos de democracia de base, ou direta;

g) finalmente, a partir do conceito de “esfera pública” *temos que visualizar a transição para a pós-modernidade na perspectiva de uma sociedade socialista*, portanto igualitária mas politicamente plural, alimentada radicalmente pela força da opinião pública, mas uma opinião pública construída em torno de uma sociedade civil, separada do estado, dotada de poder de tomar decisões e dar conseqüências a essas decisões, a partir, por exemplo, de conselhos populares e organizações produtivas em que predominem a propriedade cooperativa ou outras formas de autogestão.

Esta é, enfim, a agenda que ocupa hoje a virtual totalidade do tempo que dedico às práticas acadêmicas e políticas, reconhecendo, em tempo, que a conceituação e a reflexão teórica jamais foram o forte - se é que

algum forte tenho - da minha trajetória universitária.

Mas, diante dos impasses paradigmáticos em que nos encontramos, nessa virada de século que tão bem se presta à imagem da “transição pós-moderna”, o esforço conceitual e teórico tem necessariamente que ser, estou seguro, a prioridade de todos nós.

Livres estamos hoje dos dogmas e das amarras epistemológicas a que fomos submetidos durante um longo tempo. O momento é, pois, propício a que enfrentemos os desafios das construções teóricas que alimentam a energia utópica que não podemos abandonar; a menos que estejamos contentes, é claro, em assumir a condição de “últimos homens”, aqueles que, como seu próprio réquiem intelectual e político, escreveram nesses anos 80 e 90 do século XX os derradeiros capítulos da história do homem sobre a terra.

Referências Bibliográficas

Sousa Santos, Boaventura de. *“O Social e o Político na Transição Pós-Moderna”*. **Revista de Comunicação e Linguagens**, 6/7, 1988, pp. 25/48.

_____. *“A Crise do Paradigma”*. In **Direito Achado na Rua**, pp. 65-78. Por José Geraldo de Sousa Jr. (Org.). Brasília: Editora da UnB, 1987.

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Fukuyama, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: The Free Press, 1992.

“Declaração de Veneza”. **Transformação**, Ano IV, No. 9, p. 10, 1988.

Habermas, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Fraser, Nancy. *“Rethinking the Public Sphere”*. **Social Text**. 25/26, 1990, p. 56-80.

Carey, John. "*Platão ao Teclado*". **Diálogo**, Vol. 25, no. 3, 1992, pp. 34-39.

IX.

Brasil, Mídia, Futuro e o Futuro da Política*

Na noite de domingo, 16 de setembro de 1993, uma das principais atrações do programa *Fantástico*, na Rede Globo de Televisão, foi um segmento de aproximadamente dez minutos, com o repórter Paulo Henrique Amorim apresentando, dos Estados Unidos e Canadá, uma matéria identificada nas chamadas do programa pelo atraente mote *As super-rodovias da informática*.

O gancho jornalístico para esse tipo de matéria foi dado desde que o então senador e hoje vice-presidente norte-americano, Al Gore, introduziu na agenda política e econômica do seu país o tema das redes digitais de faixa larga, de alta capacidade e velocidade, montadas com cabos de fibra óptica, integrando voz, textos, dados e imagens.

Esse tema teria sido inspirado em Gore pelo esforço desenvolvido por seu pai, na década de 50, quando foi o principal proponente de uma política e decorrente legislação viabilizando a construção do sistema interestadual de rodovias, visto então como vital para acelerar o desenvolvimento econômico e social dos Estados Unidos na segunda metade do século XX.

O vice-presidente norte-americano acreditou sempre que seu país somente daria salto comparável de desenvolvimento, mantendo e ampliando uma posição de hegemonia econômica, política, cultural e militar no mundo, caso se preparasse adequadamente, investindo com agressividade na infra-estrutura necessária aos novos tempos da chamada Sociedade da Informação. Infra-estrutura para a qual são decisivas as já mencionadas redes de fibra óptica que o próprio Gore insistia em chamar de *rodovias da informação* ou *estradas eletrônicas*¹, empregando uma metáfora que não só facilitava o entendimento popular de uma questão tecnologicamente complexa, como, principalmente, tem um efeito político conveniente para quem luta pela ampliação dos espaços democráticos na

* Artigo escrito para o livro **Mídia, eleições e democracia**. Por Heloiza Matos (org.), p. 207-228. São Paulo: Scritta, 1994.

¹ Essa visão de Gore está explicitada no documento “*Technology for America’s Economic Growth, a New Direction to Build Economic Strength*”, pp.16-17. O documento, emitido pela Casa Branca em 22 de fevereiro de 1993, assinado por Bill Clinton e Al Gore, foi parte importante de seu primeiro programa de governo.

comunicação, pois enfatiza o caráter inerentemente público de que estão revestidas as estradas de qualquer espécie em todo mundo.

O que a matéria do *Fantástico* fez, portanto, foi trazer mais para perto de nós, brasileiros, um pouco desta realidade que guarda ainda tons futurísticos, mas que não está tão longe quanto geralmente pensamos. Trata-se da possibilidade de receber em nossas casas centenas de canais com os mais diversos programas de vídeo: do entretenimento habitual - musicais, novelas, desenhos animados, filmes e assim por diante - a jogos de futebol que nos permitem interagir com a edição de TV, determinando de casa, controle remoto à mão, quais lances queremos ver repetidos ou, mais ainda, ordenando apenas as imagens da câmara que acompanha todos os lances e gestos, por exemplo, que ídolos do futebol brasileiro, como Romário e Ronaldinho, fizerem em campo. Ou então poderemos ordenar o aluguel, direto, de jogos eletrônicos, alguns de nós quem sabe já dispendo dos visores capazes de transformar as imagens digitalizadas no que está sendo chamado de *realidade virtual*. Adiante, será possível, como em grande parte já é, realizarmos todas as transações bancárias sem sair do conforto do lar, só que com muito mais sofisticação e segurança, além de fazermos, à distância, compras em supermercados, lojas de departamentos, e assim por diante.

É claro que, potencialmente, poderemos também usufruir os mais avançados recursos educacionais e científicos, por conta desses poderosos meios que serão, é preciso frisar, *interativos*, desde o acesso a bibliotecas, centros de pesquisas e centenas de bancos de dados, passando pela possibilidade de realização de telediagnósticos médicos, até a participação em videoconferências, debatendo, ao vivo, com cientistas e pesquisadores espalhados por universidades, digamos, na Austrália, Canadá, Nigéria e Peru, questões de relevância para o desenvolvimento mundial.

Essas possibilidades decorrentes da implantação do que a Globo chamou inadequadamente de *super-rodovias da informática* - o termo mais adequado seria, e é sem dúvida, informação ou, melhor ainda, comunicações - serviram para provocar inquietação em um muito ligado pároco da Igreja do Verbo Divino, na Quadra 609, da Avenida L-2 Norte, em Brasília. No sermão da missa matinal da segunda-feira, dia 17 de setembro, o padre Geraldo discorreu com preocupação para os poucos paroquianos presentes à igreja naquela hora sobre a reportagem do *Fantástico*. E sua preocupação não poderia ser mais justa, mais adequada ao momento que então vivemos, no mundo desenvolvido certamente, mas também aqui no Brasil, às vésperas de mais uma grande inflexão

tecnológica no campo das comunicações. A preocupação do Padre Geraldo foi estampada na pergunta mais fundamental que ele poderia fazer naquele momento. E, embora sem conhecê-lo de perto, sem ter jamais trocado uma palavra sequer com ele, rendo aqui uma homenagem à sua simplicidade de cidadão, colocando, ainda que à minha maneira, a sua pergunta como a mais fundamental também para mim neste ensaio:

“Quem controlará essas novas redes, essas super-rodovias da informação? Nas mãos de quem vão estar os novos meios de comunicações, as novas mídias resultantes dos desenvolvimentos tecnológicos que estão fazendo convergir, de forma cada vez mais acelerada, as telecomunicações, os meios de comunicação de massa e a informática?”

As hipótese centrais com as quais pretendo trabalhar, buscando respostas para essas questões, são, primeiro, que esse futuro já começou, e está introduzindo mudanças profundas na estrutura do que é ainda o nosso sistema de comunicação social, a nossa mídia, por ora entendido em seu sentido estrito, ou seja, o sistema que justapõe apenas a imprensa, o rádio e o audiovisual (cinema e televisão) como a espinha dorsal da indústria cultural brasileira; mudanças que indicam uma transição de ambientes comunicacionais meramente midiáticos para ambientes cada vez mais interativos. Em segundo lugar, para melhor compreendermos essas mudanças estruturais, preparando-nos para intervir nelas como intelectuais, políticos, artistas ou mesmo como simples cidadãos, teremos que revisar muitos de nossos conceitos e de nossas abordagens teóricas, estendendo nossas interfaces disciplinares para além das ciências humanas e sociais e nos aproximando das ciências exatas e seus desdobramentos tecnológicos, em pesquisas cada vez mais transdisciplinares.

Mudanças estruturais

A partir dos anos 60, mas principalmente durante toda a década de 70, falou-se muito sobre as chamadas novas tecnologias de comunicação. Por vezes, pela direita, apregoava-se as virtudes extraordinárias de desenvolvimentos técnicos, como o satélite de comunicação, que permitia ao mundo acompanhar ao vivo e, em muitos lugares, também em cores, a chegada do homem à Lua, enquanto ouvíamos fascinados a frase, quem sabe espontânea, que sabe cuidadosamente ensaiada, de Neil Armstrong: “Este é um pequeno passo para o homem, mas um passo gigante para a Humanidade”. Outras vezes, pela esquerda, tecíamos pesadas críticas ao surgimento de tecnologias, como a do videocassete, cujos preços elevados

e o conseqüente uso elitizado contribuía para afastar a televisão ainda mais do que entendíamos como as necessidades reais das massas, submetendo-as ao jogo de programações estúpidas e alienantes.

De um lado, *deterministas tecnológicos*, o mais conhecido deles sendo talvez o ex-operário norte-americano, bom escritor e notável orador Alvin Toffler, podendo aí ser incluído também o sofisticado intelectual canadense Marshall McLuhan. Do outro, críticos marxistas, como o americano radical Herbert Schiller, o chileno Juan Somavía e o francês Armand Mattelart, todos de grande influência entre nós, na América Latina, que trabalhavam a partir de categorias clássicas de economia política, como lutas de classes e mais-valia, sem sequer arranhar a superfície da questão tecnológica. Ela era eliminada, em geral de antemão, rebento indesejável do capitalismo.

E foi também nessa transição dos anos 60 para os anos 70 que, valendo-se do salto tecnológico que houve entre o transistor e a microeletrônica, jovens estudantes e profissionais, normalmente vindo da engenharia, com passagem, muitos deles, por movimentos de contracultura, começaram a desenhar um novo tipo de computador - uma máquina até então muito distante do mundo das comunicações -, pequeno, programado para chegar cada vez mais amigavelmente aos usuários, ao contrário de seus congêneres tradicionais, que tinham na gigantesca Internacional Business Machines o paradigma de maior penetração mundial.

Ainda nesse meio tempo, universalizavam-se progressivamente as redes nacionais e internacionais de telefonia, telégrafo e telex, fosse pela complementação dos cabos submarinos transcontinentais, fosse pelo emprego crescente dos satélites de comunicações. A chegada da tecnologia de informática, por sua vez, ao campo da telefonia, sofisticando as centrais de comutação, permitiu a crescente digitalização dos sinais integrando às redes telefônicas serviços adicionais, como o videotexto. Isto para não se falar da invenção da fibra óptica, o meio capaz de transportar sinais de luz de altíssima frequência emitidos por aparelhos de raios laser.

Já desde a década de 50, inicialmente por razões de ordem técnica, para permitir a chegada dos sinais de televisão a receptores localizados em áreas topograficamente acidentadas, ou áreas urbanas com edificações altas, uma nova forma de distribuição de sinais surgira, por cabos coaxiais, de cobre, o mesmo material utilizado nos pares de fio de rede telefônica convencional. Mas, o que era apenas um artifício técnico para fazer os

sinais das emissoras regulares atingir as casas dos telespectadores evoluiria durante as décadas seguintes para tornar-se uma nova forma de televisão, com muito melhor qualidade de sinal, pois este via-se livre das interferências usuais do espectro eletromagnético. Essa nova forma de televisão seria paga, voltada para assinantes, ao invés de custar para o consumidor apenas a compra do aparelho de TV. Em outras palavras, aos exploradores dessa nova TV foi facultado, de modo a que pudessem ressarcir os investimentos feitos na construção da rede, fazer transitar os sinais pelo cabo, tornando necessário um aparelho conversor de sinais na ponta do usuário. Mais ainda, essa nova forma de televisão trazia com ela a possibilidade de acesso a mais canais do que os seis possíveis de serem recebidos pela via convencional. Ao explodir comercialmente, nos anos 80, nos Estados Unidos, a TV a cabo abriria uma crise econômica sem precedentes nas grandes redes de televisão pelo ar, obrigando-as a cortar despesas, principalmente demitindo pessoal, e a alterar seus formatos de programação, adequando-os à competição altamente segmentada proporcionada pela oferta média de canais por cabo nos principais mercados.²

Apesar desses desenvolvimentos, no entanto, acadêmicos e profissionais de comunicação, engenheiros eletrônicos e de telecomunicação, e os analistas de sistemas que revolucionavam o mundo da informática - todos nos víamos ainda pertencendo a universos muito diferentes, nisso acompanhados por filósofos, sociólogos, cientistas políticos, momentaneamente incapazes de acompanhar as transformações por que a Humanidade passa no atual momento de sua História. Houve, é claro, alguns estudiosos que, iniciando nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, escreveram sobre os indícios prenunciadores de uma sociedade pós-industrial ou de uma emergente e instigante pós-modernidade, sem que esses conceitos fossem, ressalto, intercambiáveis, ou sequer semelhantes. Quando muito eles poderiam ser vistos como pistas indicadas de mudanças que estariam prestes a vir.

Essas pistas, porém, foram esmaecidas, quando não inteiramente apagadas, pelo grande tropel ideológico do pós-guerra, o mundo dividido em dois pólos políticos totalmente distintos: capitalistas e comunistas, liberais, libertários, marxistas e socialistas de todos os matizes pugnavam pela hegemonia nos campos de batalha materiais e simbólicos da Guerra Fria. Dentre essas batalhas destaco, para fins de minha argumentação presente, a das tecnologias de comunicação e informação, enquanto

² Ver Ken Auletta, **The Three Blind Mice - How the TV networks lost their way**. New York, Vintage Books, 1991.

processos e meios de transportar mísseis e ideologias.

Mas, se a esperança revolucionária socialista foi capaz de, aparentemente, realizar com relativa eficiência a tecnologia das comunicações voltada para os aparelhos de guerra, essa esperança desvaneceu-se enquanto meio de conduzir as batalhas simbólicas na imprensa, no rádio e na televisão. E foi para tentar recuperar terreno nesse ardiloso campo da ideologia que, em meados dos anos 80, o surpreendente novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, e dirigente máximo daquela então segunda maior potência mundial, disparou uma palavra de ordem que alterou para sempre o cenário internacional contemporâneo: *Glasnost*. Era um misto de democracia, de liberdade de expressão, de comunicação, transparência, uma espécie de revolução cultural a partir do alto que, em poucos anos, faria Mikhail Gorbachev desabar do posto de líder da poderosa União Soviética para transformar-se num melancólico caixeiro-viajante ecológico, recolhendo dólares pelo mundo para a sua *fundação verde*. No lugar de seu país, surgiu uma Rússia pobre e hesitante, sempre à espera de dinheiro do Fundo Monetário Internacional e cujo presidente, Bóris Yeltsin, costuma apresentar-se de mão estendida diante dos líderes das oito potências desenvolvidas deste mundo.

O fim da União Soviética e, conseqüentemente, da Guerra Fria, ao desnudar a fragilidade das bases políticas, econômica e tecnológica sobre as quais se assentava o socialismo existente naquele país, acabou por liberar de vez o pensamento de esquerda que se encontrava bloqueado desde os anos 50, época das primeiras tentativas revisionistas gestadas dentro do próprio Estado soviético.

Um dos principais efeitos desse desbloqueio tem ocorrido, ao meu ver, no terreno da discussão tecnológica, inicialmente na chamada comunicação social, mas depois desdobrando-se no reconhecimento, sem preconceitos, de sua integração com o que chamávamos de telecomunicações e com o que reconhecíamos apenas como informática.

Os intelectuais no socialismo real jamais deixaram de compreender os meios de comunicação social - a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão - como decisivos para o êxito de sua luta. Mas falharam ao tratar os satélites, as redes físicas de telecomunicações e os computadores como reflexos neutros dos processos econômicos determinantes, adotando virtualmente a mesma base positivista que, por sua vez, determinava o desenvolvimento científico e tecnológico dos países capitalistas ocidentais.

Já o erro de seus contrapartes ocidentais foi, como já vimos, rejeitar liminarmente a discussão propriamente tecnológica, jogando-a às calendas, para só tratar dela quando vitoriosa estivesse a revolução proletária mundial, que traria com ela uma largamente indefinida *tecnologia com face humana*. As tecnologias não eram *novas*, dizia-se elas eram apenas instrumentos contemporâneos dos mesmos processos de dominação do homem pelo homem inaugurados com vigor pela revolução industrial. Assim, entre a aceitação da neutralidade científico-tecnológica e a passividade de uma negação sem alternativa, chegamos a esta década de 90, circunstancialmente véspera de um novo milênio, finalmente livres, enquanto esquerda, e socialista, para compreender que tecnologia não é, de fato, um destino, mas, acima de tudo, *um cenário de luta*.

E o que caracteriza hoje essa arena é a convergência irreversível da comunicação social, das telecomunicações e da informática, configurando um novo campo de estudo e intervenção política, que tenho chamado singelamente, e sem qualquer pretensão à inventividade, de *comunicações*. Campo que se constitui na base do futuro sobre o qual especulam as minhas hipóteses, cuja face internacional mais visível é o desenvolvimento das redes de fibra óptica, as *estradas eletrônicas*, e cuja face brasileira emergente é a TV a cabo que, em nosso caso, já não surge tão-somente enquanto mera televisão, mas já profundamente imbricada com a disputa pelos mercados integrados de telefonia regular, telefonia móvel, dados e difusão audiovisual. Mercado que está se convencendo chamar de *multimídia* e que ora movimentando poderosas empresas transacionais³, conformando um cenário extremamente importante de mudanças estruturais na economia, na política e na cultura, comparável àquelas mudanças que a Humanidade um dia vivenciou com as revoluções agrícolas, de base feudal, e a Revolução Industrial burguesa.

O Brasil e o futuro

Paradoxalmente, o Brasil chega à beira dessas mudanças estruturais com a oportunidade de, preparando um salto de qualidade em seu desenvolvimento social, fazer a opção pela reciclagem estratégica de sua infra-estrutura de telecomunicações, adotando o conceito de redes digitais de faixa larga, e iniciando assim, a construção de suas próprias *estradas eletrônicas* baseadas em fibra óptica. Isso desde que consigamos transformar a desvantagem aparente de sermos um país no qual ainda não vingou o modelo da televisão por cabos na vantagem comparativa de se

³ “Admirável Mundo Novo - Inevitáveis Oligopólios na Multimídia”. *Gazeta Mercantil*, 6 de agosto de 1993, Caderno Fim de Semana, p.4.

tornar um país no qual a TV a cabo seja implantada a partir de uma *política pública de longo alcance* que, partindo de uma demanda eventual por aquele tipo de programação de televisão, alavanque a construção de nossas estradas eletrônicas.⁴

Mas, por que fazer essa opção? Qual a sua real necessidade em um país imerso em tantos e tão grandes problemas sociais, da fome endêmica à também endêmica corrupção, que está ainda tão longe de ser extirpada do nosso cotidiano político?

Premidos pela pressão de tamanha crise, somos hoje, inclusive aqueles mais comprometidos com as causas populares, escravos do pensamento de curto prazo. Roubados, quem sabe para sempre, das energias utópicas que nos permitiam sonhar com a revolução proletária e lutar por ela, encontramos também pouco ânimo para aceitar o desafio do debate e da prática nesse complexo e aparentemente tão distante campo da alta tecnologia, muitos ainda contaminados pela crença, ou na ciência neutra e objetiva, ou na inutilidade de se envolver com uma questão que seria a própria essência da dominação capitalista, da qual somente nos livraremos quando vitoriosos na luta de classes.

Na realidade, como frisei na hipótese acima, esse futuro já começou mesmo entre nós e não temos outra saída que não seja a de, em primeiro lugar, aprender a conhecê-lo em todas as suas nuances e sutilezas econômicas, técnicas, culturais e políticas, para, no processo célere de transformação desse futuro em presente, sabermos propor e encaminhar sempre as soluções mais democráticas possíveis para pavimentar, assim, o caminho penoso na direção do socialismo, enquanto sujeitos de uma História sem fim previsível para a nossa imprevisível Humanidade.

Nossas classes dominantes e sua elite dirigente têm uma noção muito clara desse futuro e se movimentam com a desenvoltura de sempre na sua direção, guiados por seus contrapartes transnacionais, todos de olho naquele que é talvez o segundo maior mercado potencial das comunicações em todo mundo, atrás apenas da China.

O que é hoje mais importante na árvore empresarial da Globopar, *holding* que agrega as empresas de Roberto Marinho? A tradicional Rede

⁴ Essa idéia foi configurada no anteprojeto de lei que regulamentava a introdução da televisão a cabo no Brasil, elaborado por Carlos Eduardo Zanatta, Daniel Herz, José Palácio e Murilo César Ramos, para o Fórum Nacional pela Democratização, em conjunto com equipe técnica do Sistema Telebrás. Brasília, agosto de 1993.

Globo de Televisão e suas primas radiofônicas, agora robustecidas pela CBN, a rede nacional de notícias que fica no ar 24 horas por dia? O vetusto mas sempre influente jornal *O Globo*, avô de todos os empreendimentos de comunicação, e outros, que lhe seguiram?

Ou a NEC do Brasil, empresa de telecomunicações, que constrói troncos interestaduais de fibra óptica, implanta redes de telefonia celular e oferece outros produtos e serviço de comunicações? Ou a Sky, que vende serviço de televisão por assinatura pelo sistema DTH, ou radiodifusão direta por satélite? Ou a NetBrasil, empresa criada para explorar, em sociedades ou parcerias, na forma de franquia, os serviços de TV a Cabo? Ou as empresas do grupo que atuam no setor financeiro? Ou a Som Livre? Ou a Globosat, programadora para TV por Assinatura? Ou alguma outra empresa, ou conjunto delas que agora escapa deste nosso apenas esboçado organograma?

Enquanto a maioria das organizações da sociedade luta pela democratização dos meios de comunicação, pela ampliação do acesso da população à imprensa, ao rádio e à televisão ainda vê o grupo de Roberto Marinho como um conglomerado tipicamente de mídia, no sentido estrito desse termo, a Globopar se comporta cada vez mais como um legítimo grupo multimídia, naturalmente ajustado para trafegar com desenvoltura pelas “super-rodovias da informática”, investigadas pelo seu próprio repórter na América do Norte.⁵

Mais ainda, esse legítimo grupo multimídia - já com a forma básica da empresa de comunicações eletrônicas do futuro - passa também a se aglomerar com outros poderosos grupos empresariais, em consórcios formados para dominar o notável mercado das comunicações sobre o qual estamos a discorrer.⁶

Assim, quem falar em TV a cabo no Brasil, atualmente, como se ela viesse apenas se somar à oferta regular de programação audiovisual para uma parcela ainda muito pequena de nossa população, estará ou equivocado por falta de informação, o que seria natural, ou tentando dissimular, por excesso de informação, as pretensões reais dos que hoje

⁵ Em 1997, Paulo Henrique Amorim deixou de ser o correspondente da Rede Globo nos Estados Unidos. Ironicamente, como âncora e editor-chefe do *Jornal da Band*, da Rede Bandeirantes, passou a notabilizar-se por inéditas matérias críticas ao poder de Roberto Marinho sobre as comunicações brasileiras.

⁶ “*Globo, Bradesco e Odebrecht querem empresas telefônicas privadas para explorar mercado de US\$ 1 bi - Megaconsórcios se unem contra monopólio*”. **Folha de S. Paulo**, 29 de agosto de 1993, 1o. caderno, pp. 1-14. Esta foi uma das primeiras matérias feitas pela **Folha**, chamando a atenção para os movimentos iniciais da Globopar na direção do mercado brasileiro, privatizado, de telecomunicações.

estão encontrando para valer nesse grande mercado potencial.

O que está em jogo, no Brasil, é o controle do mercado multimídia, da comunicação eletrônica do século XXI, um mercado na qual será impossível diferenciar o telefone do jornal, a televisão do computador, o rádio do fax, o correio da secretária eletrônica, a agência bancária da loja de um shopping center, a biblioteca de um videogame.

Nada há porém, que determine, sem a oportunidade de alternativas, que esse novo mercado esteja apenas voltado para o consumo banal, centrado no conceito de entretenimento, apesar de ser essa a imagem popular que os meios de comunicação estão a formar dele, seja em reportagem de capa da influente revista **Time**, ou no igualmente influente **The New York Times**⁷, seja na própria matéria do *Fantástico* que busquei para ilustrar este ensaio. Na verdade, fazendo justiça inclusive ao vice-presidente Al Gore, essa inflexão possível hoje nas comunicações, popularmente traduzida no conceito de *estradas eletrônicas*, contempla, como em talvez nenhum outro momento da História, possibilidade civilizatórias extraordinárias, desde que as políticas delas decorrentes abram o espaço necessário ao seu maior uso social, conseqüente, em escolas, em centros de pesquisa, em hospitais na administração pública, na organização e na mobilização das mais diversas entidades da sociedade civil, e assim por diante.

A Internet, principal rede de comunicação acadêmica⁸ por computador hoje existente no mundo, tem suas origens no Departamento de Defesa norte-americano, que, no final dos anos 60, financiou o projeto de uma rede de computadores ligada a algumas poucas universidades, laboratórios de pesquisa e bases militares com fins, evidentemente, muito pouco pacíficos e nada civilizatórios.

Isso não impediu, no entanto, que a rede original, graças ao esforço legislativo do então senador Gore, já nos anos 80, assegurando recursos para a construção de ligações de fibra óptica, se tornasse a matriz de 9 mil outras redes, comunicando-se pelas linhas telefônicas pré-existentes e chegando a 102 países, o Brasil inclusive, usada por cerca de 10 a 15 milhões de pessoas, na sua maioria pesquisadores, que se valem de suas

⁷ Ver “*Building the Electronic Superhighway*”. **The New York Times**, January 24, 1993, Business, Section 3, e “*The Info Highway - Bringing a Revolution in Entertainment and Communications*”, **Time**, April 12, 1993, pp. 58-58.

⁸ O autor manteve a definição do artigo original, sempre no intuito de enfatizar a rapidez e imprevisibilidade que marcaram a transformação da Internet acadêmica na super-estrada da informação de que falou, pioneiramente, Al Gore.

facilidades como correio eletrônico, como instrumento de acesso a bases de dados ou de intercâmbio de resultados de pesquisas, além de outras possibilidades de uso.

Essa é, pois, a encruzilhada em que o Brasil se encontra neste estágio da história do desenvolvimento de seu sistema de comunicações, e a opção que hoje se fizer, ao contrário do que se viu no início da década de 70, quando se primeiro levantou a possibilidade de o país ingressar no mundo da cabodifusão - denominação tecnicamente mais adequada para o que estou chamando aqui de *estradas eletrônicas* - permitirá ao país acompanhar os desafios dessa estratégica inflexão tecnológica, de profundas repercussões sociais, tendo como referência, ou não, um projeto nacional que culmine na felicidade crescente desse sofrido povo brasileiro. E a questão determinante para a realização dessa tão merecida felicidade será a decisão sobre a quem caberá o controle das novas redes.

Brasil, mídia e política

A relação entre mídia e política no Brasil geralmente é estudada tendo como elementos centrais o rádio e, particularmente, a televisão. De fato, a realidade de nossa mídia impõe esse enfoque, dada a sua centralização na vertente eletrônica, num país de muito poucos jornais e revistas em relação à sua extensão territorial e à sua população. E a preferência ainda mais acentuada pela televisão deve-se não só à grande influência desse meio em todo mundo, mas também às suas características peculiares em nosso país, onde ele se encontra concentrado largamente em uma mesma organização, a Rede Globo de Televisão, braço mais visível da Globopar, a *holding multi-industrial* que conglomerava os negócios do politicamente influente empresário Roberto Marinho.

O poder político, então, de que está investido hoje o conhecido empresário deriva em grande parte da posição invejável de sua rede de televisão, líder de audiência em virtualmente todos os horários, mas notadamente nos horários nobres, entre 19 e 22 horas, os de maior concentração de audiência, da qual a Globo arrebatava sistematicamente até 70%, chegando pois a mais de 50 milhões de telespectadores nos momentos de pico de programação⁹.

Esse poder político é ainda maior em decorrência da crise generalizada de legitimidade por que passam as democracias

⁹ Amaral, Roberto e Guimarães, César. “*Que televisão, que democracia: uma reforma mínima (ou: da macrocefalia à metástase)*”. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1993, p. 6.

representativas, de massa, no Brasil e em todo mundo, que tem como o seu sintoma mais evidente o distanciamento crescente entre os seus representantes eleitos e os seus representados¹⁰. Essa crise tem sido muito pouco discutida nos países capitalistas avançados e foi ainda menor nos anos 80, diante da apregoada vitória liberal sobre o comunismo. Ela é, porém, real e está, nos termos deste ensaio, no centro das razões que têm feito da mídia talvez o fator mais determinante nos processos eleitorais do Ocidente desde os anos 60. Simbolicamente, o debate televisivo entre John Kennedy e Richard Nixon pode ser visto como o primeiro grande momento desse processo de espetacularização da política, que teve também nos Estados Unidos talvez o momento mais marcante deste século com as eleições sucessivas, nos anos 80, do ator Ronald Reagan ao posto máximo da República norte-americana.

Para ficar no exemplo norte-americano por mais algum tempo, e reintroduzindo o fator futuro nesta discussão, a recente eleição presidencial de 1992 reforçou o poder da mídia eletrônica, viabilizando, às custas de caros comerciais veiculados de costa a costa, um candidato apartidário como Ross Perot confirmou a insatisfação generalizada do eleitorado com a política partidária, representativa tradicional. E foi ainda Ross Perot que, como empresário oriundo do mundo da informática e das telecomunicações, lançou, ainda que timidamente, a idéia dos telecomícios, ou seja, emprego do instrumento da videoconferência, em larga escala, para comunicar-se com os eleitores a distância sem passar pelos meios de comunicação de massa convencionais. Outro fenômeno midiático que chamou a atenção na eleição presidencial nos Estados Unidos, em 92, foi o uso intensivo pelos candidatos, principalmente Bill Clinton, dos chamados *talk-shows*, os programas de entrevistas, particularmente aqueles dos horários diurnos nos quais há intensa participação das platéias, ao vivo ou por telefone, muito à moda de uma interatividade típica do rádio. Programas que, desde o êxito extraordinário do *Jô Onze e Meia*, no final dos anos 80, começam a surgir também na televisão brasileira.

Bill Clinton foi, afinal, o vencedor daquela eleição. Uma vez eleito, e talvez por influência do seu vice, Al Gore, que, como já vimos, é um homem profundamente ligado nas possibilidades amplas das tecnologias de comunicações, Clinton e sua equipe passaram a realizar tele-reuniões, a partir de Washington, para diversas regiões do país, no que está sendo chamado de *town hall meetings*, ou seja, versões eletrônicas da assembléias municipais, para debater os mais diversos pontos de políticas

¹⁰ Uma boa análise dessa questão pode ser encontrada em Paul Hirst, **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

públicas. Ainda que a idéia dessas tele-reuniões possa ter sido provocada pela necessidade premente de Clinton e sua equipe evitarem a mediação de seu corpo de imprensa de Washington, inicialmente muito hostil aos supostamente provincianos homens e mulheres de Arkansas, ela contempla instigantes possibilidades para a análise prospectiva do que poderá ser a política em uma sociedade mais eletronicamente interativa e menos meramente mediática no futuro.

Então, agora você decide?

Marx e Engels, muito antes do surgimento dos modernos meios técnicos de comunicação e informação, escreveram, no *Manifesto Comunista*, sobre a capacidade revolucionária da burguesia de estender o seu poder material e simbólico pelo uso da comunicação. Eles naturalmente conheciam estradas de rodagem e ferrovias, mas evidentemente não tinham acesso às estradas eletrônicas potenciais deste final de século XX¹¹.

As classes dominantes em todo mundo não deixarão jamais de se apropriar, para a expansão do seu domínio, de todo e qualquer desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em particular daqueles relacionados à comunicação e à informação. Portanto, não estou falando aqui grandiosamente de alguma nova utopia libertadora comunicativa, de alguma *teledemocracia direta* como saída para a crise reconhecida da democracia de massa representativa.

No Brasil, a Rede Globo de Televisão já se encarregou inclusive de banalizar por antecipação o conceito de mídia interativa ao criar, com grande sucesso popular, até mesmo internacional¹², o programa *Você Decide*, no qual o telespectador pode intervir, pelo uso do telefone, votando em qual final prefere para a trama posta no ar aquela noite.

Não há como negar, porém, que neste momento de grandes perplexidades políticas, de crises paradigmáticas nas ciências, de um repensar contínuo sobre as relações estremecidas entre homem e natureza, entre arte e ciência, entre religião e metafísica, as inflexões tecnológicas que fizeram convergir de forma clara as mídias clássicas de informação e entretenimento com as telecomunicações e a informática nos apontam

¹¹ Marx, Karl e Engels, Friedrich. *The Communist Manifesto*. New York: The Washington Square Press, 1964, p. 64.

¹² "A voz do globo - Exportando para mais de trinta países. *Você Decide* faz sucesso e mostra diferenças de caráter nacional". *Veja*, Ano 26, No. 44, 3 de novembro de 1993, pp. 124-125.

extraordinários desafios políticos e acadêmicos quando se trata de pensar as comunicações públicas.

Televisão e rádio hoje, mesmo no Brasil, como já dito, integram-se cada vez mais em agrupamentos empresariais que negociam também com telefonia, comunicação de dados e outros meios, serviços e produtos de comunicação. Os próprios meios tradicionalmente impressos, os jornais e, particularmente, as agências de notícias, estão se estabelecendo em formas eletrônicas, popularizando o conceito de informação em linha (*on-line*) e em tempo real, isto é, os fatos em seu alcance quase na exata hora em que eles acontecem, mas postos à nossa disposição de modo diferente do rádio e da televisão, em geral via computador. A televisão, sempre o mais conspícuo dos meios de comunicação, por sua vez, segmentar-se-á em centenas ou, quem sabe, milhares de canais, até onde forem os limites das comunicações ópticas, da fotônica, das técnicas de compressão digital de sinais pelo ar. As redes que suportarão todos esses serviços serão interativas, de alta velocidade e também alta qualidade na entrega da informação. Serão redes *inteligentes*, cujas pontas terão poderosos terminais de computadores, em troca dos televisores burros, gerenciados por programas cada vez mais amigáveis, cujos exemplos contemporâneos já fazem a delícia dos usuários, em geral, jovem de classe média e média alta, para quem a leitura do mundo se torna mais rica com o auxílio desses instigantes suportes digitais.

Contemplando todo esse cenário, o futuro da política poderá estar, portanto, a partir de agora, na irracionalidade do individualismo consumista preconizado por Fukuyama, no irracionalismo sem saída de um certo anti-iluminismo visto equivocadamente por alguns como o pós-moderno, na hipótese de uma razão comunicativa que leve a uma conclusão satisfatória o ainda incompleto projeto cultural da modernidade, ou ainda nas virtualidades democráticas de uma possível transição pós-moderna¹³.

As virtualidades de uma transição pós-moderna

Este é um tempo (in)feliz de muito mais perguntas do que respostas, diverso daquele tempo recente em que julgávamos que não havia mais

¹³ Ver Perry Anderson, **O Fim da História - De Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992 - para um breve, porém muito interessante apanhado do debate em torno das questões do *pós-moderno* e do *pós-História*. Quanto ao conceito de *transição pós-moderna*, ele é aqui usado no sentido que lhe foi dado por Boaventura Sousa Santos em “*O Social e o Político na Transição Pós-Moderna*”, **Revista de Comunicação e Linguagens**, 6/7, 1988, pp. 25-48.

perguntas transcendentais a fazer, já que tínhamos todas as potenciais respostas.

Raul Seixas, na beleza de sua provocadora insanidade, foi quem, para mim, melhor definiu aquele tempo felizmente já passado, ao versejar: “Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo¹⁴.”

Tal qual a crônica de uma morte anunciada, é fácil e cômodo prever, para desconsolo do já mencionado padre Geraldo, a concentração sempre maior dos poderes dominantes sobre as estradas eletrônicas da futura Sociedade da Informação. Ou, na contramão, é também igualmente fácil prever a utopia comunicativa, liberada pelas comunidades virtuais, revolucionariamente interativas, formadas às amplas margens digitais das estradas eletrônicas. Essa seria, afinal, apenas a versão mais atualizada da dicotomia moralista que une e separa os apocalípticos e os integrados¹⁵.

Foi o esgotamento do projeto sócio-cultural da modernidade que nos lançou nessa *transição pós-moderna*, que, como todo processo de passagem, nos obscurece a visão com a opacidade das incertezas. Porém, mais do que nos estratificados e por isso mais lentos países do centro desenvolvido capitalista, apresentam como teoria contemporânea mais estimulante justamente aquela do *fim da História*, é na periferia subdesenvolvida que, acredito, residem as possibilidades teóricas de busca da continuidade épica da História.

Minha *pós-modernidade* não é, pois, aquela do fim das grandes narrativas, que tem como uma de suas marcas mais essenciais a submissão da política, enquanto simulacro, ao poder da mídia, espécie de traço de união entre uma esquerda acadêmica cansada e uma direita político empresarial em estado visível de ultra-excitação neste fim de século.

A *pós-modernidade* que vislumbro como o nosso maior desafio teórico contemporâneo é aquela que, partindo da dialética dramática do subdesenvolvimento, traz com ela o ímpeto decisivo para que rompamos de vez com a fragmentação positivista do conhecimento no capitalismo. uma *pós-modernidade* na qual os embates acadêmicos sejam sempre transdisciplinares, deles resultando, primeiro, a **pesquisa enquanto diálogo permanentemente com a vida** e, segundo, mantidas as bases

¹⁴ Do disco *A Arte de Raul Seixas*, a canção: “Metamorfose Ambulante”. CD/Polygram, 1988.

¹⁵ Dicotomia consagrada por Umberto Eco, em sua obra hoje clássica, **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

disciplinares inerentes a todo e qualquer problema social, a pesquisa também enquanto diálogo permanente entre arte, ciência, religião, filosofia e política.

Pesquisa essa que, no caso brasileiro, parte do pressuposto já declarado da inserção dinâmica do país nos mencionados processos de inflexão tecnológica e que sugere, em seguida, o abandono relativo das análises meramente estético-ideológicas, que tanto marcaram o período da chamada Indústria Cultural, em favor do estudo aprofundado de uma economia da cultura e das comunicações. Embora estejamos envolvidos criticamente pela lógica da internacionalidade dos mercados e da flexibilização dos processos de acumulação capitalista, nossos olhos estão postos ainda nas mutações contemporâneas dos conceitos de tempo e espaço¹⁶.

No plano mais propriamente político, essa pesquisa enfrentará a difícil questão da democratização do Estado burguês e sua superação dialética para o socialismo, dando ênfase a uma análise mais rigorosa das categorias de estatal e privado como essenciais. Isso ocorre na busca de novas formas de controle da propriedade e na de mecanismos de democracia direta mais adequados às possibilidades da comunicação interativa que invade o aparentemente seguro terreno da comunicação apenas mediática, sustentáculo das democracias de massa representativas.

Uma pós-modernidade, enfim, que aceita a hipótese da Sociedade da Informação enquanto desdobramento objetivo das extraordinárias tecnologias da comunicações no capitalismo, mas que, em vez de estar fundada nas mediações que determinam a comunicação na modernidade, transita na direção muito mais complexa das mídias interativas, conformando novos cenários para a prática da política e, certamente, novas possibilidades libertadoras para a Humanidade.

Aprender prospectivamente esses novos cenários, sem os dogmatismos da dialética engessada nos tempos recentes, felizmente já passados, e prestando a atenção mais que devida às tecnologias de comunicações, para compensar a cegueira ideológica daqueles mesmos tempos passados, é, pois, a síntese final deste artigo.

¹⁶ Ver David Harvey, **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, particularmente as Partes II e II, respectivamente, “A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX” e “A experiência do espaço e tempo”.

Capítulo X.

O Brasil e as rodovias da informação: comunicações e convergência tecnológica*

Enquanto cientista social e profissional de comunicação oriundo do jornalismo, inicio minha intervenção falando de *metáforas* e de *ficção*.

As metáforas estão contidas no título deste painel, tanto na forma explicitada das "rodovias da informação", quanto na forma implícita das "estradas eletrônicas", como eu próprio já me habituei a chamar as redes de comunicações de faixa larga, denominação mais tecnicamente adequada para o tema que me coube tratar.

Mas, não obstante a denominação tecnicamente mais adequada, quero insistir na metáfora.

E quero insistir porque esta metáfora da "rodovia" ou "super-rodovia da informação", da "estrada eletrônica", como toda metáfora, aliás, é um poderoso recurso de linguagem para assinalar a característica que julgo a mais fundamental deste relativamente novo desenvolvimento tecnológico, agora em cada vez mais vertiginoso processo de aperfeiçoamento: a rede de comunicações de faixa larga capaz de transportar em alta velocidade portentosas quantidades de informação, seja de voz, texto, vídeo ou áudio, ou, ainda, uma combinação desses diversos modos informativos.

Esta característica que julgo tão fundamental é a da **publicidade da rede**. Publicidade, é preciso deixar claro, não no sentido hoje mais difundido da propaganda comercial de bens e serviços, mas publicidade no sentido clássico da **transparência democrática das ações do Estado e das empresas no mercado**; publicidade no sentido do **acesso mais amplo e generalizado pelas populações a esse bem coletivo tão vital que é a**

* Texto apresentado no *Encontro Comunicações - Brasil Século XXI*, Universidade Estadual de Campinas, 28 de novembro de 1994, promovido pela Sociedade Brasileira de Telecomunicações e pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, com apoio da Unicamp e da Universidade de Brasília (UnB).

informação. Desde aquela informação que nos chega pelas páginas dos jornais, pelas ondas do rádio, ou nas telas da TV, até aquelas outras informações menos usuais porém não menos importantes, como as contas de um poder municipal, de uma universidade, ou os dispêndios previstos no orçamento federal mesmo de uma nação tão vasta quanto o Brasil. Isto para não falar na informação enquanto educação formal, tornada mais acessível pela via das tecnologias de comunicações.

Em outras palavras, a metáfora da estrada é, acredito, a mais adequada para difundir no imaginário popular o avanço das novas redes, isto porque **toda estrada, no seu sentido literal, não metafórico, é sempre pública,** ainda que eventualmente sua propriedade, total ou parcial, venha a ser de empreendimentos ou pessoas privadas. E aqui nos deparamos com uma das contradições preferidas dos cientistas sociais e dos políticos no momento; a contradição entre o público e o privado, ou a contradição mais ampla entre o privado, o público e o estatal.

Mas, antes de dar a minha versão dessas contradições, chegou o momento, conforme há pouco prometido, de falar de ficção. Não, porém, da ficção de contos, poesias e romances, aquela que deriva da imaginação mais, ou menos, criativa dos homens e mulheres que dedicam suas vidas à literatura, como, aliás, seria de se esperar de um jornalista. A ficção a que me refiro é a de uma política pública: a política pública de **comunicação**, assim mesmo no singular, por ora entendida em seu sentido restrito de política para os meios de comunicação de massa, notadamente imprensa, rádio e televisão, com ênfase particular nesses dois últimos meios, que compõem a chamada radiodifusão.

Porque tenho dedicado minha vida acadêmica e prática política ao estudo e implementação de políticas públicas de comunicação, estou hoje muito menos para cientista social do que para autor de trabalhos de ficção.

Numa deformação dos princípios de governo consagrados em suas próprias realidades políticas, econômicas e culturais, os liberais dos países desenvolvidos, desde os anos 50, espalharam pelo mundo, pelos próprios meios de comunicação de massa, a noção absurda de que submeter a

imprensa, o rádio e a televisão a políticas públicas é o mesmo que submetê-las à censura, também apresentada como controle estatal. Assim, chega a ser cômico apreciar como alguns liberais brasileiros absorvem e repetem um tal discurso difundido mundialmente pelo Departamento de Estado norte-americano, completamente esquecidos, por vezes até sinceramente ignorantes, de que **foi nos Estados Unidos que surgiu, há exatamente 60 anos, um dos mais influentes organismos mundiais de política pública para a comunicação: a FCC - Federal Communications Commission, ou Comissão Federal das Comunicações.** Órgão regulatório misto, de composição colegiada, equilibrado, por vezes mal equilibrado, reconhecemos, entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, a FCC é paradigma internacional de órgão regulador, catalista e propagador de políticas para a comunicação de massa e para as telecomunicações. Intervencionista por vezes, liberalizante outras vezes, mas jamais indiferente aos movimentos do público, do Estado e do mercado.

O que tem sido bom para os Estados Unidos, neste caso, parece não ser nada bom para o Brasil. E se ousar fazer este juízo de valor sobre a FCC e os Estados Unidos, é porque jamais, em minha vida, travei contato com qualquer proposta de extinção da Comissão Federal de Comunicações norte-americana, ainda que freqüentemente encontre estudos e pronunciamentos críticos sobre sua atuação neste ou naquele processo de regulamentação, como foi o caso recente de sua intervenção nos preços das assinaturas cobradas dos consumidores pelos operadores de televisão a cabo, dando cumprimento a uma lei aprovada no Congresso.

Já aqui no Brasil, o antigo Contel, o Conselho Nacional das Telecomunicações instituído pelo Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, acabou extinto dez anos depois, substituído por um órgão central, executivo, supostamente mais leve e mais ágil, o Ministério das Comunicações, em cuja estrutura, aliás, chegou a ser previsto um Conselho de Comunicações, jamais plenamente composto, portanto jamais convocado. E lá fomos nós - porque **comunicação e telecomunicações**, em sentido estrito, ou **comunicações** em sentido lato, não podiam ser objeto de políticas públicas explícitas, pois isto poderia corresponder a controles censórios estatais - para um sistema de políticas "não-públicas", isto é, de decisões regulatórias

sucessivas e freqüentes, tomadas por alguns poucos funcionários e representantes de empresas, em gabinetes de Brasília, na forma de decretos e portarias, compondo na prática uma complexa política nacional para o rádio e a televisão, para a telefonia e todas as tecnologias correlatas, como também para a infra-estrutura de redes e equipamentos de telecomunicações, cujos efeitos, ainda carentes de uma correta avaliação pela sociedade, se fazem sentir até hoje.

A metáfora da rodovia da informação, porém, pode ter vindo para nos salvar de tantos anos de escuridão, só para empregar outra metáfora de fácil compreensão, ainda que muito pouco original.

E é talvez, por isto, pela força da metáfora, que determinados setores liberais reagem com tanto vigor contra o emprego da expressão "super-rodovia da informação", buscando argumentos pueris para desqualificá-la, do tipo 'isto é coisa que só existe na cabeça do Al Gore', que 'a imprensa supervaloriza na falta de outros assuntos', ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, se engajam em imprevisíveis alianças empresariais, todos de olho num cobiçado, ainda que largamente indefinido, e indefinível, mercado multimídia do futuro.

Reconhecer a validade da metáfora da estrada significa, eu entendo, reconhecer a necessidade da política que assegurará o seu caráter necessariamente público. Nenhum segmento de estrada - e aqui voltamos ao sentido literal da palavra -, mesmo de propriedade privada, pode exigir pedágio tão alto que restrinja, até o ponto de impedir, nosso direito de ir e vir.

"Reasonable and affordable prices" - preços razoáveis e acessíveis - assim os reguladores norte-americanos costumam definir o que seja **acesso universal**. Arbitrária como toda definição, ela estabelece porém um parâmetro a partir do qual se pode trabalhar. É mais ou menos como a metáfora econômica brasileira da cesta básica. Ou será que algum de nós ainda não percebeu que "cesta básica" é uma metáfora? Ou pior: para muitos, a maioria, não chega nem a ser uma metáfora; para estes trata-se, isto sim, de pura ficção. Mas, questões sociais à parte, a metafórica cesta básica brasileira, definida por um elenco de produtos mínimos de alimentação, higiene e

limpeza, necessários ao sustento de uma família com determinado número de componentes, é uma tentativa de se chegar ao sustento familiar a 'preços razoáveis e acessíveis', já que seria impossível atribuir a cada família, deste ou qualquer outro país, uma cesta gratuita de produtos de alimentação, higiene e limpeza.

Acesso universal não significa, pois, necessariamente, gratuidade, e sim equidade, numa perspectiva clara de justiça social derivada dos ideais iluministas que fundaram a doutrina liberal: liberdade, igualdade, fraternidade. Liberdade para produzir, liberdade para consumir, numa sociedade tendente à igualdade, porque voltada para a idéia de uma humanidade fraterna.

Mas, não só liberdade para produzir e consumir bens materiais, como também liberdade para ir e vir, fisicamente pelas ruas e estradas, bem como simbolicamente pelas vias e estradas da informação, só elas capazes de nos conduzir ao destino fundamental do exercício pleno da cidadania.

O que vou propor, então, como minha contribuição, modesta, para este Encontro, é um caminho que ajude a instituir no Brasil - e isto de certo modo já vem sendo feito no processo de introdução da televisão por assinatura, tema do painel seguinte - um modo novo de desenvolver políticas para as comunicações, neste que é o campo mais estratégico da contemporaneidade e no qual já estão sendo travadas algumas das batalhas mais decisivas pelo poder e pela riqueza do Século XXI.

Minha proposta não pretende, reconheço, a marca da originalidade, representando tão somente a síntese de um pensamento resultante de anos de estudo e intervenção na área, e está fundada em um modelo adotado no país desenvolvido que melhor conheço - os Estados Unidos da América.

1. Meu ponto de partida é a constatação da inevitabilidade da "estrada eletrônica", gostemos ou não da metáfora. Nos Estados Unidos, o seu nome técnico-administrativo é *Infra-estrutura Nacional de Informação*, e o argumento central do seu maior defensor, o vice-presidente Al Gore é, acredito, irrespondível: a terceira grande transição político-econômica por que

passará a humanidade - depois da agricultura e da indústria mecânica - será aquela alavancada pelas tecnologias digitais de comunicações. Daí a necessidade imperiosa, para qualquer país, da atualização das suas "estradas eletrônicas", da sua infra-estrutura nacional de comunicações, já na perspectiva da convergência que está a juntar, talvez para sempre, o entretenimento da televisão, dos videoclubes e vídeo-games, com a informação do jornalismo, das bibliotecas e outros serviços assemelhados, com a telefonia e transmissão de dados, isto tudo mediado pelo computador.

2. Em segundo lugar, entendo que só produziremos os efeitos capazes de nos conduzir, enquanto nação, ao alinhamento com o chamado Primeiro Mundo no campo das comunicações, se partirmos para uma política pública clara para o setor, uma que resulte do debate mais amplo entre os organismos de Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil, por intermédio de suas instâncias organizadas. **E este debate, para atingir a sua dimensão pública mais absoluta possível, terá que receber uma vasta cobertura dos meios de comunicação de massa** - o que hoje está longe de ocorrer -, ao invés de ficar restrito a algumas poucas, ainda que importantes, publicações especializadas. Nós temos aqui hoje, neste auditório, representantes de empresas de comunicação de massa, entre as quais incluo aquelas de televisão por assinatura, e a eles faço, não pela primeira vez, o apelo para que abram finalmente este debate para a sociedade ao largo, ao invés de circunscrevê-lo a alguns poucos de nós, reforçando na população a noção mistificadora de que alta tecnologia é coisa de empresário rico ou de professor doutor.

3. Em terceiro lugar, o debate que ora já se reinstala - do questionamento do monopólio estatal das telecomunicações administrado pelo Sistema Telebrás aos efeitos econômicos, políticos e culturais da introdução das tecnologias da televisão por assinatura, passando pela evolução das comunicações móveis - deve partir de pelo menos dois princípios fundamentais: o do **acesso universal**, nos termos já assinalados, e o de **common carriage**, isto é, o da oferta pública das facilidades de comunicações, sem que os proprietários dessas facilidades - Estado ou iniciativa privada - possam exercer controle sobre conteúdos ou discriminar o acesso cobrando preços exorbitantes. Em outras palavras: o **subsídio cruzado**, de um lado, e uma **justa política tarifária** do outro, continuarão a

ser instrumentos vitais de política pública para que seja progressivamente assegurado o acesso das populações, independente de renda ou de local de moradia, a este bem coletivo vital, que é a informação. E aqui desejo enfatizar um ponto, retornando às contradições acima mencionadas entre o público, o privado e o estatal. Já não nós é mais possível simplificar a questão das comunicações, reduzindo-a a uma batalha entre o privado e o estatal. Porque estatal, se é que um dia já o foi, não mais pode ser sinônimo de público. **Menos importante do que a propriedade hoje dos meios, se privada ou estatal, é a política gestada no seio da sociedade, e por ela controlada, capaz de assegurar que os benefícios do bem coletivo em questão - no caso, a informação - revertam em favor de toda uma coletividade, e não apenas em favor de interesses singulares, seja daqueles que se refugiam na metáfora do mercado, como se ela fosse dogma sagrado, capaz de produzir até milagres, ou daqueles interesses estatais, que se vêem como os únicos legitimados para a defesa integral da sociedade.**

4. Por último, para que tudo isto ocorra, de forma transparente e organizada, e para que a política pública de comunicações deixe finalmente o campo etéreo da ficção, governo, sociedade civil e iniciativa privada deverão se juntar numa parceria razoavelmente inédita, partindo, por exemplo, para dar seguimento às seguintes decisões:

a. Respeito ao Ministério das Comunicações como o órgão central da política pública para o setor, mas um ministério renovado e livre dos vícios que o atormentaram durante toda a ditadura e até, pelo menos, o início dos anos 90, quando, pela via da discussão da regulamentação da TV a Cabo, foi aberto um primeiro canal de diálogo com instâncias da sociedade civil organizada.

b. Implantação efetiva do Conselho de Comunicação Social, previsto no Artigo 224 da Constituição Federal, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, capaz de transformar-se em foro privilegiado de diálogo sobre a comunicação de massa e suas interfaces com as telecomunicações e a informática, na construção das nossas "estradas eletrônicas", ou, se preferirmos, da nossa infra-estrutura nacional de comunicações.

c. Estabelecimento de um Grupo de Trabalho inter-governamental, tendo à frente o Ministério das Comunicações, para produzir as diretrizes gerais da política de implantação da infra-estrutura nacional de comunicações.

d. Estabelecimento de um Conselho Consultivo, ad hoc, integrado por representantes governamentais, da sociedade civil, da iniciativa privada, e da comunidade acadêmico-científica, para, num tempo estabelecido de, digamos, dois anos, colaborar na discussão da já referida política.

e. Definição de uma agenda legislativa, de curto e médio prazo, para dar suporte normativo à política em suas diversas etapas, contemplando desde a questão mais polêmica do monopólio estatal das comunicações, ainda carente de um debate mais racional e menos emocionalizado, até a revisão tão esperada do Código Brasileiro de Telecomunicações, além das regulamentações da Televisão por Assinatura em suas diversas vertentes - Cabo, MMDS e DTH -, das comunicações móveis e por satélite, sem falar numa lei antri-truste da comunicação de massa, na lei de imprensa, e assim por diante.

Em suma, tarefas não nos faltam - a nós enquanto sociedade civil, academia, governo e iniciativa privada - de preparação do Brasil para enfrentar o desafio das comunicações nos anos que se seguirão.¹

Desafio que começa pela constatação última que farei neste painel de abertura; a constatação de que, **na democracia, nada jamais perdura sem um debate contínuo, franco e aberto, polêmico quando preciso, suave quando possível, respeitada sempre a diversidade, todas as partes conscientes de que nossa passagem por este mundo é insuportavelmente breve e que a eternidade mais segura na qual se pode acreditar é aquela que resulta das obras coletivas que venhamos eventualmente a realizar, que transcendam os estreitos limites das nossas existências individuais sobre a terra.**

¹ Entre 1994 e 1998, grande parte da agenda político-regulatória proposta neste texto foi superada, nem sempre na direção sugerida pelo autor. Que a comparação possa servir de referencial crítico e auto-crítico diante do muito que ainda resta a fazer para o avanço do processo de democratização das comunicações brasileiras.

XI.

TV por Assinatura: a segunda onda de globalização da televisão brasileira*

1. Introdução.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar as opções tecnológicas que orientam hoje o Brasil em sua entrada nas novas redes mundiais, digitais, de comunicações, bem como as políticas públicas, ou ausência delas, que visam nos preparar para ocupar os espaços virtualmente infinitos que essas redes já começam a abrir para conteúdos informativos e culturais. Conteúdos que serão aqui vistos enquanto programação para o mercado emergente entre nós de TV por Assinatura, caracterizando o que chamarei de *segunda onda de globalização da televisão brasileira*.

Na busca do objetivo proposto, inicio com uma apreciação sobre o conceito de globalização, em seus aspectos políticos, econômicos e informativos, para, depois, fixar-me nas redes digitais de banda larga e as estratégias de sua implantação no Brasil. Redes que se constituem na infraestrutura básica de inserção brasileira nas comunicações globalizadas. Na conclusão, o artigo visa problematizar não a questão tecnológica em si, mas os desafios de ocupação dos novos, e cada vez mais múltiplos, canais de comunicações com conteúdos que, num cenário mundial de globalização, não percam suas ligações culturais com a nacionalidade.

Como pano de fundo à questão específica da TV por Assinatura, o texto remeter-se-á também, ainda que subsidiariamente, ao processo de expansão da televisão convencional no Brasil na década de 70, do qual emergiu como ator dominante a Rede Globo de Televisão, organização determinante da *primeira onda de globalização da televisão brasileira*. O contraponto se justifica também em função do papel igualmente dominante que as Organizações Globo vêm assumindo no mercado emergente, de segunda onda, da TV por Assinatura.

* Artigo originalmente publicado in **Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea**, p. 135-166. Por Dênis de Moraes (org.). Campo Grande: Letra Livre, 1997.

2. O mundo e a globalização.

O atual processo de globalização mundial é apenas o mais recente avanço de uma globalização capitalista que teve o seu primeiro notável impulso no chamado ciclo das navegações marítimas dos séculos XI e XVI, auge do capitalismo mercantil, e ele será trabalhado aqui, contemporaneamente, a partir de alguns de seus aspectos políticos, econômicos e informativo-culturais¹.

A *globalização política* tem dois significativos marcos históricos recentes. O primeiro foi a chegada ao poder na União Soviética, em 1985, de Mikhail Gorbachev, como secretário-geral do PC soviético; o segundo, consequência direta do primeiro, foi a queda do Muro de Berlim, em 1989, emblemática de todo o processo de mudança que levou ao fim do socialismo no Leste europeu. A resultante desses dois marcos históricos tornou-se o vetor de toda a reestruturação do sistema internacional centrado na **Guerra Fria**, que vinha sendo construído desde o final da Segunda Guerra Mundial: um **sistema bipolar**, no qual duas superpotências hegemônicas, os Estados Unidos e a União Soviética, dividiam entre si o poderio econômico, estratégico-militar e político, repartindo o mundo entre capitalistas e comunistas.

Mikhail Gorbachev, com suas reformas pretendidas - uma *glasnost* cultural e uma *perestroika* econômica - foi quem abriu a possibilidade democrática para que o povo soviético rediscutisse o papel do Estado leninista e, em última instância, as possibilidades do próprio socialismo. Aos meios de comunicação foi facultado o direito de divulgar para a União Soviética o padrão de vida capitalista, o nível de desenvolvimento da indústria de consumo nas economias de mercado e a liberdade política existente nas democracias representativas liberais-burguesas. A partir daí, e também do início de movimentos nacional-separatistas nas repúblicas bálticas - Letônia, Estônia e Lituânia -, ficou claro o descontentamento popular com o regime e a necessidade crescente de ampliação das reformas. O mundo socialista começou a ruir: os movimentos étnicos clamavam pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, exigindo a

¹O autor agradece as contribuições dadas para esta parte do trabalho por Marcus Martins, especialista em Relações Internacionais, e pesquisador da ECCO - *Estudos e Consultoria de Comunicações*, em Brasília.

independência de quase a totalidade de seus Estados constituintes; as fronteiras da *cortina de ferro* foram “assaltadas” pelo espírito reformista, caindo um por um os governos comunistas do Leste Europeu, desde a Hungria até a Albânia, passando pela trágica experiência romena de fuzilar diante das câmeras de televisão o casal Nicolau e Elena Ceausescu. Mais importante do que tudo, o Muro de Berlim, símbolo máximo da divisão do mundo, foi destruído em frente às câmeras de TV de todo o globo, reunificando, via-satélite, as duas Alemanhas.

Pela primeira vez, desde 1917, passava a existir uma notável homogeneidade político-econômica internacional, consagrando, aparentemente, o capitalismo de mercado e a democracia liberal representativa como paradigmas para a organização político-econômica do sistema mundial.

Simultaneamente a essas reviravoltas político-ideológicas, outro processo, este de caráter político-econômico, que já caminhava há cerca de 35 anos, ganhava força: a integração europeia. Sua instituição de origem foi a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)*, de 1951, responsável pela promoção, através de políticas de otimização de investimentos e de racionalização na utilização de recursos energéticos, da recuperação e o desenvolvimento da infra-estrutura produtiva da Europa, completamente arrasada durante a Segunda Guerra. Assim, a hoje *União Europeia* - que tornar-se-ia mais concreta com a assinatura, em 1957, do *Tratado de Roma*, criando o então denominado Mercado Comum Europeu - está, apesar dos vários problemas que tem enfrentado com a radicalização de movimentos nacionalistas em alguns países, na liderança de um processo mundial de unificação de políticas e de mercado, assim como de uma ampla harmonização jurídico-legislativa.

Seguindo um rigoroso e gradual processo de integração - Zona de Livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum - desde a assinatura do Tratado de Roma, este modelo europeu, por ter sido o primeiro e, pelo grau de avanço que tem alcançado, inclusive na elaboração de políticas comuns e na previsão da eliminação das fronteiras para serviços e capitais (Tratado de Maastricht, 1991), poderá ser o padrão a ser seguido nos quatro cantos do mundo - pelo NAFTA na América do Norte, pelo MERCOSUL na América do Sul e pelo ASEAN no Sudeste Asiático - a partir de uma, cada

vez mais intensa, conciliação de interesses entre as nações e uma atuação efetiva de seus governos.

Desta forma, a regionalização a partir da formação de blocos econômicos, com diferentes graus de integração, passa a conviver com o processo de globalização, reformulando as relações entre os Estados Nacionais e reorientando seu papel dentro deste novo sistema transnacional globalizado.

Após esta apresentação de aspectos do processo de globalização política, torna-se necessária a *contextualização do cenário econômico atual*, que tem como principais características a crescente unificação do espaço econômico - através da *globalização da cadeia produtiva e da integração/unificação dos mercados* - e a consolidação de três polos econômicos - de mercado, de finanças e de tecnologia.

A globalização da produção é o fenômeno pelo qual um determinado produto tem suas etapas de produção distribuídas numa espécie de cadeia em localizações geográficas distintas, esse produto final resultando de um processo que leve em consideração a lógica dos custos e, também, em termos ideais, a lógica da qualidade. Os principais agentes desse processo são as empresas transnacionais que operam em várias esferas nacionais e agilizam o mercado internacional através do comércio intra-firmas, ou seja, do comércio entre suas próprias filiais nas diferentes partes do mundo. E, vale destacar, na medida em que as escalas de produção são distribuídas em vários países, há uma tendência de harmonização das normas jurídicas visando a diminuição dos custos, ocorrendo até uma redefinição do que se entende por soberania nacional.

A unificação dos mercados não limita-se, entretanto, aos processos de cooperação e integração, abrangendo também o antigo *GATT (General Agreement on Tariffs and Trade)*. O *GATT* foi criado em 1948, na forma de tratado, sem a rigidez de uma organização internacional, para que justamente se adequasse às sempre iminentes modificações do comércio mundial, e, é claro, não atrapalhasse os interesses das grandes potências econômicas. Tendo como objetivo primeiro a liberalização e a ampliação do comércio internacional, o *GATT* englobava também decisões inseridas na esfera da jurisdição nacional interna. Com o fim de sua última rodada de negociações, a Rodada Uruguai - a mais longa na existência do Acordo,

durando de 1986 a 1994 - que discutia temas como a propriedade intelectual, circulação de finanças e serviços, ficou provado que a integração superficial entre as nações está sendo, cada vez mais, substituída por integrações mais profundas. Tanto assim que foi criada, para funcionar a partir de 1º de janeiro de 1995, a *Organização Mundial do Comércio (OMC)*, instituição que veio ocupar o lugar do tratado do *GATT*.

Já no campo financeiro a tendência é de ocorrer mundialmente um imenso crescimento dos investimentos estrangeiros diretos. De 1983 a 1989, esta espécie de investimentos cresceu cerca de três vezes mais que o comércio internacional, o que pode ser traduzido por uma crescente interdependência mundial. A maior parte dessas transações de investimentos se faz entre os países industrializados, divididos em três polos principais - Estados Unidos, União Européia e Japão -, estimulando os empréstimos bancários, o desenvolvimento do comércio e o surgimento de novas tecnologias.

Por fim, abordo a terceira das características gerais do processo de globalização que me propus a discutir: a *globalização informativo-cultural*, já preparando a transição para o tema mais específico do trabalho, que chamei de segunda onda de globalização da televisão brasileira.

O satélite de comunicações, a partir dos anos 60, foi o aparato tecnológico que deu impulso ao processo, muito acelerado, de transnacionalização dos conteúdos informativo-culturais; processo que teria como sua ponta-de-lança a televisão, muito embora o satélite viesse a dinamizar igualmente os setores de telefonia e de transmissão de dados transfronteiras. Seria a televisão, entretanto, que proveria novos e mais diretos canais de distribuição de um tipo de produção - aquela gestada no início do século XX em Hollywood, nos Estados Unidos -, já não mais dependente apenas das salas de exibição de cinema, mas capaz de chegar diretamente aos lares dos espectadores, acompanhada da penetrante publicidade comercial. Seriam, como foram, novas e mais poderosas formas de comunicações, em termos de conteúdo informativo-cultural, linguagens e meios técnicos de distribuição.

Já o desenvolvimento acelerado, dos anos 80 para cá, de outras tecnologias de comunicações, notadamente o processamento digital dos mais variados tipos de informações - voz, texto, sons e imagens -,

transformando o computador de uma mera, mas sofisticada, ferramenta de trabalho, em um poderoso meio de comunicação, jogou a humanidade na direção de um novo, mesmo que ainda largamente indefinido, paradigma comunicacional. A informação digital, na forma de *bits*, pode agora, por meio de computadores pessoais, ser processada, armazenada e distribuída globalmente, em redes físicas e pelo ar, seja por fios, cabos, satélites ou microondas. Isto tem causado uma enorme agilização nos fluxos de informação, causando, entre outros acontecimentos inesperados, a emergência da Internet, uma rede mundial de comunicações que, sem maiores intervenções de governos ou organismos supranacionais de controle, já conta com cerca de 50 milhões de usuários espalhados por todo o planeta, mas com esse número crescendo exponencialmente. Assim, muitos indivíduos, independentemente de sexo, cor, religião, nacionalidade, etnia ou ideologia, com o mínimo de condições técnicas - um PC conectado a uma linha telefônica -, podem hoje ter acesso a todo tipo de informação disponível na rede, além, é claro, de, mundialmente, divulgar suas idéias.

Esta situação de quase total falta de controle das informações, que entram e saem das fronteiras - da qual a Internet é apenas o exemplo mais recente; antes dela o rádio e a televisão já antecipavam o fenômeno - tem criado situações novas para o Estado-Nação, inclusive os mais democráticos. De súbito, temas como a pornografia e o nazi-fascismo, de livre circulação nas redes, podem crescer na agenda política dos vários países, assim como, de forma mais restrita, pode ser afetada a segurança dos chamados “assuntos de Estado” e das informações de caráter econômico-financeiro. Isto, mais do que problemas internos, gera tensões internacionais, pois, na realidade, nenhum governo acaba tendo a certeza sobre como agir, exigindo ações restritivas - políticas, econômicas e culturais - por parte de outros governos.

Em suma, a própria noção clássica de Estado-Nação, vinda dos filósofos iluministas e das revoluções burguesas do fim do século XVIII, torna-se cada vez mais tênue, em decorrência do processo de globalização aqui descrito, exacerbado pelos fluxos cada vez maiores e contínuos de conteúdos comunicacionais.

3. Primeira onda

É, pois, nesse contexto de globalização que, agora, inclui o Brasil, privilegiando na análise, as redes digitais de banda larga, as "estradas eletrônicas", ou "super-rodovias da informação", conforme a metáfora popularizada pelos meios de comunicação de massa, tomada emprestada da imaginação do vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore.

Na década de 70, auge do desenvolvimento mundial das comunicações analógicas por meio físico e via satélite, o Brasil, graças a uma ação deliberada do regime militar, de investir maciçamente, por razões de segurança nacional e de suporte ao modelo econômico em gestação, em uma moderna infra-estrutura nacional de telecomunicações, viu-se colocado em um patamar à altura dos centros mundiais mais desenvolvidos. Primeiro houve a estatização, a partir da Embratel e, depois, com a criação da Telebrás e suas subsidiárias, de todo o sistema nacional de telecomunicações². Em seguida veio a implantação das redes físicas de alcance local e regional, do sistema nacional de microondas e do sistema nacional de comunicações por satélite. Caracterizava-se aí um verdadeiro *projeto nacional* para o setor.

Talvez o reflexo mais importante desse projeto imposto pelos militares tenha sido a presença progressiva da televisão em todo o território nacional, na forma de uma única rede dominante - a Rede Globo de Televisão. De propriedade do empresário Roberto Marinho, com origem no jornal **O Globo**, do Rio de Janeiro, a emergente Rede Globo já nasceria *global*, na medida em que receberia, no início dos anos 60, aporte financeiro, tecnológico, administrativo e de estratégia de programação, de um sócio internacional, o grupo norte-americano Time-Life. Sócio do qual teria que se desfazer algum tempo depois, diante da oposição no Congresso, onde houve uma rumorosa Comissão Parlamentar de Inquérito, e entre concorrentes, que questionavam a presença majoritária de capital estrangeiro em uma empresa de comunicação de massa, o que violaria as leis brasileiras.³

Se a concepção clássica de **interesse nacional** acabaria prevalecendo na relação Globo/Time-Life, reflexo típico daqueles tempos, nem por isto

² Neste texto, *telecomunicações* é empregada sempre no sentido mais restrito da telefonia e transmissão de dados, ficando o termo *comunicações* reservado para o sentido mais amplo do modelo convergente das telecomunicações, comunicação de massa e das redes de computadores.

³ Ver Daniel Herz, **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1985.

deixou a nova organização televisiva de beneficiar-se do capital inicial, dos equipamentos e, principalmente, da concepção de como fazer televisão em padrões próximos aos dos norte-americanos. Capitalizada, muito bem estruturada gerencialmente, e com acesso fácil à programações norte-americanas, a TV Globo, no entanto, logo imporia um padrão nacional de conteúdos, com cada vez menos enlatados - como eram chamados os filmes, séries e desenhos animados que inundavam as televisões do mundo todo, numa forma agressiva de dumping cultural -, e cada vez mais programação própria. Nesta se sobressairia a telenovela, gênero derivado da *soap-opera* norte-americana, mas que ganharia sua versão tipicamente brasileira, capaz de em alguns anos disputar, ela própria, fatias de mercados mundiais.

A aqui chamada *primeira onda de globalização da televisão brasileira* acabou, pois, concentrada num grupo local que monopolizou virtualmente a audiência nacional, com forte impacto político e eleitoral ao longo das décadas de 70 e 80⁴. Grupo que dependeu inicialmente de laços, inclusive financeiros, com congêneres internacionais, que dependeu também de programações internacionais, mas que acabaria, após certo tempo, nacionalizando-se conforme os padrões políticos, econômicos, culturais e técnicos da época. Em outras palavras, a primeira onda de globalização da televisão brasileira levou a um modelo de produção televisiva relativamente autônomo, com grande ênfase na produção nacional, não apenas a jornalística, mas principalmente a de entretenimento, ainda que isto tudo, enfatize-se, concentrado em um mesmo grupo de comunicação de massa, apropriadamente denominado Rede Globo de Televisão.

Do ponto de vista normativo, o cenário legal brasileiro, nessa primeira onda, resultou da Lei no. 4.117/62, o Código Brasileiro de Telecomunicações, legislação que jamais contemplou, no caso do rádio e da televisão, os princípios e dispositivos existentes, por exemplo, na legislação norte-americana, país do qual emulamos nosso modelo de exploração privada da radiodifusão. Nos Estados Unidos foram, desde os anos 30, adotados princípios como *interesse público* e *localismo*, e dispositivos restringindo tanto a propriedade cruzada de meios de comunicação - controlar jornal, rádio e televisão em um mesmo mercado - quanto o número de concessões que uma mesma empresa poderia deter nacionalmente. Tais princípios e dispositivos não foram contemplados na legislação brasileira,

⁴ Ver Capítulo II.

exceto pelos limites à propriedade de geradoras de rádio e televisão, embora mesmos estes tenham vindo a ser desrespeitados com o passar do tempo.

4. Redes de banda larga: super-estradas da informação

Como já dito, uma crucial tendência tecnológica - a digitalização dos mais diversos tipos de informação: voz, dados, som, texto e imagens -, vem alavancando este que já se inclui entre os fenômenos técnicos, políticos, culturais e econômicos mais importante do século XX: a **convergência** entre as *telecomunicações*, no sentido tradicional de infra-estrutura e serviços básicos de comunicações, como telefonia e transmissão de dados; os *meios de comunicação de massa* e a *informática*, aqui, como já referido, com a entrada definitiva das redes de computadores no cotidiano dos indivíduos.

O fenômeno da convergência, também chamado de *multimídia*, não obstante o entusiasmo e a certeza de muitos, tem gerado um quadro de incertezas, tanto políticas quanto, principalmente, econômicas, no qual projeções sobre maravilhosos serviços interativos, do vídeo-por-demanda aos *shoppings* virtuais, não passam ainda de especulações relativamente fantasiosas sobre o futuro.⁵

Feito este alerta, no entanto, contraponto que julgo indispensável para evitar a tentação da análise ou excessivamente otimista, por entender que as comunicações interativas estão logo ali, bastando dobrar a esquina, ou excessivamente pessimista, por temor do que a ainda largamente experimental interatividade possa provocar no campo das exclusões sociais, parto para, com o realismo possível, analisar preliminarmente, neste ensaio, os modos e os processos, políticos, econômicos e tecnológicos, mediante os quais o Brasil ensaia seus primeiros passos rumo a esse futuro de, criativas, incertezas.

A primeira constatação que faço é a de que, ao contrário do ocorrido na década de 70, sob o regime militar, o Brasil começa a marchar para o referido futuro sem uma estratégia de Estado amparada por qualquer projeto

⁵Ver *High-tech lowdown*, CMP Publications, February 9, 1995. Trata-se de estudo por empresa norte-americana de consultoria sobre a defasagem encontrada entre as potencialidades das tecnologias de comunicações e os desejos de consumidores de absorver novos produtos e serviços, seja por preço seja por dificuldades de compreensão e manuseio.

nacional significativo. Independentemente das razões políticas que levaram os governantes militares a investir pesadamente numa sofisticada infraestrutura de comunicações, entre as quais a mais saliente era a da segurança nacional, a política estatal delas resultante produziu um sistema de telecomunicações que ainda hoje é, apesar das críticas que a ele se possa fazer, modelar entre os países da periferia do capitalismo mundial.

As políticas do Governo Fernando Henrique Cardoso de acabar com o monopólio estatal das telecomunicações, vieram muito mais em resposta a pressões políticas e econômicas internacionais do que em decorrência de uma política pública que visasse, de modo autônomo, modernizar os serviços nacionais de comunicações.⁶ Pior ainda. O Governo Federal, espremido entre a aparente consciência social-democrata expressa pelo Presidente da República e seu PSDB, e as políticas neoliberais constantes do ideário do PFL, seu principal suporte parlamentar, não tem conseguido afirmar com clareza o que pretende fazer com as comunicações brasileiras, uma vez quebrado o monopólio do Sistema Telebrás. Não obstante, entre sua posse, em 1o. de janeiro de 1996, e o final de 1996, o Governo de Fernando Henrique Cardoso logrou alterar a Constituição Federal, desestatizando as telecomunicações brasileiras.

No final de 1996, o Governo prometia encaminhar ao Congresso Nacional seu projeto de uma nova codificação para as comunicações brasileiras, acompanhado da proposta de criação de novo órgão regulador, agora previsto constitucionalmente, além, é claro, da proposta de privatização do Sistema Telebrás.⁷

Nada disto, no entanto, caracteriza um projeto coerente de política pública para as comunicações brasileiras. O que se vê é um Poder Executivo cumprindo, conjunturalmente, um receituário internacional, enquanto um Congresso, passivo, produz as regulamentações solicitadas, com pouco, ou

⁶Ver **World Development Report - Infrastructure for development**. Oxford University Press and the World Bank, 1994, p. 114, e Márcio Wohlers de Almeida, *A reforma dos sistemas nacionais de telecomunicações nos países em desenvolvimento: globalização e pressões para mudança*. Encontro Comunicações - Brasil Século XXI, Universidade Estadual de Campinas/Universidade de Brasília, mimeo, novembro de 1994.

⁷ A nova Lei Geral das Telecomunicações foi aprovada pelo Congresso Nacional, em julho de 1997, e a nova Agência Nacional de Telecomunicações, prevista na LGT, começou a funcionar em 5 de novembro do mesmo ano. Em 29 de julho de 1998, foi realizado, na sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o leilão de privatização do Sistema Telebrás.

quase nenhum, debate público, como seria de se desejar, e como ocorre nos países desenvolvidos. Tem sido assim na União Européia, como foi assim no recente processo de mudanças na legislação norte-americana de comunicações.⁸

No entanto, apesar desse quadro de indefinições e de intransparência, pode-se afirmar que um importante processo está em curso, de implantação no Brasil de uma moderna infra-estrutura de *redes digitais de banda larga*, através das quais poderão transitar os atuais e futuros serviços de comunicações, dos mais convencionais, como a telefonia básica, aos mais sofisticados, como a eventual oferta de vídeo interativo, por satélites, para domicílios.

Redes digitais de banda larga, vale frisar, não são apenas as redes de cabos de fibras ópticas, como freqüentemente se acredita. A largura de banda, isto é, a capacidade de uma rede, sua amplitude e freqüência para carregar sinais de comunicações, dependem tanto do meio físico, como a fibra óptica, quanto da possibilidade de se produzir alterações na natureza dos sinais. Como, por exemplo, a sua digitalização e compressão: um sinal de vídeo digitalizado, e comprimido, ocupa, numa rede comum, telefônica, de fio de cobre, um espectro tão menor de freqüência, que permite, como já ocorre, a oferta de serviços de vídeo-conferência com qualidade de recepção próxima a daqueles que transitam por uma rede de cabos ópticos. A largura de banda é também característica do espectro radioelétrico e suas microondas, bem como das faixas de freqüências utilizadas pelos satélites. Assim, as redes de banda larga retiram sua capacidade tanto do meio físico que utilizam, quanto da natureza do sinal, com nítida vantagem aí para os sinais digitalizados.

Quanto à digitalização, ela não é, como freqüentemente se pensa, um atributo intrínseco da banda larga. Tanto que uma rede de banda larga pode receber, e recebe, sinais analógicos. A digitalização é uma opção tecnológica que se faz cada vez mais, e que depende dos chamados equipamentos de ponta - centrais de comutação, cabeçais, moduladores e demoduladores (modems) -, tanto para melhorar a qualidade da transmissão,

⁸ A União Européia notabilizou-se por seus *Green Papers*, desde os anos 80, que foram dando forma às políticas de abertura dos mercados nacionais de comunicações. Já os Estados Unidos levaram quase três anos, só no Governo de Bill Clinton, debatendo a alteração da sua legislação fundamental, o Communications Act de 1934, o que acabaria ocorrendo em fevereiro de 1996.

controlando seus níveis de ruídos e corrigindo erros ocorridos no sinal, quanto para permitir o processamento do sinal em computador.

O primeiro grande projeto nacional de uso de redes de banda larga começou há dois anos⁹, com a Embratel¹⁰, quando ligou São Paulo ao Rio de Janeiro com 440 quilômetros de cabos de fibra óptica, passadas ao longo da Via Dutra. Esta rede é destinada, primordialmente, ao tráfego telefônico, descongestionando-o, ao permitir 130 mil ligações simultâneas. Esta ligação por rede de banda larga é complementada por outros trechos iniciais, a saber: São Paulo-Belo Horizonte e Rio de Janeiro-Belo Horizonte. Até o final de 1996, deverão estar também concluídos os trechos São Paulo-Curitiba, Belo Horizonte-Brasília-Goiânia e Rio de Janeiro-Fortaleza.

A segunda fase deste projeto doméstico de ligações por fibra óptica, prevista para ocorrer entre 1996 e o ano 2000, indica a construção dos seguintes trechos: Fortaleza-Salvador-Brasília, Vitória-Belo Horizonte-Ribeirão Preto, Goiânia-Uberaba-Ribeirão Preto-Bauru-Santo Antônio da Platina (PR)-Curitiba-Porto Alegre-Uruguaiana-Livramento. As duas fases, quando, e se concluídas, darão ao país mais de 9 mil quilômetros de redes de fibras ópticas. Elas deverão ser ainda complementadas pelo projeto de ligações internacionais do qual a Embratel participa, em consórcio: o Unisur, Américas I e Columbus II. Em novembro de 1994, Brasil, Argentina e Uruguai realizaram a primeira transmissão pelo sistema Unisur, que deverá proporcionar a ligação dos países do Mercosul com a América do Norte, por meio de conexão com o Américas I. Em janeiro de 1995, teve início, por seu turno, a operação do sistema submarino Columbus II, por meio de cuja conexão estaremos ligados com Estados Unidos, México, Europa e Ásia.

Especificamente, o Unisur, com extensão de 1.720 quilômetros, faz as ligações entre Florianópolis, no Brasil, Las Toninas, na Argentina, e Maldonado, no Uruguai, sendo que Chile e Paraguai deverão se integrar futuramente ao sistema.

Esses empreendimentos todos consumirão, se realizados, um orçamento, originalmente planejado para o Sistema Telebrás, de US\$ 2

⁹As informações aqui usadas foram extraídas de *Fibra óptica, um fio de luz sem fronteiras*. **Engenharia de Televisão**, Ano 6, n.25, fevereiro 95, pp. 10-13.

¹⁰ Empresa hoje pertencente à operadora norte-americana MCI.

bilhões, o que dá uma idéia suficientemente precisa das dimensões dos investimentos necessários para colocar o país, em termos de ligações de banda larga interestaduais e internacionais, num patamar compatível com as exigências mínimas de tráfego de comunicações nos próximos dez anos.

Por outro lado, sancionada em 6 de janeiro de 1995, após um período de mais de três anos de discussão por entidades da sociedade civil, poderes legislativo e executivo, a Lei do Serviço de TV a Cabo¹¹ poderá representar a estabilidade necessária para esse emergente mercado de entretenimento audiovisual, e outros eventuais serviços, alavancar a malha de redes urbanas de banda larga, malha esta que viria se somar às redes interestaduais e internacionais acima descritas.

A questão aqui é de duas ordens. Em primeiro lugar, segundos dados da empresa de consultoria Merrill Lynch, de março de 95, o Sistema Telebrás tem hoje apenas cerca de 35% de sua malha digitalizada, isto é, suas centrais de comutação e demais pontos de acesso às redes ainda são largamente analógicas. Portanto, em termos de digitalização, existe ainda um caminho relativamente longo a ser percorrido. Em segundo lugar, com a quebra do monopólio da Telebrás para as comunicações públicas, existe a possibilidade, prevista na lei, de as empresas operadoras de TV a Cabo sentirem-se motivadas a investir mais agressivamente em sua infra-estrutura de redes, desde que lhes seja facultado, como deverá ser o caso, o oferecimento eventual de serviços como comunicação de dados e outros, de valor agregado. Além, é claro, de poderem participar da oferta de serviços de telefonia num futuro ainda difícil de ser previsto.

De qualquer modo, não obstante a precariedade legal do Serviço Especial de Distribuição de Sinais de TV - (DISTV), origem das atuais operações de TV a Cabo, e dada a frouxidão normativa e fiscalizadora do Ministério das Comunicações, o país conta hoje, em pouco mais de 70 localidades - Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, e outras cidades de médio e grande porte, em geral no Sul e Sudeste -, com redes de banda larga, quase todas baseadas em fibras ópticas, ainda que não digitalizadas. Sua extensão, em 1997, era de cerca de 18.000 quilômetros naquelas localidades, dado que, por mais impreciso que seja, demonstra com nitidez o potencial que se

¹¹ Ver Capítulo XII.

desdobra para o país uma vez aberto o processo de editais para concessões de TV a Cabo em todo o Brasil.¹²

Acrescente-se aqui que o Sistema Telebrás, por decisão de sua presidência, em 1993, orientou suas operadoras estaduais a contratarem a instalação de redes de fibras ópticas - as 'vídeo-redes' -, numa estratégia, justificada naquele momento pelo argumento da defesa do monopólio estatal contra a possibilidades de concorrência de redes privadas, paralelas, das futuras operadoras de TV a Cabo. Com isto, por exemplo, Brasília conta hoje com duas redes de banda larga, mas que são paralelas, duplicando, assim, investimentos e, por isto, potencialmente desperdiçando recursos financeiros que poderiam ser usados, eventualmente, na expansão da capacidade digital das redes. Ou ampliando a malha. A duplicação, que já não fazia muito sentido quando da existência do monopólio estatal, tornou-se ainda mais questionável na conjuntura atual privatizante.

Assim, estrategicamente, levando-se em conta o que deveria ser a política pública mais correta para o setor - mas que, como já dito, jamais foi adequadamente equacionada pelo Ministério das Comunicações -, as operadoras de telecomunicações e as operadoras atuais, e futuras, de TV a Cabo deveriam ser orientadas a estender suas redes visando não só o atendimento das demandas imediatas de serviços públicos e outros serviços de informação e entretenimento, mas também a integração, como diz a Lei do Serviço de TV a Cabo, das novas redes ao Sistema Nacional de Comunicações.

5. Banda KU: a "super-estrada" do espaço

Os satélites artificiais, do Sputnik soviético e Early Bird norte-americano até o sistema Intelsat, desde os anos 60 têm se constituído nos instrumentos mais fundamentais para a globalização das comunicações. São eles que recebem e retransmitem sinais de e para todos os cantos do globo, da telefonia à televisão. Originalmente os satélites artificiais eram de construção e operação tecnológicas complexas, e onerosos financeiramente. Eles requeriam, de um lado, bases físicas e sofisticados foguetes lançadores, e, do outro, também bases físicas e sofisticadas estações terrestres de

¹² Processo que foi aberto em outubro de 1997, tendo sido imediatamente interrompido por inúmeras ações judiciais. Apenas em 4 de novembro de 1998 é que as primeiras outorgas de TV a Cabo e MMDS começaram a ser assinadas.

recepção. Mas, os satélites de hoje, se ainda requerem complexidade tecnológica e gastos consideráveis para construção e lançamento, graças a processos mais sofisticados de retransmissão de sinais, facilitados pela digitalização, já podem ser recebidos por antenas terrestres não mais apenas baratas e simplificadas, como também pequenas (com diâmetros de cerca de 45 centímetros) e portáteis¹³.

O processo de retransmissão digital é conhecido como Banda Ku, por contraposição à retransmissão analógica, por Banda C. A banda Ku é, portanto, a banda larga do espaço, retransmitindo mais canais, com maior potência de sinal, o que possibilita a recepção pelas antenas, de uso individual, doméstico, acima referidas.

A Embratel ainda não dispõe de satélites com banda larga, situação que sempre reivindicou - inclusive alterando os termos contratuais do seu futuro Brasilsat B2, cujo lançamento foi adiado por motivos técnicos em 1994. Ela teve, no entanto, suas reivindicações congeladas pelo Ministério das Comunicações, que, em vista da quebra do monopólio estatal das telecomunicações, abriu, no final de 1997, para a iniciativa privada a possibilidade de exploração de serviço de telecomunicações por satélites.

Mas, enquanto a nova política oficial de satélites não deslança, inclusive para a privatizada Embratel, o mercado de TV por Assinatura se movimenta, explorando o serviço de televisão direta por satélite (DTH). O Grupo Abril, associado à empresa Hughes Communications, dos Estados Unidos, pertencente à General Motors, e aos Grupos Multivisión, do México, e Cisneros, da Venezuela, criou a DirectTV, para explorar o Serviço de DTH, usando o satélite Galaxy III-R, pertencente à Hughes. Tendo sido a primeira a anunciar sua intenção de entrar no mercado emergente de DTH, a TVA foi acompanhada pela SkyTV, que reúne as Organizações Roberto Marinho; a News Corporation, norte-americana; a também norte-americana TCI; e a Televisa, mexicana. A SkyTV também opera DTH no Brasil, valendo-se de satélite do sistema PanamSat, recentemente adquirido pela Hughes Communications.¹⁴ O Brasil é servido

¹³Nos Estados Unidos, uma antena para recepção de sinal de Banda Ku custa ainda cerca de US\$ 600, devendo o preço cair aceleradamente com o crescimento do mercado de TV por Assinatura, chamado de DTH (Direct to Home), isto é, recepção doméstica de sinal de TV retransmitido por satélite.

¹⁴ As licenças para a DirectTV e a SkyTV operarem DTH no Brasil resultaram de polêmica decisão do Ministério das Comunicações, tomada em abril de 1996, com base em portarias que permitiam aos Grupos

ainda por outros três satélites dotados de Banda Ku: o Anik C1 e o Hispasat H1, europeus, e o Intelsat K21, norte-americano; número que deverá aumentar em função da possibilidade de ocupação privada das posições orbitais brasileiras já asseguradas junto à União Internacional de Telecomunicações.

Em síntese, as "estradas eletrônicas", por terra e no espaço, começam a tomar forma no Brasil, delineando os contornos do que está sendo chamado aqui de *segunda onda de globalização da televisão brasileira*. Onda esta que, ao contrário da primeira, mais rompe do que preserva as fronteiras dos conteúdos culturais nacionais, e que está chegando até nós por via da Televisão por Assinatura.

5. Em conclusão, o desafio da segunda onda

As redes de banda larga aqui tratadas, em sua forma progressivamente digital, baseada em fibra óptica, ou micro-ondas¹⁵, ou em frequências de satélites, constituem a infra-estrutura técnica para provimento de conteúdos, como aliás tem sido há muitas décadas. A fibra óptica é um desenvolvimento das década de 70; os satélites de comunicações, da década de 60; e o desenvolvimento do uso da radiofrequência, do início do século.

Portanto, qual a novidade?

A novidade pode ser encontrada fundamentalmente na digitalização, que não só provoca notáveis melhorias na qualidade dos sinais transmitidos, e corrige seus erros e distorções, como reduz custo ao necessitar de cada vez menor potência de transmissão de sinal, além de, ao permitir a compressão - e este é, talvez, o dado mais significativo -, aumentar, até quase o ponto do

Abril e Globo operarem televisão por satélite, analógica, usando a Banda C dos satélites do Sistema Brasilsat. Em 1998, tinham também licença para operar serviço de DTH as empresas Tecsat, KTV, Rede Record, Grupo Petrelli, Bandeirante e Editora Três.

¹⁵Um desenvolvimento tecnológico que está prestes a emergir é a televisão convencional, por VHF e UHF, digitalizada, o que permitirá a otimização de suas frequências, tornando-as 'multicanais', como é hoje já o MMDS (modalidade de TV por Assinatura, por microondas, cuja sigla vem do inglês Multichannel Multipoint Distribution Service, ou Serviço de Distribuição de Multicanais para Multipontos, e como é o LMDS, sistema de altíssima frequência, ainda em fase experimental, e que atende áreas geográficas menores do que aquelas atendidas pelo MMDS, mas com maior capacidade de canais.

infinito, a capacidade de canais de comunicações postos hoje à disposição das sociedades.

Há cerca de dois anos, John Malone, o empresário que controla a Telecommunications Inc. (TCI, maior operadora de TV a Cabo dos Estados Unidos), provocou grandes expectativas ao anunciar sistemas com mais de 500 canais. O número 500 - que, aliás, não encontra qualquer fundamento técnico lógico, pois muito bem poderia ser 600, ou mesmo 1.000 - tornou-se, assim, mundialmente, uma espécie de símbolo dessa capacidade crescente de oferta de canais de comunicações para o público.

Em verdade, o grande desafio posto hoje diante da cidadania, em primeira instância, e das autoridades responsáveis por políticas públicas de comunicações, é o desafio, não da técnica - como, aliás, nunca foi -, mas dos conteúdos, nesse contexto dinâmico e complexo que hoje põe mundialmente em cheque a relação cultura/nacionalidade.

Desde o início do século, os Estados Unidos da América vêm sendo, culturalmente, a potência hegemônica sem contestação, desde que, nas cercanias de Los Angeles, num subúrbio que ficaria conhecido como Hollywood ('bosque feliz'), transformou em indústria a nascente forma cultural "cinema", lançando o seu 'star system', do qual Mary Pickford, nos anos 10 deste século foi a pioneira, e que hoje encontra na atriz Sandra Bullock um dos mais expressivos exemplos da atualidade, ela que, sintomaticamente, estrelou a primeira produção hollywoodiana sobre o grande fenômeno das comunicações contemporâneas, a Internet.¹⁶

Gravado em película de celulóide, os filmes de Hollywood eram distribuídos até às salas de exibição, conforme à distância, a pé; por carruagem de tração animal; por trem; por automóvel, quando este surgiu; por navios; por aviões, mais adiante no tempo. E assim por diante. A indústria cinematográfica norte-americana era sempre foi capaz de produzir, massivamente, conteúdos que seduzem platéias globais, distribuindo-os, com auxílio de sofisticados esquemas de marketing - dos quais, o "star

¹⁶**The Net** é o nome do filme lançado nos Estados Unidos em julho de 1995, na tradição dos grandes lançamentos do verão norte-americano, cuja heroína, Bullock, é uma 'telecomutadora' (pessoa que trabalha em casa, usando recursos de comunicações para realizar suas tarefas) que, ao 'navegar' na Internet, descobre uma trama criminosa, a partir do que passa a correr, previsivelmente, toda espécie de perigo e a sofrer toda espécie de perseguição.

system" foi apenas o exemplo pioneiro mais notório -, com invulgar eficiência.

A cultura norte-americana tornou-se, assim, com a força da indústria cinematográfica, a primeira cultura verdadeiramente mundial, globalizada, antes que este termo assumisse a conotação geo-estratégica que tem hoje.

Esta mesma cultura que, com o advento da televisão comercial no final da década de 40, tornou ainda mais poderosa a sua imagem mundial, passando a contar, a partir dos anos 60, como já vimos, com os recursos cada vez mais poderosos, por seu alcance, dos satélites de comunicações. Como contavam desde o início do século com os recursos das redes físicas, telegráficas, e depois telefônicas, internacionais, por meio das quais disseminavam suas informações jornalísticas, centralizadas em suas duas agências mundiais: a United Press International (UPI) e a Associated Press (AP).

O fenômeno, então, da cobertura que a CNN (Cable News Network) fez da Guerra do Golfo, em 1991, nada mais foi do que a exacerbação, naquele momento, de um poder informativo pré-existente, apenas potencializado pelo progresso técnico das comunicações.

Poder que, voltando ao Brasil, hoje está cada vez mais presente, nas apenas nas associações empresariais que nossas indústrias culturais começam a fazer com congêneres norte-americanas (Globo/Murdoch/TCI/Televisa; Abril/Hughes/Cisneros/Multivisión, por exemplo) - tendência que se tornará mais forte na medida em que, de um lado, o mercado de TV por Assinatura for se expandindo, isto em termos de conteúdo, e o mercado mais amplo de comunicações for privatizado, aqui em termos principalmente de outros serviços e infra-estrutura.

Atualmente, nossas TVs por Assinatura oferecem pacotes de programação que refletem, com nitidez, uma globalização de conteúdos, com canais norte-americanos, ou reempacotados com produção majoritariamente norte-americana (HBO, Telecine, TNT, Fox, USA, GNT, MTV, ESPN, CNN, MNBC, Discovery, Cartoon Network, FoxKids, e outros), europeus (Eurochannel; TV5, francês; RTP-1, português; DWL, alemão; TVE, espanhol; RAI, italiano, e outros); além de hispânicos, como

os mexicanos Eco, Telenotícias, Telehits, Ritmo Som e Canal de las Estrellas.

Não se trata aqui de fazer a crítica rasteira a este perfil de programação, qualificando-o como 'lixo satelital', expressão ainda comum no mercado de TV por Assinatura. Trata-se de apontar para a reflexão necessária sobre o volume crescente de canais, tornados disponíveis por meios de distribuição cada vez mais sofisticados - eventualmente interativos -, e o déficit, que será cada vez maior, de conteúdos.¹⁷

Uma grande distância, porém, vai entre a realização do cenário neste trabalho descrito, juntamente com a constatação do déficit - ainda que sem quantificá-lo neste momento, por falta de um dado mais preciso -, e a expectativa de uma estratégia pública, a partir de um projeto nacional claro, que nasça dos atuais, e futuros, ocupantes de instituições governamentais brasileiras.

Política pública seria o caminho natural dessa estratégia. Mas, como se procurou demonstrar neste trabalho, o notável desenvolvimento técnico representado pela introdução das redes digitais de banda larga, no contexto de um quadro internacional de globalização econômica, política e informativa, não é suficiente para despertar a consciência governamental para a necessidade de formulação de tais políticas públicas, com audiência ampla e sistemática da sociedade.

Esta consciência não existe, inclusive, para o que seria, em tese, mais fácil: a infra-estrutura. As redes de banda larga que começaram a nascer das iniciativas da Embratel, da Telebrás como um todo, ou das empresas de TV por Assinatura, não estão articuladas por um projeto nacional e suas decorrentes políticas públicas. Não existindo para a infra-estrutura, mais

¹⁷A Comunidade Européia estima em 5.000 horas anuais o seu déficit de programação, e este é, sem dúvida, um dos focos de maior tensão entre os países membros do bloco europeu e os Estados Unidos da América, que são capazes de preencher, como têm preenchido, déficits desta magnitude, graças ao seu extraordinário estoque de programação. Estoque que, junto com estratégias novas de distribuição, está a pavimentar o caminho para macro-fusões empresariais, como a que recentemente ocorreu entre a Companhia Walt Disney (estúdios e conteúdos) e a Capital City (Rede ABC de Televisão, a de maior audiência nos Estados Unidos), e que poderá ocorrer agora entre a Time Warner, que já é a maior empresa de comunicações norte-americana (e que compreende conteúdos e distribuição), e a Turner Broadcasting (também distribuição e conteúdos).

difícil seria, como é, sua existência para o mais complexo, politicamente mais delicado, campo da cultura, isto é, dos conteúdos.

A segunda onda de globalização da televisão brasileira, ao contrário da primeira, como se procurou demonstrar aqui, já estará largamente fora do alcance das noções clássicas de interesse nacional, determinadas por um forte Estado-nação. A segunda onda é fruto de uma lógica de globalização informativo-cultural, caracterizada por uma crescente inter-penetração não apenas de conteúdos, mas principalmente de fortes interesses empresariais.

Nos anos 60 a simples menção da presença do Grupo Time-Life na televisão brasileira foi suficiente para despertar os mais fortes sentimentos nacionalistas, que levaram à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional. Nos anos 90, as mesmas Organizações Roberto Marinho associaram-se àqueles que são considerados hoje os mais agressivos empresários dos setores de comunicação de massa em geral, em todo o mundo, e de TV a Cabo nos Estados Unidos - respectivamente o australiano naturalizado norte-americano, Rupert Murdoch, da News Corporation, e o norte-americano John Malone, da TCI -, isto para não falar no mexicano Emílio Azcarrága, da Televisa, e esta associação empresarial de grande monta sequer registra um único discurso de pequeno expediente no Congresso Nacional. Seja contra, ou mesmo a favor.

Em suma, fica aqui a reflexão feita para este ensaio como contribuição modesta para o debate nacional que, poderá ou não ocorrer, sobre os impactos da globalização em nossos meios de comunicações. Impactos dos quais destaquei a questão das novas infra-estruturas e seu potencial para a distribuição dos mais diversos conteúdos, seja a televisão convencional, seja, principalmente, a TV por Assinatura, sejam os conteúdos multimidiáticos das redes interativas que emergem contemporaneamente ao redor dessa ainda enigmática Internet.

O momento ideal para esse debate começou com a mudança constitucional que eliminou o monopólio estatal, prosseguiu com a abertura da telefonia móvel celular e do serviços de telecomunicações por satélite, em 1995 e 96, e continuou com a lei geral das telecomunicações, com a criação do órgão regulador, devendo prosseguir com uma lei específica para o rádio e a televisão. Até o momento em que este ensaio era concluído este

momento não havia sido apropriado pela sociedade e limitava-se aos círculos convencionais, estatais e privado, de projeção de poder.

Ou seja, e agora sim, em conclusão, a segunda onda de globalização da televisão brasileira, muito mais radical do que a primeira, poderá, como, aliás, tem sido o caso no setor, consumir-se sem qualquer resquício do debate que deveria, como reza até mesmo o ideário liberal, embasar todas as políticas públicas.

XII.

A TV por Assinatura no Brasil: conceito , origens, análise e perspectivas*

*Murilo César Ramos
(com Marcus Martins**)*

1) Introdução.

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o processo de introdução da TV por Assinatura no Brasil, começando por sua conceituação, enquanto serviço de telecomunicações; passando por suas origens internacionais e posterior evolução tecnológica, com a ocupação de mercados complementares, inicialmente, para depois competir diretamente com a TV convencional, aberta; até chegar ao caso brasileiro e seu conturbado histórico político-normativo, responsável pelo paradoxo de só nos dias de hoje, em tempos de *convergência tecnológica e de serviços entre a comunicação de massa, as telecomunicações e as redes de computadores*, o Brasil estar ingressando no rol dos países com um mercado consolidado ou em consolidação de TV por Assinatura. Do ponto de vista político-normativo, atenção especial é dada ao processo de regulamentação da TV a Cabo, que culminou com a sanção, em 6 de janeiro de 1995, da Lei no. 8.977, resultado de um inédito trabalho de busca de consenso por parte de setores profissionais, empresariais, sindicais e acadêmicos, sob o amparo de segmentos importantes do Congresso Nacional. O trabalho é concluído com uma breve análise sobre as perspectivas da TV por Assinatura no Brasil, nesse cenário de convergência, também caracterizado como cenário das super-rodovias da informação ou da multimídia, enfatizando um movimento significativo, que já se verifica, de associações e parcerias empresariais. Movimento que tende a se tornar mais acelerado e significativo desde a quebra do monopólio estatal das telecomunicações e a privatização do Sistema Telebrás, caracterizando-se por uma presença e participação mais agressivas de capitais internacionais.

* Texto apresentado no Grupo de Trabalho sobre Políticas de Comunicação, durante o encontro anual da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Universidade Federal de Sergipe, novembro de 1995. Publicado in **Tendências XXI**, p. 105-123. Lisboa, *Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações*, Março de 1996, Ano I, nº 1.

** Marcus Martins é pesquisador da *ECCO \ Consultoria em Comunicações* e mestrando em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB).

2) TV por Assinatura: conceito e origens.

Abrindo a trilha proposta para este artigo, é necessário desfazer um pequeno equívoco, mas que tende a ser muito comum: TV por Assinatura não é o mesmo que TV a Cabo. A definição de TV por Assinatura é mais ampla, já que abrange outros meios de distribuição além do cabo (coaxial ou fibra óptica), como o satélite (DBS/DTH) e o espectro radioelétrico, por microondas (UHF e MMDS).¹ Mais precisamente, TV por Assinatura, é o serviço de comunicações que oferece a espectadores, através de qualquer um daqueles meios, programas selecionados, só passíveis de recepção mediante o pagamento de uma taxa de adesão e assinatura mensal. Um conversor, ou decodificador, acoplado ao aparelho de TV, é que vai permitir a recepção livre do sinal. Portanto, TV a Cabo é *apenas* uma modalidade de TV por Assinatura, na qual o transporte do sinal é feito, aí sim, por uma rede de cabos.

A Televisão por Assinatura, na forma de TV a Cabo, surgiu no fim da década de 1940, nos Estados Unidos, como uma solução técnica para melhorar a qualidade na recepção dos sinais radioelétricos de TV, prejudicada por interferências, sobretudo, em regiões montanhosas. A solução era bem simples: em uma colina instalava-se uma grande antena que captava os sinais televisivos das emissoras convencionais, dirigindo-os a uma pequena estação que ampliava e corrigia suas distorções. A esta estação se ligava um cabo que distribuía os sinais às residências de uma dada comunidade. Por isso, recebeu, na época, a denominação “Community Antenna Television”, ou CATV, ainda hoje utilizada.

A partir daí, passaram a ser vislumbradas novas aplicações, já que as grandes cidades, que também sofriam interferências de sinais causadas pelo grande número de edifícios, começaram a se beneficiar da nova tecnologia. Além disso, “a perspectiva do aumento do número de telespectadores nos

¹ DBS/DTH: do inglês *Direct Broadcast Satellite/Direct to Home* (Radiodifusão Direta por Satélite/Direto ao Lar). UHF e MMDS: do inglês *Ultra High Frequency e Multipoint Multichannel Distribution Service* (Frequência Ultra Alta e Sistema de Distribuição Multiponto Multicanal).

Estados Unidos, graças ao novo serviço, tornou as grandes companhias de radiodifusão favoráveis à sua expansão”.²

Com a disseminação das redes de cabo, portanto, começou-se a perceber que suas possibilidades não se limitavam à retransmissão dos sinais dos canais convencionais de televisão aberta. Suas aplicações eram potencialmente muito mais amplas: pelo cabo podiam circular além de sinais de rádios AM e FM, novos programas e serviços que seriam, em princípio, gerados localmente. Desse modo, o casamento entre novidades tecnológicas e interesses econômicos transformou a TV a Cabo de um simples recurso técnico naquilo que é, no momento, pelo menos quantitativamente, o mais eficiente meio de disseminação de informação existente.

Hoje, mais ainda, graças ao avanço tecnológico, a informação analógica convencional pode ser digitalizada. Isto significa que os sinais analógicos transmitidos, via ar, de uma TV convencional ou de uma emissora de rádio, e os sinais analógicos, transmitidos via fios de cobre, de um sistema telefônico, passaram a ser convertidos em bits, tornando possível seu processamento e armazenamento pelo computador. Com o desenvolvimento de novos meios de transmissão, como a fibra óptica, e com a modernização e adequação de meios mais antigos, por conta principalmente da compressão de sinais digitalizados, o uso potencializado de cabos, microondas e satélites tem multiplicado exponencialmente tanto a disponibilidade de canais quanto o alcance da TV por Assinatura.

Quanto aos outros meios de distribuição de sinais de TV por Assinatura, eles são, como já destacado acima, o DBS/DTH, por satélite, e o MMDS, por microondas. O *Direct Broadcast Satellite*, é provido por satélites dotados de banda C, que transmitem sinais para a recepção direta do público, sendo estes sinais transmitidos para estações em terra colocadas em casas ou outros tipos de edificações. Já o *Direct to Home*, utiliza tecnologia mais moderna, através de sinais digitais emitidos por satélites equipados com a chamada banda Ku, de mais alta potência, para a recepção direta por antenas domésticas de reduzidas dimensões (cerca de 45 cm de diâmetro). O *Multichannel Multipoint Distribution Service* não se utiliza de sinais de satélite, mas sim de

² Daniel Herz. “A Introdução de Novas Tecnologias de Comunicação no Brasil: tentativas de implementação do serviço de cabodifusão/ Um estudo de caso”. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1983 (vol. 2), p.238.

freqüências de micro-ondas multidirecionais, geradas por uma torre, para a entrega de múltiplos canais a vários pontos distintos.

3) A TV por Assinatura nos Estados Unidos e no Mundo.

Dois acontecimentos, entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, deram partida, nos Estados Unidos mas com repercussões em todo o mercado mundial, à transformação no negócio de TV a Cabo:

a) O lançamento, em 1972, para distribuição por satélite, pelo grupo Time-Life, depois Time-Warner - como resultado da fusão de dois gigantes da comunicação norte-americana: o mencionado grupo editorial Time-Life e os estúdios cinematográficos Warner Brothers -, do primeiro programa do *Home Box Office*, ou HBO, constituído de filmes, inclusive lançamentos simultâneos com as salas cinematográficas em todo o país. Cinema em casa, com atualidade e alta qualidade de imagem, sem intervalos comerciais e a um preço compensador quando comparado ao que seria gasto com a ida às salas exibidoras tradicionais: esta foi a primeira grande descoberta dos operadores de TV a Cabo nos Estados Unidos. O HBO estabeleceria, pela primeira vez, a relação de um programador de TV a Cabo com a distribuição por satélite, integrando operações locais de um modo até então inédito, e

b) a transformação, em Atlanta, Georgia, em 1980, de uma pequena estação independente de televisão, operando na freqüência UHF, em um canal com 24 horas de notícias, e a distribuição desse programa - *Cable News Network* ou CNN - por satélite, em tempo real, a centenas, e depois milhares de operadores de TV a Cabo.³

Assim, do começo até meados da década de 80 a TV a Cabo, nos Estados Unidos, conquistou cerca de 35% da audiência das três grandes redes de TV aberta (ABC, CBS e NBC). A partir daí, surgiria uma nova lógica de mercado, pela qual a ampliação do número de canais faria com que a programação fosse cada vez mais segmentada e especializada, sendo a diversidade, a originalidade e, sobretudo, a presumível identificação com o telespectador, o diferencial para conquistar o consumidor.

³ Murilo César Ramos. "A Introdução da Televisão a Cabo no Brasil: rede única, rede pública e participação da sociedade", Campinas, 1994, pp. 3-4. Trabalho apresentado na III Reunião Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS.

Hoje, o mercado norte-americano de TV a Cabo conta com cerca de 65 milhões de assinantes, com uma penetração de pouco mais de 66% dos domicílios com TV (Tabela 1), estando 97% destes já cabeados, ou seja, com infra-estrutura de cabos disponível em sua casa (Tabela 2).

Tabela 1: Incidência de Assinaturas de TV a Cabo nos Estados Unidos

Ano	Domicílios que Assinam TV a Cabo (milhões)	Assinantes (em % dos domicílios cabeados)	Penetração da TV a Cabo (em % dos domicílios com TV)
1990	50,5	59,8	54,8
1991	52,6	60,3	56,5
1992	54,3	61,1	59,0
1993	56,2	62,4	60,4
1994	57,2	62,7	60,7
1995	59,0	63,8	61,8
1998 ⁴	65,0	68,5	66,2

Fonte: National Cable Television Association, NCTA, 1998.

Tabela 2: Domicílios Cabeados nos Estados Unidos

⁴ Os números de 1998, aqui e em outras tabelas, foram acrescentados ao texto original.

Ano	Domicílios com TV (milhões)	Domicílios Cabeados (milhões)	Domicílios Cabeados (em % dos domicílios com TV)
1990	92,1	84,4	91,6
1991	93,1	87,2	93,7
1992	92,1	88,9	96,5
1993	93,1	90,1	96,8
1994	94,2	91,3	96,9
1995	95,4	92,5	97,0
1998	98,1	94,8	96,6

Fonte: National Cable Television Association, NCTA, 1998.

Esses números geraram um mercado impressionante, com lucros expressivos. A receita, em 1997, da indústria de TV a Cabo chegou a quase US\$ 25 bilhões. Isto significa que os norte-americanos gastaram naquele ano cerca de US\$ 21 bilhões em assinaturas de TV a Cabo, sendo a publicidade responsável pelos quase US\$ 4 bilhões restantes.

Nos últimos anos, o mercado norte-americano de TV a Cabo tem passado por uma modificação muito mais significativa do que aquela do começo dos anos 80. A convergência tecnológica, de mercados e serviços entre telecomunicações, telefonia, informática e meios de comunicação de massa fez com que tanto as empresas de TV a Cabo quanto as empresas telefônicas regionais - as *Baby Bells* -, ou as de longa distância, como a AT&T, a MCI e a Sprint, quisessem os mercados umas das outras. Ou seja, as empresas de TV a Cabo querem fazer telefonia e as empresas telefônicas querem operar TV a Cabo.

Com a posse de Bill Clinton na presidência dos Estados Unidos, em 94, entrou em discussão no Congresso norte-americano uma ampla revisão do *Communications Act* de 1934, que tinha na abertura dos mercados de telefonia regional e de longa distância, e de TV a Cabo, talvez o seu ponto mais central.⁵

⁵ A conclusão desse esforço de transformação legal das telecomunicações nos Estados Unidos foi alcançada no dia 8 de fevereiro de 1996, quando o presidente Clinton sancionou o *Communications Act of 1996*, reformulando a legislação de 1934. Com este novo arcabouço jurídico o mercado norte-americano foi

Naquele momento, era visível o entusiasmo das operadoras de TV a Cabo, que acreditavam levar vantagem sobre as companhias telefônicas locais e regionais. Esta vantagem iria desde a própria estrutura das redes (apesar de uma cada vez mais rápida opticalização, boa parte das redes telefônicas são compostas ainda de pares de fios trançados, com uma capacidade limitada de transmissão de dados, enquanto as redes das operadoras de TV a Cabo são de cabos coaxiais, crescentemente de fibras ópticas, de banda mais larga, capazes de transmitir, sem problemas os sinais telefônicos, além de sinais audiovisuais, com potencial interativo) até o *know-how* na distribuição de programas, muito mais complexa que o serviço de telefonia. Isto explicaria, inclusive, o interesse, na época, das companhias telefônicas na obtenção de canais de MMDS que, apesar de limitados, serviriam de laboratório para a distribuição de vídeo, preparando as *Bells* para a competição cada vez mais próxima. Observe-se, no entanto, que as operadoras de TV a Cabo, nos Estados Unidos, sempre tiveram dificuldades de relacionamento com seus clientes, notadamente por excessos nos preços das assinaturas, além de má prestação de serviços, sendo melhor aí a imagem das companhias telefônicas.

Já o mercado europeu de TV a Cabo é, em geral, consideravelmente mais modesto se comparado ao mercado norte-americano. Isso se dá, entre outros motivos, pela pouca tradição da televisão comercial na Europa, onde foi adotado como modelo a TV estatal pública. Entretanto, há países dentro da Europa, como a Bélgica onde a TV a Cabo tem uma excelente penetração. Tal fato é consequência de características específicas desses países, aí incluídos os escandinavos: pequenos, políglotas e onde os canais dos países vizinhos são facilmente captados pelos cabeçais das operadoras de TV a Cabo⁶.

Já na América Latina, o mercado é ainda menos explorado, pelos próprios problemas estruturais de suas economias e pela dificuldade de obtenção de investimentos estrangeiros que o alavanquem. Apesar disso, vários são os especialistas que afirmam ser o mercado latino-americano o mais promissor do mundo, com possibilidades imediatas de uma grande expansão.

liberalizado, abrindo-se de forma ampla os mercados de telecomunicações regionais, telecomunicações de longa distância e serviços de TV a cabo.

⁶ Marcel Haag e Hans Schoof. “*Telecommunications regulation and cable TV infrastructures in the European Union*”. *Telecommunications Policy*, 1994, Volume 18, Número 5.

4) A Introdução da TV por Assinatura no Brasil: antecedentes.⁷

Pode parecer estranho que só em meados da década de 1990 esteja sendo implantado no Brasil o serviço de TV por Assinatura. Porém, mais estranho ainda é saber que a TV por Assinatura no Brasil, especificamente a TV a Cabo, começou a ser fazer presente há pelo menos 20 anos na história das comunicações nacionais.

Durante toda a década de 70, várias foram as tentativas de se implantar no Brasil o que se chamou na época de Cabodifusão (que seria a uma contraposição ao serviço de Radiodifusão, isto é, o rádio e a TV aberta convencional), ou TV por Cabos.

Interesses diversos estavam em jogo, sobretudo os políticos - centrados no Ministério das Comunicações e no Poder Legislativo - e os econômicos, de empresas de equipamentos eletrônicos até as grandes redes de rádio e TV. Assim, tentou-se, como de costume, regulamentar o novo serviço de uma forma obscura, através de Decreto baixado pelo Ministério das Comunicações, que tinha na época como titular o Comandante Euclides Quandt de Oliveira e, como secretário-geral, o sr. Rômulo Villar Furtado.

Ou seja, mais uma vez um assunto de fundamental interesse público, com amplas aplicações na área social, iria ser regulamentado completamente à margem de qualquer discussão com entidades da sociedade civil, através de Decreto elaborado por burocratas do Ministério das Comunicações, com o acompanhamento privilegiado de grupos privados de comunicação e de outras indústrias do setor.

Assim, em 1975, um projeto de Decreto foi elaborado, com o fim de regulamentar o Serviço de Cabodifusão. Sua formulação ocorreu, como esperado, da forma mais impermeável possível, já que universidades e sindicatos tentaram participar do debate, apresentando sugestões e fornecendo pareceres técnicos para a otimização da infra-estrutura e dos serviços a serem implantados, sem serem ouvidos, ao contrário do que ocorria com os setores empresariais, participantes privilegiados do processo.

⁷ As informações aqui usadas sobre os antecedentes regulatórios da TV a Cabo no Brasil foram extraídas de Daniel Herz. "A Introdução de Novas Tecnologias de Comunicação no Brasil: tentativas de implementação do serviço de cabodifusão/ Um estudo de caso". Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1983 (vol. 2).

Atuando desse modo inflexível, o Ministério negou, inclusive, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS) a implementação de um projeto experimental de redes de cabo coaxial e TV a Cabo na cidade de Venâncio Aires, o que alavancaria a pesquisa e, por conseguinte, toda uma evolução tecnológica nacional para o setor de telecomunicações.

Em reação, setores da sociedade civil, notadamente as escolas de comunicação da Universidade de Brasília e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além da Associação de Promoção da Cultura⁸, organizaram-se e começaram a tentar passar para a opinião pública toda a intransparência do processo regulatório, divulgando para a sociedade as possibilidades e os benefícios que a TV a Cabo poderia trazer, não só como serviço de entretenimento e informação, mas também como a alavanca para uma série de aplicações, que iam da automação de serviços bancários até a educação à distância.

E, embora os veículos de comunicação de massa, na sua quase totalidade interessados no sigilo de todo o processo, se recusassem a divulgar qualquer informação sobre o assunto, o grupo conseguiu acesso ao **Jornal do Brasil**. A partir de um editorial intitulado “TV Congelada”, o **JB** passou a divulgar o andamento do processo, gerando repercussão tal que valeu uma carta-resposta do presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), almirante Adalberto de Barros Nunes, veiculada em todos os noticiários da Rede Globo no dia 11 de junho de 1975, atacando o jornal e negando a participação de seus afiliados em qualquer ato ilícito junto ao Ministério das Comunicações.⁹

Ao final, depois de um exaustivo processo de disputa, o projeto de Decreto que regulamentaria o Serviço de Cabodifusão no Brasil foi vetado pelo então presidente, General Ernesto Geisel. A justificativa oficial foi que o Presidente “decidiu sustá-lo a fim de evitar importações”¹⁰, já que o país tentava naquele momento controlar com rigidez sua balança cambial.

⁸ A Associação de Promoção da Cultura (APC) foi uma entidade de direito privado, criada em maio de 1974, com a finalidade de contribuir para a formação, disseminação e promoção cultural. Teve como principal tema a televisão, por sua importância sócio-político-cultural dentro da vida brasileira. Cf. Herz, D., op. cit., pp. 276-277.

⁹ Herz, D., op. cit., pp. 291-293.

¹⁰ Herz, D., op. cit., p. 320.

Uma batalha fora ganha, mas a guerra não. Em 1979, o novo Ministro das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos, decidiu, por pressões das indústrias de equipamentos de telecomunicações, que passavam por uma grave crise originada pela crise do petróleo (limitações ao crédito externo e falta de capital estatal para o investimento), tirar da gaveta o projeto de 1975.

Este novo projeto era, segundo os mesmos críticos de antes, uma "versão piorada" do primeiro, isto é, o propósito de beneficiar grupos privados foi, pelo próprio Ministro, explicitado e, mais do que nunca, existia a intenção de afastar a sociedade de qualquer tipo de diálogo. Inclusive, pelo projeto, o Conselho Nacional de Comunicações, órgão do próprio Ministério, perdera a sua competência original de emitir parecer sobre as outorgas que autorizavam as empresas concessionárias a prestar serviços de TV a Cabo.

Novamente, porém, o grupo que impedira a aprovação do projeto de 1975 levantou-se contra o processo, usando a mesma tática da última batalha. Por meio do **Jornal do Brasil**, conseguiu chamar a atenção de alguns parlamentares, que convocaram o Ministro Haroldo Corrêa de Mattos para prestar esclarecimento à Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados sobre o que pretendia o seu Ministério na regulamentação da Cabodifusão.

O depoimento do Ministro foi elucidativo das intenções governamentais:

1) Haroldo de Mattos defendeu a tese de que o serviço de cabodifusão era análogo à radiodifusão convencional e que não merecia maior interesse, entre outros motivos, por ser um serviço "elitista";

2) Por envolver uma tecnologia "trivial", não havia motivos para que as Universidades fizessem pesquisas sobre o serviço de cabodifusão;

3) Considerando o serviço de cabodifusão elitista, o Ministro defendia que não se fizessem investimentos públicos para sua implantação, que deveria, por isso, ser totalmente entregue às empresas privadas;

4) Embora reconhecesse que o futuro implicaria inevitavelmente a evolução dos serviços de cabodifusão para os serviços de telemática (hoje denominada multimídia) - que trariam grandes repercussões sociais - o

Ministro defendeu a tese de uma regulamentação “mais simples” para a cabodifusão, deixando a telemática “para depois”.¹¹

Com isto, o Ministro tentou de toda forma subestimar o potencial social da cabodifusão e a capacidade nacional de alcançar, pela via da pesquisa acadêmica, uma tecnologia própria. E, o que é pior, subestimou o papel alavancador que a cabodifusão teria no desenvolvimento das telecomunicações propondo que o Brasil implantasse uma infra-estrutura que tenderia a nascer obsoleta, diante do que se prenunciava como a revolução das comunicações óticas.

Felizmente para as forças de oposição, outra batalha perdida pelo Ministério. Em novembro de 1979, “Haroldo Corrêa de Mattos informou sobre o adiamento da regulamentação do serviço de cabodifusão, que ficaria na dependência da Legislação de Telecomunicações a ser aprovada pelo Congresso”.¹²

Cerca de seis meses depois, circulou a notícia de que outro projeto de regulamentação do serviço de cabodifusão estava sendo elaborado. Mas, apesar de tramitar por mais de dois anos no Ministério das Comunicações, nada de concreto aconteceu para se normatizar o serviço até 1988.

5) Decreto 95.744, Portaria 250 e a Lei 8.977: a batalha regulatória em nova fase.¹³

No final do governo de José Sarney, por meio da Portaria nº 250/89, de 13/12/89, publicada no Diário Oficial da União no dia 15, era regulamentada a *Distribuição de Sinais de Televisão (DISTV)*, por meios físicos a usuários, por decisão do então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Cerca de dois anos antes, o Ministério das Comunicações, por meio do Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, publicado no Diário Oficial da

¹¹ Cf. Herz, D., op. cit., pp. 354-359.

¹² Herz, D., op. cit., p. 377.

¹³ As considerações apresentadas neste tópico, assim como nos dois tópicos seguintes, foram extraídas de Murilo César Ramos. “*A Introdução da Televisão a Cabo no Brasil: rede única, rede pública e participação da sociedade*”, Campinas, 1994, pp. 6-21. Trabalho apresentado na III Reunião Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS.

União (DOU) do dia 24, regulamentara o que se denominou *Serviço Especial de Televisão por Assinatura*.

Nessas duas decisões estavam contidas as bases iniciais da política para a constituição no Brasil do até então adiado mercado da **televisão paga**, cuja origem foi acima descrita. Política que, como sempre fora prática no Executivo desde, principalmente, o advento da ditadura, tinha sido traduzida em textos normativos sem qualquer tipo de debate que envolvendo mais personagens do que os representantes dos interesses empresariais, seus seguidores políticos e a tecnoburocracia ministerial.

O decreto regulamentando o *Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)* era dos dois o documento legal mais significativo, porque já explicitava o fundamento conceitual sobre o qual atuaria o Ministério das Comunicações no tratamento da introdução das chamadas novas tecnologias de comunicações no campo audiovisual. Esta base era a caracterização do serviço como **especial** (Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, art. 6º, letra f), ou seja: “relativo a determinados serviços de interesse geral, não abertos à correspondência pública e não incluídos nas definições das alíneas anteriores [Serviços de Segurança, de Múltiplos Destinos, Rural, Privado, de Radiodifusão, de Radioamador], entre os quais: 1) o de sinais horários, o de frequência padrão, o de boletins meteorológicos, o que se destine a fins científicos ou experimentais, o de música funcional, o de radiodeterminação”.

A questão central contida na opção do Ministério pela definição do novo serviço como Especial estava na sua alegada diferença do Serviço de Radiodifusão, que é assim definido (Artigo 6º, letra d): “destinado a ser recebido direta e livremente, compreendendo radiodifusão sonora e televisão”. Em outras palavras: porque a televisão por assinatura estava autorizada a ter o seu sinal codificado, de modo a permitir a cobrança de uma taxa para acesso ao serviço, ela não estava “aberta à correspondência pública” e nem era, como a televisão convencional “destinada a ser recebida direta e livremente” pelo público.

Nesta altura dos sempre deliberadamente tortuosos processos de assentamento de políticas públicas para as comunicações brasileiras, televisão por assinatura referia-se à possibilidade de codificar sinais de UHF, bem como de DBS, conforme se depreende da sua definição no Art. 2º do Decreto

95.744: “*O Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) é o serviço de telecomunicações, destinado a distribuir sons e imagens a assinantes, por sinais codificados, mediante a utilização de canais do espectro radioelétrico, permitida, a critério do poder concedente, a utilização parcial sem codificação*”.

A frequência UHF nunca chegou a ser extensivamente usada pela radiodifusão brasileira, dado o seu caráter local resultante da menor abrangência do sinal. O negócio da televisão por assinatura, utilizando o espectro radioelétrico, não tem, também, no UHF, e nem, por enquanto, no sistema DBS, o seu filão principal, já que na TVA o que é mais decisivo do ponto de vista de ocupação do mercado é a possibilidade de oferta de múltiplos canais, com otimização das frequências. Possibilidade que, como já visto, se dá com extrema facilidade na transmissão de sinais de televisão por cabos, mas que ocorre também, com limitações, no MMDS.

Com relação ao MMDS, tal como já se fizera com a DISTV, que correspondia à implantação disfarçada da TV a Cabo, em 9 de fevereiro de 1994, o Ministério das Comunicações, pela Portaria nº 41, publicada no DOU do dia 10, disfarçou a criação do novo serviço atribuindo “*canais para os sistemas de circuito fechado de televisão com utilização de radioenlace*”, cuja sigla passou a ser *CFTV*.

Assim, nesse emaranhado de siglas retiradas de obscuras portarias e decretos gestados na intimidade da relação privada entre políticos com interesses diretos no negócio, empresários associados direta ou indiretamente a esses interesses e a tecnoburocracia ministerial, estava a base técnico-normativa para profundas alterações estruturais na economia-política dos meios de comunicação de massa no Brasil. Siglas novas dando ares de modernidade aos velhos modos oligárquicos de se fazer política nas comunicações brasileiras.

Mas, paradoxalmente, seria no breve governo de Fernando Collor de Mello que se produziria a primeira grande mudança na estrutura formal, normativa, das comunicações brasileiras desde a ditadura, ao se extinguir o Ministério das Comunicações, incorporando-o, na forma de uma Secretaria Nacional das Comunicações, a um Ministério da Infraestrutura, que somava ainda os antigos Ministérios dos Transportes e das Minas e Energia.

Nos espaços abertos pelas contradições que caracterizariam aquele governo, do discurso ambíguo da campanha eleitoral ao melancólico fim pelo *impeachment* do Chefe do Executivo, a Secretaria Nacional das Comunicações (SNC), em sua nova estrutura, incorporou a figura da *audiência pública*, instrumento de política pública muito comum em países como os Estados Unidos, Canadá, França e Inglaterra, e que consiste num chamamento à sociedade para opinar sobre determinados ítems de regulamentação em discussão e elaboração nos órgãos regulatórios correspondentes.

Desta maneira, em junho de 1991, o Diário Oficial da União publicou minuta de portaria da SNC re-regulamentando a *DISTV*, transformando-a em *Serviço Especial de TV a Cabo*, e convidando os interessados a encaminhar por escrito suas sugestões, ou mesmo levá-las para discussão no momento da audiência.

5) O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: novo ator, novos conceitos.

Nos anos 70, no Brasil, na esteira da ampla discussão promovida pela Unesco, desde a década de 50, sobre temas como liberdade de expressão, políticas nacionais de comunicação, e a necessidade de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, entidades sindicais, profissionais e acadêmicas, além de alguns parlamentares, isoladamente, procuravam desenvolver um trabalho articulado pela democratização da comunicação no país. Dos primórdios desse trabalho resultaria, por exemplo, o movimento que, por duas vezes, como aqui relatado, contribuiu para impedir que a televisão a cabo fosse regulamentada sem um maior envolvimento de forças sociais que transcendessem o empresariado.

Assim, no início dos anos 80 foi constituída a *Frente Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação*, que se destacaria pelo seu envolvimento na transição política, tendo como momentos mais significativos desse envolvimento as tentativas de contribuir para os programas de governo de partidos políticos, para o governo de Tancredo Neves e, principalmente, para as teses que seriam levadas ao futuro Congresso Constituinte.

Os resultados considerados, em geral, frustrantes para a comunicação na Constituinte provocariam um relativo refluxo da Frente que, no entanto,

começaria a ser rearticulada no final da década na forma de um *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, que tinha na Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), na Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão (FITTERT), na Associação Nacional de Entidades de Artistas e Técnicos de Diversões (ANERT) e na Federação Brasileira de Teatro (FBT) as entidades nacionais que liderariam o processo de sua institucionalização. O Fórum era completado, nesta fase inicial, por comitês regionais em dez estados e no Distrito Federal, aos quais se filiavam mais de uma centena de entidades sindicais, profissionais e acadêmicas.¹⁴

Coube ao Fórum, então, intervir, enquanto instância da sociedade civil, na audiência pública, realizada em 2 de julho de 1991, no Auditório do Ministério da Infraestrutura, em Brasília, ao lado de empresários, representantes de entidades empresariais e, naturalmente, da equipe técnica da SNC que coordenava a inédita reunião. A intervenção do Fórum, sobre uma questão cuja relativa complexidade técnica, aliada à falta de qualquer debate público, inclusive, e particularmente, pelos meios de comunicação, fazia dela conhecimento de poucos, foi exaustivamente preparada, no intervalo de 48 horas, em reuniões de trabalho na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

Naquele momento, duas teses principais se impunham e foi em torno delas que giraram as intervenções dos representantes do Fórum na audiência: em primeiro lugar foi criticada a tentativa da Secretaria Nacional das Comunicações de caracterizar a TV a Cabo como *serviço especial* de telecomunicações, não aberto à correspondência pública, passível de ser codificado, similar aos serviços de música funcional, de radiochamada, de boletins meteorológicos, de fins científicos ou experimentais, de sinais horários e de frequência padrão, era uma anomalia conceitual. Isto porque a caracterização não levava em conta os enormes impactos econômicos, políticos e culturais que a televisão a cabo ora gerava em todo o mundo, competindo abertamente com a radiodifusão convencional e, portanto, tendo características nítidas de *recepção pública* de um serviço de telecomunicações. O fato de poder ser codificado não era razão necessária,

¹⁴ Documentos sobre a criação e funcionamento da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, bem como aqueles referentes à criação e funcionamento recente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação podem ser encontrados nos arquivos do Laboratório de Políticas de Comunicação e Informação, que funcionou, de 1991 a 1994, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

nem suficiente, para caracterizá-lo como serviço especial, não aberto à correspondência pública, já que a codificação era apenas uma imposição política e de mercado e não um imperativo tecnológico.

A segunda tese do Fórum decorria desta primeira: se tratava de um serviço com características similares à da radiodifusão, sua regulamentação teria que passar necessariamente pelo Congresso Nacional, na forma de uma lei, e não resultar de uma simples, e frágil, portaria, que atribuía a um funcionário de terceiro escalão do Poder Executivo, o secretário Nacional das Comunicações, a faculdade de decidir quem iria operar televisão a cabo no Brasil.

O impacto imediato das intervenções dos representantes do Fórum foi expressivo, como revelado pela estupefação dos representantes do empresariado lá presentes, bem como das autoridades da SNC¹⁵. O que mais importa destacar neste momento, porém, é a resultante política das intervenções, que consistiu num chamamento pela SNC para uma reunião com o Fórum na manhã do dia seguinte à audiência quando, pela primeira vez na história das comunicações brasileiras, entidades sindicais, profissionais e acadêmicas foram reconhecidas como interlocutoras formais num processo de definição de política pública na área que, certamente, fora sempre a mais impermeável no aparelho de Estado brasileiro a esse tipo de diálogo.

De um movimento clássico de oposição, e de marcação de posições diante do poder estabelecido, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação viu-se subitamente diante da pergunta colocada pela SNC: “Mas, afinal, o que exatamente vocês querem?”. Em suma, não se tratava mais de colocar teses genéricas, embora corretas no essencial, como aquelas levadas à audiência pública. Era preciso traduzi-las em princípios capazes de resultar em uma política e conseqüentes normas, passíveis de serem confrontadas com as proposições da SNC e do empresariado disposto a investir no mercado nascente de televisão a cabo. Mercado que, na prática, ainda que de forma incipiente, já começava a tomar forma, com o cabeamento de áreas afluentes em cidades como Curitiba, Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre, Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo, sem regulamentação adequada e sem uma visão estratégica de longo prazo que a situação certamente requeria.

¹⁵ A audiência pública foi documentada em vídeo, cuja íntegra está incorporada aos arquivos do acima citado Laboratório de Políticas de Comunicação e Informação, na Universidade de Brasília.

Eram 102 as autorizações de DISTV concedidas, em geral a empresários independentes, muitos vindo de fora da área da radiodifusão, com expressivo interesse de investidores argentinos e, naturalmente, de fornecedores norte-americanos de equipamentos e infra-estrutura. A posição dos grupos dominantes do mercado audiovisual brasileiro, das organizações Roberto Marinho, em particular, parecia ser a de expectativa, muito embora a sua associada gaúcha, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), do Grupo Sirotsky, estivesse ativa na área da DISTV.

Desde o início, as formulações políticas do Fórum enfatizaram esse caráter estratégico, já mencionado, da TV a Cabo, enxergando-a não como apenas mais um serviço complementar à televisão convencional, destinado a um reduzido mercado consumidor, de alto poder aquisitivo, disposto a pagar entre US\$ 300 e US\$ 500 pelo direito à assinatura e entre US\$ 30 e US\$ 50 pela assinatura mensal. TV a Cabo era apenas a face mais visível da *cabodifusão*, ou seja, a distribuição de sinais de telecomunicações por uma rede de cabos, coaxiais ou de fibra ótica, cujo potencial de uso ia muito além do mercado audiovisual que se anunciava. Desde este primeiro momento, as formulações do Fórum apontavam para as *redes digitais de serviços integrados*, as *RDSIs* de banda larga, cujos usos poderiam ir da telefonia e transmissão de dados às possibilidades mais sofisticadas de comunicação, como, por exemplo, a televisão interativa, embora esta ainda esteja um tanto distante.¹⁶

A questão central, porém, era encontrar os princípios básicos que, nos limites de uma negociação pragmática que se reivindicava, assegurassem a implantação mais democrática possível daquela nova - para o Brasil - tecnologia. Assim, já no primeiro documento amplo de política produzido no âmbito do Fórum, para embasar o avanço da negociação pretendida, três conceitos foram avançados: **controle público, desestatização e reprivatização**¹⁷. O fundamento pragmático desses conceitos era o reconhecimento de que a TV a Cabo seria implantada - aliás, já estava sendo - por empresas privadas, seguindo parâmetros muito semelhantes ao do mundo desenvolvido, notadamente nos Estados Unidos. A propriedade privada do novo meio de comunicação não estava, portanto, sendo posta em questão. Era

¹⁶ Secretaria Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. “*Propostas de bases para a regulamentação do Serviço de Cabodifusão (TV a Cabo)*”, Brasília, mimeo, setembro de 1991.

¹⁷ Ibid.

preciso, no entanto, estabelecer processos políticos e procedimentos normativos que, ao contrário do que já ocorrera com a radiodifusão, destacassem o **interesse público** como o ponto de partida para a introdução da nova tecnologia.

Mas, ainda que reconhecido o papel do Estado, entendido em seu sentido mais restrito, de aparato governamental executivo, na formulação da política e regulamentação da TV a Cabo, ele teria que ser assistido nesse processo pela representação mais ampla possível da sociedade civil, de modo a que o serviço privado resultante viesse a ser menos a manifestação restritiva dos interesses particulares dos proprietários privados e mais a manifestação do interesse público concentrado nos destinatários daquele serviço privado.

Esses três conceitos foram, então, traduzidos na forma de um projeto de lei, apresentado ao Congresso Nacional em 30 de outubro de 1991 pelo deputado Tilden Santiago, do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais¹⁸ (PT-MG). Em seu Capítulo II, o projeto previa a criação de um *Conselho Federal de Cabodifusão*, destinado a “*buscar consenso político e formular bases éticas para o estabelecimento das relações entre as partes e propor diretrizes para o desenvolvimento e operação do Serviço de Cabodifusão*”. Serviço definido como simplesmente de telecomunicações, análogo à radiodifusão no que dizia respeito aos seus impactos políticos, econômicos e culturais, e diverso apenas quanto às suas características técnicas, distribuído que era por meio físico, ao invés do espectro radioelétrico.

Assim, a viabilização do controle, que assegurasse o interesse público maior possível para o novo serviço privado, estaria centrada em um *Conselho*, integrado por representantes de setores empresariais diversos, de entidades profissionais e sindicais, e do próprio Congresso Nacional. *Encostado* no aparelho executivo estatal, esse conselho teria, em última instância, a finalidade de assegurar que a introdução do que estava ali sendo chamado de *cabodifusão* se desse na forma de um **processo** permanente de interlocução entre contrários, estabelecendo, naquele campo polêmico de política pública, uma nova relação entre interesses **estatais, públicos e privados**.

Esse processo seria complementado, no trecho do projeto referente ao processamento dos pedidos de licenças para operar o serviço, pela exigência,

¹⁸ Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.120, de 1991.

em várias etapas, de consultas e audiências públicas. Adiante, nas especificações do funcionamento do Serviço de Cabodifusão, o projeto previa a existência de canais - a serem oferecidos gratuitamente - legislativos, educativo-culturais, e de livre acesso pelo público usuário para veicular programação comunitária. Também os sinais das emissoras de televisão convencionais deveriam ser fornecidos gratuitamente, reservando-se ainda 30% da capacidade de canais do sistema para uso de entidades privadas que não tivessem qualquer afiliação com o beneficiário da licença.

Até este momento de início de tramitação do Projeto Tilden Santiago na Câmara dos Deputados, a iniciativa legislativa era do Fórum em oposição às tentativas de regulamentação pelo Executivo por portaria, inicialmente, e, depois, por decreto presidencial. Elaborado com deficiências técnico-conceituais, ainda não muito visíveis até aquele momento, o projeto tinha por objetivo principal inviabilizar as iniciativas de regulamentação do Executivo; objetivo que foi plenamente atingido.

No ano de 1992, uma circunstância quase fortuita - aquele era um ano quase neutro, politicamente, no campo das comunicações - destinou ao Partido dos Trabalhadores a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, assumida pela deputada Irma Passoni, de São Paulo. Decidida a dar novo rumo às questões de Comunicação, em sentido estrito, a presidente da Comissão convocou um “grupo informal de assessoramento”, chamando para compô-lo o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); as Organizações Globo, proprietárias da Globosat, uma modalidade de televisão por assinatura via satélite; a TVA Brasil, do Grupo Abril, a principal operadora de televisão por assinatura do país; a Sociedade dos Engenheiros de Telecomunicações; e a Universidade de Brasília.

Essa iniciativa, original na área, punha, no entanto, frente à frente, atores e interesses empresariais que não estavam muito bem definidos naquele instante da conjuntura. Não obstante, após as primeiras reuniões, começou a ficar evidente para a representação do Fórum que era necessário estender o alcance da discussão para o campo das comunicações em sentido lato, assumindo como ponto de partida a convergência tecnológica que fazia da cabodifusão muito mais do que um serviço de oferta de sinais de televisão por cabos. Foi a partir dessa constatação que, por iniciativa da representação do

Fórum, acabaram juntando-se ao núcleo inicial do grupo de assessoramento da Comissão da Câmara representantes do grupo empresarial ABC Algar, proprietário da ABC Xtal, maior fabricante brasileira de fibras óticas, e do Sistema Telebrás que, de forma independente da Secretaria Nacional das Comunicações, vinha conduzindo estudos próprios sobre sua entrada no mercado emergente de TV a Cabo como “transportador” de sinais de TV pela sua rede.

No final de 1992, já com o deputado Koyu Iha, do PSDB de São Paulo, indicado relator do projeto Tilden Santiago, e após seminários técnicos sobre a questão na capital paulista, por iniciativa da TVA, e em Brasília, por iniciativa da Faculdade de Comunicação da UnB, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática realizava reunião plenária com quase 50 participantes, entre eles diversos empresários independentes de DISTV, e a sua própria entidade associativa, a ABRACOM (Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias), além do recém recomposto Ministério das Comunicações, para debater a possibilidade de um substitutivo de consenso ao projeto Tilden Santiago.

Todo este trabalho, no entanto, seria interrompido em 1993 quando, véspera do ano da revisão constitucional, e da entrada em tramitação de estratégicos pedidos de renovação de concessões de radiodifusão das Organizações Globo, a presidência da Comissão voltou ao veio tradicional do Partido da Frente Liberal (PFL), assumida pelo paulista Maluly Neto. Na única reunião que presidiu, no plenário da Comissão, no início de 93, com o grupo informal de assessoramento ampliado, o novo presidente foi evasivo, ainda que se dissesse comprometido com o processo de construção por consenso de uma legislação para a TV a Cabo. Esse comprometimento foi, no entanto, negado logo em seguida quando, desconhecendo todo o trabalho já realizado, criou uma subcomissão para estudar a questão, nela não incluindo a deputada Irma Passoni, principal motivadora do debate, e designando para seu relator o deputado Ângelo Magalhães, do PFL da Bahia. Essa subcomissão jamais viria a se reunir, mas a sua existência formal paralisaria o andamento do projeto Tilden Santiago até quase o final de 1993.

7) Rede Única, Rede Pública e Participação da Sociedade: propostas e negociações.

No período entre a ação desmobilizadora do parlamentar paulista e a retomada das negociações ocorreu um trabalho de discussão e elaboração de propostas normativas por parte do Fórum e do Sistema Telebrás, afirmando-se aí a tese central de que a TV a Cabo não poderia de forma alguma ser implantada fora de um cenário abrangente de **política de comunicações**, tendo como elemento central a alavancagem das novas redes digitais de banda larga, as “estradas eletrônicas”, fundamentais para a ampliação do acesso da sociedade aos novos meios de comunicação que elas deverão possibilitar.¹⁹

Essas propostas normativas foram, então, consolidadas na forma de um substitutivo ao projeto original do deputado Tilden Santiago, que poderia servir como base para futuras negociações envolvendo o empresariado e o Ministério das Comunicações. Este, naquele momento, já subscrevera a idéia do projeto de lei, mas ainda se apegava a uma estrutura de regulamentação presa a parâmetros da indústria de TV a Cabo norte-americana.²⁰

A partir do substitutivo Fórum/Telebrás começaram a ser desenvolvidos os conceitos de **rede única**, **rede pública** e **participação da sociedade** como os pilares da nova política a ser implantada e em complementação aos conceitos iniciais, parcialmente abandonados, de **desestatização**, **reprivatização** e **controle público**. Se permanecia a idéia básica, de assegurar o caráter privado do novo serviço, mas submetido ao máximo de controle público, inclusive com a imposição de limites à ação do Estado, o foco da discussão agora voltava-se para a questão estratégica central: a infra-estrutura de redes, as “estradas eletrônicas” propriamente ditas.

Era preciso enfatizar a transcendência política do novo serviço que, só na aparência, estava limitado ao fornecimento de uma modalidade paga de televisão, já que o fundamental para a sociedade estava em assegurar o máximo de acesso público às novas redes. Redes que seriam **únicas**, mas não no sentido convencional de uma só infra-estrutura, de uma mesma tecnologia e de apenas um proprietário; **únicas**, sim, mas no sentido da sua conectividade, da capacidade de formar uma imensa teia de comunicações,

¹⁹ “O serviço de teledifusão de sinais de televisão por cabos como parte da estratégia de dotar o país de uma infra-estrutura para informatização da sociedade através das telecomunicações”. Contribuição do Sistema Telebrás à Comissão de Estudos sobre a regulamentação da Cabodifusão, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Brasília, abril de 1993.

²⁰Sávio Pinheiro e Roberto Blois. “A TV a cabo e sua regulamentação”. **RNT - Revista Nacional de Telemática**, novembro 92, pp. 74-75.

uma rede de redes, capaz de cobrir o mais amplo território possível, mesclando tecnologias, das fibras óticas e cabos coaxiais aos satélites. Redes que seriam **públicas** no sentido atribuído aos *common carriers*, isto é, aquelas pessoas jurídicas privadas do direito administrativo que, explorando transporte de sinais de telecomunicações, como as operadoras de telefonia norte-americanas, não podem discriminar o acesso de ninguém a suas redes.

Em outras palavras, a democratização do acesso não estaria necessariamente condicionada à propriedade estatal das redes. Quanto à participação da sociedade, ela se materializava mais uma vez na forma de um conselho, temporário, capaz de articular as políticas públicas para o setor, além das diversas instâncias obrigatórias de consultas e audiências públicas.

No final de 1993, no entanto, um fato novo surgiria no emergente mercado brasileiro de TV a Cabo, com a criação da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), tomando lugar da Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias (ABRACOM). Esta mudança foi mais do que a troca de estatuto e de nome de uma entidade empresarial de classe. Ela veio como decorrência da entrada definitiva no mercado de televisão por assinatura de empresas como as Organizações Globo e a então recém-criada Multicanal, além do Grupo Abril, o primeiro a investir nesse novo campo de atividade²¹. E foram esses três grupos empresariais que, deslocando os pequenos e médios empresários que tinham inicialmente entrado no negócio da DISTV, dividiram entre si os cargos principais da diretoria e do conselho deliberativo da nova entidade.

Contraditória em sua composição, dominada na prática pelos parceiros Net Brasil, a empresa constituída pela Globo para operar com TV a Cabo; Multicanal, empresa fundada por um empresário vindo da mineração, Antônio Dias Leite, proprietário da Companhia Mineradora do Amapá; e RBS - embora presidida pelo diretor-superintendente da TVA Brasil, do Grupo Abril, Walter Longo - coube à ABTA a iniciativa de procurar o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, sob o argumento da necessidade imperativa de uma regulamentação que, não só liberasse o mercado, restrito às 102 autorizações do Governo Collor, mas que lhe desse estabilidade normativa capaz de atrair novos investimentos. Assim, em novembro de 1993, numa reunião na Câmara Federal, com o relator Koyu Iha

²¹ Para um panorama do quadro emergente empresarial brasileiro na área de TV por Assinatura, ver “Grandes grupos investem”, *Pay-TV*, suplemento da revista **Tela Viva**, nº10, maio de 1994.

e a deputada Irma Passoni, Fórum, Telebrás e ABTA concordaram em reiniciar uma negociação tripartite, que levasse a um substitutivo de consenso, a ser eventualmente encampado pelo deputado-relator.

Conduzida à margem da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, como também do Ministério das Comunicações, a nova negociação levou as partes em viagem técnica de reconhecimento, em janeiro, ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte, para conhecer as operações de DISTV, respectivamente, da Net Rio, e da TTC/TVC, esta uma empresa independente, e suas relações com a Telerj e a Telemig, visando colher subsídios técnicos, administrativos e políticos capazes de contribuir para o consenso buscado. Consenso que tinha a atravessá-lo, embora nunca de forma muito clara, a revisão constitucional e o futuro do monopólio estatal das telecomunicações brasileiras.

Isto porque, como já visto, a questão da TV a Cabo era apenas a face mais visível de um novo cenário político, econômico e tecnológico que se delineava; o das “estradas eletrônicas” brasileiras, com seu potencial dos novos produtos e serviços previstos para vir na esteira da convergência nas redes dos serviços de sons e imagens, dados e telefonia. Antes, em dezembro de 1993, promovido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República, e pela Faculdade de Comunicação da UnB, um seminário, significativamente intitulado “O Brasil e as Estradas Eletrônicas”, pusera o Fórum, a ABTA e a Telebrás, frente a frente, debatendo suas idéias com representantes de outros órgãos públicos, do próprio empresariado e da comunidade acadêmica.²²

Em 1994, em 26 de junho, o relator Koyu Iha apresentou à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática o seu substitutivo, só que já, naquele momento, representando apenas o pensamento da maioria do grupo de trabalho do Fórum encarregado da negociação²³ e da ABTA, ficando de fora do acordo final, de um lado, o Sistema Telebrás e, do outro, a Federação Inter-estadual dos Trabalhadores em Telecomunicações²⁴. As divergências, de

²² Ver Murilo César Ramos. “*O Brasil e as Estradas Eletrônicas*”. Secretaria de Assuntos Estratégicos, Centro de Estudos Estratégicos, Presidência da República, Documento de Trabalho nº 13, junho, 1994.

²³ Câmara dos Deputados, Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.120, de 1991.

²⁴ A Fittel integrava o grupo de trabalho do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação que negociava o projeto de lei, representada por José Palácio Guimarães Neto. Os demais representantes eram Daniel Herz, diretor de relações institucionais da Fenaj; Carlos Eduardo Zanatta, assessor da bancada federal

ordem política e conceitual, que levaram ao distanciamento, naquele momento, entre Fórum, Fittel e Telebrás, seriam, não obstante, resolvidas durante a V plenária do Fórum, realizada em Salvador, de 29 a 31 de julho de 1994.

Resolvido o impasse no interior do Fórum, suas entidades constituintes, juntamente com a ABTA e a ABERT, conseguiram que o substitutivo de Koyu Iha fosse transformado em lei, primeiro na Câmara e, depois, no Senado, subindo à sanção presidencial em dezembro de 1994. Sanção que viria, já no governo Fernando Henrique Cardoso, no dia 6 de janeiro de 1995.

8) A Lei analisada.

Enquadrada como **serviço de telecomunicações**, sem a qualificação anterior de **especial**, a TV a Cabo ganhou, assim, com a Lei 8.977/95, estatuto próprio compatível com a amplitude de sua importância cultural, política e econômica (Artigo 2º). Sua implantação deverá ser norteada *“por uma política que desenvolva o potencial de integração ao Sistema Nacional de Telecomunicações, valorizando a participação do poder executivo, do setor privado e da sociedade, em regime de complementação e complementaridade”* (Artigo 4º). A formulação desta política será orientada pelas noções de *“rede única, rede pública e participação da sociedade, operação privada e coexistência entre as redes privadas e as das concessionárias de telecomunicações”* (Artigo 4º, § 1º). Já *“as normas e regulamentações cuja regulamentação é atribuída por esta lei ao poder executivo só serão baixadas após serem ouvidos os respectivos pareceres do Conselho de Comunicação Social, que deverá pronunciar-se no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da consulta, sob pena de decurso de prazo”* (Artigo 4º, § 2º).

A Lei estabelece a concessão como *“o ato de outorga através do qual o poder executivo confere a uma pessoa jurídica de direito privado o direito de executar e explorar o Serviço de TV a Cabo”* (Artigo 5º, I). Essa pessoa jurídica recebe o nome de *“operadora”*, para atuar por meio de *“um conjunto de equipamentos e instalações que possibilitam a recepção, processamento e geração de programação e de sinais próprios ou de terceiros, e sua distribuição através de redes, de sua propriedade ou não, a assinantes*

localizados dentro de uma área determinada” (Artigo 5º, VI). A operadora é pessoa jurídica diversa da “*programadora*”, que produz e/ou fornece “*programas ou programação audio-visual*” (Artigo 5º, VII). Quanto aos canais, eles estão divididos em *básicos, destinados à prestação eventual de serviço, destinados à prestação permanente do serviço, e de livre programação da operadora* (Artigo 5º, IX, X, XI e XII).

Os *canais básicos* são destinados à transmissão dos sinais das emissoras geradoras locais de TV em circuito aberto, e pelos canais legislativos, universitário e educativo cultural (Artigo 23, I, a, b, c, d, e, f), todos sem codificação e, portanto, oferecidos sem custo aos assinantes do serviço. Os *canais de prestação eventual de serviço* são reservados, mediante prévia contratação remunerada, mas sem discriminação de conteúdo, para a transmissão de eventos, palestras, congressos e similares. Os *canais destinados à prestação permanente do serviço* formam o conjunto fixo da programação contratada pelo assinante, que se somam aos de livre programação, por meio dos quais a operadora pode firmar contratos adicionais com os assinantes. Trinta por cento desses canais serão, no entanto, reservados para programação de pessoas jurídicas não afiliadas ou não coligadas à operadora de TV a Cabo.

No tocante às redes, o transporte de sinal de TV a Cabo só poderá ocorrer na rede de propriedade das operadoras estatais de telecomunicações, com exceção das redes locais de distribuição de sinal de TV, que ligarão as residências dos assinantes às redes estatais. Estas, excepcionalmente, poderão ser de propriedade da operadora de TV a Cabo, mas apenas para transporte de sinal de áudio e vídeo. Sua capacidade ociosa, que pode ser usada para outros serviços, como dados e telefonia, somente poderá ser usada pela operadora estatal de telecomunicações, mediante prévia contratação, sem discriminação (Artigo 5º, XIV, XV, XVI e XVII; Artigos 16º, 17º e 18º).

As concessões serão outorgadas por 15 (quinze) anos, podendo ser renovadas por períodos sucessivos e iguais, dadas exclusivamente a pessoas jurídicas de direito privado que tenham como atividade principal a prestação de serviço de TV a Cabo (Artigo 7º). Para cada área de prestação de serviço, “*poderá haver mais de uma concessão*”, podendo, no entanto, “*excepcionalmente ser outorgada apenas uma concessão para a mesma área*”, de acordo com critérios a serem normatizados pelo poder executivo.

Assim, nesse conjunto, restrito, de artigos, parágrafos, letras e incisos, extraídos do corpo mais amplo da Lei, estão contidos os princípios básicos que nortearam toda a negociação para a implantação da TV a Cabo no Brasil, na concepção do Fórum, desde a intervenção das entidades da sociedade civil por ele agregadas, na audiência pública da Secretaria Nacional das Comunicações, em 2 de julho de 1991, a saber: 1) regulamentação por lei, amplamente discutida pela sociedade, por intermédio das suas instâncias mais diretamente envolvidas com a questão. Essa **participação da sociedade** estendida ainda à confirmação do Conselho de Comunicação Social como a esfera política de debate e aprovação de todas as normas emanadas do poder executivo; 2) consolidação do caráter **público** da rede de TV a Cabo, tanto em sua extensão estatal quanto em sua, ainda que restrita, extensão privada, por meio da garantia legal de que toda ela se norteará, em qualquer instância, pelo princípio normativo do *common carriage*, isto é, seus proprietários, estatais ou privados, não poderão discriminar que conteúdos poderão ter acesso a ela; 3) garantia da existência de uma **rede única**, no sentido de padronização e conectividade, em consonância com as políticas públicas a serem desenvolvidas para as telecomunicações no Brasil.

A desvantagem aparente, por conseguinte, do ponto de vista da economia dos meios de comunicações no Brasil, de não de dispor, no início dos anos 90, de um mercado de TV a Cabo, já poderia ser transformada em vantagem econômica comparativa na medida em que as novas redes físicas de telecomunicações fossem de banda larga, com emprego significativa da tecnologia de fibra ótica. A Lei 8.977/95 consagrou esta tendência, integrando claramente a TV a Cabo ao Sistema Nacional de Telecomunicações, consolidando o conceito fundamental de **rede única**. Além do mais, a presença do Sistema Telebrás nas negociações, com seu parceiro sindical, a Fittel, foi a vinculação mais segura do tratamento estratégico dado à TV a Cabo, que deixou de ser considerada, como nos primórdios das negociações, quando era ainda predominante a posição da então Secretaria Nacional das Comunicações, apenas um sucedâneo menor da radiodifusão, um serviço especial de telecomunicações não aberto à correspondência pública.

9) O emergente mercado brasileiro de TV por Assinatura: perspectivas.²⁵

²⁵ As perspectivas aqui referidas são as de 1995. Foram inúmeras as mudanças no cenário da TV por Assinatura desde então - regulatórias, tecnológicas, empresariais. O texto, no entanto, teve mantida a sua formulação original, com raras atualizações, porque uma atualização maior levaria a uma reformulação quase

O mercado brasileiro de TV por Assinatura, até que seja completado o processo de regulamentação da Lei de TV a Cabo²⁶, e de discussão de uma, eventual, lei específica para o MMDS²⁷, estará amarrado às 102 autorizações de DISTV (ver tabela 7) que foram concedidas no início do Governo Collor, com base na Portaria 250 e, às 12 permissões de MMDS (ver tabela 8), normatizadas pela Portaria 43 do Ministério das Comunicações, de 10 de fevereiro de 1994, que transformou, dentro de sua filosofia tortuosa de regulamentação, as “permissionárias do Serviço de Televisão com Utilização de Radioenlace (CFTV)” em concessionárias de TV por Assinatura por meio de microondas.

Mesmo assim, há um potencial estimado de 7 milhões de assinantes em dez anos no mercado brasileiro de TV por Assinatura, contra os cerca de 400 mil assinantes atuais. E, segundo cálculos da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), em 1995 seriam investidos US\$ 250 milhões apenas pelas empresas já em operação no mercado de TV por Assinatura. Com a abertura de novas concessões, tanto de TV a Cabo quanto de MMDS, os investimentos, nos três anos posteriores, poderiam chegar a US\$ 3 bilhões. Dessa forma, em 1995, havia um total de 1.396 solicitações para a exploração do MMDS aguardando decisão no Ministério.

As principais empresas de TV a Cabo no Brasil, eram, em 1995, a Net Brasil (controlador: Globocabo, do Grupo Roberto Marinho, em associação com os Grupos RBS, da família Sirotsky, e Plimpson, do empresário Antônio Dias Leite); a Multicanal (controladores: Antônio Dias Leite Neto e Companhia de Mineração do Amapá, em associação com a Globocabo) e a RBS (controlador: Grupo Sirotsky, por meio da Cabo Parbs, da DR Globo e da DR Multicanal, sub-holdings das quais participam respectivamente a Net Brasil, a Globocabo e a Multicanal). A principal empresa de MMDS é a TVA (controlador: Grupo Abril, associado ao Chase Manhattan Bank). No que diz respeito aos programadores, isto é, àquelas empresas que fornecem programas

total, o que contrariaria o espírito que presidiu a organização desta coletânea. Que valha o registro histórico recente.

²⁶ O processo de regulamentação da Lei de TV a Cabo, após inúmeros adiamentos, foi definitivamente finalizado com a publicação, em 14 de abril de 1997, do Decreto nº 2.206, o Regulamento do Serviço de TV a Cabo.

²⁷ Apesar de algumas iniciativas dentro do Congresso Nacional para a elaboração de uma lei específica sobre os serviços de MMDS, sua regulamentação foi concluída, após várias versões, pelas portarias ministeriais nº 254 e nº 319, de 16 de abril e 21 de maio de 1997, respectivamente, ambas subordinadas ao Decreto nº 2.196, o Regulamento de Serviços Especiais, de 08 de abril daquele ano.

para as operadoras, as principais são a Globosat, controlada por Roberto Marinho; a própria TVA; e a HBO, que tem como sócio minoritário o Grupo Abril.²⁸

Mas, apesar da concentração das operadoras e programadoras de TV por Assinatura nas mãos dos grandes e tradicionais grupos de comunicações do Brasil, a tendência, com a expansão do mercado, é a entrada de novos grupos, como ficou evidente quanto do processo de consulta pública para a regulamentação da TV a Cabo, ou mesmo antes, quando o Ministério das Comunicações abriu o processo - que seria depois interrompido por falta de consenso quanto à regulamentação - de futuras outorgas de MMDS²⁹. Grupos empresariais como a ABC Algar, de Uberlândia - que produz fibras ópticas em sua subsidiária ABC Xtal, além de ser, por ora, o único concessionário privado de telecomunicações do país, proprietário que é da Companhia de Telefones do Brasil Central, com sede também em Uberlândia -, o Banco Icatu; as Construtoras Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez; o Grupo Itamarati, do empresário Olacyr de Moraes; o Unibanco: estes são apenas alguns exemplos de novos atores que pretendem entrar no emergente mercado brasileiro de TV por Assinatura. Mais ainda, investidores estrangeiros, como a United International Holding (UIH), em associação com o Banco Icatu, já estão presentes no Brasil.³⁰ No campo do DTH, o Grupo Abril - que, na TVA tem como sócio o Chase Manhattan Bank, dos Estados Unidos -, está associado à também norte-americana Hughes, ao passo que Roberto Marinho juntou-se recentemente ao mega-empresário das comunicações, Rupert Murdoch, australiano de nascimento, naturalizado norte-americano, sua empresa holding - News Corp. - controlando nos Estados Unidos a Fox que, de um antigo estúdio cinematográfico, transformou-se na terceira rede aberta

²⁸ Esta é uma descrição da configuração do mercado nacional até o ano de 1995. Inúmeras modificações desde então foram introduzidas, inclusive a compra da Multicanal, em fins de 1997, pela Globocabo, ampliando sua liderança enquanto maior operadora de TV a cabo no Brasil. Também no final de 1997 o Ministério das Comunicações lançou editais de licitação para novas outorgas. Os editais ficaram cerca de nove meses paralisados na Justiça Federal, e em outubro de 1998, ainda estavam em processo análise pela Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel. Os primeiros novos contratos foram assinados em 4 de novembro de 1998.

²⁹ Os editais para novas outorgas de MMDS foram lançados, pelo Ministério das Comunicações, em conjunto com os de TV a cabo, em fins de 1997, permanecendo paralisados na Justiça Federal, também, por cerca de nove meses. As propostas técnicas e de preço previstas na licitação começaram a ser abertas em outubro de 1998, com as assinaturas dos primeiros novos contratos sendo celebradas no dia 04 de novembro.

³⁰ Entre 1995 e 1998, houve grande reviravolta nesse quadro de pretendentes à TV por Assinatura no Brasil, em função das pendências judiciais e das crises econômicas. Dos grupos aqui mencionados, apenas a Algar manteve presença expressiva nas licitações abertas em 97.

de televisão dos Estados Unidos, deslocando a CBS para quarto lugar. Mesmo a relativamente infante Multicanal já tem como sócia a empresa Comcast, sexta maior operadora de TV a Cabo norte-americana em número de assinantes.

A presença estrangeira se faz ainda mais significativa, na medida em que se deixa de ver a TV por Assinatura de modo isolado, incorporando-a ao mercado convergente da multimídia, já que todos os grupos nacionais mencionados acima estão envolvidos em parcerias e consórcios para exploração de outros serviços de telecomunicações, como telefonia celular, paging, trunking, satélites e, uma vez re-regulamentado todo o setor das telecomunicações, tendo em vista a quebra, por emenda constitucional, do monopólio do Sistema Telebrás³¹, esses grupos poderão estar também na comunicação de dados, na telefonia básica e na exploração de redes. Com eles, estarão empresas notórias, como a AT&T, trazendo com ela nomes menos conhecidos entre nós, como Sprint, Bellsouth, Southwestern Bell, TCI, isto só para ficar com empresas norte-americanas. Das européias, muito provavelmente estaremos em breve ouvindo falar da France Telecom, da Deutsch Telekom, da Telefónica de España, da British Telecom, só para ficar com as maiores e mais conhecidas.

Tabela 7: Distribuição Original das Autorizações de DISTV

Unidade da Federação	Número de Autorizações
----------------------	------------------------

³¹ A Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995, que quebrou o monopólio estatal das telecomunicações, foi regulamentada pela Lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996, abrindo o mercado de telefonia celular ao capital privado, e pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que possibilitou a reestruturação e posterior privatização das operadoras estatais de telecomunicações. O processo de licitação para concessões de telefonia celular privada, na chamada Banda B, teve início em abril de 1997, sendo concluído em outubro de 1998. Já a privatização do Sistema Telebrás, iniciado em maio de 1998, foi realizada no dia 29 de julho daquele ano.

São Paulo	32
Rio Grande do Sul	24
Santa Catarina	17
Paraná	16
Minas Gerais	5
Rio de Janeiro	2
Goiás	2
Mato Grosso do Sul	2
Distrito Federal	1
Ceará	1
Total	102

Fonte: ABTA.

Observação: Em 95, havia cerca de 60 operações em funcionamento.

Tabela 8: Distribuição Original das Permissões de MMDS

Cidade	Número de Permissões
São Paulo	2
Porto Alegre	2
Curitiba	2
Rio de Janeiro	1
Brasília	1
Goiânia	1
Belém	1
Fortaleza	1
Recife	1
Total	12

Fonte: ABTA.

9) Conclusão.

TV por Assinatura, em conclusão, é, no cenário das *comunicações* brasileiras - após décadas de indefinições quanto à sua entrada no mercado nacional - uma face importante do que chamamos aqui de *convergência*, e que é chamado também, em outras circunstâncias de *multimídia* ou *super-estradas da informação*. Face importante porque, ao contrário, por exemplo, da

Internet - fenômeno mundial de comunicações, não abordado neste trabalho³² -, a TV por Assinatura já está, e estará cada vez mais, presente nos lares de um público totalmente habituado ao consumo de suas informações, que lhe chega como entretenimento, jornalismo e propaganda. Suas redes de fibra óptica abrem a possibilidade de um número virtualmente infinito de canais para distribuição de informação, nos levando, em intervalos de tempo cada vez menores, da escassez à abundância. Redes que se fundirão com outras hoje ainda dedicadas exclusivamente à telefonia e à comunicação de dados, bem como às redes de computadores, das quais a já mencionada Internet é, por sua vez, o exemplo mais notório, produzindo potenciais grandes transformações nos processos de produção e disseminação de informação à sociedade. No Brasil, a TV a Cabo, o serviço que ainda domina a TV por Assinatura, foi capaz de gerar, depois da sua acidentada história inicial, um processo largamente democrático de regulamentação, resultando em uma legislação moderna e que contempla princípios fundamentais de controle e acesso público. A regulamentação da TV a Cabo foi, no entanto, apenas um momento de um processo que se anuncia como muito mais longo e, politicamente, mais complicado: a re-regulamentação das comunicações brasileiras, preparando-as para as fusões, associações e parcerias empresariais, que poderão comprometer nossa frágil democracia, caso não sejam acompanhadas das salvaguardas necessárias de controle e acesso público, a exemplo do que ocorreu com a Lei do Serviço de TV a Cabo. Assim, se pela ótica das empresas e do mercado, a TV por Assinatura pode ser vista como oferecendo perspectivas estimulantes para seus operadores e investidores, pela ótica dos cidadãos e da democracia essas perspectivas vão estar dependentes de uma participação cada vez mais intensa da sociedade em todas as etapas presentes e futuras da implantação entre nós desta e de todas as demais, assim chamadas, novas tecnologias. Tarefa que, de difícil, não pode se tornar impossível.

³² A Internet que, por décadas, ficou restrita ao uso acadêmico-científica, é hoje presença quase diária nos meios de comunicação de massa no Brasil, e no resto do mundo, mas seus impactos sociais, econômicos, políticos e culturais ainda são difíceis de avaliar, dado o caráter incipiente de seu uso público e/ou comercial, isto é, fora dos campus universitários e centros de pesquisa. (NA: Fica evidente, pelo teor desta nota, que o autor, como tantos, foi surpreendido, no tempo mínimo de dois anos, pela vertiginosa expansão da Internet comercial).

XIII.

Uma nova legislação para as comunicações brasileiras e o paradoxo da radiodifusão *

1. Introdução

A difusão de sinais de telecomunicações pelo ar, seja na forma de sinais de áudio - o rádio - ou na forma de sinais de áudio e imagens - a televisão -, tem sido, no Brasil, tradicionalmente chamada, de *radiodifusão*. Nome equivalente entre nós ao *broadcasting* da língua inglesa. Esse termo, radiodifusão, foi mencionado pela primeira vez em um instrumento normativo brasileiro quando da edição, pelo governo revolucionário de Getúlio Vargas, do Decreto 20.047, de 27 de maio de 1931, pelo qual eram estabelecidas as condições para concessão de serviços radiofônicos e fixadas as exigências técnicas a serem seguidas pelo concessionários. O Decreto previa também a criação de uma rede nacional de rádio. Já em 1º de março de 1932, o Decreto nº 21.111, que regulamentava aquele instrumento normativo, anterior mencionava um novo serviço de radiodifusão: a televisão. Esse decreto estabelecia que *“Radiotelevisão”, do mesmo modo que qualquer outro uso de radioeletricidade para a transmissão de textos, sinais, sons ou imagens de qualquer natureza, através das ondas hertzianas, deveriam ser considerados serviços de telecomunicações.*¹

Ao agir assim, o poder executivo brasileiro nada mais fazia do que acompanhar o que se praticava no resto do mundo: rádio e televisão eram, como não poderiam deixar de ser, serviços de telecomunicações. Isto até que, mais de seis décadas depois, o legislador brasileiro decidisse inovar, ao reformar, em 15 de agosto de 1995, a Constituição Federal no tocante aos serviços de telecomunicações. Por um estranho desígnio político-legislativo, até agora escassamente conhecido, por isto pouquíssimo debatido no Brasil, radiodifusão deixou de ser serviço de telecomunicações para se transformar em um serviço por si só, singular, criando uma situação técnico-jurídica inédita no mundo, de repercussões ainda por se verificar.

* Artigo originalmente publicado na revista **Tendências XXI**, p. 176-182, Lisboa: *Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações*, Ano II, No. 2, Setembro de 1997.

¹ Cf. Maria Elvira Federico. **História da Comunicação, Rádio e TV no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

Neste artigo, faço um breve histórico da recente mudança constitucional brasileira, com ênfase nessa nova situação jurídica da radiodifusão. Em seguida, especulo sobre os motivos que levaram o legislador a tão surpreendente inovação e sobre as possíveis repercussões da decisão para a indústria da radiodifusão brasileira em um cenário de convergência de tecnologias e serviços de comunicações.²

2. A mudança constitucional

No Brasil, o principal serviço de telecomunicações - a telefonia - foi organizado, inicialmente, conforme o modelo norte-americano: o Estado concedia as licenças para exploração privada desses serviços. Mas, como entre nós jamais chegou a constituir-se uma empresa privada monopolista do porte da American Telegraph and Telephone (AT&T), o país entraria na década de 60 com um Sistema Nacional de Telecomunicações pulverizado entre mais de 1.200 companhias telefônicas municipais e estaduais, com o tráfego interurbano e interestadual concentrado principalmente ao longo do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte-Brasília. Já o tráfego internacional era feito por empresas estrangeiras.

Mas, em 27 de agosto de 1962, a legislação básica brasileira de telecomunicações, a Lei nº 4.117, mais conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações, até hoje vigente, foi finalmente aprovada pelo Congresso Nacional, dando, pela primeira vez na história, um arcabouço orgânico para o setor em nosso país, criando o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), estabelecendo as bases para um Sistema Nacional de Telecomunicações e autorizando o Poder Executivo a instituir uma empresa nacional destinada a explorar os troncos constitutivos desse Sistema.

Em 31 de março de 1964, um golpe de Estado elevou ao poder uma ditadura militar no Brasil, que tinha entre seus principais pressupostos doutrinários a segurança nacional e que, por isto, declarou como prioritário o setor de telecomunicações. A expansão e o controle desse setor seriam vitais para a manutenção tanto da unidade nacional quanto, e principalmente, da hegemonia militar sobre ela.

Foi assim que, em poucos anos, até o início da década de 70, estava consolidada a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações, a

² Prefiro o termo *comunicações* a telecomunicações, por entender que ele traduz melhor, na sua simplicidade, o cenário convergente das telecomunicações (telefonia e comunicação de dados), da comunicação social ou de massa e da informática.

Embratel, prevista na Lei nº 4.117. E, mais ainda, ela tornara-se a principal subsidiária da Telecomunicações Brasileiras S.A., a Telebrás, empresa estatal que rapidamente assumiria, a partir de 1972, o controle da virtual totalidade das pequenas e médias companhias telefônicas privadas até então existentes, através de uma rede de empresas estaduais de telecomunicações. Essa estatização por legislação ordinária levada a cabo pelos militares - que daria ao Brasil em pouco tempo uma sofisticada malha de redes terrestres, aéreas e por satélite - seria, então, em 5 de outubro de 1988, transformada em item constitucional pelo Congresso Constituinte instalado após o fim da ditadura militar em 1985.

Escreveu, na ocasião o legislador constituinte:

Art. 21. Compete à União:

.....

*XI - explorar, diretamente ou mediante concessão a **empresas sob controle acionário estatal** (ênfase minha), os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União;*

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;

.....

Assim, ao determinar que somente empresas sob controle acionário estatal poderiam explorar os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, a Constituição Federal de 1988 consagrou, na Carta Magna, o que os militares haviam feito por lei e/ou decretos ordinários. Mas, os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens **e demais serviços de telecomunicações**, continuariam a ser concedidos à iniciativa privada.

Em 1993, tal como previsto nas disposições transitórias da Constituição, foi realizada a revisão constitucional, durante a qual uma das questões mais polemicamente debatidas foi o fim do monopólio estatal das telecomunicações. Fatores conjunturais, como a renúncia, para fugir ao impeachment, do presidente Fernando Collor de Mello, em janeiro de 1992, e, principalmente, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída para investigar desvios de verbas orçamentárias por deputados e

senadores, serviram para enfraquecer a revisão constitucional, ao ponto de praticamente esvaziá-la. Com isto, o monopólio estatal permaneceu intacto.

No entanto, em 1º de janeiro de 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso chegaria ao poder, eleito por maioria de votos no primeiro turno da eleição de 3 de outubro de 1994, encabeçando uma coalizão conservadora liberada nominalmente pelo seu PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), mas encabeçada de fato pelo PFL (Partido da Frente Liberal), estuário de alguns dos mais notórios políticos que apoiaram a ditadura e porta-voz no Brasil do chamado Consenso de Washington, articulação do centro industrial-financeiro internacional destinada a transpor para os países de periferia uma agenda de reformas conhecidas por neo-liberais. Assim, entre as reformas constitucionais que seriam imediatamente levadas a termo por Cardoso estava, naturalmente, a quebra do monopólio estatal das telecomunicações - uma das preferidas da agenda neo-liberal -, com a alteração do texto do Art. 21 da Constituição Federal.

Em 14 de fevereiro de 1995, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional sua proposta de *flexibilização*³ do monopólio estatal das telecomunicações, que alterava o Inciso XI do Art. 21 da Constituição Federal:

Proposta de Emenda Constitucional:

Art. 1º: É suprimida a expressão “a empresas sob controle acionário estatal” no Art. 21, Inciso XI, da Constituição, passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

Art. 21:

XI - explorar, diretamente ou mediante concessão os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.

Art. 2º: Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

³ O termo *flexibilização* surgia aí como um eufemismo. *Flexibilizar* seria diferente de *acabar com* o monopólio estatal, o que serviria para acalmar, em tese, os ainda fortes sentimento nacionalistas em relação às telecomunicações, que existiam no Congresso Nacional e na sociedade.

Por esta redação original da emenda ficava, então, preservado o Inciso XII da Constituição, pelo qual competia à União:

XII - explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações.

.....

Em outras palavras, por sua proposta original o Poder Executivo não pretendeu jamais retirar a radiodifusão do rol clássico de serviço de telecomunicações.

Mas, durante os quase exatos seis meses que se passaram entre a apresentação da Emenda e sua aprovação pelo Congresso Nacional, sua redação sofreria mudanças significativas, resultando na seguinte:

Art. 21. Compete à União:

.....

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização do serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

.....

Quais foram, pois, as alterações introduzidas na Emenda pelo legislador?

Em primeiro lugar, ele, agrupando todos os serviços de telecomunicações, determinou a competência da União para explorá-los mediante autorização, concessão ou permissão, mas nos termos de uma lei, que disporia sobre a organização daqueles serviços, sobre a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais. Com isto, era posto um fim ao monopólio estatal das telecomunicações, enquanto item constitucional, mas exigia-se uma lei específica para regulamentar esse fim. Mais ainda, surgia a exigência de um órgão regulador, no lugar ou em conjunto com o Ministério das Comunicações. Por fim, a lei deveria cobrir outros aspectos institucionais, ficando subentendido nesses o processo de privatização, ou não, das empresas do Sistema Telebrás.

Mas, ao diferenciar, no Inciso XII, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens dos demais serviços de telecomunicações, o legislador acabaria surpreendendo a maioria dos observadores, numa surpresa tanta que, até este momento pelo menos, o assunto não mereceu qualquer atenção digna de nota. Seja nos meios de comunicação, o que não é de se estranhar; seja no Congresso Nacional, principalmente entre as correntes políticas de esquerda e centro-esquerda, mais afeitas a esse tipo de debate; seja na sociedade civil, também entre aquelas entidades e movimentos de esquerda e centro-esquerda dedicados à questão da democratização dos meios de comunicação.⁴

3. No órgão regulador, a origem provável do paradoxo

A indústria da radiodifusão brasileira, congregada desde os embates congressuais para aprovação da Lei nº 4.117/62 em torno da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), sempre se pautou por uma grande influência sobre o meio parlamentar, sobre o Poder Executivo e sobre a sociedade. Escudada sob seu poder formador de opinião e liderada, inicialmente, pelos Diários e Emissoras Associados⁵, até os anos 60, e, a partir dos anos 70, pelas Organizações Globo⁶, a ABERT é um grupo de pressão sempre presente nas mais estratégicas decisões nacionais. Particularmente aquelas que lhe dizem respeito, direta ou indiretamente.

É de supor, portanto, que a ABERT tenha desempenhado papel de destaque, junto ao Poder Executivo e ao Congresso, durante os seis meses de discussão da proposta de Emenda que visava pôr fim ao monopólio estatal das telecomunicações. Mas, como no Brasil a atuação dos lobbies não é regulamentada, é muito difícil documentar suas ações, dificuldade ainda maior quando se trata de um lobby de empresas de comunicação. Mesmo assim, é sustentável a hipótese de que a ABERT, durante o processo de discussão da emenda, tenha optado por fugir à classificação de

⁴ A principal dessas entidades, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), não fez, por enquanto, uma única manifestação sobre o assunto, o que dá uma medida da perplexidade causada pela surpreendente alteração constitucional.

⁵ A biografia do fundador dos Diários e Emissoras Associados, Assis Chateaubriend, chama-se, muito significativamente, *Chatô - O Rei do Brasil* (Fernando Moraes, **Chatô - O Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994).

⁶ Roberto Marinho, fundador e ainda hoje no comando de suas Organizações, é considerado por muitos o homem mais poderoso do Brasil (Ver, por exemplo, *Dr. Roberto faz 90 anos - Revelações sobre o homem e o mito mais poderoso do Brasil*, **IstoÉ**, Capa, nº 1313, 30/11/94).

serviço de telecomunicações por uma razão, para ela, fundamental: escapar à jurisdição do novo órgão regulador.

Os órgãos reguladores sempre foram um elemento decisivo nas pautas políticas da ABERT. Desde que o regime militar pôs fim ao CONTEL, centralizando no Ministério das Comunicações todo o poder de política para o setor, esta situação jamais deixou de servir aos interesses do lobby da radiodifusão. Acesso e informação privilegiados, intransparência, capacidade de impor nomes de dirigentes estatais - de ministros a chefes de departamentos e serviços. Tudo isto beneficiava a indústria da radiodifusão e não foi por outra razão que, durante o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, a Comunicação Social tornou-se o capítulo mais polêmico. Mais polêmico até do que a reforma agrária. E, entre os pontos de maior polarização, estava a proposta, encaminhada pela Federação Nacional dos Jornalistas⁷, de instituição de um Conselho Nacional de Comunicação, com poder de elaborar políticas e regular, de forma colegiada, todo o setor, inclusive, e principalmente, a radiodifusão. O Conselho acabaria sendo criado, mas apenas como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Porém, mesmo após ter sido votada a lei que o regulamentou, ele não foi até hoje, passados mais de oito anos, implantado.

Assim, dada essa história, antiga e recente, de rejeição a órgãos reguladores, por que iria agora a ABERT submeter-se a um deles? Notadamente quando se sabe que a exigência de órgãos reguladores nos processos de liberalização e privatização das telecomunicações nos países da periferia - feita por investidores e encampada por instituições supranacionais como a União Internacional das Telecomunicações e o Banco Mundial - muito pouco, ou nada, tem a ver com a radiodifusão. Tal exigência decorre, isto sim, da necessidade de se impor controles sobre as empresas estatais monopolistas de telecomunicações que, nesses países, atuam como reguladoras de fato do mercado, particularmente no caso das políticas tarifárias, industrial e de aquisição de equipamentos e componentes.

Portanto, com as atenções da sociedade - no Poder Executivo, no Congresso, nos partidos políticos, nas instituições, lobbies e movimentos organizados - voltadas para a questão da quebra do monopólio das telecomunicações, telefonia e transmissão de dados, não deve ter sido

⁷ Esta proposta tinha sido elaborada originalmente no âmbito da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, movimento que, nos anos 80, antecedeu a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação em 1991.

difícil para o lobby da radiodifusão ter se posto fora do alcance do novo órgão regulador.

Eis, portanto, a hipótese principal deste artigo, ainda em forma largamente especulativa, à espera de pesquisa mais aprofundada, inclusive por parte deste autor: para assegurar a continuidade de sua maior autonomia possível diante dos poderes estatais e dos controles da sociedade, a indústria da radiodifusão optou pela inovação técnico-jurídica de situar-se como serviço singular, constitucionalmente estabelecido, e não como serviço de telecomunicações, tal qual ocorre nos demais países do mundo.

Quais seriam, tentativamente falando, algumas das repercussões políticas, tecnológicas e normativas dessa inovação brasileira? As primeiras repercussões começam agora a ficar mais claras, com o envio ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, do projeto de Lei Geral das Telecomunicações, destinado a cumprir a exigência constitucional. Vale ressaltar que essas repercussões começaram a ficar mais claras somente agora porque o Executivo optou por antecipar-se à Lei Geral, enviando antes para o Congresso um projeto de “lei mínima”, a Lei nº 9.295, aprovada em 19 de julho de 1996. Esta lei regulamentou, antes mesmo da lei maior, a privatização da Banda B da Telefonia Móvel Celular, os Serviços Limitados, os Serviços de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite, bem como a utilização da rede pública de telecomunicações para prestação de Serviços de Valor Adicionado. Assim, com a agenda setorial tomada durante mais de um ano pelo debate da “lei mínima”, obscureceram-se as questões que somente seriam retomadas com a entrada em debate, no início de 1997, da “lei maior”. Questões como a regulamentação dos demais serviços de telecomunicações - não cobertos pela lei mínima -, a criação do órgão regulador e a privatização do Sistema Telebrás.

4. O paradoxo e suas possíveis repercussões

Primeira repercussão:

De fato, o Serviço de Radiodifusão não é alcançado pela Lei Geral de Telecomunicações, devendo ser regulado pelo diploma que os técnicos do Ministério das Comunicações estão chamando de Lei Geral da Comunicação Eletrônica de Massa.

Segunda repercussão:

Em decorrência, o Serviço de Radiodifusão não ficou sujeito à alçada da Agência Nacional de Telecomunicações, o órgão regulador previsto na Lei Geral de Telecomunicações. Paradoxalmente, porém, estão sujeitos à alçada da Agência todos os demais serviços correlatos à radiodifusão, como os serviços de TV por Assinatura: o Serviço de TV a Cabo, o Serviço de MMDS e o Serviço de Televisão Direta por Satélite (DTH). Isto para não falar em outros serviços, ainda dependendo de regulamentação, como o LMDS, e os serviços multimídia que deverão se popularizar com a expansão da Internet e das redes digitais de banda larga. Ainda paradoxalmente, cabe à Agência administrar todo o espectro de frequências, inclusive aquelas destinadas ao Serviço de Radiodifusão, o que poderá se tornar, como visto abaixo, em fonte potencial de grandes conflitos.

Terceira repercussão:

a) A radiodifusão, em especial a televisão, tornar-se-á, seguindo tendência mundial, progressivamente digital. A indústria mundial de equipamentos e componentes está chegando a definições quanto a padrões, de modo que a televisão digital poderá começar a se expandir rapidamente nos próximos cinco anos. Isto em um cenário convergente de tecnologias e serviços, que principiou a ser delineado já no final de 1996, com o lançamento nos Estados Unidos, no mercado de consumo, de produtos como a Web TV, uma caixa digital, custando em torno de US\$ 500 dólares, que permite transformar o receptor de televisão em um terminal Internet, acessando home-pages, recebendo e enviando correio-eletrônico;

b) quando da digitalização da radiodifusão, em especial da televisão, na forma do que vem sendo chamado de Televisão Avançada, os concessionários originais poderão ter à sua disposição uma significativa sobra de radiofrequências, já que o sinal, digitalizado e comprimido, ocupará apenas uma pequena parte do espectro à sua disposição. Nos Estados Unidos, durante o processo de elaboração do Telecommunications Act de 1996, que reestruturou todo o complexo e sofisticado arcabouço regulatório das comunicações daquele país, os radiodifusores foram bem sucedidos em sua reivindicação de ocupar sem ônus, durante um período de transição, uma faixa adicional de espectro para oferecer, progressivamente, a Televisão Avançada, garantido o uso do espectro analógico original. Somente ao final da transição é que este seria devolvido ao governo para leilão. Ao mesmo tempo, o concessionário poderá ser autorizado a oferecer outros serviços usando sua faixa de espectro digital.

Mas, como ficará essa questão no Brasil? Afinal, se radiodifusão não é mais serviço de telecomunicações, o concessionário de radiodifusão, quando optar pela tecnologia digital, não poderá usar sua sobra de espectro em serviços para os quais não está legalmente habilitado. Por mais distante que tal cenário pareça estar de nossa atual realidade, a velocidade com que essas mudanças tecnológicas têm ocorrido não nos permite o luxo de pensar que essa questão não é relevante, devendo por isto ser deixada de fora da agenda setorial. Seja quando da discussão e elaboração da Lei Geral de Telecomunicações, seja quando entrar finalmente em pauta a Lei Geral de Radiodifusão.

4. Em conclusão

O cenário aqui descrito, chamado de paradoxo da radiodifusão em meio ao processo de re-regulamentação das comunicações brasileiras, é ainda largamente especulativo. Presta-se por isto a novas e urgentes pesquisas. Trata-se de uma situação singular no mundo de se ter o rádio e a televisão não mais classificados como serviços de telecomunicações, ao contrário de seus congêneres próximos como a TV a Cabo, o MMDS, o DTH e mesmo as futuras novas modalidades de rádio por assinatura.

A hipótese avançada neste artigo parte do argumento de que o paradoxo ocorreu pela razão simples de o principal lobby da radiodifusão no Congresso Nacional, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), ter procurado manter sua indústria fora do alcance do novo órgão regulador, a Agência Brasileira de Telecomunicações, já proposta ao Congresso pelo Poder Executivo no bojo da futura Lei Geral de Telecomunicações.

A primeira repercussão desse paradoxo da radiodifusão brasileira será a necessidade de elaboração de uma outra Lei Geral, específica para ela. Alguns estudiosos poderão argumentar que tal paradoxo, ainda que resultante das razões subalternas aqui descritas, é positivo para o setor de radiodifusão, por colocá-lo à margem das telecomunicações em sentido estrito, telefonia e comunicação de dados. Por sua complexidade, tanto técnica, quanto política, quanto econômica, as telecomunicações ocupariam por demais as instâncias regulatórias, sem ter, no entanto, a relevância econômica, política e, principalmente, cultural da televisão e do rádio. Contra esse argumento, que não pode ser facilmente descartado, oponho o fato evidente de que, para acolhê-lo, seria necessária a exclusão imediata dos serviços de rádio e televisão por assinatura da lei geral de telecomunicações, trazendo-os para o escopo da legislação de

telecomunicações. Porque se isto não for feito, ficará o paradoxo sem solução.

Entretanto, é sobre a repercussão mais propriamente tecnológica que deposito minha maior atenção. O paradoxo é insustentável diante do cenário convergente que estamos vivenciando, que encontra sua síntese, por ora, mais perfeita no World Wide Web, a interface gráfica da Internet. A informação digitalizada ganha crescentemente a sua forma multimídia, o que faz com que uma página de jornal, no WWW, possa receber imagens, trilha sonora, textos, correio eletrônico, videoconferência, e assim por diante. Isto tudo projetado em um terminal que pode ser, ao mesmo tempo, telefone, televisão e computador. E é contra esse cenário que o paradoxo da radiodifusão brasileira deixa de fazer sentido.

Em suma, no seu desejo de, talvez, livrar-se de controles regulatórios em tese mais transparentes, a indústria da radiodifusão brasileira pode ter-se colocado à margem desse cenário convergente, ao definir-se, constitucionalmente, como um serviço singular - o Serviço de Radiodifusão - no quase exato momento em que todos os demais serviços, e empresas, de telecomunicações, fundem-se e recriam-se multimidiaticamente. Ao assim proceder, ela o fez, certamente, baseada em estimativas de vantagens econômicas e políticas que lhe adviriam dessa nova situação. Se esteve certa, só o tempo poderá, ou não, lhe dar razão.

XIV.

Às margens da estrada do futuro

O barão despediu-se das crianças, deixando às mulheres a tarefa de colocá-las na cama, e foi para o escritório. Ali procedeu como de costume. Regulou o bico da chama do gás, sentou-se na cadeira em frente à enorme escrivaninha de jacarandá, e partiu para a tarefa noturna. A primeira etapa era a mais amena: passar os olhos numa pilha de jornais das principais capitais do mundo, e ler meio ao acaso o que chamasse a atenção num maço de publicações de engenharia, finanças e manuais técnicos dos produtos da alta tecnologia da época - locomotivas, motores a vapor, teares, fornos siderúrgicos, produtos químicos, aparelhos de precisão. O fornecimento regular desse material de leitura era garantido pelos funcionários de seu escritório londrino, e complementado com remessas de amigos do mundo inteiro que conheciam seu apetite por novidades e traquitanas. Uma vez saciada a curiosidade pelas últimas do planeta, vinha a segunda etapa: ler as muitas cartas pessoais que chegavam todos os dias e classificá-las por assuntos e remetentes.¹

Como escrevi no capítulo que abre este livro, o homem encontrou na fala, seu modo mais vital de comunicação, a essência de sua humanidade. Assim como encontrou na ciência e na técnica os instrumentos capazes de destruir essa mesma humanidade.

Este é, como tentei demonstrar ao longo das páginas precedentes, uma das contradições maiores do projeto sócio-cultural da Modernidade. De um lado, a fala ganhando, com o auxílio da ciência e da técnica, uma capacidade aparentemente inesgotável de extensão de todos os nossos sentidos, na forma dos sempre mais modernos meios de comunicações. Do outro, essa mesma capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico nos ameaçando todo o tempo de extinção enquanto humanidade.

Desde que o macaco, na belíssima criação metafórica de Arthur C. Clarke, descobriu a força da arma para impor seu poder sobre o adversário,

¹ Trecho do livro de Jorge Caldeira, **Mauá - Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 16.

atirando o homem/macaco numa aventura desvairada de conquista do planeta e do espaço, vivemos essa dialética cruel de um futuro que se mostra como antítese apenas negativa de uma presente/passado que, mesmo contra todas as evidências, insiste na força da esperança dos ideais mais nobres de justiça social, de solidariedade.

Igualdade, liberdade, fraternidade - assim proclamaram os iluministas dos primórdios das revoluções burguesas que se imporiam sobre os restos do passado feudal, agrário, absolutista.

Um espectro assombra o Europa: o espectro do comunismo - assim sonhavam os utopistas marxianos, para quem a Modernidade somente se realizaria plenamente na forma de uma sociedade comunista, radicalmente igualitária.

Ambos os ideais - dominantes em nossa época - vêm se cumprindo, de um lado, na forma negativa de um liberalismo próspero no centro, miserável nas periferias, profundamente a-ético na sua sedução do homem pela via do consumismo; e, do outro, na forma igualmente negativa de um socialismo em ruínas que, onde tem conseguido resistir, o faz pela imposição da força autoritária sobre sociedades politicamente domesticadas.

Mas, se são efetivamente estas as evidências - e eu acredito que o sejam - por que insistimos tanto na esperança das utopias mais, ou menos, radicais, conforme o lado de que as proclama, pela esquerda ou pela direita?

Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, em cuja biografia fui buscar o trecho que encima este capítulo final, era, a seu modo, um utopista conservador. Burguês, liberal, capitalista empreendedor, ele vai simbolizar, para mim, nesta reflexão que ora escrevo, a enorme fé que, conscientemente ou inconscientemente, a maioria de nós temos no futuro. Futuro que é o alimento de todas as utopias, das radicais às conservadoras. E, se opto por um utopista conservador, é porque acredito que nesses tempos de transição já chamada de pós-moderna² precisamos misturar as convicções, pluralizar ao extremo os raciocínios, como modo de superarmos, dialeticamente, o impasse em que estamos momentaneamente jogados, quando se esgota, por impossibilidade de cumprimento dos seus déficits sociais, o projeto sócio-cultural da Modernidade.

² Boaventura de Sousa Santos. “O social e o político na transição pós-moderna”. In *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995, p. 75-114.

O novo momento de construção utópica que estamos vivendo somente resultará em algum outro paradigma sócio-cultural pleno de igualdade, liberdade e solidariedade - ou seja, com justiça social -, se formos capazes de fugir da dialética negativa, e bi-polar, de opostos que apenas se anulam, para entrarmos numa dialética - e assim deveria ter sempre sido - em que a lógica dos contrários não necessariamente passa pela eliminação absoluta de um pelo outro. Em outras palavras, a luta de classes há muito deixou de ser a luta mortal entre capitalistas e proletários, para ser também a luta das raças, dos gêneros, das sensibilidades, da natureza, em que capitalistas e proletários não mais detêm a hegemonia de ditar os rumos do futuro. Nessa visão mais pluralista do mundo, acredito, o mercado pode ser mais socialmente responsável, desde que levado a integrar-se numa esfera pública progressivamente mais democrática, porque progressivamente mais incluyente, porque dela participam os mais diversos setores sociais, representativos da luta pluralista há pouco referida.

Essa nova **esfera pública**, que chamarei aqui, a título de provocação política e intelectual, de **pós-moderna**, tem como seus componentes estruturais mais vitais as virtualidades da transição tecnológica que estamos vivendo no campo das comunicações, constituidora do que tem sido chamado, incorretamente a meu ver, de Sociedade da Informação. E é, enfim, sobre este tema, inspirador do título deste capítulo, que me debruço agora.

Estradas eletrônicas

Se vivesse nos dias de hoje, o Barão de Mauá partiria para a sua tarefa noturna tendo sobre a escrivaninha de jacarandá um computador pessoal, aproveitando-se não apenas do fato de que as crianças tinham já ido para a cama àquela hora da noite, mas também porque àquela mesma hora seria mais fácil, e mais barato, conectar-se ao seu provedor de acesso à Internet, para deitar os olhos sobre as manchetes dos principais jornais do mundo. Jornais do dia seguinte, é claro, e não os jornais de uma semana, um mês, ou de meses passados, como ocorria com o Irineu Evangelista de Sousa original.

Nosso Mauá contemporâneo, navegante da teia mundial de comunicações, conhecida como World Wide Web, procuraria também materiais técnicos de engenharia, índices e indicadores financeiros, além de notícias sobre os últimos desenvolvimentos tecnológicos;

principalmente aqueles que diziam respeito à tecnologia digital. Muito possivelmente, no primeiro semestre de 1996, o Barão de Mauá, investidor não em ferrovias, mas em telecomunicações, estaria se informando sobre o potencial comercial dos novos modems para cabo, que permitiriam conectar seu computador na rede de cabos ópticos e coaxiais que formavam a infra-estrutura do serviço de televisão que assinava. Ele, como tantos outros, mesmo que não muitos até aquela hora, viam nas redes de banda larga dedicadas ao entretenimento o futuro imediato do acesso à teia mundial de comunicações ainda muito prejudicada pelas antiquadas redes telefônicas de fios trançados. Por último, Mauá poria em dia sua vasta correspondência, quase que toda ela agora recebida e processada por correio eletrônico.

Informação enquanto insumo. Comunicações enquanto infra-estrutura e processos de transmissão e recepção de informações. Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, o homem que tentou impor uma visão moderna de Brasil ao Segundo Império, vivia ele também já em uma sociedade da informação. Em verdade, a era moderna da informação teria começado entre os séculos XV e XVI, com o ciclo das navegações marítimas, quando Portugal e Espanha lançaram-se mar afora, com suas novas tecnologias da época - a vela de mar alto, o leme fixo, a bússola, o astrolábio, os canhões de guerra -, ampliando o mundo para dimensões até então inimagináveis, gerando necessidades de troca de informações sobre terras distantes, mares, portos, mercadorias, gentes e costumes, e assentando nesse processo civilizatório revolucionário as bases do que Jürgen Habermas chamaria depois de esfera pública burguesa, um dos mais decisivos desenvolvimentos da era moderna no campo da relação entre meios de comunicações e política.³

Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto Comunista de 1848, analisando o caráter revolucionário da burguesia de então, cunharam a expressão hoje tão difundida - *tudo o que é sólido se desmancha no ar*. O capitalismo, na economia, na política, na cultura, enfim, parecia que tudo arrastava de roldão em seu ímpeto transformador, levando os dois pensadores socialistas radicais a cunharem a expressão reveladora de toda a sua inquietante preocupação com aquela forma de organização econômica e política que estavam a estudar e a querer transformar.

Essa reminiscência do mais marcante documento político da história do socialismo vem para destacar o fato de a velocidade e radicalidade das

³ Jürgen Habermas. **Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

mudanças ter sido sempre uma marca das economias de mercado e que, portanto, o assombro, e êxtase, com que muito hoje encaram os desenvolvimentos no campo das comunicações têm pouca, se alguma, razão de ser. As velocidades das transformações são cada vez maiores, é verdade, mas elas não alteram nem a natureza, nem a direção dessas transformações. A natureza é a da exclusão, isto é, são transformações que têm gerado tantas e tamanhas desigualdades, que afastam para as margens do poder e da riqueza capitalista contingentes sempre mais numerosos de seres humanos. E a direção é, conseqüentemente, a que vai dessas margens para o centro, abrigo em geral inexpugnável dos poucos beneficiários de toda a riqueza que a humanidade tem sido capaz de gerar.

Em termos globais, o Mauá contemporâneo pode muito bem ser o norte-americano, Bill Gates, fundador da Microsoft, a empresa cujos programas para computadores - os sistemas operacionais MS-DOS e Windows, em suas diversas versões, bem como todas as dezenas de aplicativos - tornaram-se padrões mundiais. E se o nosso Mauá, ainda que Barão de um império - embora um império marginal ao centro da economia mundial de então -, não conseguiu lograr o seu intento de dinamizar a vida brasileiro cortando o Brasil com estradas de ferro, Bill Gates, empresário plebeu de um império, virtual, do centro do capitalismo contemporâneo, parece caminhar celeremente para dinamizar as economias globais do fim do século XXI com seus programas de computador que tornam cada vez mais possíveis as estradas eletrônicas.

Mas, o que pode um povo, como o brasileiro, no entanto, fazer para impedir que, os olhos postos na história de Mauá, seja deixado à margem dessas estradas do futuro?

O privado e o estatal

As comunicações brasileiras viveram seu apogeu, como apontado nos Capítulos VII e XI, de meados da década de 60 aos anos 70, com a implantação, pelo regime militar, de uma sofisticada infra-estrutura física e política para o setor. Politicamente houve a decisão de dotar o país, em 1967, de um organismo específico para a área, o Ministério das Comunicações, centralizado e mais forte do que o antigo Conselho Nacional de Telecomunicações, o CONTEL, criado pela Lei 4.117/62, conhecida como o Código Brasileiro de Telecomunicações. À criação do Ministério seguir-se-ia, em 1972, a constituição da empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), que, após absorver a pioneira Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), de 1965,

passaria a instituir operadoras estaduais de telecomunicações em todos os estados, no intuito de modernizar nossa obsoleta infra-estrutura.

Renovação da telefonia local e interestadual; recuperação de redes físicas; implantação de uma rede nacional de microondas; lançamento de satélites nacionais de telecomunicações; criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento - o CPqD, em Campinas; o apoio ao surgimento e consolidação de uma rede nacional de televisão - a Rede Globo, do empresário Roberto Marinho; o apoio ao surgimento e consolidação de uma forte indústria nacional de equipamentos para o setor. Sob o patrocínio direto, político e financeiro, do Estado, o Brasil, em poucos anos, se aproximaria muito do mundo desenvolvido no que dizia respeito às comunicações.

A telefonia era capaz de fluir com uma facilidade inimaginável alguns anos antes, quando ligar do Rio para São Paulo podia levar horas, incluindo-se aí a possível boa vontade das telefonistas. Falar do Rio Grande do Sul para o Amazonas, nos anos 50, era quase impossível, ainda que não fosse muito mais fácil ligar de Porto Alegre para o interior de Santa Catarina. Em relativamente poucos anos, porém, não só a telefonia, mas principalmente a televisão, ligavam o país de norte a sul, de leste a oeste, permitindo, em 1970, que praticamente o país todo tivesse condições de acompanhar, *direto, via satélite*, os jogos do Brasil na conquista do tricampeonato mundial de futebol no México.

Nas telecomunicações, em sentido estrito, vale enfatizar, o Estado chamara a si não apenas os investimentos principais, mas também o controle político e operacional, enquanto acionista majoritário da Telebrás e suas empresas subsidiárias, da Embratel às operadoras estaduais que iam sendo criadas. Detendo em suas mãos as ações ordinárias com direito a voto, o Estado, na Telebrás, pulverizaria as ações preferenciais nas mãos de milhares, depois milhões, de brasileiros proprietários das linhas telefônicas, que adquiriam essas ações para obter acesso ao serviço, em um engenhoso esquema de auto-financiamento.

Mas, se a telefonia e transmissão de dados eram assim estatizadas, adotando-se um modelo muito próximo do europeu, que era também emulado por outros países latino-americanos, para o rádio e a televisão iria predominar o modelo privado já vigente, de inspiração norte-americana, só que revigorado pelo investimento estatal na infra-estrutura.

Adotado, como não poderia deixar de ser, de modo autocrático, sem qualquer discussão pública - no Congresso ou pela imprensa, que eram os foros permitidos naquela época -, esse modelo de gestão das comunicações brasileiras - econômica, política e culturalmente muito bem sucedido - só iria merecer um debate mais amplo com o fim da ditadura, durante o período de funcionamento do Congresso constituinte.

A discussão constitucional, aberta formalmente logo após a posse de José Sarney na presidência da República, a nação abalada pela tragédia que se abatera sobre Tancredo Neves, iria produzir alguns paradoxos no campo das comunicações.

Inicialmente, é preciso lembrar que a convocação do Congresso Constituinte se deu em meio a uma significativa polarização ideológica, vinda da resistência à ditadura e reforçada pelo clima internacional de guerra fria. Esquerda e direita iriam se defrontar no cenário constituinte, aquela sequiosa de descontar sobre esta as humilhações dos 21 anos de ditadura, agravadas pela derrota então recente da campanha popular pelas eleições diretas à presidência da República. Derrota que faria uma nação estupefata assistir, por conta de uma tragédia, a subida ao poder máximo de um político que tinha sido até bem pouco um dos mais notórios defensores do regime militar.

Em tal clima de polarização, no qual se sobressaía a figura emblemática do deputado Ulysses Guimarães - visto como a principal figura da resistência civil à ditadura -, a esquerda tendia a levar vantagem, mesmo em temas polêmicos, da área econômica, que em outras circunstâncias não receberiam a adesão de políticos liberais de corte mais conservador. Tal era o caso do conceito de empresa nacional, como seria também o caso dos monopólios estatais.

Foi assim que a estatização circunstancial imposta pelos militares às comunicações, nos serviços de telefonia e transmissão de dados, virou preceito constitucional. Esses serviços, a partir de 1988, só poderiam ser explorados por empresas sob controle acionário estatal. O que já vinha sendo feito, vale recordar, mas por mera injunção administrativa, e não por força legal e, muito menos, constitucional. Mas, se a esquerda, agrupada na reforma constitucional de 87 e 88 em torno de setores majoritários do PMDB, liderados por Ulysses Guimarães e reforçados pelo PT, PDT, PCB e PCdoB, principalmente, foi capaz então de assegurar um modelo que julgava democrático, porque estatal, para as chamadas telecomunicações, na radiodifusão o resultado seria diferente. A principal reivindicação da

esquerda para esse setor, que era a constituição de um Conselho de Comunicação Social autônomo, vindo da sociedade civil, com participação majoritária de trabalhadores, capaz de substituir o Ministério das Comunicações na formulação e implementação de políticas públicas, foi impiedosamente combatida pela direita, ao ponto de a área da Comunicação Social ter sido a única, em todo o processo constituinte, a não ter levado um relatório final para a Comissão de Sistematização, à qual cabia a elaboração do texto final que seria votado em plenário. O Conselho de Comunicação Social autônomo acabaria transformado, por acordo de misericórdia, em órgão auxiliar do Congresso Nacional.

O Brasil chegaria assim, aos anos 90, com um modelo de comunicações estatizado para a telefonia e a transmissão de dados, e privado para o rádio e a televisão, e apenas com uma rala, porque muito recente, tradição de debate público para as políticas do setor. Modelo que, vou argumentar aqui, se revelaria profundamente paradoxal, à esquerda e à direita, mas cujos paradoxos, em sua dialética, acabariam por permitir que o país ganhasse um tempo precioso, que ainda está a vigir, para a rediscussão do presente e futuro da sua infra-estrutura de comunicações no final da década de 90. Década de profundas mudanças tecnológicas e na economia-política do setor, caracterizando o que tenho chamado, valendo-me da metáfora tão popular, de **cenário das estradas eletrônicas**.

O público, o privado e o estatal

O primeiro, de quatro, paradoxos que vou destacar deu-se na estrutura do Sistema Telebrás, na forma de **uma acelerada privatização branca da estatal**. O governo civil que assumiu em 1985, com José Sarney, mas que fora montado, em sua forma inicial, por Tancredo Neves, reservara um estratégico papel para as comunicações. Em especial nos cuidados que precisaria ter com a radiodifusão. Foi por esta razão que o Ministério das Comunicações acabaria destinado ao ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, porque, enquanto concessionário de radiodifusão, e amigo do jornalista Roberto Marinho, ele seria a garantia de uma gestão que não abalasse os estratégicos interesses daquele empresário, e seus associados, que iam da infra-estrutura ao setor industrial, passando, é claro, pelo vital mercado da televisão.

Magalhães, no entanto - que foi o único ministro indicado por Tancredo a atravessar incólume o governo de José Sarney -, não se limitaria a gerir para si e seus amigos o setor da radiodifusão, como poderiam acreditar aqueles cujos olhos estivessem postos tão somente nas

derramas de concessões de rádio e televisão que ocorreu durante essa sua gestão. Ou que estivessem preocupados somente com a intempestiva ação de Magalhães contra o empresário Mário Garnero, obrigando este, com o tempo, a abrir mão de sua participação na empresa NEC do Brasil, em favor de Roberto Marinho. Ação que acabaria coincidindo com a transferência, na Bahia, da programação da Rede Globo para a TV controlada pela família do ministro baiano.

Tão importantes quanto as ações de Antônio Carlos Magalhães no setor da radiodifusão, durante sua gestão no Ministério, foram suas ações junto ao Sistema Telebrás, na forma de uma política que chamei acima de **privatização branca do estatal**, e que consistia fundamentalmente no loteamento, entre aliados políticos, das presidências e principais diretorias fosse da holding Telebrás, fosse da Embratel e das subsidiárias estaduais. Essa política iria romper com o profissionalismo que, justiça se faça, prevalecera nas comunicações durante o regime militar, que encontra talvez seu maior eco, até hoje, na existência de um moderno Centro de Pesquisa e Desenvolvimento gerido pela Telebrás.

A esse primeiro paradoxo juntar-se-ia, então, um segundo, que era o de estar o comando de uma empresa estatal nas mãos de políticos liberais, ao mesmo tempo em que o chamado neoliberalismo tornava-se política hegemônica no centro e em diversos pontos da periferia do capitalismo mundial. Ainda que, com exceção do curto período do governo Collor de Mello, o neoliberalismo não tivesse se constituído em política assumida do Estado brasileiro, fato é que o Sistema Telebrás iria aos poucos sendo minado por esse duplo paradoxo, cujos resultados principais eram a má gestão e a redução progressiva de investimentos. Assim, em tempos de acentuada mudança de paradigma tecnológico no setor - rumo à convergência com a comunicação social e a informática, graças à digitalização -. o que em poucos anos parecia constituir-se em modelo para as comunicações em um país periférico podia agora enfrentar uma nova defasagem, esta mais difícil de ser recuperada. Não só pelo volume de investimentos exigidos, em meio a uma reconhecida crise fiscal do Estado, e não só no Brasil, mas principalmente devido à natureza e velocidade das transformações tecnológicas que estavam a ocorrer.

O terceiro paradoxo, também de natureza paradigmática, mas na política, se revelaria com muita clareza no final da década, com a extinção da União Soviética e a falência definitiva do modelo de socialismo de Estado no Leste europeu. A noção do Estado planejador e empreendedor, enquanto sucedâneo dos mecanismos de mercado, iria a partir daí

enfraquecer-se de tal modo e com tamanha rapidez - em reforço, é claro, do neo-liberalismo - que uma das mais destacadas teses sócio-políticas do final dos anos 80 foi a do **fim da história**,⁴ significando a vitória definitiva do capitalismo sobre o comunismo. O estatismo, uma das teses mais caras da esquerda marxista-leninista no século XX, acabaria, junto com a sociedade que lhe deu origem, também por se extinguir.

Sobra, então, o quarto e último paradoxo de que vou aqui tratar. E este, um paradoxo tecnológico, assumiria características muito particulares para o desenvolvimento presente e futuro das comunicações brasileiras. E de outros países, do centro e da periferia, que possam encontrar-se em situação semelhante.

Conforme analisado no capítulo XII, o Brasil só agora está vindo a conhecer a Televisão por Assinatura, em particular a modalidade cujos sinais são distribuídos por redes de cabos. Em comparação com os Estados Unidos e a Argentina, por exemplo, nosso atraso de acesso a esse serviço é de alguma coisa entre 20 e 30 anos. Esse atraso, por mais desfavorável que possa parecer à primeira vista, acabaria revertendo em nosso favor, já que estamos a lançar nossas redes de TVs a Cabo no exato momento em que a tecnologia das fibras ópticas atinge um ponto próximo do ideal em termos de desenvolvimento técnico e de custos de produção, permitindo que lancemos nossas redes físicas num patamar de sofisticação semelhante aos dos países desenvolvidos. Isto sem termos que nos preocupar com uma infra-estrutura de cabos coaxiais que, por extensa, teria que necessariamente ser levada em consideração no momento da sua modernização, retardando assim o lançamento das redes ópticas mais modernas. Ideais para a tecnologia digital, as redes físicas ópticas, como se não bastasse, surgem entre nós acompanhadas da possibilidade de se empregar a digitalização também na ocupação do espectro radioelétrico, notadamente para a oferta de múltiplos canais de entretenimento, tanto por microondas - na modalidade de Televisão por Assinatura conhecida por MMDS -, quanto por satélites, a TV por Assinatura chamada de DTH.

Mais ainda. Os anos 90 estão testemunhando a transformação de uma antiga rede de comunicações por computadores, de origem militar, a Internet, primeiro em uma rede acadêmico-científica mundial, de âmbito mais restrito, e depois em uma rede crescentemente comercial, que começa a sair do âmbito também restrito dos mercados corporativos para chegar aos domicílios das pessoas, por meio do crescimento exponencial das

⁴ Francis Fukuyama. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

vendas domésticas de computadores pessoais. Entre 1992 e 1993, com o surgimento dos programas gráficos de acesso à Internet - do pioneiro, e acadêmico, Mosaic ao seu descendente direto, mas comercial, Netscape -, a rede mundial deixou de ser um fenômeno de poucos, com características pop, devido à extasiada cobertura que recebeu na mídia internacional, para assumir as características de um emergente paradigma comunicativo de massa. Só que, ao contrário do paradigma ainda dominante, da comunicação de massa via rádio e televisão, predominantemente unidirecional, o paradigma da Internet tem desafiantes potencialidades interativas, portanto verdadeiramente comunicacionais, nos termos da definição posta logo no início do Capítulo 1, acima: *a troca de sentidos por meio da fala entre seres humanos*. Troca direta, ainda que midiática, virtual, porque não presencial, de uma fala crescentemente digital.

Mas, se a Internet de meados da década de 90 - virtualmente uma estrada eletrônica - ainda enfrentava os obstáculos das lentas redes telefônicas, de cobre, convencionais, a Internet da segunda metade da década será certamente mais uma vez revolucionada na sua convergência com as redes de banda larga alavancadas pelas TVs a Cabo, graças à entrada no mercado dos modems para cabos em escala comercial.

Imerso, portanto, em tantos, e simultâneos, paradoxos, o Brasil avançaria pela década de 90 sem uma política claramente definida para as suas comunicações. Estas se mostravam, no início de 1996, ainda estatais, ainda que em parte neo-liberais, analógicas e ao mesmo tempo digitais, com um mercado incipiente de Televisão por Assinatura, mas dotado de um grande potencial de crescimento, inclusive em termos de programação.

Às margens da estrada do futuro

Paradoxos à parte, no entanto, por qualquer que seja o ângulo que olhemos as comunicações no Brasil, e no mundo, dos caminhos marítimos abertos por Portugal e Espanha aos caminhos de ferro da revolução industrial, ou das estradas asfaltadas da primeira metade deste século às estradas eletrônicas que estão a abrir seus caminhos para o século XXI, vamos ver que em muito maior número têm sido aqueles deixados às suas margens se comparados com os poucos viajantes privilegiados pela Modernidade.

Acima indaguei o que poderia um povo como o brasileiro fazer para não ser deixado, como ocorreu até agora, à margem dessas estradas do futuro. Um pouco antes, ao desenhar os contornos teóricos deste capítulo

final, manifestei minha esperança na renovação do pensamento utópico a partir da constituição, por via dos novos meios de comunicações, de uma espera pública que chamei de pós-moderna e que nasceria das virtualidades da transição tecnológica que estamos vivendo.

Uma das particularidades mais significativas que nos caracterizam enquanto seres humanos é que vivemos pouco. Muito pouco.

Já vivemos muito menos, é verdade. E tendemos a ir vivendo cada vez mais. Por mais, porém, que a ciência nos garanta longevidade crescente, nosso tempo de passagem sobre a Terra será sempre ínfimo quando posto diante dos desafios da eternidade da História.

O pensamento crítico vindo do século XIX, fundado por Marx e levado às últimas conseqüências revolucionários por Lênin no início do século XX, acabou gerando, a seu modo, também uma hipótese de fim da História. Ao proletariado já no poder nada mais restaria do que administrar corretamente o Estado socialista nascente, dando forma à utopia comunista, sem mais ter que se preocupar com a classe capitalista derrotada na Rússia e nas suas repúblicas confederadas. A utopia russa, no entanto, não resistiria à revolução tecnológica do fim do século. O socialismo real da União Soviética sucumbiu - mais do que a qualquer outro fator político e econômico, acredito - às tecnologias de comunicações: da informática às telecomunicações aos meios de comunicação social. O socialismo real pode ter sido derrotado pela convergência.

O pensamento utópico crítico do passado não estava, assim, preparado para o desafio das comunicações e da cultura. Como também jamais esteve o pensamento utópico conservador, das sociedades de mercado. A meta fundamental de ambos, e aqui volto a lembrar do nosso Barão de Mauá, era a do progresso econômico, com administrada liberdade política, valendo-se eles da ciência e da técnica para alienar os valores éticos mais nobres do próprio homem, e do homem na sua relação com a natureza.

É talvez por isto que o mais importante pensador da contemporaneidade, o alemão Jürgen Habermas, dedicado há décadas a produzir uma elaborada reflexão histórica, filosófica e sociológica - um verdadeiro sistema de pensamento - sobre o homem, e os valores éticos capazes de assegurar a sua essencial humanidade, denominou de Teoria da

Ação Comunicativa o texto que tende a ser o ápice de sua obra., por todo o resto de sua vida.⁵

Habermas constrói a sua utopia fundando-a na crença inabalável de que só a ação comunicativa, despida de todas as suas dimensões estratégicas - ou seja, da intenção deliberada de se obter, por qualquer preço, vantagem de um sobre o outro -, pode nos tornar definitivamente humanos, porque profundamente éticos em nossas relações comunicacionais.

O pensador alemão produz um sistema puro, carregado das abstrações somente válidas para aqueles sinceramente dedicados à produção do conhecimento em seu estado mais natural. Ele raramente deriva para o terreno das análises concretas, ainda que circunstancialmente escreva sobre conjuntura social e política. Assim, Jürgen Habermas não se ocupou jamais em analisar o que chamei aqui de virtualidades das novas tecnologias comunicacionais. Eu acredito, porém, apropriando-me ainda que toscamente, nesta altura da minha própria elaboração teórica, vinda, relembro, de um não teórico, que Habermas pode estar nos dando o sinal de que vamos quem sabe encontrar nas comunicações, de hoje e do futuro, os meios de inclusão de contingentes cada vez maiores de excluídos no que tenho chamado de esfera pública pós-moderna.

A dimensão e a extensão desse chamamento utópico somente não nos poderão derrubar, inertes, sobre o solo estéril da desesperança, caso tenhamos sempre, e a cada momento, a compreensão plena da eternidade da História. O valor da utopia é exatamente este: a certeza que precisamos ter de que ela somente se cumprirá por inteiro naquele dia que não chega jamais.

É por isto que, voltando de vez ao solo brasileiro, antes do ponto final, fugindo à tentação de encerrar no abstrato que se confunde com a retórica por si só, eu entendo que precisamos nos apropriar, hoje e a cada momento, das oportunidades de influirmos nas decisões, por mínimas que sejam, que possam afetar o presente e o futuro das nossas comunicações.

Só agindo agir podemos ir alargando a banda, tecnologicamente infinita, das estradas eletrônicas, para nelas incluir as faces e as vozes de um número cada vez maior de brasileiros.

⁵ Jürgen Habermas. **The Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press, 1984.

A agenda de curto prazo é, por si só, vasta e desafiadora.

E é com ela que termino esta rápida, arriscada, mas, para mim necessária, viagem pelas margens da estrada do futuro.

Em primeiro lugar, a recente Lei de TV a Cabo demonstrou, pioneiramente, que é possível a elaboração de um importante instrumento normativo a partir de uma ampla e plural discussão na esfera pública, com a compreensão do Congresso, mesmo que tivesse faltado, até um determinado momento, a compreensão do Poder Executivo. Esgarçar os espaços de discussão e elaboração das políticas de comunicações é, pois, o primeiro item da agenda.

A discussão, porém, vale insistir, tem que ser feita na perspectiva da convergência, juntando de uma vez por todas a comunicação social, as telecomunicações e a informática, praticando a multidisciplinaridade na academia, no mercado e na política. Este pode muito bem ser o segundo ponto da agenda.

Todo o potencial tecnológico hoje cada vez mais disponível para a sociedade tem que começar a ser posto, o mais radicalmente possível, à disposição das verdadeiras ações comunicativas. Na TV por Assinatura, principalmente na TV a Cabo, a legislação já assegurou importantes espaços de acesso público. Ao mesmo tempo, o mercado sinaliza para a descentralização da produção de muitos dos conteúdos, valorizando culturas locais e regionais. A mobilização dos mais diversos setores sociais em torno destas questões é o terceiro ponto da agenda.

Na radiodifusão, é preciso, em prazo muito curto, tornar realidades as rádio comunitárias, fazendo uso da tecnologia da baixa potência, estendendo-a a seguir para a televisão. Está aí um quarto ponto da agenda.

Ainda na radiodifusão: a re-regulamentação das comunicações que ora se processa, e que aponta para uma nova Lei da Comunicação Eletrônica de Massa, terá que incluir dispositivos de maior controle social desses meios, notadamente no que diz respeito às programações educativas e culturais, com destaque nestas para as infantis, banalizadas ao extrema pelas grandes redes de televisão. O que nos remete, adicionalmente, para a necessidade imperativa de reforma de todo o sistema de rádios e TVs educativas ainda ligadas ao Ministério da Educação, transformando-o em um sistema público de rádio e televisão, nos moldes daqueles existentes em países como os Estados Unidos. Quinto ponto da agenda.

Quanto ao Sistema Telebrás, superada a fase dolorosa para muitos da quebra do seu monopólio, é preciso forçar ao máximo o debate público sobre o seu presente e o seu futuro. Frequentar o Congresso de forma informada, e organizada; exercer pressão política e popular sobre o Executivo; informar a sociedade sobre a questão ampla da regulamentação das comunicações, fazendo-a dela participar; romper de vez com o ciclo da privatização branca da Telebrás, tornando-a crescentemente pública, ainda que privada, não mais estatal: exercer, cotidianamente, democráticas pressões sobre o novo órgão regulador, a ANATEL, fazendo com que ele seja, de direito e de fato, como reza a sua comunicação institucional, o olhar vigilante da cidadania sobre o mercado: isto tudo concentro no sexto ponto de minha agenda.

Por último, porém não menos importante, surge o desafio imenso de não permitir, por meio da mobilizações e outras ações políticas conseqüentes, que o sistema de comunicações nascido da Internet se transforme em um imenso bazar de quinquilharias digitais, como ocorreu principalmente com a televisão ao longo deste século. O potencial comunicativo - para a educação e a cultura, para o desenvolvimento mais pleno da cidadania - é talvez a marca mais distintiva da Internet. Essa rede efetivamente global, interativa, que põe gente em contato com gente, gente em contato com instituições, instituições com gente, instituições com instituições, é o sétimo, e último, item que estou a agendar.

A lista seria quase infinita se eu aqui me decidisse a continuar. É este, porém, o momento do meu ponto final. Que depósito sobre o meu papel digital, convicto de que esta rápida viagem que empreendi pelas pistas e margens da estrada do futuro só reforçaram em mim a convicção de que, mesmo correndo o risco de sofrer as decepções que corroeram os sonhos de gente como Paul Sweezy e como o Barão de Mauá, não será jamais fora das utopias que iremos encontrar força e inspiração para as nossas práticas políticas, acadêmicas e, por que não também, empresariais, voltadas para a ética da solidariedade e da justiça social, que nos conduza, enfim, para uma sociedade de homens e mulheres livres e iguais.